

ISSN 2448-3907 | e-ISSN 2448-3923

# REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS AFRICANOS

Brazilian Journal of African Studies



Revista Brasileira de Estudos Africanos	Porto Alegre	v. 9	n. 18	p. 1-202	Jul./Dez. 2024
---	--------------	------	-------	----------	----------------

# SOBRE A REVISTA

A Revista Brasileira de Estudos Africanos é uma publicação semestral, em formato digital, dedicada à pesquisa, à reflexão e à difusão de estudos sobre temas africanos. A RBEA publica artigos científicos inéditos com ênfase nas análises de Relações Internacionais, Organizações de Integração, Segurança e Defesa, Sistemas Políticos, História, Geografia, Desenvolvimento Econômico, Estruturas Sociais e Correntes de Pensamento. A RBEA é um veículo estritamente acadêmico, ligada ao Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A RBEA tem como público alvo pesquisadores, professores e estudantes interessados nas especificidades do continente africano e de sua inserção internacional. Combinada a esta perspectiva, a Revista pretende ampliar o debate sobre a projeção brasileira e seus esforços de cooperação (inclusive em Defesa) com os países africanos no perímetro do Atlântico Sul e a construção de uma identidade regional frente a um cenário de transformações geopolíticas.

# INDEXADORES



Este trabalho foi apoiado pelo Programa de Apoio à Edição de Periódicos (PAEP) - UFRGS



**Programa de apoio à  
Edição de Periódicos**

# **EQUIPE EDITORIAL / EDITORIAL TEAM**

## **EDITOR CHEFE /CHIEF EDITOR**

Analúcia Danilevicz Pereira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

## **EDITOR ADJUNTO /DEPUTY EDITOR**

Paulo Visentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

## **CONSELHO EDITORIAL /EDITORIAL BOARD**

Ajay Dubey (Jawaharlal Nehru University, Índia)

Ángel Dalmau Fernández (CIPI, Cuba)

Antônio Joaquim Calundungo (Universidade Agostinho Neto, Angola)

Beatriz Bissio (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Chris Landsberg (University of Johannesburg, África do Sul)

Cyril Obi (Social Science Research Council, EUA)

Fábio Morosini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Hilário Cau (Instituto Superior de Relações Internacionais, Moçambique)

Ian Taylor (University of St Andrews, Escócia) - IN MEMORIAM

Kamilla Raquel Rizzi (Universidade Federal do Pampa, Brasil)

Karl Gerhard Seibert (UNILAB, Brasil)

Li Anshan (Peking University, China)

Luiz Dario Teixeira Ribeiro (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Vladimir Shubin (Russian Academy of Sciences, Rússia)

## **ASSISTENTE DE EDIÇÃO /EDITION ASSISTANT**

Augusto Lorenzo Esposito (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Gabriela Gampe Bonness (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

## **CONSELHO CONSULTIVO /CONSULTATIVE BOARD**

Alfa Oumar Diallo (Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil)

Andrei Tokarev (Russian Academy of Sciences, Rússia)

Aparajita Biswas (University of Mumbai, Índia)

Diego Pautasso (Escola Superior de Propaganda e Marketing – Sul, Brasil)

Eduardo Migon (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Brasil)

Fantu Cheru (American University, EUA)

Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosario, Argentina)

Henry Kam Kah (University of Buea, Camarões)

Igor Castellano da Silva (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil)

John Akokpari (University of Cape Town, África do Sul)

José Carlos dos Anjos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

José Rivair Macedo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Leila Hernandez (Universidade de São Paulo, Brasil)

Lito Nunes Fernandes (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, Guiné-Bissau)

Lotfi Kaabi (Institut Tunisien des Études Stratégiques, Tunísia)

Mamadou Alpha Diallo (UNILA, Brasil)

Mamoudou Gazibo (Université de Montréal, Canadá)

Marina de Mello Souza (Universidade de São Paulo, Brasil)

Nathaly Silva Xavier Schütz (Universidade Federal do Pampa, Brasil)

Paris Yeros (Universidade Federal do ABC, Brasil)

Tim Murithi (Free State University, África do Sul)

Renu Modi (University of Mumbai, Índia)

Wolfgang Adolf Karl Döpcke (Universidade de Brasília, Brasil)

Esta edição também contou com a avaliação dos pesquisadores Athos Munhoz Moreira da Silva, Frédéric Jean Marie Monié, Gustavo Henrique Feddersen, Katia Xavier-Zeca, Leonardo Xavier da Silva e Sofia Isabel Vizcarra Castillo.

# REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS AFRICANOS

Brazilian Journal of African Studies

© Centro Brasileiro de Estudos Africanos - UFRGS

Acompanhamento Editorial: Michele Bandeira

Capa: Janaína Horn

Projeto gráfico: Janaína Horn

Diagramação: Gabriela Gampe Bonness

Revisão de padrão: Felipe Raskin Cardon e Marcos Viola Cardoso

Arte: Tiago Oliveira Baldasso

A *Revista Brasileira de Estudos Africanos* está disponível online em português e inglês em  
[www.seer.ufrgs.br/rbea](http://www.seer.ufrgs.br/rbea)

## CONTATO

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Faculdade de Ciências Econômicas

Av. João Pessoa, 52 – Sala 18C – 1º andar

CEP 90040-000 - Centro – Porto Alegre/RS - Brasil

Fone: +55 51 3308.3272 / 3308.3348

E-mail: [cebrafrica@ufrgs.br](mailto:cebrafrica@ufrgs.br)

[seer.ufrgs.br/rbea](http://seer.ufrgs.br/rbea)

[ufrgs.br/cebrafrica](http://ufrgs.br/cebrafrica)

## DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de  
Ciências Econômicas da UFRGS

Revista Brasileira de Estudos Africanos / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Centro Brasileiro de Estudos Africanos. – Ano 9, n. 18 (jul./dez. 2024). – Porto Alegre : UFRGS/FCE/CEBRAFRICA, 2024 -

Semestral.

ISSN 2448-3907.

e-ISSN 2448-3923

1. África. 2. Relações internacionais. 3. Integração regional.  
4. Segurança internacional. 5. Política de defesa.

CDU 327

# SUMÁRIO

<b>EDITORIAL</b>	<b>7</b>
<i>Analúcia Danilevicz Pereira</i>	
<b>O REDIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO DA RÚSSIA PARA A ÁFRICA: IMPLICAÇÕES GEOPOLÍTICAS EM UM MUNDO MULTIPOLAR</b>	<b>10</b>
<i>Habib Badawi</i>	
<b>A POLÍTICA EXTERNA EGÍPCIA SOB O GOVERNO AL-SISI: CAMINHOS PARA A DIVERSIFICAÇÃO DE PARCERIAS</b>	<b>41</b>
<i>Charles Pereira Pennaforte</i> <i>Mateus José da Silva Santos</i>	
<b>O ACORDO TRIPARTIDO COMESA-EAC-SADC NO CONTEXTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA COMUNIDADE ECONÔMICA AFRICANA (CEA)</b>	<b>63</b>
<i>Almeida Zacarias Machava</i> <i>Tomás Bernardo Chirindza</i>	
<b>MOÇAMBIQUE: O EXTREMISMO VIOLENTO E O TERRORISMO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO</b>	<b>95</b>
<i>Ercilio Neves Brandão Langa</i>	
<b>INFLUXOS TECNOLÓGICOS ORIUNDOS DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO QUÊNIA</b>	<b>124</b>
<i>Naftaly Mose</i> <i>Omonike Ige-Gbadeyan</i> <i>John Thomi</i>	
<b>IMPACTO SOCIOECONÔMICO DO SISTEMA FERROVIÁRIO NIGERIANO MODERNIZADO PELOS CHINESES</b>	<b>146</b>
<i>Olaoluwanike Comfort Ogunrinu</i> <i>Lemuel Ekedegwa Odeh</i>	
<b>POBRE DEMAIS PARA A PAZ: MULHERES NO PROGRAMA DE ANISTIA DO DELTA DO NÍGER NA NIGÉRIA</b>	<b>173</b>
<i>Jacinta Chiamaka Nwaka</i> <i>Lilian Chidiebere Onyeiwu</i> <i>Marcel Alkali</i>	

## RESENHA

**“25 ANOS DE COOPERAÇÃO EM DEFESA NA CPLP”, DE KAMILLA RAQUEL RIZZI  
E LUÍS MANUEL BRÁS BERNARDINO**

**199**

*Nathaly Xavier Schutz*

*Irina Lima Martínez*

## EDITORIAL

**Analúcia Danilevicz Pereira**

Dezembro/2024

O contexto mundial atual, no qual a África adquire relevância, apresenta um conjunto de tensões sobrepostas e multifacetadas, cujo epicentro estamos atravessando. A crise atual é bastante peculiar, principalmente, pela simultaneidade de vários eventos que convergem em direção aos conflitos e às guerras. Por outro lado, o desgaste político, ideológico e econômico do Ocidente descortinou, no continente africano, uma diversidade de projetos e regimes políticos e o crescimento econômico, que ampliou o lugar da África na economia global. As mudanças de caráter sistêmico na posição do continente africano, como espaço geopolítico e geoeconômico, decorrem do estabelecimento de um novo padrão político de interações internacionais, com o desenvolvimento das parcerias africanas nos marcos da Cooperação Sul-Sul e Sul-Leste, paralelamente à erosão do monopólio político e econômico de cinco séculos do Ocidente. A África caminha, nesse sentido, em direção à defesa da adequação da ordem internacional às realidades do século XXI.

O impacto das mudanças climáticas é particularmente acentuado no continente, que apresenta a mais elevada taxa de crescimento demográfico do mundo, que igualará sua população à da Ásia no final do século. Todavia, há a expectativa de que mais da metade do crescimento populacional mundial até 2050 ocorra nesse continente. Esse fato abrirá novas possibilidades de mercado e trabalho ao lado dos recursos que há muito atraem interesse internacional, conduzindo a desafios humanitários e de desenvolvimento. Nesse sentido, a África figura, cada vez mais, na discussão de importantes países e organizações devido a sua crescente importância nos assuntos globais.

Atualmente, essa população, extremamente jovem, tem constituído a base de crescentes fluxos migratórios intra-africanos e rumo à Europa, gerando tensões internacionais. Simultaneamente, cresce a procura por recursos naturais estratégicos no continente e a inevitável multiplicação de interações com as potências antigas e em ascensão. Em tal quadro, os dirigentes são forçados a buscar formas políticas alternativas, se tornando mais assertivos

no fortalecimento do Estado e da diplomacia. Elas seriam sustentáveis? Ao mesmo tempo, se acentuam rivalidades regionais, típicas do amadurecimento de Estados-Nação, como na Europa dos séculos anteriores. O surpreendente é que tal processo obriga as potências extracontinentais a terem que se adaptar à nova dinâmica e às prioridades africanas.

Mas há que considerar que as potências mundiais buscam criar zonas de influência ou até mesmo promover uma nova distribuição de poder. Em muitos casos, as elites políticas africanas, muitas vezes pressionadas por problemas políticos, socioeconômicos e conflitos domésticos, buscam apoio externo. O que se revela original é a mudança qualitativa das interações internacionais. Os interesses africanos em torno da autonomia e do desenvolvimento têm sido, nesse sentido, condicionados pela lógica global de rivalidade ou cooperação entre as principais potências.

Considerando o contexto de tensões e realinhamentos internacionais que marcam a atual crise sistêmica, muitos países africanos têm atuado diretamente na construção de um mundo multipolar. A multipolaridade ainda é instável, e estes níveis de instabilidade afetam diretamente a possibilidade de retomada dos projetos nacionais de desenvolvimento da chamada semiperiferia mundial. Entretanto, é progressivo o movimento de tomada de consciência política em torno da nova realidade internacional.

Em seu 18º número, a RBEA apresenta 7 artigos e 1 resenha de acadêmicos de diferentes nacionalidades. Além de brasileiros, o número conta com a contribuição de acadêmicos da África do Sul, China, Líbano, Quênia, Moçambique e Nigéria. Habib Badawi, em “*O redirecionamento estratégico da Rússia para a África: implicações geopolíticas em um mundo multipolar*” examina o redirecionamento estratégico da Rússia para a África, analisando as motivações, abordagens e implicações do engajamento renovado de Moscou com o continente. Em “*A Política Externa egípcia sob o governo Al-Sisi: caminhos para a diversificação de parcerias*”, Charles Pereira Pennaforte e Mateus José da Silva Santos analisam as principais características que envolvem o processo de reposicionamento global e regional do Egito a partir da última década. Já Almeida Zacarias Machava e Tomás Bernardo Chirindza discutem como o Acordo Tripartido COMESA-EAC-SADC tem potencial para ultrapassar os desafios e contribuir para o processo de integração africano no âmbito da Comunidade Econômica Africana no artigo intitulado “*O Acordo Tripartido COMESA-EAC-SADC no contexto da implementação da Comunidade Econômica Africana (CEA)*”.

A avaliação das causas do conflito na Província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, é objeto do artigo “*Moçambique: o extremismo violento*”.

*e o terrorismo na Província de Cabo Delgado*”, de Ercilio Neves Brandão Langa. Em seguida, Naftaly Mose, Omonike Ige-Gbadeyan e John Thomi, no artigo *“Influxos tecnológicos oriundos do Investimento Estrangeiro Direto no Quênia”* analisam o papel do influxo de Investimento Estrangeiro Direto (IED) na inovação tecnológica no Quênia. A contribuição chinesa à modernização ferroviária na Nigéria e seu impacto para desenvolvimento da infraestrutura e para o avanço econômico é o foco de discussão em *“Impacto socioeconômico do sistema ferroviário nigeriano modernizado pelos chineses”*, de Olaoluwanike Comfort Ogunrinu e Lemuel Ekedegwa Odeh. Por fim, Jacinta Chiamaka Nwaka, Lilian Chidiebere Onyeiwu e Marcel Alkali examinam os fundamentos da exclusão das mulheres do Programa de Anistia do Delta do Níger (NDAP), que foi planejado, patrocinado e implementado localmente, o que criou expectativas de transformação nas bases sociais no artigo *“Pobre demais para a paz: mulheres no Programa de Anistia do Delta do Níger na Nigéria”*. A RBEA apresenta, também, a resenha da obra *“25 Anos de Cooperação em Defesa na CPLP”*, de Kamilla Raquel Rizzi e Luís Manuel Brás Bernadino (Lisboa: Mercado de Letras Editores, 2023), por Nathaly Xavier Schutz e Irina Lima Martínez.

A RBEA é uma publicação eletrônica bilíngue (português e inglês). Assim, esperamos a contribuição de colegas do Brasil e do exterior, com os quais pretendemos estabelecer vínculos para o aprofundamento do conhecimento e a construção de uma visão do Sul sobre o continente africano e das relações com ele.

\*\*\*

Agradecemos aos Assistentes de Edição Augusto Lorenzo Esposito e Gabriela Gampe Bonness e à equipe do CEBRAFRICA que trabalhou na tradução e revisão dos artigos: Amabilly Bonacina, Augusto Camatti, Gabriele Lima de Souza, Isabella Cruzichi, Isadora Perciliana dos Santos, Isadora Vedana, Luiza Gabriel de Souza, Maria Eduarda Lameira Nascimento, Mariana Reali Vitola, Matheus Severiano Marques Xavier, Pedro Henrique Galante Zandoná, Rebeca Martins de Lima e Vinicius Zanchin Baldissera.

# O REDIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO DA RÚSSIA PARA A ÁFRICA: IMPLICAÇÕES GEOPOLÍTICAS EM UM MUNDO MULTIPOLAR

Habib Badawi<sup>1</sup>



## Introdução

O cenário geopolítico global está passando por uma transformação significativa, com novos centros de poder desafiando o domínio duradouro das nações ocidentais. Entre esses atores emergentes, a Rússia tem procurado cada vez mais expandir sua influência para além das suas esferas de interesse tradicionais. Recentemente, Moscou tem empreendido em um redirecionamento estratégico para a África, reavivando laços históricos e forjando novas parcerias por todo o continente. Esse empenho renovado ocorre em um momento crítico, conforme as tensões entre a Rússia e o Ocidente escalam, particularmente após o conflito da Ucrânia.

O ressurgimento do interesse russo na África não se trata meramente de um movimento tático, mas de uma reorientação estratégica de política externa. Como Abramova (2024) argumenta, essa reaproximação é orientada por considerações estratégicas de longo prazo, em vez de ganhos táticos no curto prazo. Essa mudança reflete uma reavaliação ampla do papel global da Rússia e de suas aspirações de desafiar a ordem internacional dominada pelo Ocidente.

---

<sup>1</sup> Departamento de História, Universidade Libanesa. Beirute, Líbano. E-mail: habib.badawi@ul.edu.lb. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6452-8379>.

## Perguntas e objetivos da pesquisa

Essa pesquisa procura examinar motivações, estratégias e implicações da crescente presença russa na África, abordando diversas questões-chave:

1. Quais são os principais motivadores por trás do renovado interesse russo na África?
2. Como a abordagem de Moscou no engajamento com a África se difere de abordagens utilizadas por outras potências globais?
3. Quais são as implicações potenciais da estratégia russa para a África para a geopolítica global e para a ordem mundial multipolar emergente?
4. Como as nações africanas podem navegar a crescente competição entre as potências globais no continente?

O significado desse estudo se encontra no seu potencial de trazer à luz as dinâmicas das relações internacionais em evolução no século XXI. Conforme a África se torna uma arena de importância crescente para a competição global, entender o papel da Rússia e seus objetivos no continente é crucial para políticos, acadêmicos e partes interessadas no que diz respeito a assuntos internacionais.

O envolvimento russo na África representa um microcosmo de uma mudança de poderes globais mais ampla. Examinando esse caso específico, podemos ganhar insights sobre a natureza mutável das relações internacionais, os desafios para a hegemonia ocidental, e a emergência de novas formas de cooperação e competição no Sul Global.

## Enquadramento teórico e metodologia

O redirecionamento estratégico da Rússia para a África pode ser entendido a partir de uma composição de várias lentes teóricas que incorporam elementos do neorealismo, do construtivismo, do neoimperialismo, da teoria do *soft power*, e da geoeconomia. Esse quadro integrado possibilita uma análise matizada de fatores econômicos, geopolíticos e ideacionais que impulsionam o envolvimento da Rússia com o continente africano.

## Perspectiva neorrealista

A teoria neorrealista, como articulada por Kenneth Waltz e John Mearsheimer, providencia uma fundação para compreender o comportamento russo em termos de balanceamento de poder e maximização da segurança em um sistema internacional anárquico. O engajamento da Rússia na África pode ser visto como uma tentativa de: a) contrabalancear a influência ocidental e promover a multipolaridade; b) garantir recursos estratégicos e posicionamento geopolítico; e c) melhorar seu poder relativo no sistema internacional. O neorrealismo ajuda a explicar os esforços russos para estabelecer posições militares em locais estratégicos, tal como a instalação naval proposta no Sudão, e seu foco na venda de armamento e na cooperação securitária com várias nações africanas.

## Elementos construtivistas

O construtivismo, como desenvolvido por Alexander Wendt e outros, oferece valiosos insights sobre o papel das ideias, identidades e normas que moldam a estratégia da Rússia para a África. Essa perspectiva ajuda a explicar:

a) A ênfase da Rússia em narrativas anticoloniais compartilhadas e oposição à hegemonia ocidental.

b) O cultivo de uma identidade de grande potência por meio do engajamento na África.

c) A importância do *status* e do reconhecimento nas relações internacionais.

O construtivismo ilumina os esforços russos de se posicionar como um parceiro alternativo ao Ocidente, aproveitando laços históricos e narrativas compartilhadas de resistência ao domínio ocidental.

## Enquadramento neoimperialista

Partindo da teoria neoimperialista, como debatido por acadêmicos como David Harvey (2003), podemos analisar a abordagem da Rússia em termos de: a) exploração econômica e de extração de recursos; b) uso de poder militar e de contratantes militares privados para exercer influência e c) A criação de esferas de influência e estados-clientes. Esse enquadramento ajuda a explicar o foco da Rússia em países ricos em recursos e sua disposição

em intervir em ambientes de segurança complexos, como visto na República Centro-Africana.

### **Soft power e diplomacia pública**

O conceito de *soft power* de Joseph Nye (2004), combinado com teorias de diplomacia pública, ajuda a explicar: a) os esforços russos em cultivar laços culturais e educacionais com nações africanas; b) o uso da mídia e de campanhas de informação para moldar percepções; e c) o alavancamento de relações históricas e de narrativas compartilhadas. A teoria do *soft power* ajuda a elucidar os investimentos russos em intercâmbios educacionais, divulgação na mídia, e as iniciativas de diplomacia cultural na África.

### **Geoeconomia**

A perspectiva geoeconômica, proveniente do trabalho de Edward Luttwak (1990) e outros, ilumina: a) o uso de instrumentos econômicos para objetivos geopolíticos; b) a importância estratégica de parcerias no setor energético e de projetos de infraestrutura; e c) o papel de companhias estatais em propagar e avançar os interesses nacionais. A geoeconomia ajuda a explicar o foco da Rússia na cooperação no setor de energia, no desenvolvimento de infraestruturas, e no uso de influência econômica para gerar influência política na África.

### **Metodologia**

Esse estudo emprega uma abordagem qualitativa para analisar o redirecionamento estratégico da Rússia para a África. Tal método foi escolhido por sua habilidade de providenciar percepções aprofundadas sobre fenômenos geopolíticos. A abordagem qualitativa possibilita um exame matizado de fatores históricos, políticos, e econômicos que modelam a interação entre a Rússia e a África.

A pesquisa baseia-se em uma vasta gama de fontes primárias e secundárias, incluindo documentos oficiais, discursos, e documentos políticos provenientes do governo russo e de governos africanos. Também utiliza literatura acadêmica, análises de especialistas e relatórios da mídia. Fontes-chave incluem relatórios de *think tanks* como o *Carnegie Endowment for International*

*Peace*, o *Institute for Security Studies* e periódicos acadêmicos como o *The Washington Quarterly* e o *South African Journal on International Affairs*.

Essa pesquisa combina análise histórica com estudos de caso contemporâneos, para providenciar uma análise abrangente da estratégia da Rússia para a África. Uma abordagem comparativa também é utilizada para examinar como o engajamento da Rússia na África se diferencia do envolvimento de outras potências globais no continente, particularmente a China e as nações do Ocidente. Esse enquadramento possibilita uma compreensão contextualizada das ações da Rússia dentro de um cenário mais amplo das relações internacionais na África.

## Contexto histórico: relações Rússia-África

A relação entre Rússia e África representa uma das parcerias geopolíticas em evolução mais dinâmicas da história moderna. Desde o engajamento ideológico da era soviética, passando pelo período pós-soviético de afastamento, até a reemergência moderna, essa relação moldou profundamente tanto o desenvolvimento africano como as dinâmicas de poder globais. Compreender essa trajetória histórica é crucial para contextualizar as atuais atividades russas no continente e antecipar futuros desenvolvimentos nas relações russo-africanas. Esta seção explora as três fases distintas que caracterizaram essa relação, examinando como as circunstâncias globais em mudança, ideologias políticas, e interesses econômicos influenciaram a abordagem russa de engajamento com as nações africanas.

### O engajamento da era soviética (1950-1991)

Durante a Guerra Fria, a União Soviética foi um ator significativo na África, apoiando movimentos anticoloniais e Estados recém-independentes. Esse engajamento foi caracterizado pela solidariedade ideológica, ajuda econômica, e assistência militar. Matusevich (2009) destaca a natureza complexa do envolvimento soviético na África, que foi além da mera exportação ideológica, também incluiu importantes intercâmbios culturais e educacionais.

Grandes projetos dessa era incluíram a Represa de Assuã, no Egito. Essas iniciativas demonstram o comprometimento da União Soviética em apoiar o desenvolvimento africano enquanto simultaneamente expandia sua influência geopolítica (Zubok 2022).

A abordagem da União Soviética na África não foi uniforme ao longo do continente. Yordaniiov (2012) faz uma análise detalhada do envolvimento soviético na Etiópia e na Somália de 1947 até 1991, ilustrando as complexidades e contradições na política soviética. O Chifre da África se transformou em uma arena importante para a competição da Guerra Fria, com a União Soviética e os Estados Unidos apoiando lados opostos em conflitos regionais.

## **Declínio pós-soviético (1991-2000)**

O colapso da União Soviética em 1991 levou a um declínio acentuado da presença da Rússia na África. Restrições econômicas e um foco em questões domésticas resultaram na retirada da maior parte do pessoal russo e no fechamento de vários programas de ajuda. Esse período presenciou países ocidentais e, crescentemente, a China, preencherem o vácuo deixado pelo afastamento russo.

Zubok (2022) argumenta que essa retirada não foi meramente um resultado de restrições econômicas, mas também refletiu uma desilusão mais ampla com os comprometimentos da política externa da era soviética. O novo governo russo, sob o comando de Boris Yeltsin, priorizou a integração com o Ocidente, levando à negligência de aliados soviéticos tradicionais na África e em outros locais do Sul Global.

## **Fundações para o interesse renovado (2000-presente)**

O início dos anos 2000 marcaram o começo do interesse renovado da Rússia na África. Isso foi impulsionado pela recuperação econômica sob a liderança de Vladimir Putin e por um desejo de reafirmar a influência global da Rússia. Esforços iniciais focaram no perdão das dívidas e no reavivamento das relações da era soviética. Marten (2019) identifica vários fatores que contribuem para o retorno russo para a África:

1. Um desejo de desafiar a influência ocidental e promover uma ordem mundial multipolar.
2. Oportunismo econômico, particularmente na indústria extrativista.
3. A oportunidade de projetar poder por meio de cooperação militar e pela venda de armamento.
4. A procura por apoio diplomático em fóruns internacionais.

Esse engajamento renovado foi caracterizado por uma abordagem mais pragmática quando comparada à abordagem ideologicamente impulsionada da era soviética. A Rússia procurou aproveitar suas forças em áreas como energia, mineração e tecnologia militar para construir parcerias com nações africanas.

## Motivadores da estratégia russa para a África

Mudanças contemporâneas na ordem global tem precipitado realinhamentos notáveis em parcerias internacionais, particularmente evidente nas dinâmicas em constante evolução entre as grandes potências e o continente africano. O exame dos padrões de envolvimento estratégico revela motivadores multifacetados, pertencentes aos domínios econômico, político, e securitário, que modelam relações interestatais.

## Imperativos econômicos

As sanções impostas pelo Ocidente após a anexação da Crimeia em 2014 e da invasão da Ucrânia em 2022 têm compelido a Rússia a procurar novos mercados e parcerias econômicas. A África, com a sua base de consumidores em crescimento e vastidão de recursos naturais, apresenta uma alternativa atrativa aos mercados ocidentais.

Gopaldas (2023) argumenta que o engajamento econômico da Rússia com a África é estimulado tanto pela necessidade, como pela oportunidade. A exigência de contornar as sanções ocidentais têm acelerado o redirecionamento russo em direção a mercados não ocidentais, com a África emergindo como foco central. Concomitantemente, o rápido crescimento econômico e urbanização da África apresenta oportunidades significativas para os negócios russos, particularmente em setores como energia, infraestrutura, e tecnologia. A estratégia econômica russa na África é multifacetada, englobando:

**1. Cooperação agrícola:** A Rússia procurou melhorar sua perícia no setor agrícola a fim de desenvolver parcerias com nações africanas, particularmente na produção de grãos e exportação.

**2. Vendas de armamento:** A África se tornou um mercado significativo para equipamentos militares russos. O Stockholm International Peace Research Institute (2022) relatou que a Rússia contabiliza 44% das importações de armamento para a África entre 2017 e 2021.

**3. Desenvolvimento da infraestrutura:** Firms russas asseguraram contratos para grandes projetos de infraestrutura, incluindo usinas nucleares e redes de transporte.

**4. Extração de recursos:** Companhias russas têm investido intensamente em petróleo, gás e recursos minerais africanos. Trickett (2017), por exemplo, detalha o envolvimento da Rosneft em campos de gás *offshore* de Moçambique.

## Considerações geopolíticas

A inserção da Rússia na África faz parte de uma estratégia mais ampla de desafio ao domínio global Ocidental e de promoção de uma ordem mundial multipolar. Ao expandir sua influência na África, a Rússia procura diminuir a influência ocidental no continente e se posicionar como um mediador do poder global.

Allard e Masuhr (2022) argumentam que a estratégia russa para a África está calcada em uma narrativa histórica de anti-imperialismo e apoio à soberania nacional. Tal narrativa ecoa em vários líderes africanos que estão receosos com o intervencionismo e com a condicionalidade nas relações de ajuda e comércio por parte do Ocidente. Os objetivos geopolíticos da Rússia na África incluem:

**1. Oposição à influência ocidental:** Ao oferecer parcerias alternativas em áreas como cooperação securitária e desenvolvimento econômico, a Rússia procura reduzir a dependência africana das nações ocidentais.

**2. Demonstração do alcance global:** Uma forte presença na África possibilita a projeção do poder russo para além de sua vizinhança imediata e a reivindicação da condição de potência global.

**3. Proteção de locais estratégicos:** A Rússia demonstrou interesse em estabelecer instalações militares em locais estratégicos, como o centro logístico naval proposto no Sudão (Ramani 2021).

**4. Modelagem de dinâmicas regionais:** Por meio de intervenções direcionadas e apoio a grupos específicos, a Rússia procura influenciar resultados políticos em nações africanas chave.

## Acesso a recursos e segurança

Os recursos naturais abundantes da África, que incluem petróleo, gás, e minerais, se alinham com os interesses econômicos russos. A garantia de acesso a esses recursos melhora a posição econômica global da Rússia e providencia um alavancamento em mercados internacionais.

Mlambo, Kushamba e Simawu (2016) comparam a estratégia russa focada em recursos com a empreendida pela China, notando que, embora ambas nações procurem acesso aos recursos africanos, a abordagem russa é geralmente mais fortemente ligada a considerações geopolíticas. Companhias russas, muitas com laços estreitos com o Estado, têm garantido participações em projetos de extração de recursos na África, particularmente no setor de energia. A dimensão da securitização de recursos contida na estratégia russa para a África inclui:

**1. Recursos agrícolas:** A cooperação na agricultura procura aperfeiçoar a segurança alimentar da Rússia e melhorar a sua posição como grande exportadora de grãos.

**2. Diversificação de parcerias no setor de energia:** Ao investir em projetos de petróleo e gás na África, a Rússia procura manter sua influência global sobre o setor de energia, mesmo com as tentativas da Europa de reduzir a própria dependência em recursos russos.

**3. Garantindo minerais críticos:** A Rússia tem mostrado interesse em depósitos africanos de elementos de terras raras e outros minerais cruciais para indústrias de alta tecnologia.

## Apoio diplomático em fóruns internacionais

As nações africanas constituem um bloco de voto significativo nas organizações internacionais, tornando seu apoio diplomático crucial para a Rússia. Isso se torna particularmente valioso uma vez que a Rússia enfrenta um isolamento crescente dos países ocidentais.

Handy e Djilo (2022) analisam a posição dividida da África em relação à Guerra da Ucrânia, destacando os fatores complexos que influenciam as posições das nações africanas em fóruns internacionais. A Rússia tem ativamente cortejado o apoio diplomático africano, enfatizando os laços históricos e a mútua oposição à hegemonia ocidental. A dimensão diplomática da estratégia russa para a África inclui:

**1. Contrabalanceamento das narrativas ocidentais:** O apoio africano ajuda a Rússia a desafiar as narrativas globais dominadas pelo Ocidente em questões como democracia, direitos humanos e segurança internacional.

**2. Legitimação em organizações internacionais:** O apoio africano ajuda a Rússia a manter a sua influência em instituições como o Conselho de Segurança da Nações Unidas.

**3. Apoio a iniciativas russas:** A Rússia tem buscado a participação africana em fóruns estabelecidos pelo país, como a Cúpula Rússia-África, para demonstrar o alcance global de sua diplomacia.

**4. Votos na Assembleia Geral das Nações Unidas:** A Rússia busca o apoio africano em resoluções-chave, como as relacionadas ao conflito da Ucrânia (United Nations 2022).

## **Dimensões do engajamento russo na África: iniciativas econômicas, militares e diplomáticas**

A análise das estratégias de engajamento entre as grandes potências e as nações africanas revela padrões operacionais distintos em múltiplos setores. Essa seção analisa a abordagem sistemática do engajamento da Rússia na África em quatro dimensões principais: cooperação econômica e investimento, assistência militar e venda de armamento, iniciativas diplomáticas e desenvolvimento de infraestrutura. Por meio da observação empírica de atividades e acordos documentados, esses elementos interligados demonstram o quadro metodológico pelo qual as relações interestatais são cultivadas e mantidas no contexto moderno.

### **Cooperação econômica e investimento**

A Rússia aumentou significativamente o seu engajamento econômico na África, focando em energia, mineração e agricultura. Os principais atores incluem companhias estatais como a Gazprom, Rosneft e Rosatom. Enquanto o total do volume de comércio continua modesto quando comparado com a China ou com nações ocidentais (aproximadamente \$18 bilhões em 2022), existe um significativo potencial para crescimento.

Mishra (2023) caracteriza a estratégia econômica da Rússia na África como “baixo risco, alta recompensa”, apontando que a Rússia tem sido capaz de ganhar uma influência significativa por meio de investimentos relativa-

mente modestos. Essa abordagem permitiu à Rússia competir com os agentes econômicos mais bem estabelecidos na África, como a China e nações ocidentais, mesmo tendo menos recursos à sua disposição. Aspectos-chave do engajamento econômico russo incluem:

**1. Cooperação agrícola:** A Rússia tem alavancado sua posição como um dos principais exportadores de grãos para desenvolver parcerias no setor agrícola com nações africanas. Isso inclui não somente o comércio, mas a transferência de tecnologia e projetos de desenvolvimento conjunto.

**2. Parcerias no setor de energia:** Companhias Russas têm garantido contratos significativos em matéria de exploração de petróleo e gás através da África. Por exemplo, o envolvimento da Rosneft em campos de gás offshore em Moçambique representa um dos principais investimentos no futuro da energia do continente (Trickett 2017).

**3. Desenvolvimento de infraestrutura:** Firms russas têm garantido contratos para grandes projetos de infraestrutura, incluindo redes de transporte, instalações de energia, e complexos industriais. Esses projetos geralmente possuem condições de financiamento favoráveis, tornando-os atraentes para os governos africanos.

**4. Empreendimentos de mineração:** Companhias russas têm investido em operações de mineração em toda a África, particularmente em ouro, diamantes e minerais estratégicos. Esses investimentos vêm muitas vezes com acordos para o processamento e venda dos recursos extraídos.

**5. Cooperação no setor de energia nuclear:** A Rosatom, a corporação de energia nuclear do Estado russo, assinou acordos com vários países africanos a fim de desenvolver usinas nucleares. Esses projetos de longo prazo não somente providenciam soluções no âmbito energético, mas também criam dependências tecnológicas duradouras.

## Assistência militar e venda de armamento

Um dos pilares da estratégia russa na África tem sido o fornecimento de armas e o apoio militar a várias nações africanas. Isso inclui venda de armamento, programas de treinamento e o uso de contratantes militares privados. Essa abordagem é construída a partir de laços históricos e capitalizada por meio da reputação russa de grande exportadora de armamento.

Marten (2019) destaca a natureza dual do envolvimento militar da Rússia na África, que serve objetivos econômicos e geopolíticos. A venda de armamento providencia uma receita para a indústria de defesa russa

enquanto também cria dependências de longo prazo e influência. Os elementos-chave da assistência militar russa para a África incluem:

**1. Venda de armamentos:** A Rússia se tornou o maior fornecedor de armamento para a África, contabilizando 44% das importações de armamento do continente entre 2017 e 2021 (Stockholm International Peace Research Institute 2022). Essas vendas variam desde armas pequenas à sistemas avançados como jatos de combate e sistemas de defesa aérea.

**2. Cooperação antiterrorista:** A Rússia se posiciona como um parceiro nos esforços antiterroristas, particularmente na região do Sahel. Essa cooperação inclui geralmente o compartilhamento de inteligência e operações conjuntas.

**3. Missões de paz:** A Rússia tem participado em missões de paz da ONU na África, usando esses destacamentos para melhorar a sua presença militar e influenciar no continente.

**4. Contratantes militares privados:** O emprego de companhias militares privadas russas, especialmente o grupo Wagner, vem se tornando um aspecto significativo do engajamento russo na África. Racz (2020) analisa a relação complexa entre esses contratantes e o Estado russo, pontuando seu papel em avançar interesses russos em zonas de conflito.

**5. Serviços de treinamento e assessoria:** O corpo militar russo fornece treinamento para forças armadas africanas, melhorando a interoperabilidade com o equipamento e doutrinas russas. Isso cria laços duradouros entre os estabelecimentos militares russos e africanos.

## **Alcance diplomático e *soft power***

A Rússia tem complementado suas iniciativas econômicas e militares com esforços diplomáticos, incluindo cúpulas de alto nível, acordos bilaterais e apoio a interesses africanos em fóruns internacionais. As iniciativas de *soft power* incluem intercâmbios educacionais e o alcance da mídia, embora permaneçam limitados em comparação aos esforços ocidentais.

Abramova (2024) argumenta que o engajamento diplomático da Rússia com a África é estratégico, e não tático, visando construir parcerias e influência de longo prazo. Essa abordagem inclui:

**1. Parcerias bilaterais:** A Rússia tem cultivado fortes relações bilaterais com nações africanas consideradas importantes, geralmente focando em países com recursos estratégicos ou importância geopolítica.

**2. Intercâmbios educacionais:** A Rússia reavivou programas da era soviética, oferecendo bolsas para estudantes africanos, procurando criar um conjunto de elites africanas com laços com a Rússia.

**3. Mídia e campanhas de informação:** Plataformas de mídia com apoio do Estado russo como a RT e a Sputnik expandiram a sua cobertura africana, oferecendo narrativas alternativas à mídia Ocidental (Siegel 2023).

**4. Cúpula Rússia-África:** Iniciado em 2019, esse fórum de alto nível reúne líderes russos e africanos para discutir a cooperação em diversos setores. A cúpula simboliza o comprometimento da Rússia de se engajar com a África como um bloco, similar ao Fórum de Cooperação China-África (FOCAC).

**5. Apoio em fóruns internacionais:** A Rússia advoga pelos interesses africanos em organizações internacionais, posicionando-se como um defensor das causas africanas no cenário global.

Todavia, Weiss e Rumer (2019) pontuam que as iniciativas de *soft power* da Rússia na África enfrentam desafios significativos, incluindo recursos limitados em comparação com os esforços ocidentais e chineses, e os efeitos persistentes da retirada russa da África na década de 1990.

## Projetos de desenvolvimento de infraestrutura

A Rússia se envolveu em projetos de infraestrutura por toda a África, particularmente no setor de energia. Os acordos para usinas nucleares da Rosatom em vários países exemplifica essa abordagem, posicionando a Rússia como um ator-chave no futuro da energia na África. Os aspectos centrais do engajamento no setor de infraestrutura incluem:

**1. Infraestrutura digital:** Companhias de tecnologia russas têm mostrado um aumento no interesse relacionado à economia digital que cresce na África, oferecendo soluções em áreas como telecomunicações e cibersegurança.

**2. Instalações industriais:** A Rússia tem investido no desenvolvimento de complexos industriais, particularmente nos setores de mineração e energia, muitas vezes como parte de acordos mais amplo de extração de recursos.

**3. Energia nuclear:** A empresa Rosatom assinou acordos com vários países africanos, incluindo Egito, Nigéria e Gana, para desenvolver usinas

nucleares. Esses projetos não só abordam necessidades energéticas, mas também criam dependências tecnológicas a longo prazo.

**4. Redes de transporte:** Companhias russas têm se envolvido em projetos de construção e modernização de ferrovias em vários países africanos, melhorando a conectividade e o potencial comercial.

Todavia, como Marten (2019) aponta, os investimentos russos no setor de infraestrutura na África são geralmente mais limitados em escala quando comparados com os do Ocidente ou da China, refletindo a abordagem mais focada e estratégica da Rússia de inserção no continente.

## Estudos de caso

A análise empírica do engajamento em regiões específicas providencia percepções cruciais sobre a implementação prática das iniciativas estratégicas na África. Essa seção examina três casos distintos — a importância marítima do Sudão, as dinâmicas securitárias na República Centro-Africana, e as parcerias energéticas da África do Norte — para ilustrar as variadas manifestações de cooperação interestatal. Por meio de examinações detalhadas desses casos, padrões emergem que demonstram como os enquadramentos teóricos do engajamento se traduzem em resultados diplomáticos, econômicos e securitários tangíveis em diferentes contextos regionais.

## O Sudão e a estratégia para o Mar Vermelho

A proposta de instalação de um centro de logística naval russo em Porto Sudão destaca as ambições estratégicas de Moscou na região do Mar Vermelho. Esse movimento, se realizado, providenciaria à Rússia uma base em um corredor marítimo crítico e desafiaria a influência Ocidental na área. Ramani (2021) analisa a estratégia da Rússia no Sudão, destacando que essa engloba múltiplas dimensões:

**1. Interesses econômicos:** A Rússia investiu no setor de mineração de ouro do Sudão e vê potencial para uma maior extração de recursos.

**2. Presença militar:** A instalação naval iria possibilitar à Rússia projetar seu poder no Mar Vermelho e no Oceano Índico, aumentando seu alcance naval global.

**3. Influência política:** A Rússia cultivou laços com a liderança militar do Sudão, posicionando-se como um parceiro externo de importância ímpar durante a transição política do país.

**4. Dinâmicas regionais:** A presença no Sudão permite à Rússia desempenhar um papel mais significativo na geopolítica do Mar Vermelho e do Chifre da África.

No entanto, a concretização desta estratégia enfrenta desafios, incluindo a instabilidade política no Sudão e a oposição de outras potências regionais e globais.

## República Centro-Africana: cooperação militar e extração de recursos

O envolvimento russo na República Centro-Africana (RCA) demonstra sua disposição para engajar em ambientes securitários complexos. Por meio de treinamento militar, venda de armamento, e da presença relatada de contratantes militares privados, a Rússia ganhou uma influência significativa na RCA, garantindo acesso aos recursos minerais em troca. Oliver (2021) detalha a natureza multifacetada do envolvimento da Rússia na RCA:

**1. Proteção diplomática:** A Rússia tem protegido o governo da RCA de criticismo internacional, usando a sua posição no Conselho de Segurança da ONU para moderar sanções e mandatos de missões de paz.

**2. Influência política:** A Rússia se tornou um apoiador-chave do governo do presidente Faustin-Archange Touadéra, ganhando uma vantagem política significativa.

**3. Acesso a recursos:** Em troca de seu suporte, a Rússia tem garantido direitos para explorar os recursos minerais da RCA, particularmente diamantes e ouro.

**4. Provisão securitária:** Os contratantes militares privados da Rússia, particularmente o Grupo Wagner, têm desempenhado um papel crucial ao treinar as forças armadas da RCA e providenciar segurança para o governo.

Esse caso ilustra a habilidade da Rússia de utilizar recursos limitados para alavancar seu ganho geopolítico, ainda que em um ambiente altamente instável.

## O norte da África: parcerias energéticas e influência política

No norte da África, particularmente na Líbia e na Argélia, a Rússia procurou aproveitar suas competências energéticas e suas relações políticas para ganhar influência. Isso inclui o envolvimento no conflito civil da Líbia e parcerias com a Argélia no setor de energia. Aspectos-chave da inserção da Rússia na África do Norte incluem:

**1. Argélia:** A Rússia cultiva fortes laços com a Argélia, focando na cooperação energética, venda de armamento e alinhamento político em questões regionais. A Argélia continua um dos principais parceiros da Rússia na África.

**2. Egito:** Enquanto mantém sua relação tradicional com os Estados Unidos, o Egito tem diversificado suas parcerias, com a Rússia desempenhando um papel cada vez mais importante, particularmente no desenvolvimento de energia nuclear e na venda de armamento.

**3. Líbia:** A Rússia tem apoiado o Exército Nacional Libanês liderado por Khalifa Haftar, providenciando assistência militar e apoio diplomático. Esse envolvimento visa garantir um papel para a Rússia na futura resolução política da Líbia bem como em seu setor energético (Marten 2019).

A abordagem da Rússia para o Norte da África demonstra a sua habilidade em navegar dinâmicas regionais complexas e competir com a influência ocidental estabelecida na região.

## Desafios e limitações

A análise das estratégias de envolvimento contemporâneas necessita a consideração de fatores restritivos e potenciais limitações. Essa seção examina quatro desafios críticos: mecanismos de resposta ocidentais, preocupações com estabilidade regional, restrições de alocação de recursos, e dinâmicas de competição de superpotências. Por meio de uma avaliação sistemática desses fatores, são fornecidas percepções sobre a limitação prática e considerações estratégicas que moldam a efetividade e sustentabilidade de iniciativas de envolvimento internacional na África.

## Contraestratégias ocidentais

Os Estados Unidos e seus aliados provavelmente intensificarão os esforços para combater a influência russa na África, potencialmente aumentando a competição e a tensão no continente. Gopaldas (2023) aponta que as nações ocidentais têm começado a repensar seu envolvimento com a África à luz da crescente influência russa e chinesa. Potenciais contraestratégias ocidentais incluem:

1. Iniciativas diplomáticas para reforçar parcerias tradicionais.
2. Esforços para destacar os potenciais riscos do envolvimento com a Rússia.
3. Aprimoramento da cooperação securitária e de programas de assistência militar.
4. Aprimoramento do investimento econômico e de ajuda ao desenvolvimento.

## Instabilidade regional e preocupações securitárias

A volatilidade política em várias nações africanas complica o planejamento estratégico e o investimento a longo prazo da Rússia. Os riscos associados a operar em ambientes instáveis podem limitar a capacidade da Rússia de capitalizar totalmente as oportunidades econômicas ou manter uma influência consistente.

Duursma e Masuhr (2020) destacam os desafios enfrentados pela Rússia ao navegar conflitos locais complexos e balancear relações com grupos concorrentes. A dependência em contratantes militares privados, mesmo fornecendo flexibilidade, também carrega riscos reputacionais e potencial para escalonamento.

## Limitações de recursos e prioridades concorrentes

A habilidade russa de sustentar compromissos de larga escala pela África pode ser limitada, em especial devido aos compromissos em andamento em outros lugares e ao impacto econômico das sanções ocidentais. Marten (2019) argumenta que o envolvimento da Rússia na África, enquanto

estrategicamente importante, permanece relativamente de baixo custo quando comparado com seus compromissos em outras regiões.

Prioridades concorrentes, como o conflito em andamento na Ucrânia e tensões com a OTAN, podem divergir recursos e atenção das iniciativas na África. Isso pode limitar a habilidade da Rússia de competir com atores economicamente mais poderosos como a China no longo prazo.

## **Competição com outras potências globais**

A China, em particular, tem uma significativa vantagem inicial em termos de engajamento econômico com a África, apresentando um desafio às ambições russas no continente. Mlambo, Kushamba e Simawu (2016) fornecem uma análise comparativa das estratégias chinesas e russas na África, destacando a abordagem mais abrangente e intensiva em recursos da China. Outras potências emergentes, como a Turquia, a Índia, e os Estados do Golfo, também estão aprofundando sua presença na África, criando um ambiente mais cheio e competitivo para a influência.

## **Implicações para a geopolítica global**

As dinâmicas em evolução do engajamento internacional na África apresentam implicações significativas para a ordem geopolítica global. Esta seção examina quatro dimensões dessas mudanças: a emergência de dinâmicas multipolares, a transformação de esferas tradicionais de influência, a intensificação das relações das grandes potências e oportunidades e desafios resultantes para Estados africanos. Pela análise desses três elementos interconectados, são fornecidas percepções sobre como desenvolvimentos regionais contribuem para maiores mudanças nas relações internacionais contemporâneas.

## **Deslocamento para a multipolaridade**

O envolvimento russo na África contribui para a erosão da unipolaridade dominada pelo Ocidente, promovendo uma ordem mundial mais multipolar. Allard e Masuhr (2022) argumentam que a estratégia da Rússia para a África é parte de um esforço maior para reformular o sistema inter-

nacional e desafiar a hegemonia ocidental. Esse deslocamento apresenta várias implicações:

1. Desafios às normas estabelecidas e às instituições da ordem internacional liberal.
2. Maior complexidade na governança global e tomada de decisões.
3. Potencial para novas formas de cooperação internacional e formação de coalizões.

## **Impacto na influência ocidental na África**

O crescimento da presença russa desafia as parcerias tradicionais e a influência do Ocidente por todo o continente. Isso pode acarretar:

1. Na reavaliação das abordagens ocidentais de engajamento com nações africanas.
2. Em potencial para aprofundar a competição em áreas como ajuda para o desenvolvimento, cooperação securitária e investimento econômico.
3. Em mudanças nas orientações de política externa das nações africanas, bem como na estrutura de alianças.

## **Potencial para competição de grandes potências**

A África pode se tornar um palco para uma competição intensificada entre potências globais, aumentando o risco de guerras proxy e de rivalidades econômicas. Siegel (2023) adverte sobre o potencial retrocesso democrático em alguns países africanos conforme potências concorrentes priorizam interesses estratégicos sobre preocupações de governança. Essa competição pode se manifestar em:

1. Manobras diplomáticas por influência em organizações regionais e fóruns internacionais.
2. Competição econômica, particularmente em setores estratégicos como de energia e de terras raras.
3. Aumento da presença militar e do engajamento securitário por várias potências.

## Oportunidades e riscos para nações africanas

Países africanos podem se beneficiar do aumento da competição pelos seus recursos e parcerias estratégicas, mas também podem enfrentar o risco de exploração e dinâmicas neocoloniais. Handy e Djilo (2022) destacam as diversas respostas de nações africanas ao aumento da competição entre potências, pontuando que várias procuram balancear relações com múltiplos parceiros. Possíveis resultados incluem:

1. Desafios à governança e à soberania conforme potências externas procuram influenciar assuntos domésticos.
2. Aumento do poder de barganha de nações africanas em negociações com potências globais.
3. Oportunidades para diversificação econômica e desenvolvimento de infraestrutura.
4. Riscos de se prender em rivalidades geopolíticas ou guerras proxy.

## Conclusão

Esta análise de conclusão sintetiza os aspectos multidimensionais do envolvimento estratégico da Rússia na África a partir de um enquadramento teórico e de observações empíricas. A seção examina quatro elementos-chave: as implicações teóricas para as relações internacionais contemporâneas, uma revisão sistemática dos principais achados, uma avaliação de trajetórias futuras, e a identificação de áreas críticas para pesquisas subsequentes. A partir dessa examinação estruturada, a análise fornece percepções abrangentes sobre a natureza em constante evolução das dinâmicas de poder globais e suas manifestações em contextos regionais.

### *O caleidoscópio do poder: A aposta russa para a África em um mundo multipolar*

O redirecionamento estratégico da Rússia para a África representa um estudo de caso fascinante das dinâmicas em evolução das relações internacionais do século XXI. Por meio das lentes teóricas multifacetadas aplicadas — incorporando neorealismo, construtivismo, neoimperialismo, *soft power*, e geoeconomia — podemos apreciar a complexidade e a nuance do envolvimento de Moscou com o continente africano.

Como um caleidoscópio mudando seus padrões, a abordagem da Rússia na África revela o intrincado jogo de poder, identidade e interesses econômicos que moldam as questões globais. A busca neorrealista por balanceamento de poder e maximização da segurança é evidente nos esforços russos para neutralizar a influência ocidental e garantir recursos estratégicos. Todavia, essa perspectiva material sozinha falha em capturar o quadro completo.

Os elementos construtivistas da estratégia russa — sua ênfase em narrativas anticoloniais compartilhadas e no cultivo de uma identidade de grande potência — destacam a importância duradoura de ideias e normas nas relações internacionais. A invocação de laços históricos feita por Moscou e seu posicionamento como uma alternativa às parcerias ocidentais demonstra o poder da narrativa em moldar alinhamentos geopolíticos.

Pela lente neoimperialista, observamos um remanejamento moderno de padrões antigos de extração de recursos e de esferas de influência. No entanto, a abordagem da Rússia diverge do imperialismo histórico, debruçando-se mais no alavancamento econômico, em contratantes militares privados, e em parcerias estratégicas, do que em controle territorial direto. Essa estratégia diferenciada reflete os limites e as oportunidades da ordem global contemporânea.

Os aspectos do *soft power* e da diplomacia pública no envolvimento russo — de intercâmbios educacionais a campanhas midiáticas — assinalam a natureza multidimensional da influência na era informacional. Em uma era em que percepções podem moldar a realidade, a batalha pelos corações e mentes é tão crucial quanto qualquer ganho material.

A geoeconomia emerge como um componente crucial da estratégia russa para a África, ilustrando como instrumentos econômicos estão crescentemente sendo utilizados para fins geopolíticos. Parcerias energéticas, projetos de infraestrutura, e o uso estratégico de companhias estatais embaçam as linhas entre economia e política, desafiando as noções tradicionais de projeção de poder.

Conforme olhamos para o futuro, o redirecionamento da Rússia para a África levanta questões profundas sobre a natureza da ordem global em um mundo multipolar. Esse engajamento levará a um sistema internacional mais equilibrado, como argumentam os defensores da multipolaridade? Ou irá resultar em uma nova partilha da África, com potências concorrentes disputando por influência aos custos da agência e desenvolvimento africanos?

As implicações se estendem para além da África e da Rússia. Esse estudo de caso oferece uma visão sobre como potências médias e economias emergentes podem navegar num sistema internacional em constante

mudança. Desafia-nos a reconsiderar dicotomias tradicionais entre o Norte e Sul Global, Ocidente e Oriente, e a vislumbrar novas formas de cooperação e competição internacionais.

Por fim, o redirecionamento estratégico da Rússia para a África serve como um microcosmo de mudanças mais amplas que remodelam nosso mundo. O que nos lembra que na complexa tapeçaria dos assuntos internacionais, o poder é multifacetado, identidades são fluidas, e a busca por interesses nacionais estão em constante evolução. Conforme estudiosos e formuladores de políticas lidam com essas dinâmicas, fariam bem em abraçar o pluralismo teórico, reconhecendo que nenhuma perspectiva consegue capturar sozinha a completude da natureza caleidoscópica das relações internacionais do século XXI.

Ao passo que a África se torna um palco crescentemente mais importante no cenário político global, a agência e as aspirações próprias do continente não devem ser ignoradas. O sucesso ou fracasso da estratégia russa — e também o envolvimento de todas as potências externas — dependerá em última análise do quão bem ela se alinha às diversas necessidades e ambições das próprias nações africanas.

Por conseguinte, o gambito africano da Rússia oferece uma janela atraente para o futuro das dinâmicas de poder globais. Desafiando-nos a pensar além dos paradigmas tradicionais e a apreciar a intrincada dança de fatores materiais e ideacionais que moldam nosso mundo. Conforme avançamos para uma era de incertezas e transformação, tal compreensão matizada será crucial para navegar pelas complexidades das relações internacionais nas próximas décadas.

### ***Sumário dos principais achados***

O redirecionamento estratégico da Rússia para a África é impulsionado por uma complexa interação de motivações relacionadas à economia, à geopolítica, e aos recursos. Moscou emprega uma abordagem multifacetada, combinando cooperação econômica, assistência militar, alcance diplomático e desenvolvimento de infraestrutura para expandir sua influência no continente. Entre os achados principais estão:

1. Imperativos econômicos, particularmente após as sanções ocidentais, têm acelerado o redirecionamento da Rússia em direção à África.
2. Cooperação militar e venda de armamento servem como um pilar central na estratégia de influência russa na África.

3. A abordagem da Rússia é caracterizada por intervenções direcionadas e de alto impacto, em oposição a um engajamento amplo por todo o continente.

4. O envolvimento da Rússia na África é parte de uma estratégia mais ampla de desafio à dominância global do Ocidente e de promoção de uma ordem mundial multipolar.

A inserção da Rússia na África é um componente crítico de sua estratégia mais ampla de desafiar a supremacia ocidental e promover uma ordem mundial multipolar. Essa abordagem reflete as dinâmicas mutantes do poder global e a crescente importância do Sul Global em assuntos internacionais.

### ***Prospecções futuras para as relações russo-africanas***

Mesmo existindo oportunidades significativas para o aprofundamento das relações russo-africanas, desafios como contraestratégias ocidentais, instabilidade regional e competição com outras potências globais devem ser navegados. O futuro do engajamento russo na África dependerá, provavelmente, de sua habilidade em sustentar compromissos a longo prazo e se adaptar às dinâmicas regionais em constante mudança.

Esse estudo destaca a importância de compreender as dinâmicas da emergente multipolaridade e das estratégias em evolução das principais potências em regiões como a África. Desafiando modelos tradicionais de relações internacionais centrados no Ocidente e enfatizando a necessidade de abordagens com maiores nuances para analisar as dinâmicas globais do poder.

### ***Recomendações para pesquisas futuras***

Pesquisas futuras devem explorar:

1. A efetividade das iniciativas de *soft power* da Rússia em moldar as percepções e os alinhamentos africanos.

2. As implicações da cooperação tecnológica entre a Rússia e as nações africanas, particularmente em áreas como cibersegurança e infraestrutura digital.

3. Os impactos, no longo prazo, do envolvimento russo no desenvolvimento econômico e nos sistemas políticos africanos.

4. O potencial para cooperação ou conflito entre a Rússia e outras potências não-ocidentais na África.

Em conclusão, o redirecionamento estratégico da Rússia para a África representa um desenvolvimento significativo nas relações internacionais contemporâneas. Ao passo que a ordem global continua a evoluir em direção à multipolaridade, compreender as motivações, estratégias e implicações do envolvimento russo na África será crucial para políticos, acadêmicos, e partes interessadas que procuram navegar as complexidades geopolíticas do século XXI.

## Apêndice A: Linha do tempo dos principais eventos nas relações russo-africanas

Esta linha do tempo fornece uma visão cronológica de eventos significativos no desenvolvimento das relações russas com a África, partindo da era soviética até o presente.

- Anos 1960 - anos 1980: Envolvimento ativo da União Soviética na África durante a Guerra Fria.

- 1991: Colapso da União Soviética e subsequente declínio das relações russo-africanas.

- 2000: Fórum Rússia-África em Moscou, marcando um interesse renovado.

- 2006: Visita de Putin à África do Sul, a primeira por um líder russo.

- 2009: Tour de Dmitry Medvedev pelo Egito, Nigéria, Namíbia, e Angola.

- 2013: Rússia anula 20 bilhões de dólares em dívidas africanas.

- 2017: Rússia assina tratados de energia nuclear com vários países africanos.

- 2018: República Centro-Africana permite instrutores militares russos.

- 2019: Primeira Cúpula Rússia-África em Sochi.

- 2022: Conflito Rússia-Ucrânia impacta relações russo-africanas.

- 2023: Segunda Cúpula Rússia-África em São Petersburgo.

## Apêndice B: Tabelas acadêmicas

**Tabela 1: Volume comercial Rússia-África (2010-2023)**

Ano	Volume comercial (Bilhões USD)	Crescimento ano a ano (%)
2010	5,62	-
2011	7,25	29,0
2012	9,41	29,8
2013	11,02	17,1
2014	12,45	13,0
2015	11,12	-10,7
2016	12,01	8,0
2017	14,78	23,1
2018	17,56	18,8
2019	20,03	14,1
2020	14,35	-28,4
2021	17,62	22,8
2022	18,04	2,4
2023	18,32	1,6

Fonte: Russian Federal Customs Service 2023.

**Tabela 2: Top 5 parceiros comerciais africanos para a Rússia (2023)**

Classificação	País	Volume comercial (Bilhões USD)	Principais Exportações para a Rússia	Principais Importações da Rússia
1	Egito	4,62	Produtos agrícolas	Trigo, armamento
2	Argélia	3,15	Gás natural	Trigo, armamento
3	Marrocos	2,48	Fosfatos	Produtos petrolíferos
4	África do Sul	1,95	Metais preciosos, frutas	Fertilizantes, trigo
5	Nigéria	1,42	Cacau, borracha	Fertilizantes, trigo

Fonte: Russian Ministry of Economic Development 2023.

**Tabela 3: Divisão setorial dos investimentos russos na África (2023)**

Setor	Investimento (Bilhões USD)	Porcentagem do total
Energia e mineração	7.25	42.3%
Armamento e tecnologia militar	3.84	22.4%
Infraestrutura	2.56	14.9%
Agricultura	1.72	10.0%
Telecomunicações	0.95	5.5%
Outros	0.84	4.9%
Total	17.16	100%

Fonte: Russian Direct Investment Fund 2023.

**Tabela 4: Exportação de armamento da Rússia para a África**

Região	Principais Sistemas	Tendências Notáveis
África do Norte	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Caças Su-30MKA (Argélia)</li> <li>• Tanques T-90</li> <li>• Sistemas de defesa antiaéreos S-400</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior receptor regional de armamento russo</li> <li>• Aproximadamente 75% das importações africanas</li> </ul>
África Oriental	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Helicópteros Mi-35</li> <li>• Tanques T-72</li> <li>• Equipamento de defesa aérea</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescente participação no mercado</li> <li>• Foco em equipamentos de contra-insurgências</li> </ul>
África Ocidental	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Helicópteros de transporte Mi-17</li> <li>• Armas de pequeno porte</li> <li>• Navios de patrulha</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mercado menor mas consistente</li> <li>• Ênfase em segurança marítima</li> </ul>
África Meridional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Caças Su-30K (Angola)</li> <li>• Aero-naves militares de transporte</li> <li>• Sistemas de treinamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação em declínio desde 2010</li> <li>• Foco na modernização de equipamento da era soviética</li> </ul>

Fonte: Hussain 2024.

**Tabela 5: Comparação do engajamento das principais potências na África (2023)**

Aspecto	Rússia	China	Estados Unidos	União Europeia
Volume comercial (USD)	18,32 bilhões	254 bilhões	64,3 bilhões	295 bilhões
Foco Primário	Energia, armamento, minerais	Infraestrutura, recursos	Segurança, desenvolvimento	Comércio, desenvolvimento
Presença Militar	Limitada, empresas militares privadas	Crescente, primeira base	Extensiva (AFRICOM)	Missões de treino
Ajuda ao desenvolvimento	Limitada, majoritariamente técnica	Empréstimos extensivos	Grandes doações	Maior doador
Abordagem Diplomática	Não-interferência	Cooperação de soma positiva	Promoção da democracia	Poder normativo
Estratégia <i>Soft Power</i>	Educação, mídia	Centros culturais	Programas de intercâmbio	Educação, cultura

Fonte: Droin, Mathieu, e Tina Dolbaia 2023.

**Tabela 6: Padrões de votação africanos em resoluções da ONU relacionadas a ações russas (2022-2023)**

Resolução	A favor	Contra	Abstenção	Ausente
Condenação da invasão da Ucrânia pela Rússia	28	1	17	8
Suspensão da Rússia do Conselho de Direitos Humanos	9	9	23	13
Integridade territorial da Ucrânia	30	1	15	8
Reparações russas à Ucrânia	12	5	30	7

Fonte: Registros de Votação das Nações Unidas 2022-2023.

**Tabela 7: Instituições-chave da Rússia na política africana**

Instituição	Tipo	Papel Primário na África
Ministério das Relações Exteriores	Governo	Relações diplomáticas, formulação de políticas
Ministério de Defesa	Governo	Cooperação militar, venda de armamento
Rosatom	Companhia estatal	Projetos de energia nuclear
Rosneft	Companhia estatal	Exploração de petróleo e gás
Gazprom	Companhia estatal	Projetos de gás natural
Grupo Wagner	Companhia Militar Privada	Serviços securitários, treinamento militar
Fundo de Investimento Direto da Rússia	Fundo soberano	Investimento em projetos africanos

**Tabela 8: Aplicação do quadro teórico**

Teoria	Conceitos-chave	Aplicações para as relações russo-africanas
Neorrealismo	Balanceamento de poder, maximização segurança	Esforços russos para contrabalancear a influência ocidental
Construtivismo	Identidade, normas, narrativas compartilhadas	Ênfase na solidariedade anticolonial, alternativa ao Ocidente
Neoimperialismo	Extração de recursos, esferas de influência	Foco russo em países ricos em recursos, uso de empresas militares privadas
Soft Power	Influência cultural, diplomacia pública	Intercâmbios educacionais, alcance midiático (RT, Sputnik)
Geoeconomia	Ferramentas econômicas para fins geopolíticos	Parcerias energéticas, uso estratégico do perdão de dívidas

## REFERÊNCIAS

- Abramova, I. 2024. The second Russia-Africa summit and beyond: Rapprochement is strategic, not tactical. *Security Index Yearbook*. <https://russiancouncil.ru/en/analytics-and-comments/comments/the-second-russia-africa-summit-and-beyond-rapprochement-is-strategic-not-tactical/>
- Allard, A., e Masuhr, N. 2022. Russia's return to Africa in a historical and global context: Anti-imperialism, patronage, and opportunism. *South African Journal on International Affairs*, 29(4), 410-431. <https://doi.org/10.1080/10220461.2022.2051582>

- Duursma, A., e Masuhr, N. 2020. Russia's forays into Sub-Saharan Africa. *Institute for Security Studies*. European Union Brief, 6. <https://www.issafrica.org/reports/russias-forays-into-sub-saharan-africa>
- Droin, Mathieu, e Tina Dolbaia. 2023. "Russia Is Still Progressing in Africa. What's the Limit?" *Center for Strategic & International Studies*. <https://www.csis.org/analysis/russia-still-progressing-africa-whats-limit>.
- Gopaldas, R. 2023. Will the invasion of Ukraine change Russia-Africa relations? *Carnegie Endowment for International Peace*. <https://carnegieendowment.org/2023/04/01/will-invasion-of-ukraine-change-russia-africa-relations-pub-88589>
- Handy, P.-S., e Djilo, F. 2022. Unpacking Africa's divided stance on the Ukraine war. *Institute for Security Studies*. <https://issafrica.org/research/policy-brief/unpacking-africas-divided-stance-on-the-ukraine-war>
- Harvey, D. 2003. *The new imperialism*. Oxford University Press.
- Huntington, S. P. 1993. The clash of civilizations? *Foreign Affairs*, 72(3), 22-49. <https://doi.org/10.2307/20045621>
- Hussain, Zain. 2024. "Russian Arms Exports to the Middle East and North Africa." *Manara Magazine*. 19 de Julho, 2024. <https://manaramagazine.org/2024/07/russian-arms-exports-to-the-middle-east-and-north-africa/>.
- Ikenberry, G. J. 2001. *After victory: Institutions, strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars*. Princeton University Press.
- Keohane, R. O., and Nye, J. S. 1977. *Power and interdependence: World politics in transition*. Little, Brown and Company.
- Krasner, S. D. 1982. "Structural causes and regime consequences: Regimes as intervening variables". *International Organization*, 36(2), 185-205. <https://doi.org/10.1017/S0020818300018920>
- Luttwak, E. N. 1990. "From geopolitics to geo-economics: Logic of conflict, grammar of commerce". *The National Interest*, (20), 17-23.
- Marcum, J. A., Burke III, E., e Clough, M. W. (Eds.). 2018. *Conceiving Mozambique*. Palgrave Macmillan.
- Marten, K. 2019. "Russia's back in Africa: Is the Cold War returning?". *The Washington Quarterly*, 42(4), 155-170. <https://doi.org/10.1080/0163660X.2019.1691677>
- Matusevich, M. 2009. "Revisiting the Soviet moment in Sub-Saharan Africa". *History Compass*, 7(6), 1259-1268. <https://doi.org/10.1111/j.1478-0542.2009.00601.x>
- Mearsheimer, J. J. 2001. *The tragedy of great power politics*. W.W. Norton & Company.
- Mishra, A. 2023. "Russia's low-risk, high-reward strategy for its return to Africa". *Observer Research Foundation*. <https://www.orfonline.org/research/russias-low-risk-high-reward-strategy-for-its-return-to-africa>

- Mlambo, N., Kushamba, K., e Simawu, P. 2016. "China and Russia in Africa: A comparative analysis". *African Journal of Political Science*, 11(1), 1-20. <https://doi.org/10.5897/AJPS2016.0521>
- Nye, J. S. 2004. *Soft power: The means to success in world politics*. Public Affairs.
- Olivier, M. 2021. "CAR: Who are President Touadera's Russian guardian angels?". *The Africa Report*. <https://www.theafricareport.com/101788/car-who-are-president-touaderas-russian-guardian-angels/>
- Racz, A. 2020. "Band of brothers: The Wagner Group and the Russian state". *Center for Strategic & International Studies*, setembro 21, 2020. <https://www.csis.org/analysis/band-brothers-wagner-group-and-russian-state>
- Ramani, S. 2021. Russia's strategy in the Central African Republic. *Royal United Services Institute*, fevereiro 12, 2021. <https://rusi.org/explore-our-research/publications/commentary/russias-strategy-central-african-republic>
- Siegel, J. 2023. Intervening to undermine democracy in Africa: Russia's playbook for influence. *Africa Center for Strategic Studies*, fevereiro 22, 2023 <https://africacenter.org/spotlight/intervening-to-undermine-democracy-in-africa-russias-playbook-for-influence/>
- Stockholm International Peace Research Institute. 2022. *SIPRI arms transfer database*. <https://www.sipri.org/databases/armstransfers>
- Strange, S. 1988. *States and markets*. Pinter Publishers.
- Taddeo, M., e Floridi, L. 2023. The ethics of cybersecurity. In *The Cambridge Handbook of Information and Computer Ethics* (1-24). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781316413482.001>
- Trickett, N. 2017. Mozambique and Rosneft's hunt for foreign policy pull. *Global Risk Insights*. <https://globalriskinsights.com/2017/07/mozambique-rosnefts-hunt-foreign-policy-pull/>
- "One year of the Black Sea Initiative: Key facts and figures". 2023. *United Nations News*. <https://news.un.org/en/story/2023/07/1138532>
- United Nations. 2022. Aggression against Ukraine. *United Nations General Assembly*. <https://undocs.org/en/A/RES/ES-11/1>
- Waltz, K. N. 1979. *Theory of international politics*. Addison-Wesley Publishing Company.
- Weiss, A. S., e Rumer, E. 2019. Nuclear enrichment: Russia's ill-fated influence campaign in South Africa. *Carnegie Endowment for International Peace*. November 28, 2019. <https://carnegieendowment.org/research/2019/12/nuclear-enrichment-russias-ill-fated-influence-campaign-in-south-africa?lang=en>
- Wendt, A. 1999. *Social theory of international politics*. Cambridge University Press.

- Yordaniov, R. A. 2012. *Soviet involvement in Ethiopia and Somalia 1947-1991* (PhD diss., University of Oxford). <https://ora.ox.ac.uk/objects/uuid:of9a9b9b-2d7e-4c5c-9f5d-8e5e5c2f7d2a>
- Zetter, K. 2014. *Countdown to zero day: Stuxnet and the launch of the world's first digital weapon*. Crown Publishing Group.
- Zubok, V. M. 2022. *A failed empire: The Soviet Union in the Cold War from Stalin to Gorbachev*. University of North Carolina Press.
- Zubok, V. M. 2023. The Ukraine war and Russia's vision for great power projection in Africa. In *Russia in Africa: Resurgent Great Power or Bellicose Pretender?*, 1-15. Oxford Academic. <https://doi.org/10.1093/oso/9780197744598.003.0011>

## RESUMO

Esse estudo examina o redirecionamento estratégico da Rússia para a África, analisando as motivações, abordagens e implicações do engajamento renovado de Moscou com o continente. Utilizando um enquadramento teórico multifacetado que incorpora neorrealismo, construtivismo, neoimperialismo, *soft power*, e geoeconomia, a pesquisa explora como a estratégia africana da Rússia reflete mudanças mais amplas na dinâmica do poder global. Esse estudo investiga a cooperação econômica, a assistência militar, o alcance diplomático, e as iniciativas de desenvolvimento de infraestruturas da Rússia na África, usando estudos de caso do Sudão, da República Centro-Africana, e do Norte da África. Considera os desafios e limitações da abordagem russa, bem como os potenciais impactos na influência ocidental, na agência africana, e na emergente ordem global multipolar. A pesquisa conclui que o envolvimento da Rússia na África é parte de uma estratégia mais ampla de desafio à dominância ocidental e de promoção da multipolaridade, com implicações significativas para a teoria e prática das relações internacionais.

## PALAVRAS-CHAVE

Relações russo-africanas. Multipolaridade. Geopolítica. *Soft power*. Neoimperialismo. Geoeconomia. Competição de superpotências..

*Recebido em 21 de setembro de 2024*

*Aceito em 04 de outubro de 2024<sup>2</sup>*

*Traduzido por Augusto Lorenzo Esposito*

---

2 Como citar: Badawi, Habib. 2024. "O redirecionamento estratégico da Rússia para a África: implicações geopolíticas em um mundo multipolar". *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 9 (18), 10-40. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.142484>.

# A POLÍTICA EXTERNA EGÍPCIA SOB O GOVERNO AL-SISI: CAMINHOS PARA A DIVERSIFICAÇÃO DE PARCERIAS

Charles Pereira Pennaforte<sup>1</sup>  
Mateus José da Silva Santos<sup>2</sup>



## Introdução

O segundo semestre de 2023 foi marcado por um importante processo envolvendo a atuação externa egípcia em nível regional e global. No mês de agosto, no âmbito da XV Reunião de Cúpula dos BRICS em Joanesburgo, o país afro-árabe esteve no conjunto de seis Estados formalmente convidados a ingressarem na iniciativa multilateral a partir de 2024. A ampliação do agrupamento emergente, a partir da possível presença de atores situados em espaços regionais estratégicos como o Oriente Médio e a África Setentrional, assumiu importância diante das incertezas que impulsionam um quadro complexo de transição hegemônica. Para o Cairo, tal medida representava, dentre outras coisas, a consolidação de um processo de diversificação de parcerias externas, reforçando seus laços com novos atores globais (China e Rússia), além de outras potências emergentes.

Na simbiose complexa entre a busca pela preservação da autonomia e da segurança doméstica, além das tentativas de mobilização de recursos materiais direcionados ao enfrentamento dos problemas macroeconômicos e construção de um novo processo de desenvolvimento (Hinnebusch e Shama 2014), tal movimentação constitui uma importante janela de análise

1 Departamento de Relações Internacionais, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, Brasil. E-mail: charlespennaforte@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5623-7689>.

2 Instituto de Ciências Humanas (ICH), Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, Brasil. E-mail: mateus\_santos29@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7726-6136>.

acerca das transformações ocorridas na política externa do Egito ao longo dos últimos anos. Constituindo, na visão de Gamal M. Selim (2020), a terceira maior reestruturação da História do Egito enquanto uma República desde 1953, as perspectivas acerca de um reposicionamento regional e global do Cairo diante das dinâmicas sistêmicas e domésticas envolvem um conjunto de fatores, como a conciliação entre um discurso de retomada plena da ação externa após anos de instabilidade doméstica depois da queda de Hosni Mubarak (1981-2011) e a instrumentalização de sua posição geoestratégica entre a África e o Mundo Árabe, em meio a um quadro de elevação da sua vulnerabilidade externa.

Nesse sentido, esse artigo analisa as principais características domésticas e sistêmicas que envolvem as transformações na inserção internacional egípcia ao longo das últimas duas décadas, considerando os exercícios de mediação entre a preservação de linhas tradicionais de atuação externa e a consolidação de novas parcerias, proporcionando alternativas geopolíticas e geoeconômicas diante de uma conjuntura de acirramento das tensões globais. Na intersecção entre a Análise dos Sistemas-Mundo (ASM) e aspectos teóricos da Análise da Política Externa (APE), avalia-se o potencial egípcio em ocupar uma posição histórica de articulação entre as dinâmicas globais e regionais, considerando sua condição enquanto Estado Ponte entre dois continentes. Por meio de análise qualitativa, combinando a exploração de um processo de revisão da literatura especializada no Egito contemporâneo e textos jornalísticos, elabora-se uma perspectiva multinível, buscando responder às seguintes questões: qual a natureza do processo de diversificação das relações externas empreendido pelo Egito? Como os desafios macroeconômicos e geopolíticos contemporâneos limitam ou oportunizam a produção de um tipo de inserção autonomista por parte do Cairo?

Esse texto é dividido em três partes. Primeiro, estabelecem-se os principais pressupostos teórico-metodológicos que norteiam o desenvolvimento desse estudo. Em seguida, passa-se a uma análise sobre a trajetória da inserção internacional egípcia desde o início da República liderada pelos militares nos anos 1950. Por fim, destacam-se os principais elementos que constituem o ambiente doméstico e sistêmico que envolve os esforços de diversificação externa nos últimos anos.

## Caminhos teórico-metodológicos entre a Análise da Política Externa (APE) e a Análise dos Sistemas-Mundo (ASM)

No diagnóstico das insuficiências explicativas das principais correntes teóricas das Relações Internacionais acerca da heterogeneidade de comportamento de Estados de mesma estatura no sistema internacional, e frente aos desafios emergentes com a constituição de uma ordem bipolar na Guerra Fria (Gonçalves e Pinheiro 2020), a APE emergiu a partir dos anos 1950 diante da preocupação em compreender a política externa a partir do estudo do processo decisório, considerando o papel de diferentes atores, unidades de decisão, percepções e ideias, além de outras questões de ordem doméstica e sistêmica na conformação das iniciativas e reações do Estado diante de atores internacionais. Em meio a um desenvolvimento relativamente multifacetado, em sintonia com as transformações mais gerais do campo e a emergência de debates específicos da própria APE, um conjunto de novas perspectivas ampliou a diversidade teórica ao longo das décadas finais do século XX.

Dentre as principais mudanças, o abandono de uma perspectiva demasiadamente generalizante a partir dos primeiros estudos de política externa comparada deu lugar a análises mais compactas, heterogêneas em métodos e objetivos. Com isso, contribuições como a de Charles Hermann em *Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy* apontaram para novas alternativas de leitura acerca das mudanças ocorridas na política externa de um mesmo Estado, reforçando tanto a importância de análise do processo de decisório como a avaliação de seus resultados à luz de um duplo olhar histórico envolvendo tanto a política doméstica e as características do sistema quanto o comportamento institucional do país.

Tendo como marcos de origem os diagnósticos sobre a ocorrência de múltiplas mudanças na política internacional ao fim da Guerra Fria e a emergência de novos desafios teóricos a partir de tal conjuntura para a APE, Charles Hermann (1990) estabeleceu um modelo estruturado pelo reconhecimento de quatro níveis ou graus de mudança na política externa de um mesmo Estado, além da existência de múltiplas fontes domésticas e sistêmicas acerca de tais transformações. No que classifica como ajuste, o autor chama atenção para alterações de ênfase ou esforços, preservando não apenas os objetivos, como também as estratégias de materialização. Alçando uma dimensão qualitativa, as mudanças de programa constituem o segundo nível. Apesar de marcadas pela manutenção dos objetivos, tais transformações atingem diretamente os métodos e os meios, influenciando na definição de novas estratégias de inserção internacional. Intitulado como mudanças ou

redefinições de objetivos, o terceiro tipo envolve a transformação nos propósitos da ação externa. Por fim, as mudanças ou reorientações internacionais constituem o nível mais elevado de transformação, fundamentado pela “adoção de nova abordagem em relação aos assuntos mundiais” (Gonçalves e Pinheiro 2020, 221).

Como vetores capazes de influenciar em mudanças de diferentes naturezas, Hermann destacou a existência de quatro fontes. Em primeiro lugar, o líder pode favorecer as transformações na política externa ao transformar suas visões particulares em diretrizes ou bases para a produção de iniciativas governamentais concretas, tendo como raízes possíveis o carisma, a capacidade de influência ou exploração de estruturas autoritárias de comando. Ainda na investigação acerca dos círculos decisórios, a burocracia pode ser vista como outro agente de mudança. A partir de fatores como o nível de informação e inteligência, tais transformações são operadas a partir da luta por poder e influência nas estruturas governamentais. Além do líder e da burocracia, a reestruturação doméstica constitui uma terceira fonte ao chamar atenção para o papel da correlação de forças políticas e sociais na definição das políticas do Estado. Ultrapassando as fronteiras nacionais, os choques externos residem num nível exógeno de produção de mudanças, abarcando fenômenos que impulsionam inquietações para os tomadores de decisão em nível doméstico, tornando-se a base para alterações de intensidade, estratégia ou objetivo.

Enquanto ferramenta teórico-metodológica, o modelo de Charles Hermann chama atenção para as suas diferentes possibilidades de inserção nos estudos sobre a trajetória de desenvolvimento da política externa de um determinado Estado. Sua ênfase na avaliação acerca das chamadas mudanças autocorretivas, isto é, ocorridas no âmbito de um mesmo governo, reforça o caráter relativamente dinâmico que envolve o processo de construção de agendas e diretrizes de ação externa, suscetível a flutuações das mais diferentes ordens. Transposto para outros contextos de transformação mais significativa na política doméstica, envolvendo transições de governo ou regime, tal proposta analítica amplia as condições de compreensão das especificidades que constituem as relações externas de um determinado ator.

Na afirmação de uma análise multinível, considerando as complexas interações entre um sistema mundial em transformação, os rumos da luta política e social em nível doméstico e o comportamento dos decisores, adotam-se as premissas da ASM enquanto estrutura de investigação voltada tanto ao desafio de interpretação da conjuntura global quanto uma alternativa de avaliação do desenvolvimento do capitalismo histórico ao longo de séculos.

Vista como uma “abordagem alternativa e contra-hegemônica ao *mainstream* das relações internacionais” (Voigt 2007, 101), a ASM foi forjada no seio da crítica ao modelo de análise até então dominante nas Ciências Sociais, na crítica a chamada Teoria da Modernização e na perspectiva de produção de respostas acerca da natureza do conjunto das transformações ocorridas na geopolítica e na geoeconomia global a partir do fim da década de 1960.

Considerando que “os fatores econômicos, políticos e militares que contribuíram para a hegemonia dos Estados Unidos são os mesmos fatores que produzirão o iminente declínio dos Estados Unidos” (Wallerstein 2004, 21), a desagregação do ciclo liderado por Washington a partir do fim dos anos 1960 demonstrou sinais de aprofundamento nas duas últimas décadas. No crescente descompasso entre o discurso unilateralista dos principais formuladores da política externa dos EUA e o ritmo das transformações globais, a ascensão de novos Estados como a China, a Federação Russa e outras potências emergentes, além da crise do multilateralismo, traduzem alguns sentidos da desagregação de uma ordem marcada até então por acentuado grau de institucionalização sistêmica e centrada no espaço Atlântico. Impasses relativos às relações entre Estados Nacionais, governos, sociedades e meio ambiente assumem contornos ainda mais profundos com a ascensão de movimentos de direita e extrema-direita, marcados por discursos de oposição às características das democracias liberais e ao fenômeno da globalização. Tais rumos da luta política interna e externa evidenciam outras vezes para aspectos constituintes da antiga ordem global, tais como a acentuação da internacionalização do globo, a valorização dos ideais da democracia representativa e do capitalismo, nas suas mais diferentes facetas, enquanto modo dominante de organização econômico-social.

Na intersecção entre a perspectiva de transição hegemônica e a configuração de importantes mudanças nos ambientes regional e doméstico, busca-se compreender os caminhos envolvendo o processo de diversificação das relações exteriores do Egito, considerando seus impactos frente à trajetória contemporânea do país. Para tal exercício, passa-se a uma análise acerca do desenvolvimento da política externa egípcia ao longo da segunda metade do século XX.

## **A Política Externa Egípcia entre Nasser, Sadat e Mubarak**

Em 23 de Julho de 1952, o então Rei Farouk I foi derrubado por meio de um processo político liderado pelo Movimento dos Oficiais Livres. Tendo

como figura pública o general Mohamed Naguib, o novo governo, inserido no contexto de uma espécie de dupla autoridade ao dividir espaço com o Conselho do Comando Revolucionário (CCR), conviveu com incertezas de diferentes ordens. Se tal processo complexo de construção política culminou com o desenho de um horizonte de transformações multifacetadas, a consolidação do poder após os primeiros anos da Revolução demonstrou o caráter contínuo da formação política do movimento militar. Nesse contexto, do ponto de vista da política externa, os militares egípcios não necessariamente organizaram um processo imediato de reorientação internacional<sup>3</sup>. Na coexistência entre alterações qualitativas, que configuram uma mudança de programa, e a possibilidade de redefinição de objetivos, as duas principais agendas internacionais do país envolviam o avanço das antigas reivindicações nacionalistas, em especial, a retirada total dos britânicos do território egípcio, além da busca por recursos para a dupla modernização envolvendo o exército e as estruturas socioeconômicas do país.

Nesse sentido, preservando um dos horizontes constituídos na longa trajetória de resistência à dominação britânica e buscando alternativas para a concretização das demandas de classe emergentes no processo de luta contra as mais diferentes formas de reprodução da desigualdade social e econômica no país, as primeiras movimentações do novo governo foram marcadas pela retomada de negociações com os britânicos, ampliação das relações com os EUA e abertura de um diálogo secreto com Israel. No primeiro caso, os avanços só foram registrados a partir da fragmentação das agendas, culminando com um acordo reconhecendo a autodeterminação sudanesa e um referendo sobre o futuro do país, além de um avanço na evacuação das tropas da zona do Canal a partir de 1954.

Em relação a Washington, uma perspectiva de estreitamento dos laços com o novo governo egípcio se afirmou logo nos seus primeiros passos. A reafirmação da importância estratégica do Egito no traçado de uma política de contenção ao comunismo e o interesse pela estabilidade regional influenciavam a posição estadunidense, ao passo que o diagnóstico dos militares acerca de uma possível competição entre a superpotência capitalista e o Estado britânico na política regional estimulavam a política de aproximação estabelecida pelos militares (Takeyh 2000). Além da assinatura de acordos de cooperação técnica e da colaboração da CIA na construção de uma inteligência egípcia, o caráter anticomunista do regime egípcio e o apoio estadunidense

---

3 Essa perspectiva é reforçada por Eberhard Kienle (2022). Para esse autor, duas questões centrais que envolveram as relações exteriores do Egito durante os últimos anos da Monarquia e o período posterior à sua derrubada em 1952 foram à busca pela chamada independência política total e a costura de um papel relativamente protagonista em nível regional.

no avanço das negociações diretas entre Grã-Bretanha e Egito acenavam para a possibilidade de construção de relações sólidas entre os dois países. Contudo, a relutância egípcia em participar da construção de um tratado de segurança regional e as objeções de Washington em auxiliar militarmente o novo governo no desafio de modernização do exército, contribuíram para o fim do curto período de entendimentos entre os dois países.

A derrubada da monarquia egípcia foi vista com bons olhos entre as autoridades israelenses. Conforme Avi Shlaim (2004), a avaliação predominante nos círculos políticos do país vizinho era a de que os militares se ocupariam na condução dos temas domésticos, desejando algum tipo de estabilização regional. Na avaliação acerca de uma espécie de janela de oportunidade para a constituição de um acordo durável entre os dois países, egípcios e israelenses estabeleceram, a partir do exercício da diplomacia secreta, pontes entre eles de 1952 à 1955 visando avançar em diferentes temas de interesse como cooperação econômica, livre navegação e mesmo um apoio de Tel-Aviv. Mesmo diante da existência de entendimentos entre Nasser e Moshe Sharett, aspectos como as divisões mais gerais sobre a política regional de Israel entre seus principais *policymakers*, a emergência de atos conspiratórios e provocativos, incluindo conflitos em zona de fronteira, além das desconfianças mútuas contribuíram para um relativo fracasso dessa série de conversações (Yahel 2016).

Apesar do desafio de construção de uma nova ordem político-institucional com a emergência da República, a política externa egípcia nos primeiros anos do novo regime abarcou ainda outras iniciativas que, de modo geral, incidiam diretamente nas arenas valorizadas no Pós-Guerra. Em relação ao Mundo Árabe, Reem Abou El-Fadl (2019) afirma que os militares não marginalizaram a ação regional. Além do estabelecimento de iniciativas como a organização de missões diplomáticas e a constituição de uma Conferência de Estados ainda em 1952, o Egito permaneceu como um dos atores mais importantes no apoio político-diplomático e estratégico aos movimentos de libertação no Magreb. Entre os países africanos e muçulmanos, propostas como a organização de uma frente islâmica e o apoio aos movimentos de luta contra o colonialismo e o imperialismo estabeleciam condições de diálogo em relação aos atores asiáticos e africanos (Ismael 1968).

Um processo de reestruturação da política externa egípcia coincide, em certa medida, com a consolidação de Gamal Abdel Nasser e a estabilização do regime a partir do fim de 1954. A resolução de um dos objetivos fundamentais da política externa egípcia a partir da evacuação das tropas do Canal de Suez e os poucos avanços em relação à busca de apoio estratégico

dos EUA abriram caminho para mudanças mais substantivas na inserção internacional do país. Ideologicamente, os primeiros sinais de transformação foram lançados a partir da publicação da “Filosofia da Revolução” (1954). Chamando atenção para o caráter multifacetado da identidade egípcia e seus reflexos na definição dos principais vetores de ação externa, Nasser consolidaria uma proposta de reconhecimento de três círculos de influência: o árabe, o muçulmano e o africano. Se tal afirmação não constituía uma radical ruptura com o passado, a atribuição de certo potencial de liderança do Egito nessas três esferas representava uma elevação nas expectativas acerca do exercício de “um papel de crescente importância nos assuntos mundiais” (Hrbek 2010, 174).

Na esfera regional, o recorte temporal entre a segunda metade da década de 1950 e a Guerra Árabe-Israelense de 1967 foi marcado pela existência de uma relativa hegemonia egípcia. Definida por Silvia Feraboli (2013) como uma fase de centralização política protagonizada por Gamal Abdel Nasser, tal condição se repousava na valorização do diagnóstico acerca do peso demográfico, histórico e cultural do Egito entre os Estados Árabes, no fortalecimento do nacionalismo árabe como força política doméstica e base ideológica em favor de um movimento mais profundo de construção regional, além da crescente valorização de sua posição geoestratégica em relação à ampliação no interesse das superpotências pela região. A produção de um arranjo geopolítico regional a partir da liderança do Cairo assumiu certas particularidades. Em primeiro lugar, o país se viu cada vez mais arrastado para as diferentes contendas domésticas e regionais, culminando em pressões em favor do avanço de projetos de união, tais como a integração com a Síria a partir de 1958, além do apoio oferecido às forças republicanas na Guerra do Iêmen, na década seguinte. Em segundo lugar, o Egito não foi capaz de produzir uma ordem estável. A ausência de um consenso regional se tornou explícita a partir da rivalidade entre regimes e partidos nacionalistas, animosidades entre Nasser e os Estados mais alinhados com o Ocidente, além das ingerências dos sistemas de poder da Guerra Fria.

A consolidação de uma nova fase da política externa egípcia envolveu também rearranjos globais. Em relação ao movimento de ampliação das fronteiras do conflito bipolar, a deterioração das relações entre Egito e EUA coexistiu com um processo de aproximação a Moscou. Além da quebra do monopólio ocidental no comércio bélico com o Oriente Médio, o apoio soviético a projetos estruturantes como a Barragem de Assuã e o contrapeso exercido no contexto da Guerra de Suez (1956) transformavam o Cairo num aliado estratégico nos marcos de seu processo de construção de pontes com o chamado Terceiro Mundo. Contudo, tais relações encontravam certos desafios

diante do caráter anticomunista do regime egípcio, do papel exercido pelo Cairo junto aos Não-Alinhados e das mudanças no plano regional, acarretando processos de distanciamento. Tais oscilações, apesar de não culminarem em um processo de ruptura, favoreceram tímidas gravitações na política externa egípcia, como uma perspectiva de melhora nas relações com os EUA na primeira metade da década de 1960.

Constituindo uma espécie de quarto círculo de projeção egípcia (Hrbek 2010), a participação do país no processo de construção política do Terceiro Mundo como sujeito histórico envolveu diferentes vetores como a reivindicação do Não-Alinhamento enquanto estratégia de inserção internacional autônoma, a participação direta na construção do Movimento dos Não-Alinhados e a defesa de um projeto de integração maximalista no âmbito do continente africano. A partir de princípios como a autodeterminação dos povos, a defesa do desenvolvimento, o combate ao racismo e a luta pelo desarmamento, a política externa egípcia nos tempos de Nasser reunia a perspectiva de constituição de uma nova ordem global que, a partir da projeção externa do Cairo, pudesse produzir soluções para a manutenção da estratégia de defesa do socialismo árabe como base para a modernização do país e a busca pela redução de algum nível de instabilidade diante dos constrangimentos regionais e sistêmicos.

Um novo processo de reorientação da política externa egípcia ocorreu na passagem entre os anos 1960 e 1970 (Dessouki 2008; Selim 2020). A morte física de Nasser (1970) simbolicamente representou a última etapa de declínio do nacionalismo árabe. A humilhante derrota na Guerra dos Seis Dias (1967) fortaleceu a tese dos regimes conservadores na região, abrindo caminho para a ampliação da presença do Ocidente (Vizentini 2012). Somado a isso, a dificuldade de resposta por parte do Estado egípcio diante do conjunto das transformações observadas na sociedade doméstica influenciou no desgaste do socialismo árabe. Em meio a isso, a ascensão de Anwar Al-Sadat provocou o início da chamada “desnasserização”. Nas tentativas de afastamento do legado de seu antecessor, o novo presidente egípcio buscou alterar a correlação de forças políticas em nível doméstico, aproximando-se dos chamados liberais e de grupos islâmicos, além da produção de mudanças substantivas no quadro das relações regionais e globais.

Nesse contexto, as três transformações estruturais e estruturantes da inserção internacional do Egito envolveram um movimento de aproximação estratégica com os EUA, a construção de uma Paz em Separado com Israel e a ampliação da dependência em relação aos Estados Árabes do Golfo Pérsico (Selim 2020). Sadat provocou uma espécie de giro geopolítico e

geoeconômico na trajetória egípcia, estimulando o desenvolvimento de dois processos: liberalização econômica (*Infitah*) e aproximação com o chamado mundo Ocidental.

Do ponto de vista da política externa, o alinhamento com o Ocidente se sustentaria a partir de três aspectos. Segundo Ali E. Hillal Dessouki (2008), o governo Sadat buscava, a partir do estabelecimento de relações mais estreitas com os EUA, aumentar as margens de negociação com Israel, em troca da recuperação dos territórios perdidos na Guerra de 1967, e a formação de um ambiente regional mais estável. Além disso, buscavam-se atrair tanto ajuda militar e econômica quanto uma aproximação com os Estados Árabes do Golfo Pérsico. Reivindicando certa naturalidade acerca da liderança egípcia em nível regional (Hinnebusch e Shama 2014), Sadat almejava reduzir os níveis de participação do país em conflitos e iniciativas consideradas onerosas ao Estado, focando no que se considerava como interesses nacionais e imediatos do país.

Durante o governo de Hosni Mubarak (1981-2011), a política externa foi marcada pela emergência de diversos desafios de natureza doméstica e externa. Na configuração de ajustes em relação às diretrizes estabelecidas por Sadat, as relações exteriores do Egito foram marcadas pela necessidade de enfrentamentos ao isolamento no Mundo Árabe após os acordos de Camp David, os efeitos nocivos da política de abertura econômica de Sadat, diminuição das tensões domésticas após as ondas de desnasserização e fortalecimento do islamismo na cena política. Apesar da retórica, Mubarak fortaleceu os laços com os EUA, consolidando o país como um aliado estratégico. Segundo Gamal M. Selim (2020), a política externa de Mubarak se pautava por pelo menos dois princípios. Em primeiro lugar, a consolidação do sistema regional lançado com a normalização de relações entre Egito e Israel, além da transformação do Cairo em um dos principais aliados de Washington na região. Em segundo, a preservação de uma aliança estratégica com os Estados Árabes do Golfo Pérsico, fundamentada por um princípio de dependência econômica em relação aos exportadores de petróleo e na construção de alianças informais de segurança.

Apesar de consolidar o processo de reorientação iniciado ainda nos 1970, Mubarak buscou também estabelecer um papel regional mais ativo, envolvendo a participação direta em iniciativas de integração sub-regional, apoio às missões de paz e desenvolvimento de preocupações mais substantivas com a segurança regional, especialmente no Chifre da África, tendo em vista a importância da política nilótica. Em relação aos Estados Árabes, além da retomada de relações diplomáticas com boa parte dos atores do subsistema,

o Egito manteve relações estreitas com os Estados do Golfo, numa articulação que envolvia diretamente considerações geopolíticas e geoeconômicas. Se, do ponto de vista securitário, o Cairo constituía parte essencial das políticas de proteção às petromonarquias, a ampliação da dependência econômica do primeiro em relação às últimas entidades reforçava as assimetrias da estrutura regional, com destaque para a importância da cooperação econômica exercida pelos Estados rentistas e as remessas de capital proporcionadas pelos milhares de trabalhadores egípcios que constituíam parte da mão-de-obra naqueles países. Acompanhando outros Estados magrebins, um processo de aproximação econômica e diplomática com a União Europeia assumiu importância nos anos 1990 com a formação da Parceria Euro-Mediterrânea, política que, apesar de possibilitar algum nível de diversificação econômica, ainda se encontrava muito aquém das expectativas egípcias.

Entre Nasser, Sadat e Mubarak, a política externa egípcia na segunda metade do século XX sofreu com diferentes processos de mudança que, a despeito das múltiplas intensidades e naturezas, refletiam os desafios de um país pressionado pelo desafio da sobrevivência econômica e vulnerável diante das transformações mais gerais ocorridas em nível sistêmico, regional e doméstico. Mais de uma década após o fim da Guerra Fria, uma nova etapa não linear de diversificação de parcerias seria inaugurada a partir do aprofundamento das contradições político-sociais que envolviam o Egito, além de impulsos provenientes de diferentes dimensões. Numa espécie de travessia histórica, tal movimentação foi desafiada diante das complexas mudanças ocorridas após a Crise de 2008.

## **Dos tempos de Mubarak ao “Egito voltou” de Al-Sisi: sentidos de uma travessia histórica**

As principais bases do processo de reorientação internacional promovido por Sadat e mantido, em grande medida, por Mubarak encontravam limitações ainda em meados dos anos 1990. A normalização de relações com Israel não evoluiu na direção de uma estabilidade regional, sendo diretamente impactada pelos atritos entre Tel-Aviv e seus vizinhos, além dos efeitos de tais questões no interior da opinião pública egípcia. Em relação aos vizinhos árabes, as variações no preço do petróleo e gás natural afetavam diretamente a capacidade dos Estados do Golfo em auxiliarem na economia egípcia, reduzindo os investimentos e a ajuda econômica. Somado a isso, políticas de nacionalização de mão-de-obra no Golfo (sauditização) afetavam diretamente

o quantitativo de egípcios que contribuía com a macroeconomia do país a partir da remessa de capitais.

Mais dependente em relação ao Ocidente (Goldschmidt Jr 2008; Hinnebusch e Shama 2014), o Egito se encontrava vulnerável estrategicamente diante dos esforços estadunidenses em produzir uma nova ordem regional a partir de uma perspectiva exógena. Em meio a isso, processos como a Guerra do Golfo (1990-1991) e, posteriormente, os atentados de 11 de Setembro (2001) e a Guerra ao Terror exigiram um difícil equilíbrio por parte do governo egípcio entre reagir diante das pressões estadunidenses e conter os dissensos no ambiente doméstico.

Nesse ambiente de tensionamento das bases externas e domésticas do regime, questões como as agendas antiterrorismo e a retórica antiamericana se juntavam ao acirramento das contradições vividas pelo país. Numa estrutura parlamentar multipartidária, autoritarismo e liberalização limitada coexistiam, reflexos de processos como a reação ao crescimento do fundamentalismo islâmico, desgaste do governo diante do quadro socioeconômico adverso e pressões internacionais. Além disso, um expressivo crescimento demográfico, acompanhado do aumento do desemprego, diminuição das terras cultiváveis e ampliação das desigualdades sociais criavam uma situação explosiva, pondo em xeque a estabilidade de uma ordem neoliberal peculiar.

Considerando tais aspectos, os primeiros sinais de mudança na política externa egípcia foram vistos ainda no governo Mubarak. Em meio à redução da assistência militar e econômica dos EUA, o Egito buscou estabelecer certa margem de autonomia externa (Vizentini 2012). Apesar de não romper com as linhas básicas da relação triangular e a dependência egípcia em relação aos Estados do Golfo (Selim 2020), uma primeira tendência de diversificação de parcerias se afirmaria a partir aproximação com os Estados emergentes, participação ativa no processo de constituição da União Africana e nos esforços de estabilização política regional, incluindo a África Setentrional e o Oriente Médio (Vizentini 2012).

Um dos principais sintomas dessa transformação pode ser observado a partir das relações sino-egípcias. Primeiro país africano a reconhecer oficialmente a República Popular da China ainda nos tempos de Nasser (1956), o Egito se tornou um parceiro considerado estratégico por Pequim no fim dos anos 1990. Segundo Gustavo Rocha de Menezes (2013), o Egito representava cerca de 5% do total do comércio de Pequim com o continente africano, estando na condição de quinto maior parceiro comercial em 2010. Impulsionado pelas importações na ordem de mais de seis bilhões de dólares, tais relações apresentavam um considerável déficit para a balança comercial

egípcia, reflexo do predomínio de exportações de produtos de menor valor agregado por parte do país afro-árabe (Gadallah 2016).

Após semanas de protestos de massa em janeiro de 2011, Hosni Mubarak renunciou à presidência após trinta anos de mandato. O que ficou conhecido como Primavera Árabe no Egito correspondeu a um processo de transição política de pouco mais de um ano e meio, tutelado por forças institucionais como o Exército e o Judiciário, além de impulsionado por conflitos e incertezas decorrentes das dificuldades de constituição de um novo e estável regime. Enquanto um ponto de convulsão regional, tal marco na trajetória do Mundo Árabe contemporâneo se constituiu, ao mesmo tempo, em um choque externo e um movimento de reestruturação doméstica, impulsionando uma alteração na correlação de forças do sistema de Estados regionais, com múltiplas consequências para as inserções globais dos principais atores. Reunindo fatores conjunturais e estruturais, a produção de uma fase de instabilidade política doméstica e regional assumiu o caráter de uma crise de transição (Vizentini 2012), tensionando as complexas relações entre Estados e sociedades em transformação.

No controle do processo de transição política, o Conselho Supremo das Forças Armadas (SCAF) ensaiou um conjunto de mudanças acerca das relações externas. Conforme Gamal M. Selim (2020), perspectivas como uma melhoria de relações com o Irã e a possibilidade de mediação das relações entre Hamas e Fatah na Palestina acenavam com possíveis rupturas na política externa. Contudo, em meio às incertezas que envolviam o ambiente de transição institucional, a perspectiva de manutenção do protagonismo dos militares na esfera político-econômica e a própria natureza do processo de derrubada de Mubarak no seio das Forças Armadas contribuíram com a adoção de posições relativamente coerentes com os níveis de estrangimento estrutural que marcavam a atuação externa do Egito.

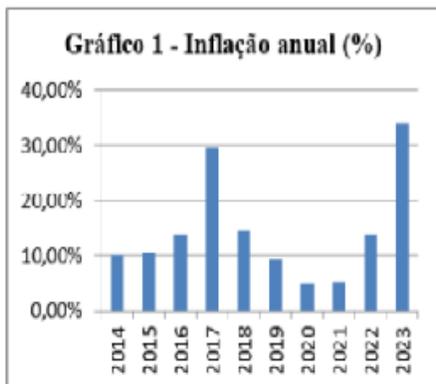
Vitorioso num processo eleitoral que confrontou mubarakistas, liberais, forças políticas islâmicas e setores ditos independentes (Ghotme e Sicard 2016), a política externa de Mohamed Morsi refletiu, de modo geral, os conflitos entre as perspectivas da Irmandade Muçulmana em realizar importantes mudanças na condução do Estado egípcio, a conquista de reconhecimento internacional e as tentativas de acomodação do novo governo diante das características do processo de transição política. Apesar da manutenção das linhas gerais de atuação externa do país a partir da relação triangular e das garantias estabelecidas aos Estados do Golfo em relação aos limites da atuação institucional da Irmandade Muçulmana no ambiente regional (Selim 2020), Mohamed Morsi estabeleceu certa continuidade no processo de diversificação

de parcerias externas do Egito. Impulsionado pelas dificuldades econômico-financeiras decorrentes do distanciamento promovido pela Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos em relação ao novo governo, o presidente egípcio estabeleceu uma espécie de giro na política regional, aproximando-se do Catar, da Turquia e, em menor medida, do Irã. No ambiente global, conforme aponta Luiz Eduardo Fonseca de Carvalho Gonçalves (2017), estabeleceu pontes com os BRICS, inclusive sugerindo um possível ingresso egípcio no agrupamento emergente, além de buscar um maior protagonismo do país em relação ao continente africano.

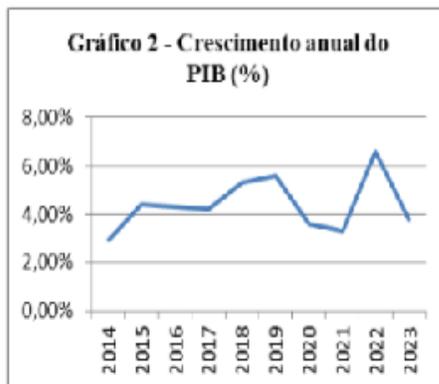
Um profundo processo de reestruturação doméstica foi lançado diante do advento de uma nova fase de convulsão política no país. Segundo Silvia Feraboli (2013), uma conjunção entre os insucessos do governo em agir diante dos problemas estruturais do Egito e a emergência de um processo de desestabilização envolvendo a articulação política entre a oposição liberal, os meios de comunicação e forças mubarakistas culminou com a produção de um quadro de instabilidade político-institucional.

A queda de Morsi e a ascensão de Abdel Fatah Al-Sisi (2014-) inaugurou uma nova era de incerteza no Egito. Além dos dissensos na comunidade internacional sobre a natureza do processo político que levaria ao fim da primeira experiência de um governo civil no país, os desafios domésticos envolvendo o instável quadro de relacionamento entre o novo governo e a oposição liderada pela Irmandade Muçulmana e a preservação da ordem neoliberal diante dos problemas estruturais e conjunturais da economia egípcia reforçaram ainda mais a importância das relações externas enquanto vetor de promoção da estabilidade interna.

Não se constituindo necessariamente em um retorno às bases político-institucionais que organizavam o regime republicano egípcio até 2011 (Yefet e Lavie 2021), o novo governo reivindicou para si a existência de quatro objetivos que combinavam a busca por crescimento econômico, a transformação do país no quadro do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, a proteção do Estado diante do que se considerava como ameaças domésticas e externas, além da melhoria da posição internacional do país. Do ponto de vista econômico, o país passa por uma crise complexa, envolvendo os crescimentos da dívida externa, dos déficits comerciais e da inflação, além da desvalorização significativa da libra egípcia diante do dólar (Piazza 2023). Os gráficos a seguir reúnem características do atual quadro macroeconômico egípcio:



Fonte: Banco Mundial (2024a).



Fonte: Banco Mundial (2024b).

Apesar do fim da relativa estagnação econômica vivida no início da década passada, o advento de uma fase de relativo crescimento do PIB coexiste com os graves efeitos da vulnerabilidade egípcia, atingindo diretamente a qualidade de vida da população. Em meio a tal cenário, as tentativas de captação de recursos externos envolvem desde negociações de acordos junto ao FMI, a instrumentalização da posição geoestratégica e geoeconômica do país, garantindo injeções da ordem de mais de 100 bilhões de dólares provenientes dos Estados Árabes do Golfo em dez anos (Piazza 2023), além do aprofundamento das relações com os Estados emergentes, em movimentações como a entrada no Novo Banco de Desenvolvimento (NDB).

O cenário econômico se articula diretamente com os desafios emergentes na política doméstica. Como uma das bases do processo de atuação do Estado egípcio, a busca de um complexo equilíbrio entre a solidificação da ordem neoliberal e a elaboração de uma espécie de novo contrato social condiciona algumas das principais políticas do Cairo. Do ponto de vista das relações com as elites liberais e os militares, o governo Al-Sisi estabeleceu uma política de avanço das privatizações, pressão nas diferentes formas de organização política dos trabalhadores, além de fortalecer os aparatos de segurança, buscar novas fontes de investimento para a modernização do exército e reforço da posição econômica das Forças Armadas no país (Ghotme e Sicard 2016; Achraimer 2023). Em relação a setores mais amplos da sociedade, a busca pelo exercício de um papel mais ativo diante de problemas como o desemprego coexiste com medidas controversas como o aumento no preço de serviços de fornecimento de luz. Do ponto de vista dos esforços de consolidação doméstica, Al-Sisi desenvolveu outras estratégias de legitimação que envolveram desde a renovação do discurso religioso, uma alternativa

ideológica diante da Irmandade Muçulmana, até a valorização de uma perspectiva nacionalista, na produção de novas formas de controle social (Yefet e Lavie 2021).

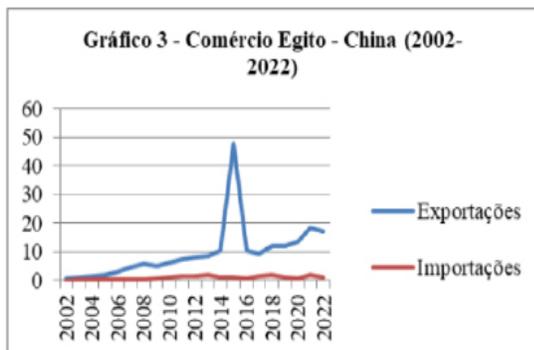
Impulsionado por tais incertezas nas mais diferentes esferas apresentadas e condicionado pelo quadro de elevação da competição estratégica em diferentes arenas, como o Mundo Árabe e o próprio continente africano, o governo Al-Sisi consolidou uma nova etapa de reorientação internacional do Egito. Ainda que a literatura especializada divirja em relação ao recorte temporal de tais transformações, os sentidos de aprofundamento no processo de reposicionamento regional e global do país afro-árabe se notabilizaram pela busca por novos atributos de legitimidade internacional, a luta pela superação das adversidades conjunturais e o horizonte de retomada de uma política externa classificada como sólida. Conforme Gamal M. Selim (2020), a defesa da soberania e da não ingerência, a luta pela liberdade de ação regional do país e a busca por relações equilibradas com as potências globais podem ser vistos como três dos principais vetores de tal empreendimento.

Do ponto de vista das relações regionais, as principais movimentações egípcias envolveram o aprofundamento de laços com os Estados Árabes do Golfo, em especial a Arábia Saudita. Na reformulação de uma espécie de eixo Riad-Cairo (Gonçalves 2017), o Egito esteve inserido nas mais diferentes concertações de segurança regional empreendidas pela Casa Saud, num relacionamento de caráter pragmático envolvendo a mobilização de recursos financeiros em troca de apoio estratégico em diferentes arenas. Contudo, divergências entre os dois países foram registradas, tais como uma recusa no envio de tropas em apoio à intervenção saudita no Iêmen (2015), além da produção de uma relativa aproximação entre Al-Sisi e Bashar Al-Assad antes mesmo da mudança de posição saudita sobre a crise síria. No continente africano, a política egípcia aprofunda as tendências de retomada de certo protagonismo em iniciativas como a integração econômica e o exercício da diplomacia presidencial. Considerações de segurança específicas também movem a atuação do Cairo em diferentes cenários, tais como o apoio ao Khalifa Haftar na Guerra Civil da Líbia e no acirramento de tensões com a Etiópia em decorrência do controle das águas do Nilo, culminando com uma política de aproximação estratégica com a Somália e a Eritreia.

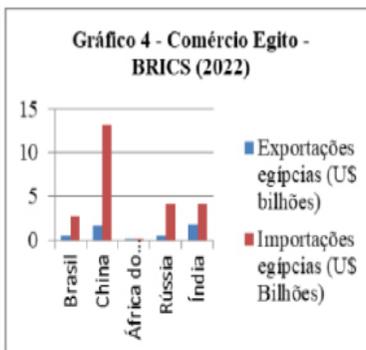
No quadro sistêmico, aprofundaram-se as tendências de redução da influência dos EUA e aproximação com os novos atores globais. No primeiro caso, a produção de uma relação ambivalente envolveu a mobilização de certo ressentimento por parte dos militares com a postura de Washington após a Revolução de 2011 e as contínuas críticas acerca das violações dos direitos

humanos no Egito após a ascensão de Al-Sisi (Dessouki 2008; Gonçalves 2017). Se a perspectiva securitária estadunidense em relação ao Oriente Médio e um princípio de construção de laços pessoais entre Trump e o presidente egípcio condicionaram certos movimentos de aproximação, a perda de espaço dos EUA no quadro da definição da posição egípcia na arquitetura política e econômica global se tornou notória. Em relação à União Europeia, oscilações entre as partes foram registradas. Apesar das desconfianças acerca do novo governo egípcio, certo pragmatismo nas relações comerciais credenciou à organização um papel relevante no comércio exterior egípcio, bem como na articulação político-estratégica em diferentes agendas como imigração e terrorismo.

China e Rússia constituem dois dos principais polos de diversificação das relações exteriores do Egito. Sobre Pequim, sua presença econômica se tornou estrutural e estruturante dentro do processo de aproximação entre o Cairo e os países emergentes, conforme se verifica a partir dos gráficos subsequentes.



Fonte: Do autor, com base em dados publicados pela John's Hopkins China – Africa Research Initiative (2024)



Fonte: Do autor, com base em dados de Al-Ahram (2023)

Individualmente um dos maiores parceiros comerciais do Egito, a posição chinesa foi reforçada com a inclusão do país afro-árabe no projeto da Nova Rota da Seda e no apoio a projetos de infraestrutura, tais como a construção da nova capital do país e as perspectivas de expansão do Canal de Suez, incluindo a participação na formação de uma Zona Econômica Especial. Conforme Christian Achraimer (2023), a ascensão de Al-Sisi não representou um entrave às relações entre os dois países. Assumindo também um caráter geopolítico, os laços com Pequim foram importantes dentro do processo de entrada do Egito no BRICS a partir de 2024. Do ponto de vista da super-

potência asiática, um aumento de influência em relação ao Egito também amplia sua presença numa zona estratégica entre a África Setentrional e a Península Arábica.

Considerado como um dos elementos mais inovadores da política externa de Al-Sisi (Gonçalves 2017), as relações com Moscou ganharam um caráter estratégico. Seja a partir da ampliação da presença russa na importação de materiais bélicos por parte do Egito ou no apoio a projetos vinculados à expansão do uso de energia nuclear, o Kremlin se tornou muito mais próximo do Cairo na última década. Tal posição se tornou imprescindível no contexto da Guerra da Ucrânia. Ainda que não necessariamente demonstre alinhamento aos russos em votações na esfera multilateral, a busca por manter laços sólidos com Putin, num contexto em que se elevaram as inseguranças alimentar e energética por todo o globo, se articula dentro da perspectiva de enfrentamento das dificuldades macroeconômicas em nível doméstico.

Em meio aos discursos governamentais acerca de uma retomada plena da ação externa do Egito (Halawa 2021), as tentativas contemporâneas de reafirmação da condição do país enquanto uma potência regional estimula um aprofundamento de esforços históricos de reposicionamento regional e global nas últimas décadas. Alimentado também pela perspectiva de instrumentalização da posição geoestratégica como meio para a obtenção de recursos para o enfrentamento das contradições e dificuldades domésticas, o país de Al-Sisi desenvolve uma diplomacia pautada pela tentativa de equilíbrio entre os diferentes polos de poder em nível global. Nesse processo, autonomia e dependência coexistem de forma complexa frente aos efeitos do crescimento da competição estratégica na África e no Oriente Médio.

## Conclusão

Na condição de Estado Ponte, o Egito se constituiu como um importante ator geoestratégico no quadro das transformações ocorridas entre a África e o Mundo Árabe, em sintonia com mudanças de ordem sistêmica. Desde a ascensão dos militares em 1952, o país passou por relevantes reorientações em sua inserção externa, num processo que reuniu diferentes fatores como a conciliação e mobilização de diferentes identidades, mudanças nas estratégias de desenvolvimento, reações diante das alterações ocorridas no plano regional e global, ascensão de novas lideranças e mudanças no quadro da política doméstica.

Tal diversidade de variáveis históricas, contempladas à luz do modelo de Charles Hermann (1990), expõe as complexidades que envolveram o processo de definição de diferentes perspectivas de inserção internacional do país. Se, do ponto de vista da produção de uma reorientação externa, a consolidação da Revolução com a ascensão de Nasser e a retirada plena dos militares britânicos abriram caminho para o desenvolvimento do chamado Não-Alinhamento, além da busca por uma política mais assertiva na África e no Mundo Árabe. As transformações ocorridas entre o fim dos anos 1960 e início da década subsequente estabeleceram novas perspectivas a partir da definição de um alinhamento estratégico com Washington e outras movimentações que abarcaram desde a normalização de relações com Tel-Aviv até ao abandono de estratégias de constituição de liderança nas múltiplas regiões pelas quais o Egito se encontra inserido.

Em meio aos processos de aceleração do declínio dos EUA, afirmação de novos atores globais a partir do crescimento da importância do chamado mundo emergente e diante do fracasso na perspectiva exógena de produção regional do Oriente Médio, sintomas de mudanças na política externa egípcia se tornaram notórios desde os últimos anos do governo Mubarak. Correlacionados aos desafios de preservação de autonomia e segurança, bem como a captação de recursos tanto para o atendimento das crescentes demandas socioeconômicas, a diplomacia egípcia estabeleceu novas parcerias, com destaque para a aproximação com China, Índia, Brasil e Rússia, bem como ampliou o diálogo com outros atores de notável importância comercial, como a União Europeia.

Tal perspectiva de reposicionamento regional e global se manteve, em certa medida, mesmo diante das flutuações provocadas pela Primavera Árabe. Sob o comando de Abdel Fatah Al-Sisi, a consolidação de novas parcerias esteve relacionada não apenas às mudanças no plano sistêmico como, a partir de uma perspectiva multinível, vincularam-se a processos de ordem político-institucional e individual ou societal. Diante da reorganização da República a partir de uma nova fase da tutela militar, a reativação do peso geopolítico do Egito em diferentes arenas potencializou a instrumentalização da política externa como fator de constituição da própria sobrevivência institucional da remodelada estrutura de poder forjada a partir da queda de Morsi. Relacionado a tal processo, além do peso exercido pelo poder executivo na estrutura decisória envolvendo as relações externas, as diferentes demandas de classe decorrentes de uma heterogênea coalizão composta por militares, elites liberais, salafistas e outros setores descontentes com a curta experiência de governo da Irmandade Muçulmana.

Ainda que tal movimentação não reverta a vulnerabilidade do país diante das flutuações da política e da economia internacional, a busca por alternativas a partir da aproximação com o chamado mundo emergente ampliam as condições de enfrentamento da sombra da instabilidade socio-política. Associado a tal movimentação, a retomada de certa proatividade nos diferentes planos regionais contribui na elevação da importância egípcia na interlocução entre os espaços africano e árabe diante das transformações internacionais, possibilitando a extração de recursos diante de um contexto de elevadas dificuldades macroeconômicas que aumentam as incertezas do presente e do futuro do país.

## REFERÊNCIAS

- Achrainer, Christian. 2023. *Egyptian Foreign Relations Under Al-Sisi: External Alignments Since 2013*. Routledge.
- Al-Ahram [Online]. 2023. “Factbox: Egypt’s trade Exchange with members of BRICS bloc”. Agosto 25. <https://english.ahram.org.eg/News/507185.aspx>.
- Banco Mundial. 2024a. Inflação, preços al consumidor (%anual) – Egípcio, República Árabe de. Washington: Grupo Banco Mundial. <https://datos.bancomundial.org/indicador/FP.CPI.TOTL.ZG?locations=EG>.
- Banco Mundial. 2024b. Crecimiento del PIB. (%anual) – Egípcio, República Árabe de. Washington: Grupo Banco Mundial. <https://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=EG>.
- Dessouki, Ali E. Hillal. 2008. “Regional Leadership: Balancing off Costs and Dividends in the Foreign Policy of Egypt”. In *The Foreign Policies of Arab States: The Challenge of Globalization*, editado por Ali E. Dessouki e B. Korany. The American University in Cairo Press.
- El-Fadl, Reem Abou. 2019. *Foreign Policy as Nation Making: Turkey and Egypt in the Cold War*. Cambridge University Press.
- Ferabolli, Silvia. 2013. *Relações Internacionais do Mundo Árabe: os desafios para a realização da utopia pan-arabista*. Juruá.
- Gadallah, Yasser M. 2016. “An Analysis of the evolution of sino-egyptian economic relations”. In *Toward Well – Oiled Relations? China’s presence in the Middle East following the Arab Spring*, editado por Niv Horesh. Palgrave Macmillan.
- Ghotme, Rafat, e Nadia García Sicard. 2016. “Neomubarakismo: Al-Sisi y la nueva cara del autoritarismo en Egipto”. *Colombia Internacional* 86:137-162. <https://doi.org/10.7440/colombiaint86.2016.05>.
- Goldschmidt Jr, Arthur. 2008. *A Brief History of Egypt*. Facts on File.
- Gonçalves, Luis Eduardo Fonseca de Carvalho. 2017. *Egipto: revolução e contrarrevolução (2011-2015)*. FUNAG.
- Gonçalves, Fernanda Nanci, e Letícia Pinheiro. 2020. *Análise de Política Externa: o que estudar e por quê?*. Intersaberes.
- Halawa, Hafsa. 2021. “Burning Ambition: Egypt’s return to regional leadership and how Europe should respond”. *European Council On Foreign Relations*, 11 de

- outubro de 2021. <https://ecfr.eu/publication/burning-ambition-egypts-return-to-regional-leadership-and-how-europe-should-respond/>.
- Hermann, Charles F. 1990. "When Governments Choose to Redirect Foreign Policy". *International Studies Quarterly* 34 (1): 03-21. <https://doi.org/10.2307/2600403>.
- Hinnebusch, Raymond, e Nael Shama. 2014. "The Foreign Policy of Egypt". In *The Foreign Policies of Middle East States*, editado por Raymond Hinnebusch e Nael Shama. Boulder. Lynne Rienner Publishers.
- Hrbek, I. 2010. "A África Setentrional e o Chifre da África". In *História Geral da África, VIII: África desde 1935*, editado por Ali A Mazrui e Christophe Wondji. UNESCO.
- Ismael, Tareq Y. 1968. "Religion and U.A.R. African Policy". *The Journal of Modern African Studies* 6 (1): 49-57. <https://www.jstor.org/stable/158676>.
- John's Hopkins China – Africa Research Initiative. China's Exports to African Countries. Ago. 2023. <https://www.sais-cari.org/data-china-africa-trade>.
- Kienle, Eberhard. 2022. *Egypt: A Fragile Power*. Routledge.
- Menezes, Gustavo Rocha de. 2013. *As novas relações sino-africanas: desenvolvimento e implicações para o Brasil*. FUNAG.
- Nasser, Gamal Abdel. 1963. *A Revolução no Mundo Árabe*. São Paulo: EDARLI.
- Piazza, Bárbara Azaola. 2023. "A Decade of al-Sisi in Power: Between Economic Crisis, Repression and the Search for International Recognition". *IEMed. European Institute of the Mediterranean*. <https://www.iemed.org/publication/a-decade-of-al-sisi-in-power-between-economic-crisis-repression-and-the-search-for-international-recognition/>.
- Selim, Gamal M. 2020. "Egyptian Foreign Policy after the 2011 revolution: the dynamics of continuity and change". *British Journal of Middle Eastern Studies* 49 (1): 1 – 22. <https://doi.org/10.1080/13530194.2020.1747983>.
- Shlaim, Avi. 2004. *A Muralha de Ferro: Israel e o Mundo Árabe*. Fissus.
- Takeyh, Ray. 2000. *The origins of the Eisenhower Doctrine: the US, Britain and Nasser's Egypt, 1953-57*. Macmillan Press LTD.
- Vizentini, Paulo Fagundes. 2012. *A primavera árabe: entre a nova democracia e a velha geopolítica*. Leitura XXI.
- Voigt, Márcio Roberto. 2007. "A Análise dos Sistemas-Mundo e a política internacional: uma abordagem alternativa das relações internacionais". *Textos de Economia* 10 (2): 101-118. <https://doi.org/10.5007/%25x>.
- Wallerstein, Immanuel. 2004. *O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico*. Contraponto.
- Yahel, Ido. 2016. "Covert Diplomacy Between Israel and Egypt During Nasser Rule: 1952 – 1970". *SAGE Open* 6 (4): 1 – 11. <https://doi.org/10.1177/2158244016667449>.
- Yefet, Bosmat, e Limor Lavie. 2021. "Legitimation in post-revolutionary Egypt: Al-Sisi and the renewal of authoritarianism". *Digest of Middle East Studies* 30 (3): 170-185. <https://doi.org/10.1111/dome.12244>.

## RESUMO

Uma década depois do início do governo de Abdel Fatah Al-Sisi, o Egito convive com um complexo quadro doméstico, envolvendo os desafios emergentes diante da consolidação político-institucional após os ventos da Primavera Árabe, as consequências econômicas e sociais da elevação da vulnerabilidade externa, além dos esforços de reinserção em diferentes arenas regionais e globais. Em meio a tais circunstâncias, transformações no desenvolvimento da sua política externa conciliam um discurso de retomada plena da ação externa a partir da última década com a busca pela instrumentalização da sua posição geoestratégica entre a África e o Mundo Árabe em favor de novos investimentos externos e reversão do adverso quadro macroeconômico, caracterizado pela desvalorização da libra egípcia, crescimento da inflação e déficits na balança comercial. Tal processo, contudo, tem raízes nos esforços de diversificação das relações exteriores, aspecto observado desde os anos finais do Governo Mubarak, atravessando as mudanças ocorridas no plano doméstico a partir de 2011. Diante disso, esse artigo analisa as principais características que envolvem o processo de reposicionamento global e regional do Egito a partir da última década. Na intersecção entre a Análise dos Sistemas-Mundo (ASM) e a Análise da Política Externa (APE), avalia-se o potencial egípcio em ocupar uma posição histórica de articulação entre as dinâmicas globais e regionais, considerando sua condição enquanto Estado Ponte entre dois continentes. Por meio de análise qualitativa, combinando a exploração de um processo de revisão da literatura especializada no Egito contemporâneo e textos jornalísticos, busca-se responder às seguintes questões: qual a natureza do processo de diversificação das relações externas empreendido pelo Egito? Como os desafios macroeconômicos e geopolíticos contemporâneos limitam ou oportunizam a produção de um tipo de inserção autonomista por parte do Cairo? Argumenta-se que, em meio à aceleração do declínio da hegemonia estadunidense, o Egito cultiva uma estratégia de inserção internacional de caráter autonomista, aproximando-se do chamado mundo emergente, retomando sua inserção em eixos regionais tradicionais de ação, num processo que não perpassa necessariamente pelo abandono de seus laços com o chamado Mundo Ocidental.

## PALAVRAS-CHAVE

Egito. Abdel Fatah Al-Sisi. Primavera Árabe.

*Recebido em 23 de dezembro de 2024*

*Aceito em 25 de janeiro de 2025<sup>4</sup>*

---

4 Como citar: Pennaforte, Charles Pereira, e Mateus José da Silva Santos. 2024. “A política externa egípcia sob o governo Al-Sisi: caminhos para a diversificação de parcerias”. *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 9 (18), 41-62. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.144853>

# O ACORDO TRIPARTIDO COMESA-EAC-SADC NO CONTEXTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA COMUNIDADE ECONÔMICA AFRICANA (CEA)

Almeida Zacarias Machava<sup>1</sup>  
Tomás Bernardo Chirindza<sup>2</sup>



## Introdução

Em 1963, momento da constituição da Organização da Unidade Africana (OUA), a ideia de promover a cooperação entre novos Estados independentes como estratégia de transformação econômica, mostra-se patente. Por conseguinte, não demorou muito para que a perspectiva da integração de mercados nacionais num único mercado regional passasse a ser a orientação dominante. Tal integração ficaria designada como Comunidade Econômica Africana (CEA) (Ferreira 2005).

Durante a 28ª Cúpula da OUA, em 1991, foi adotada uma “Magna Carta” da integração econômica africana, que ficou conhecida como Tratado de Abuja, com o objetivo de se criar uma comunidade econômica continental, a ser atingida no final de um período de 34 anos (ano 2028), nos termos dos artigos 4 e 6 do Tratado que cria a CEA. A ideia de transformação da OUA em União Africana (UA), dando-lhe novas feições, e a previsível aprovação de um programa econômico para o continente — que veio a ser a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) — poderão vir a ser decisivas para a superação dos bloqueios à integração econômica regional. Para promover a

<sup>1</sup> Faculdade de Direito, Universidade de Macau. Taipa, Macau-China. E-mail: amachava@um.edu.mo. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-7145-742X>.

<sup>2</sup> Procuradoria Geral da República. Maputo, Moçambique. E-mail: chirindzatomas11@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-4291-8853>.

criação da CEA, a NEPAD entra em articulação com os princípios e objetivos mais gerais daquela (NEPAD 2001). Sugere-se que os esforços da integração regional se executem no seio das principais Comunidades Econômicas Regionais (CER's) existentes. Nessa perspectiva, cada Estado deve vincular-se a apenas uma dessas CER's, bem diferente do que atualmente se verifica. No cenário atual verifica-se a sobreposição dos processos de integração no continente africano, evidenciado por um dos seus principais problemas: a múltipla participação de um mesmo Estado em mais de uma comunidade.

Esse problema, em si, é apontado por muitos autores como sendo um dos principais entraves ao desenvolvimento do processo de integração, e que frustrou a criação da tão almejada CEA. Os relatórios da UA e da Comissão das Nações Unidas para África indicam que é necessária uma racionalização dos mecanismos de integração na África (African Union 2007). Configura-se como manifestação do interesse da racionalização dos mecanismos de Integração na África a criação da Zona Tripartida de Livre Comércio (COMESA-EAC-SADC). O Bloco Tripartido concorda com a harmonização dos acordos comerciais entre as três CER's, com a implementação conjunta dos programas de infraestrutura inter-regional, bem como de arranjos institucionais sobre a base dos quais as três CER's promoveriam a integração. A criação deste bloco coaduna com as visões da UA e da CEA sobre a integração na região. O seu objetivo é que as três CER's trabalhem no sentido de alcançar a implementação da CEA.

As abordagens que faremos no presente artigo terão como fim último trazer resposta para a seguinte questão: Como poderá o Acordo Tripartido proporcionar à África a implementação efetiva da Comunidade Econômica Africana? A resposta a esta questão mostra-se importante porque permite elucidar que o estabelecimento da Zona Tripartida de Livre Comércio (ZTLC) é um dos principais projetos com a finalidade de solucionar o problema da múltipla filiação dos Estados nas CER's, o que irá promover a celeridade do processo de integração regional e a implementação efetiva da CEA. A implementação da CEA, por sua vez, irá proporcionar uma economia forte ao nível continental e romper com a dependência comercial externa. A busca pela referida resposta será feita com recurso a uma abordagem qualitativa alicerçada em um exercício hermenêutico.

## Processo de integração regional na África

O processo de integração regional africana encontra nas ideias pan-africanistas os principais alicerces, que encontraram na Carta da Organização da Unidade Africana (OUA) a materialização mais visível. É neste contexto que, na atualidade considera-se que a integração regional africana é resultado de uma demanda continental. Entretanto, embora com características próprias, na sua essência, o regionalismo africano assenta nos princípios gerais da integração econômica regional. A presente seção explora os principais marcos do processo de integração regional na África, como pressuposto para o advento do Acordo Tripartido, objeto deste estudo.

### *O Regionalismo Africano: modelo adotado*

Na literatura sobre a integração econômica, Balassa (1973) propõe que se defina integração como um processo e uma situação. Como processo, implica medidas destinadas à abolição de discriminações entre unidades econômicas de diferentes Estados; como situação, pode corresponder à ausência de várias formas de discriminação entre várias economias nacionais.

Essa integração econômica poderá ser classificada de acordo com vários critérios, sendo que, de acordo com a estratégia, três modelos de integração são identificados. Primeiro, há o *modelo de integração de mercados*, que se assenta na liberalização das relações comerciais entre os países (Namburete 2002), sendo que essa liberalização não tem de ser uniforme, ela pode variar, porquanto, “[...] ao considerar os arranjos institucionais para promover a integração econômica regional, é útil pensar em um *continuum* de integração”<sup>3</sup> (Trebilcock e Howse 1999, 28, tradução nossa). É dentro deste modelo que, consoante menor ou maior grau de liberalização (Porto 2001), vários estágios ou níveis de integração são identificados.

Assim, de acordo com o grau de liberalização do comércio, o modelo de integração de mercados comporta os seguintes níveis ou fases de integração econômica: (i) *Zona de Livre Comércio (ZLC)* — configura-se como a primeira fase da integração econômica e, nesta etapa, os obstáculos de cunho tarifário e não-tarifário ao comércio de mercadorias entre os Estados intrabloco são eliminados, enquanto os Estados, individualmente, preservam as suas pautas aduaneiras relativamente aos Estados extrabloco; (ii) *União Aduaneira* — congrega características da ZLC, entretanto, passa a adotar uma Tarifa Externa Comum (TEC), passando a desenvolver as atividades comer-

3 No original: “[...] in considering institutional arrangements to promote regional economic integration, it is useful to think of an integration continuum” (Trebilcock e Howse 1999, 28).

ciais como um bloco que representa todos os Estados-membros; (iii) *Mercado Comum* — para além de abarcar os elementos da União Aduaneira, envolve a livre circulação de bens, pessoas, serviços e capitais entre Estados membros; (iv) *União Econômica e Monetária* — corresponde à total integração, na qual ocorre a unificação de políticas monetárias e financeiras e a adoção de uma moeda única (Balassa 1973; Torres 1993; Machava 2008).

O segundo modelo de integração econômica apresentado por Namburete (2002) é o *modelo de integração através de projetos*, que, nas palavras do autor, assenta no encorajamento da cooperação por meio de projetos de desenvolvimento como instrumento mais importante da integração regional, no sentido de que a prioridade dos países em desenvolvimento é a promoção de projetos de desenvolvimento nos setores produtivos e a criação de infraestruturas. Isto é, para este modelo de integração, a liberalização do comércio deve ser liminarmente evitada por ser uma abordagem desenhada para os países desenvolvidos (Machava 2008).

O terceiro é o *modelo de integração para o desenvolvimento*, que tem por base a premissa de que as incompatibilidades que decorrem das estruturas de produção e os padrões de consumo subdesenvolvidos tornam impossível promover uma integração regional assente em políticas do *laissez-faire*. Assim advoga Namburete (2002), defendendo a ideia de que a cooperação política entre os países em integração deve acontecer desde o princípio. Com isso, mostra-se de crucial importância o entendimento dos diferentes estágios da integração econômica acima apresentados, tal porque, como será visto mais adiante, o Tratado de Abuja desenhou o processo de integração regional africana inspirado no modelo apresentado por Bela Balassa. Em termos de modelo de integração em África, fica assente a ideia de integração por meio de mercados, na medida em que o artigo 6 do Tratado de Abuja prevê a criação de uma CEA baseada nas teorias clássicas de integração regional, que vai desde a criação de uma Zona de Livre Comércio em cada Comunidade Econômica Regional, à União Aduaneira continental, a um Mercado Comum Africano e a uma União Econômica/ Monetária Africana.

Ora, a alínea c) do n° 1 do artigo 4 do Tratado de Abuja, quando apresenta como objetivo a promoção da “cooperação e desenvolvimento em todos os domínios da atividade humana” (Tratado de Abuja 1991, 19) com vista a elevar o nível de vida dos povos africanos, abarca de forma subentendida a cooperação política. Ademais, não se pode ignorar o fato de que o processo de integração regional na África está fortemente ligado aos movimentos de

libertação nacional e que, por isso, é influenciado por motivações políticas<sup>4</sup>. Uma análise à alínea c) do artigo 3 do Ato constitutivo da União Africana permite constatar que os aspectos políticos — “acelerar a integração política e socioeconômica do continente” (Acto Constitutivo da União Africana 2000, 6) — caracterizam a integração regional africana<sup>5</sup>. E, nos termos do parágrafo 2, alínea b) do artigo 6 do citado Tratado, é dada prioridade ao reforço da integração setorial, nomeadamente ao nível do comércio, agricultura, finanças, transportes e comunicações, indústria e energia. Ou seja, tal consagração manifesta-se como um modelo de integração via projetos.

O estabelecimento da União Africana em 2002 e o lançamento da NEPAD manifestam-se como adoção de certos aspectos do modelo de integração para o desenvolvimento, como será analisado mais adiante. Com isso, pode-se dizer que o Regionalismo Africano não adota um modelo único de integração, por conseguinte, *suis generis*. Contudo, não se pode negar que está mais inclinado para o modelo de integração por meio de mercados, tanto na perspectiva do Tratado de Abuja, como na perspectiva de cada uma das CER's reconhecidas pela UA.

### **União Africana (UA)**

A UA é sucessora da OUA, criada em 25 de maio de 1963, cujas bases para a sua criação foram lançadas nas três Conferências dos Estados Africanos Independentes e tinham como objetivo a valorização da identidade africana, do sentimento da solidariedade Pan-africana e a reestruturação econômica e social do continente. A ideia dominante era a de que os Estados deveriam pautar-se pelo não-alinhamento a nenhuma das políticas ideológicas (comunismo e capitalismo). Entretanto, não havia consenso entre os líderes africanos, o que levou a África a se dividir em dois grupos (Fonseca 2015):

---

4 Ao abrigo da alínea a) do artigo 3, a União Africana tem como objetivo realizar maior unidade e solidariedade entre os povos africanos. É neste objetivo que está assente a questão da *camaradagem africana*, que levou o então líder africano Julius Nyerere a encarar a OUA como um *clube de amigos*.

5 Somos da opinião de que a análise do Regionalismo Africano não se pode limitar ao Tratado de Abuja e que deve abarcar também o Ato constitutivo da União Africana, uma vez que o artigo 98 conjugado com o artigo 99, todos do Tratado, preconiza que a CEA e os seus Protocolos fazem parte integrante da Carta da UA.

Monróvia<sup>6</sup> e Casablanca<sup>7</sup>. Em 1963 os dois grupos reuniram-se na Etiópia, onde entraram em uma acirrada disputa que resultou na adoção da Carta de Addis Abeba (OUA). Ao abrigo do artigo 2 da Carta, apresentavam-se os seguintes objetivos: “reforçar a unidade e solidariedade dos Estados africanos; [...] Intensificar a cooperação internacional tendo em conta a Carta das Nações Unidas e a Declaração dos Direitos do Homem” (Organization of African Union Charter 1963, 3, tradução nossa)<sup>8</sup>.

Para realizar os seus objetivos, a OUA, nos termos dos artigos 7 e 20, adotava a seguinte estrutura institucional: Conferência de Chefes de Estado e de Governo; Conselho de Ministros; Secretaria-geral; e cinco Comissões especializadas (Comissão Econômica e Social, de Educação e Cultura, de Saúde, Higiene e Alimentação, de Defesa e Comissão Científica, Técnica e de Investigação). Contudo, a OUA enfrentou obstáculos para o seu progresso, desde a falta de dinamismo da sua estrutura organizacional, à falta de recursos financeiros para o seu financiamento — em virtude do não pagamento das obrigações estatutárias por parte dos Estados-membros — e às rivalidades políticas internas no seio da instituição, devido às diferentes concessões na Cúpula dirigente (Ferreira 2005).

A partir desta perspectiva, pode-se pensar que a OUA foi concebida como um sistema de cooperação interestadual e não de integração<sup>9</sup> política ou econômica e que nasce como um instrumento de libertação da região. Ainda que um instrumento de libertação, preocupava-se com atividades de natureza econômica. Entretanto, assuntos de natureza econômica<sup>10</sup> não foram

6 Defendia uma simples cooperação entre os Estados, respeitando a soberania nacional — cooperação funcional entre os Estados, baseada nos agrupamentos regionais. Em virtude da falta de capital e de conhecimento tecnológico, advogava a necessidade de manutenção e fortalecimento dos laços de cooperação com a ex-metrópole, detentora de capital financeiro e tecnológico.

7 Advogava pela ruptura total com as potências colonizadoras e pelo não-alinhamento; era a favor da criação de uma organização de natureza continental e de caráter supranacional; e defendia a redução das trocas comerciais com a ex-metrópole e a independência econômica do continente.

8 No original: “to promote the unity and solidarity of the African States; To promote international cooperation, having due regard to the Charter of the United Nations and the Universal Declaration of Human Rights” (Organization of African Union Charter 1963, 3).

9 Alguns dos princípios adotados pela OUA, o da não ingerência nos assuntos internos dos Estados e do respeito à soberania, mostraram-se como obstáculos à efetivação da integração política e econômica da África, visto que vão contra a existência de uma entidade supranacional.

10 As questões econômicas foram deixadas em segundo plano e ao cargo da Comissão das Nações Unidas para África (EAC), criada em 1957 com competência para as atividades econômicas da África.

levados adiante devido a crises políticas que afetavam a região. Tal constata-se no preâmbulo e no artigo 2 da Carta, quando estabelece que se compromete a promover a cooperação entre os Estados africanos e o desenvolvimento econômico dos seus povos.

Cientes do fraco progresso da OUA, os líderes africanos reuniram-se em 9 de setembro de 1999, em Sirte, na Líbia, onde decidiram a substituição da OUA pela UA. Tal decisão foi formalizada no encontro da Cúpula da OUA, em Durban, África do Sul, em 9 de julho de 2002 (Schutz 2014). O Ato constitutivo da UA consagra uma lista de objetivos no seu artigo 3, sendo um destes a aceleração da integração política e socioeconômica do continente, nos termos da alínea c) do citado artigo.

Diferentemente da Carta da OUA, de teor predominantemente político, o Ato Constitutivo da UA enfatiza assuntos econômicos. A UA adotou uma estrutura bastante inovadora, estimulando a participação de outros atores no processo de integração para além dos Estados. Na nova organização só prevaleceram a Conferência dos Chefes de Estado e Governo, o Conselho de Ministros e o Secretariado. Assim, foi possível a criação de novos órgãos importantes, como o *Conselho Executivo*<sup>11</sup>, integrado por Ministros dos Negócios Estrangeiros — responsável por promover a coordenação entre as CER's, o Banco de Desenvolvimento Africano e a Comissão da ONU para a África; o *Parlamento Pan-Africano*<sup>12</sup>; o *Tribunal de Justiça*<sup>13</sup>; o *Conselho Econômico, Social e Cultural* (responsável pela participação da Sociedade Civil e dos demais atores), e as *Instituições Financeiras* (Banco Central Africano, Banco Africano de Desenvolvimento e o Fundo Monetário Africano), nos termos da alínea i), n° 1 do Artigo 5 Conjugado com o Artigo 19, todos do Ato Constitutivo da União Africana.

A UA, embora conserve alguns princípios da OUA — “não ingerência de qualquer Estado Membro da União nos assuntos internos, igualdade da soberania (Acto Constitutivo da União Africana 2000, 8) —, torna tais princípios permeáveis à sua intervenção, na medida em que a alínea j) do artigo 4 do seu Ato Constitutivo permite aos Estados Membros pedirem a intervenção da União com vista à restauração da paz e segurança, o que confere, de certa forma, à União Africana um caráter supranacional, fato que a difere da OUA.

<sup>11</sup> Cfr. al. b), n° 2 do artigo 5, conjugado com os Artigos 10, 11, 12 e 13, todos do Ato Constitutivo da União Africana.

<sup>12</sup> Assegura a participação dos povos africanos no processo de integração econômica, previsto na al. c), n° 1 do artigo 5.

<sup>13</sup> Cfr. al. d), n° 1 do artigo 5: reflete-se na juridicidade para a resolução de litígios em um continente em que o meio político foi usado, por muito tempo, como recurso de resolução de litígios.

Tal faculdade mostra-se importante, uma vez que a integração econômica só pode avançar num ambiente de paz e segurança.

### ***Plano de Ação de Lagos (PAL)***

O PAL foi adotado em 1980 pela OUA e teve como objeto de análise os motivos do fracasso do modelo de desenvolvimento adotado no continente nos anos 60 e 70 e os obstáculos impostos pelos países desenvolvidos à implantação de uma Nova Ordem Econômica Internacional. Chegou-se à conclusão de que “a África foi incapaz de atingir qualquer taxa de crescimento significativa ou um nível de bem-estar satisfatório durante esses vinte anos” (Organization of African Unity *s.d.*, 4, tradução nossa)<sup>14</sup>.

O Plano em questão preocupou-se com o desenvolvimento de setores estratégicos<sup>15</sup>. Por isso, delinear-se as seguintes perspectivas para o período de 1980 – 2000: intensificação da cooperação regional e sub-regional; projeção de novos padrões capazes de fortalecer a cooperação intra-regional, em particular na área de comércio; e livrar-se do modelo da integração projetado pelo sistema internacional.

O PAL levou à Ata Final de Lagos, que reafirmou a aderência dos Estados à estratégia adotada na Conferência de Monróvia e o compromisso de alcançar, com base em um tratado, a CEA até 2000, tal como assegurar a integração econômica, social e cultural. Embora com boas intenções, o PAL não teve grandes avanços por não ter levado em consideração a importância da integração política e da participação popular no processo de integração econômica do continente, tendo o Estado como o principal ator. Assim, esqueceu-se de que o maior obstáculo ao processo de desenvolvimento da África se encontra no âmbito político — a falta de vontade política por parte dos líderes africanos no cumprimento das obrigações assumidas.

### ***Tratado de Abuja***

O PAL e a Ata Final de Lagos culminaram no Tratado de Abuja. A previsão era de que a Comunidade Econômica Africana, estabelecida pelo Tratado de Abuja, seria criada em seis etapas (nº 2 do artigo 6 do Tratado de Abuja), incluindo: (1) criação de blocos econômicos regionais onde ainda não existem, de 1994-1999; (2) fortalecimento da integração nas comuni-

<sup>14</sup> No original: “Africa is unable to point out any significant growth rate, or satisfactory index of general well-being, in the past twenty years” (Organization of African Unity *n.d.*, 4).

<sup>15</sup> Alimentação, agricultura, indústria, recursos naturais, ciência e tecnologia, transporte e comunicações.

dades regionais e harmonização entre essas comunidades, de 2000-2007; (3) estabelecimento da área de livre comércio e da união aduaneira em cada comunidade regional, de 2008-2017; (4) coordenação e harmonização dos sistemas tarifários e não-tarifários entre as comunidades regionais, visando ao estabelecimento da União Aduaneira continental, de 2018-2019; (5) estabelecimento do Mercado Comum africano, de 2020-2023; e (6) estabelecimento da União Econômica e Monetária Africana e do Parlamento Africano, de 2024-2028. Dessa maneira, o Tratado de Abuja configura-se como um plano estratégico do processo de integração regional ao nível do continente africano, porém, devido a obstáculos diversos, não foram cumpridos os prazos para a sua implementação efetiva.

É neste contexto que, em maio de 2013, a Cimeira da UA adotou a agenda 2063, uma agenda continental que apresenta como uma das suas aspirações (a segunda) uma África integrada e que, para isso, elaborou um *Plano Decenal* (2013-2023), segundo o qual uma ZLC Continental, uma União Aduaneira, um Mercado Comum e uma União Monetária Africana estariam operacionais até 2023 (Comissão da União Africana *s.d.*). Como se pode notar, o *Plano Decenal* é um plano manifestamente ambicioso que previa atingir uma União Econômica/Monetária até 2023. Contudo, como já era possível prever, tal plano não foi cumprido em virtude dos vários obstáculos que a integração regional africana enfrenta.

É preciso notar que, no processo de integração continental em África não se deve ignorar a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), que surgiu para dar uma nova visão ao projeto da criação da CEA — criada ainda na vigência da OUA. Seu objetivo é o de promover o desenvolvimento socioeconômico do continente africano, focalizando na provisão de bens públicos essenciais ao nível da região, tais como transportes, energia, água, Tecnologias de Informação e Comunicação, erradicação da pobreza e de doenças, e conservação do ambiente; além da promoção da capacidade de investigação regional, do comércio e de investimentos intra-africanos (NEPAD 2001).

O enfoque da NEPAD incide sobre a racionalização do quadro institucional da integração regional, por meio da identificação de projetos comuns compatíveis com os programas de desenvolvimento nacional e regional e da harmonização das políticas e práticas econômicas e de investimento. Nesse cenário, o Banco Africano de Desenvolvimento deve desempenhar um papel

de vanguarda no financiamento de estudos, programas<sup>16</sup> e projetos regionais. Também é interessante notar que existem variados Projetos da NEPAD, em áreas como: (1) Agricultura<sup>17</sup>; (2) Promoção do Setor Privado<sup>18</sup> e (3) Infraestrutura e Integração Regional<sup>19</sup>.

### *Comunidades Econômicas Regionais (CER's)*

Para a concretização do Tratado de Abuja a UA reconhece oito CER's (Caputo e Rodrigues 2014): Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD); Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC); Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC); Comunidade dos Estados Sahel-Saariano (CEN-SAD); Comunidade Africana do Oriente (EAC); Mercado Comum da África Austral e Oriental (COMESA); e União do Magreb Árabe (UMA).

As relações entre as CER's e a CEA são reguladas nos termos do artigo 88 do Tratado de Abuja. Em relação ao n° 4 de tal artigo, os Estados Membros comprometem-se, no seio das suas respectivas CER's, a coordenar e a harmonizar as atividades das suas organizações sub-regionais com vista a racionalizar o processo da integração ao nível de cada região. Porém, muitos Estados têm violado esse processo de racionalização, no sentido de que a maior parte dos Estados pertencem a mais de uma CER, o que retarda a implementação efetiva da CEA. O problema da múltipla filiação está igualmente relacionado a existência de CER's não reconhecidas pela UA e que continuam a exercer as suas atividades, sendo este os casos da: União Aduaneira da África Austral (SACU), União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), Comissão do Oceano Índico (COI), Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC), e Comunidade Econômica dos Países dos Grandes Lagos (CEPGL) (Caputo e Rodrigues 2014).

---

16 Os programas propostos pela NEPAD incidem sobre doenças transmissíveis, HIV/SIDA, paludismo e tuberculose; tecnologia de informação e comunicações; e redução da dívida e acesso a mercados.

17 Ampliar o âmbito da operação do plano da ação integrada da gestão em África e o melhoramento das infraestruturas físicas e instituições que apoiam a agricultura.

18 Visa conceber as necessárias linhas de orientação e políticas para o estabelecimento de incubadoras de negócio em áreas inovadoras ao nível nacional, tirando inspiração da experiência internacional e da melhor prática estabelecida, concebidas para as necessidades e condições africanas.

19 Apresenta vários projetos nos domínios de energia, dos transportes, das telecomunicações e de recursos hídricos, cruciais ao desenvolvimento da África.

Entendemos que a intenção da racionalização do processo de integração previsto no Tratado de Abuja foi boa. Contudo, deve-se reconhecer que uma das suas maiores fragilidades é a ausência da previsão de um regime sancionatório aos Estados Membros que se encontram em situação de múltipla filiação, o que vai contra o objetivo da aceleração da implementação efetiva da CEA, consagrado no artigo 3 do Protocolo relativo às relações entre as CER's e a CEA. Note-se, no entanto, que a múltipla filiação em si pode não ser problemática, o que é problemático é a falta de racionalização das políticas das várias CERs de que um Estado é membro. Em atenção ao objeto do presente estudo, a seguir se introduzem as três CERs que integram o Acordo Tripartido.

### ***Comunidade da África Oriental (EAC)***

O Tratado constitutivo da EAC foi assinado em 30 de novembro de 1999 e entrou em vigor em 7 de julho de 2000 após a sua ratificação pelos três países fundadores: Quênia, Uganda e Tanzânia. As Repúblicas de Ruanda e do Burundi aderiram ao respectivo Tratado em 18 de junho de 2007 e tornaram-se membros de pleno direito da comunidade a partir de 1 de julho de 2007, enquanto o Sudão do Sul aderiu em 2011 (Comissão da União Africana 2011).

Nos termos do nº 2 do artigo 5 do Tratado, a Comunidade da África Oriental tem como objetivo a implementação gradual, por etapas, da União Aduaneira (a qual foi criada em 2005 e tornou-se operacional em 1 de janeiro de 2010), do Mercado Comum (estabelecido em 2013) e está agora a trabalhar para a criação de uma União Monetária e, finalmente, de uma Federação Política. O seu principal objetivo enquanto entidade política e econômica é o melhoramento das condições de vida das populações mediante o aumento da competitividade, produção com mais-valia, comércio e investimento. Assim, pretende-se atingir este objetivo por meio da promoção do desenvolvimento sustentado da região, com vista a criar prosperidade, competitividade internacional, segurança e uma região politicamente unida.

## *Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)*

Em 17 de agosto de 1992, os Chefes de Estado e de Governo da SADCC<sup>20</sup> assinaram durante a Conferência de Windhoek, na Namíbia, o Tratado que serve de base jurídica e que viria a transformar a SADCC em SADC<sup>21</sup>. O Protocolo Comercial da SADC é um instrumento legal que regula as relações comerciais entre os Estados-membros subscritores da SADC (Botsuana, Comores, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Eswatini, Seychelles, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabuê)<sup>22</sup>, o qual foi assinado em Maseru, Lesoto, em agosto de 1996. Contudo, devido a tensões políticas e econômicas, o Protocolo só entrou em vigor em 26 de janeiro de 2000. O protocolo foi emendado em 2007 e 2008, com novas provisões, sendo acrescentadas as regras de origem, cooperação alfandegária, medidas de segurança, resolução de controvérsias e comércio de açúcar (Chichava 2011).

Uma análise da alínea a) do artigo 5 do Tratado da SADC dá a entender que este adota um modelo de integração para o desenvolvimento, ao prever como objetivo a promoção do crescimento econômico sustentável e equilibrado, bem como o desenvolvimento socioeconômico que irá garantir o alívio da pobreza, melhoria da qualidade de vida e apoio às sociedades desfavorecidas. Todavia, com a introdução da Zona de Livre Comércio em 2008 pelo Protocolo Comercial, nos termos dos n° 1 e 5 do artigo 2, fica assente a ideia de introdução de Modelo de Integração de Mercados, que foi mais tarde reforçado em 2003 com a introdução do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento (RISDP). O RISDP visava cobrir todas as áreas de cooperação definidas no artigo 21 do Tratado da SADC, principalmente no domínio comercial e, com vista a responder ao modelo de integração introduzido pelo Protocolo, prevê um programa ambicioso que se traduz não só na introdução das demais fases mas também na introdução de um calendário para a passagem de uma fase para a outra. Um plano bastante ambicioso que até o momento não foi concretizado, ainda não tendo sido implementada a União Aduaneira.

---

20 A SADCC significa Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral, a qual foi criada em 1 de abril de 1980 e orientou-se sobre a cooperação em temas como independência política, segurança, solidariedade regional e a luta contra o *Apartheid*.

21 Para uma abordagem mais detalhada sobre a SADC, ver, entre outros, Machava (2008, 61-106).

22 Angola e República Democrática do Congo, apesar de serem membros da SADC, não subscreveram o Protocolo Comercial da SADC.

## ***Mercado Comum da África Austral e Oriental (COMESA)***

O COMESA foi criado em 1993 como sucessor da Área de Comércio Preferencial da África Austral e Oriental (PTA), criada em 1981. Formalmente, o COMESA sucedeu a PTA em 8 de dezembro de 1994, após a ratificação do Tratado em Lilongwe, no Malawi. A sua criação é resultado do cumprimento da exigência do Tratado da PTA, o qual dispôs a transformação da PTA em um mercado comum dez anos após a entrada em vigor do Tratado da PTA<sup>23</sup>.

As principais áreas de integração promovidas pelo COMESA são: comércio de bens e serviços, integração monetária — incluindo acordos de pagamento e compensação —, promoção de investimentos e subsídios e desenvolvimento de infraestrutura (transporte aéreo, estrada-de-ferro, além de infraestrutura marítima e terrestre, Tecnologias de Informação e Comunicação e energia) (Haffner e Mampava 2010). O Tratado constitutivo do COMESA apresenta, no seu artigo 3, os seguintes objetivos: (1) criação de uma zona de livre comércio que garanta a livre circulação de bens e serviços produzidos na região que integra os países membros e a remoção de todas as tarifas e barreiras não tarifárias ao comércio; (2) criação de uma União Aduaneira (lançada em 2009), na qual bens e serviços importados de Estados não membros da COMESA passem a estar sujeitos a uma tarifa única em todos os Estados da COMESA; (3) livre circulação de capital e investimento apoiada pela adoção de uma área comum de investimento e pela criação de um clima mais favorável ao investimento na região do COMESA; (4) criação gradual de uma monetária comum, como uma moeda comum e (5) adoção de regras comuns de acordos de visto, incluindo o direito de estabelecimento, conduzindo à livre circulação de pessoas (Associação Industrial Portuguesa 2014).

### ***COMESA, EAC e SADC: Confronto de objetivos?***

Diferentemente da EAC e da SADC, o COMESA não possui objetivos expressivos além da esfera econômica, como se pode deduzir da sua nomenclatura: *Mercado Comum*. Porém, o fato de o COMESA limitar-se à esfera econômica não o torna menos importante que a EAC e a SADC. A própria estrutura orgânica do COMESA visa prosseguir somente os objetivos econômicos previstos no seu Tratado Constitutivo. Exemplo disso são as seguintes especificidades contidas no Tratado: a Autoridade do COMESA, nos termos

---

23 Composto por 21 Estados: Burundi, Etiópia, Comores, República Democrática de Congo, Djibuti, Egito, Eritreia, Angola, Namíbia, Líbia, Madagascar, Malawi, Quênia, Ruanda, Seychelles, Sudão, Suazilândia (atual Eswatini), Uganda, Zimbábue, Malawi e Zâmbia.

da alínea a), n° 1 do artigo 7 conjugado com os n° 1 e 2 do artigo 8, é composta por Chefes de Estado e/ou Governo e é responsável por formular políticas do mercado comum; o Conselho COMESA, previsto na alínea b) do n° do artigo 7 conjugado com os n°s 1 e 2 do artigo 9, é composto por Ministros das diversas pastas e têm como função auxiliar a Autoridade, recomendando políticas e monitorando o funcionamento do Mercado Comum; o Comitê dos Presidentes dos Bancos Centrais, consagrado na alínea d) do n° 1 do artigo 7 conjugado com os n°s 1 e 2 do artigo 13, é composto por Governadores dos Bancos Centrais e tem como função coordenar a Cooperação Financeira e Monetária; e o Comitê Intergovernamental, previsto na alínea e) do n° 1 do artigo 7 conjugado com os n°s 1 e 2 do artigo 14, composto pelos Secretários Permanentes, designados por cada Estado Membro, é responsável por outras áreas de cooperação<sup>24</sup>.

A EAC, como já foi visto anteriormente, de um lado, apresenta-se como uma entidade econômica e, de outro, política. Na esfera política apresenta como objetivo a criação de uma Federação Política (n° 2 do artigo 5 do Tratado Constitutivo da EAC), e, para alcançar tal objetivo, conta com a Assembleia Legislativa da África Oriental, órgão previsto na alínea f), n° 1 do artigo 9 conjugado com o artigo 48 do Tratado da EAC que, pela Cimeira Especial realizada em Nairobi de 27 a 29 de agosto de 2004, foi encarregada junto com o *Comité Wako* de acelerar a criação da Federação da África Oriental.

Os objetivos da SADC vão para além da esfera econômica. Um indicativo disso é a previsão do Órgão de Cooperação Política, Defesa e Segurança, nos termos do artigo 10A do Tratado consolidado da SADC. Ao abrigo da alínea b) do n° 1 do artigo 2 do Protocolo (da SADC sobre a cooperação nas áreas de Política, Defesa e Segurança) o Órgão tem como objetivo promover a cooperação política entre os Estados Membros e o desenvolvimento de valores e instituições políticas comuns. Este Órgão subordina-se à Cimeira<sup>25</sup>, é constituído pelo Chefe de Estado ou Governo do Estado Membro e inclui nos termos do artigo 5 do Protocolo um Comitê Ministerial constituído pelos Ministros Estrangeiros da Defesa ou Segurança dos Estados Membros da SADC.

Até certo ponto há uma relação de conflitualidade entre as CER's formadoras do Acordo Tripartido. Entretanto, o principal conflito de interesses, como se pode presumir, nas regiões Austral e Oriental dá-se entre COMESA

<sup>24</sup> Para além desses órgãos, o COMESA conta com um Tribunal de Justiça (artigo 19) incumbido pela interpretação do seu Tratado e uma Secretaria para questões administrativas.

<sup>25</sup> Órgão Político e máximo da SADC, composto pelos Chefes de Estado ou do Governo de todos os Estados Membros da SADC, previsto no artigo 10 do Tratado.

e EAC, COMESA e SADC e não entre EAC e SADC. Isto ocorre porque o COMESA desenvolve-se nas duas regiões). Do ponto de vista econômico, a SADC e a COMESA possuem os mesmos objetivos. A sobreposição dos objetivos e também de alguns membros é uma questão importante a ser considerada nas relações entre as duas CER's. Mostra-se como seu ponto de divergência o princípio da assimetria em vigor na SADC e ausente no COMESA, o que significa que os custos da integração de economia e liberalização do comércio estão mais equilibrados na SADC do que no COMESA. Paradoxalmente, o progresso do ponto de vista econômico é mais significativo no COMESA do que na SADC. Ademais, pela sua origem política, a SADC tem suas decisões e própria condução da integração, pautadas por cooperações políticas ao invés das forças de mercado, e o COMESA está mais voltado para as forças do mercado, o que lhe confere maior vantagem.

O COMESA e a EAC, economicamente, apresentam objetivos similares e conhecem sobreposição de alguns dos seus membros. O nível de desenvolvimento mostra-se mais elevado na EAC, sendo que esta é a única CER que até aqui conseguiu atingir a etapa do Mercado Comum. A partir do exposto, percebe-se que a múltipla filiação dos Estados nas três CER's é um problema patente. O avanço da integração econômica, tanto no COMESA, na EAC e na SADC pressupõe, naturalmente, o estabelecimento de estruturas tarifárias e regras de origem nos três processos. Nesta linha, os Estados Membros das três CER's terão as suas transações comerciais reguladas por normas jurídicas diferentes, com a eventualidade de se contraporem.

O cenário que aqui se destaca em relação a EAC, SADC e COMESA não lhes é exclusivo. Com efeito, os problemas mais comuns para a integração econômica africana estão na sobreposição das CERs e na existência de barreiras tarifárias e não tarifárias entre as comunidades e entre os Estados. A maioria dos Estados está em muitas CER's, muitas vezes competidoras entre si. A UA reconhece 8 comunidades como pilares para a implementação efetiva da CEA. Contudo, o continente conhece 13 CER's com grandes sobreposições. A sobreposição dificulta a integração de mercados por meio de instrumentos de política comercial comum, a título exemplificativo, ao estabelecer uma Tarifa Externa Comum (TEC), visto que um Estado não pode ser parte de duas Uniões Aduaneiras aplicando duas TEC diferentes.

A múltipla filiação tem consequências bastante negativas no processo de integração regional, sobretudo quando o consenso existente na África é referente à consolidação da integração econômica regional, com vista ao alcance da integração continental. A circulação de bens, pessoas e serviços é impedida pelas barreiras não-tarifárias, sendo que em algumas comunidades

tais barreiras consubstanciam o principal obstáculo ao comércio (Caputo e Rodrigues 2014). Um outro obstáculo está relacionado com o mecanismo de financiamento das atividades da UA, que continua sendo o tradicional herdado da antiga OUA, caracterizado por grandes fragilidades. Basicamente, são fontes tradicionais de financiamento (Banze e Silva 2022): (1) fontes internas<sup>26</sup>: contribuições estatutárias dos Estados Membros<sup>27</sup>; e (2) fontes externas: financiamento dos parceiros de desenvolvimento<sup>28</sup>.

## Acordo Tripartido: Zona Tripartida de Livre Comércio (ZTLC)

Os Chefes de Estado e de Governo da COMESA, EAC e SADC se reuniram em 10 de junho de 2015, em Sharm El Sheikh, Egito na 25ª Cimeira da União Africana, onde assinaram um acordo para a criação da Zona Tripartida de Livre Comércio. Inicialmente o acordo era constituído por 26 Estados das três CERs, mas hoje conta com um total de 29 Estados Membros (TRALAC 2011).

Em março de 2023, 11 países ratificaram o Acordo: Uganda, Quênia, África do Sul, Ruanda, Burundi, Botsuana, Namíbia, Eswatini, Zâmbia e Zimbábue. O Acordo requeria 14 ratificações para entrar em vigor. Assim, foi indicado que o Acordo deveria entrar em vigor até o final de abril de 2023.

No presente estudo não se pretende fazer uma análise minuciosa do quadro legal que constitui a ZTLC, até porque se trataria de uma análise distorcida, uma vez que a legislação ao nível desta zona está numa fase embrionária. O Acordo que estabelece a ZTLC constitui a sua base jurídica. Sabe-se que o bloco tripartido integra três CER's e que cada uma delas apresenta um quadro legal, ora, um dos obstáculos à criação de um espaço econômico

---

26 A Comissão da União Africana propõe que se acrescente aqui as fontes alternativas de financiamento a serem identificadas. Propõe-se ainda uma terceira fonte: contribuição das Instituições Financeiras Pan-Africanas — Banco Central Africano, Banco Africano de Investimentos e Fundo Monetário de Investimentos.

27 A falta de pagamento das contribuições dos Estados em virtude da incapacidade financeira dificulta a manutenção de um orçamento equilibrado, prejudicando o cumprimento das atividades da União.

28 Apresenta muitas inadequações, pois os Estados deparam-se com exigências complicadas dos parceiros de desenvolvimento, desembolsos atrasados dos fundos, interferências na canalização das verbas e promoção das suas próprias agendas de integração e desenvolvimento, que podem entrar em contradição com as prioridades e objetivos da integração africana.

integrado, de modo geral, é a diversidade da legislação, o que acaba por criar uma situação que não favorece as operações econômicas, sendo exemplos disso a insegurança jurídica e judiciária.

O Acordo Tripartido foi cauteloso quanto ao obstáculo da diversidade legislativa à criação de um espaço economicamente integrado e, por conseguinte, no n° 7 do Artigo 30, dispõe o seguinte: “Em caso de inconsistência ou conflito entre este acordo e os tratados e instrumentos da COMESA, EAC e SADC, este acordo prevalecerá na medida da inconsistência ou conflito” (Tripartite Agreement 2015, 15, tradução nossa<sup>29</sup>), promovendo desta forma a segurança jurídica.

### ***Principais objetivos do Acordo Tripartido***

O texto legal de que consiste a zona de comércio livre tripartida estabelece uma série de objetivos a serem prosseguidos, que incluem, entre outros, a resolução do problema da sobreposição de adesão e filiação dos Estados-membros tripartidos/parceiros a várias CERs, a criação de empregos e a geração de renda para os povos dos Estados-membros, a liberalização progressiva do comércio de bens e serviços, o aprofundamento da integração entre os Estados-membros e a eliminação progressiva dos direitos de importação e outras barreiras comerciais dentro da zona tripartida (Mutubwa 2017). No presente estudo, destacamos alguns desses objetivos haja vista a compreensão das estratégias definidas para a sua materialização, designadamente:

- a) **Eliminação das Barreiras Não-Tarifárias ao Comércio (BNT's):**  
Muitas medidas protecionistas aplicadas pelos Estados africanos revestem a forma de BNT's e constituem obstáculos ao comércio intra-regional (Hartzenberg 2012). O artigo 1 do Acordo Tripartido interpreta as Barreiras Não-Tarifárias como “[...] quaisquer leis, regulamentos, requisitos administrativos e técnicos que não sejam direitos aduaneiros impostos por um Estado parceiro e que tenham como efeito impedir o comércio” (Tripartite Agreement 2015, 5, tradução nossa)<sup>30</sup>. O acordo pretende eliminar as BNT's seguindo o modelo das zonas de livre comércio anteriores na África e é por conse-

29 No original: “*In event of inconsistency or a conflict between this agreement and the treaties and instruments of COMESA, EAC and SADC, this agreement shall prevail to extent of the inconsistency or conflict*” (Tripartite Agreement 2015, 15).

30 No original: “[...] *any laws, regulations, administrative and technical requirements other than tariffs imposed by a partner state whose effect is to impede trade*” (Tripartite Agreement 2015, 5).

guinte que, no n° 2 do artigo 10 reconhece os mecanismos de eliminação das BNT's aplicados em cada uma das CER's (COMESA-EAC-SADC) e compromete-se a harmonizá-los num único mecanismo, com base no Anexo III do Acordo. A adoção de um mecanismo único de eliminação das BNT's irá evitar com que os bens em circulação tenham que cumprir muitas obrigações ao transitar de uma região para a outra.

- b) Liberalismo do comércio de mercadorias: O liberalismo do comércio de mercadorias mostra-se como um dos principais objetivos do Acordo Tripartido. Porém, o ideário de livre comércio não é absoluto, ou seja, a liberalização do Comércio Internacional comporta exceções (Hoekman e Kostecki 2001). É nesta perspectiva que o Acordo em causa preconiza no n° 2 do artigo 9 que “a eliminação de deveres de importação ou a não imposição deles não se aplicará aos bens que não estão sujeitos à liberalização” (Tripartite Agreement 2015, 8, tradução nossa)<sup>31</sup>. Tal medida mostra-se como condição para se alcançar progressivamente a liberalização. O principal fim da adoção desta medida protecionista justifica-se pela necessidade da proteção da indústria nacional incipiente que se encontra ameaçada pelos concorrentes estrangeiros. Neste contexto, o protecionismo ao nível da ZTLC, depois da sua entrada em vigor, deverá ser temporário, durando apenas o suficiente para que a indústria nascente possa concorrer com as mercadorias estrangeiras. Não adotar esta medida destruiria esta indústria incipiente e comprometeria o desenvolvimento do comércio intra-regional (Shayanowako 2011).
- c) Eliminação das taxas de importação: Nos termos do artigo 1 do Acordo “*Import duties*”: “são os direitos aduaneiros ou encargos de efeito equivalente impostos sobre, ou relacionados com, a importação de mercadorias expedidas de qualquer Estado-Membro/Parceiro tripartite para um consignatário em outro Estado-Membro/Parceiro tripartite” (Tripartite Agree-

---

31 No original: “*the elimination or non-imposition of import duties shall not apply to goods which are not subject to liberalisation*” (Tripartite Agreement 2015, 8).

ment 2015, 4, tradução nossa)<sup>32</sup>. A eliminação das taxas de importação é regulada no artigo 9 e Anexo I do Acordo. Os Estados-membros do Acordo não devem impor nenhuma taxa de importação ou cobranças de efeito equivalente, salvo exceções concedidas pelo Acordo (nº 1 do artigo 9). A eliminação dos deveres de importação será feita de forma progressiva, de acordo com a tabela contida no Anexo I (nº 3 do artigo 9). Estas provisões acerca da eliminação das taxas de importação são importantes porque permitem a redução dos custos de obtenção de matéria-prima essencial à produção industrial, reduzindo o custo de mercadorias, o que beneficiará diretamente o consumidor.

### ***Regras de origem no contexto da Zona Tripartida de Livre Comércio***

No referente às regras de origem, as três CERs adotam critérios extremamente diferentes. O COMESA opta por uma abordagem de cunho genérico, liberal e simplificado, estando mais inclinado para o setor produtivo. A sua abordagem resume-se nas seguintes regras: (1) bens totalmente obtidos; (2) bens totalmente produzidos; (3) critério de classificação tarifária; (4) critério de valor agregado; e (5) critério de transformação específica (Inama 2022).

Pelo fato do COMESA adotar esta abordagem de caráter holístico e liberal, os bens totalmente produzidos não devem estar acima de 60% do valor de matérias-primas oriundas de Estados extrabloco. No tocante ao valor agregado, o COMESA exige que o valor incrementado da produção seja pelo menos de 35% do custo de fatores de produção importados. Contudo, o modelo que o COMESA aplica abre espaço para a derrogação da regra de valor agregado para uma categoria de produtos considerados imprescindíveis para a prosperidade econômica dos Estados partes em volta de 25%. Importa referir que existem certos pontos de convergência entre as regras do COMESA e da EAC. À semelhança do COMESA, a EAC adota regras de origem de condão genérico. O único ponto de divergência entre esses dois blocos regionais reside na escala de concessão de bens de individual preponderância econômica, que é inexistente nas regras de origem da EAC (Inama 2022).

Uma situação diferente verifica-se na SADC, que, para além de aplicar regras genéricas, opta pela aplicação de regra de produto específico. Trata-se de uma regra baseada em uma lista e resume-se em três critérios: (1) regra de

---

32 Original: “means customs duties or charges of equivalent effect imposed on, or in connection with, the importation of goods consigned from any Tripartite Member/Partner State to a consignee in another Tripartite Member/Partner State” (Tripartite Agreement 2015, 4).

valor agregado; (2) regra de CTH (*Change in Tarirrif Heanding*) — Critério de Mudança na Posição Tarifária; e (3) regra de processo específico. O pano de fundo deste critério de lista é o de proceder à dificuldade da deflação comercial, abrindo espaço para o acesso às preferências conferidas pela zona de livre comércio aos produtos/mercadorias que de forma efetiva se localizam na região. As negociações são feitas de forma setorial e por produto específico (Inama 2022).

Pela explanação feita nos parágrafos antecedentes, fica claro que as três CERs formadoras do Acordo Tripartido aplicam as regras de origem com uma diferença substancial. Verifica-se uma aplicação mais complexa e restritiva ao nível da SADC, comparativamente às regras aplicadas no COMESA e EAC. Aquela substancial diferença na aplicação das regras de origem faz nascer embaraços para membros que pertencem simultaneamente ao COMESA e a SADC. Esta realidade mostra ser de caráter imprescindível à uniformização das regras de origem num único quadro passível de providenciar a proteção dos interesses dos produtores, consumidores e exportadores que operam nos limites da Zona Tripartida de Livre Comércio.

Dessa forma, entende-se que é tendo em conta a complexidade e a restrição que as regras de origem ao nível da SADC apresentam que o Acordo Tripartido, no seu Anexo 4 — Anexo sobre Regras de Origem —, estabelece os princípios que devem nortear a aplicação das Regras de Origem. O referido Anexo, no seu artigo 2, estabelece que (a) as regras de origem devem ser objetivas, simples e previsíveis; (b) as regras de origem facilitarão o comércio intra-regional e não criarão efeitos distorcidos ou perturbadores no comércio regional; e (c) as regras de origem serão administradas de maneira consistente, uniforme, imparcial, transparente e razoável. Tais princípios certamente irão conduzir à uniformização das regras de origem ao nível das três CERs.

### ***Desafios à implementação efetiva do Acordo Tripartido***

Os processos de integração regional em África, quer a nível continental como a nível regional apresentam desafios, ou problemas, nas palavras de Mutubwa (2017), que, não obstante serem comuns, lhes são peculiares em decorrência das suas características. Na presente seção, destacamos alguns desses desafios, em atenção ao seu impacto na concretização dos objetivos definidos no Acordo Tripartido.

## *A assimetria das economias dos Estados formadores do Acordo*

A intensificação das trocas comerciais exige a complementaridade industrial das economias, implicando níveis de especialização diferenciados. O baixo nível de industrialização das economias da África reduz essa possibilidade, que, no entanto, deverá ser estimulada pelo desenvolvimento econômico e pelo esforço de diversificação das economias, uma aspiração da ZTLC. Ora, a implementação da área propriamente dita está a acontecer de forma gradual e lenta, tendo em vista que envolve uma grande quantidade de países com estruturas socioeconômicas bastante diferentes.

Alguns países apresentam um desempenho extraordinário, enquanto outros registram um crescimento moderado. Neste contexto, as economias maiores e mais avançadas, que possuem indústrias e empresas, provavelmente deslocarão ou absorverão as dos Estados menores do continente. Esta transformação levará a uma reconfiguração mais produtiva do capital, mas também exigirá perturbações econômicas de larga escala, pelo menos a curto prazo. Esta situação incidirá particularmente sobre Estados com economias menores que atualmente produzem poucas mercadorias exportadas (Disparte e Bugnacki 2015).

Por outro lado, não se deve ignorar que a infraestrutura existente na África, de um modo geral, é herança do período colonial e, por conseguinte, cumpria ao objetivo de escoar os produtos para Europa e não se importava com a integração dentro do continente. O recente relatório da União Africana sobre o estado da integração regional no continente destaca que apesar das infraestruturas de transportes, energia e telecomunicações serem fatores críticos para o desenvolvimento econômico e para a integração regional e continental, o “[...] processo de integração africana continua a ser limitado pelas fracas ligações e pontes entre os recursos do continente. Por conseguinte, a superação deste obstáculo é um dos primeiros passos fundamentais a dar para a integração do continente” (União Africana 2023, 1-2).

Considerando que a Zona Tripartida de Livre Comércio é geograficamente mais ampla sobre terra contígua, criando uma carga adicional para melhorar a infraestrutura da região, o Acordo Tripartido abarca o planeamento de implementação conjunta de programas de infraestrutura de transporte de superfície (transporte rodoviário, ferroviário, postos de controle de

fronteiras e portos), transporte aéreo, energia e Tecnologia de Informação<sup>33</sup>. Entretanto, neste contexto, entende-se que a liberalização comercial via eliminação das Barreiras Não-Tarifárias e dos deveres de importação (Barreiras Tarifárias) terá poucos resultados se os problemas de infraestrutura não forem preliminarmente solucionados.

Aliado a isto, conforme destaca Mutubwa (2017), não se deve perder de vista a fraca capacidade negocial da maioria dos Estados integrantes da Zona Tripartida de Livre Comércio, que, tal como acontece em vários fóruns de cooperação e integração econômica, tem propiciado aos países com as economias mais fortes, maiores benefícios em detrimento dos que possuem economias mais fracas. Assim, a adoção de uma plataforma de equilíbrio negocial e de partilha equitativa dos benefícios será determinante para o sucesso da iniciativa.

### *A fragilidade institucional*

O Acordo Tripartido estabelece como um dos seus principais objetivos o estabelecimento e mantimento de um quadro institucional para a implementação e administração da Zona de Comércio Livre Tripartida (alínea e) do artigo 5 do Acordo Tripartido). Com efeito, nos termos do número 1 do artigo 29 do Acordo, seis órgãos foram estabelecidos para garantir a referida implementação, designadamente: (i) a Cimeira ou Cúpula Tripartida; (ii) o Conselho de Ministros Tripartido; (iii) o Comitê Ministerial Setorial Tripartido; (iv) a Força Tarefa Tripartida dos Secretariados das CERs; (v) o Comitê Tripartido dos Altos Funcionários, e (vi) o Comitê Tripartido de Peritos.

Entretanto, a configuração desses órgãos, assentada em uma base estrutural hierarquizada, e estabelecidos de maneira a espelhar as estrutu-

---

<sup>33</sup>Alguns dos aspectos dos referidos programas são: (i) transporte rodoviário: desenvolvimento físico dos corredores de trânsito mais importantes, sobretudo o Corredor Norte-Sul, o Corredor Central, o Corredor Norte e o Corredor de Djibuti; (ii) transporte ferroviário: desenvolvimento de uma estratégia ferroviária Tripartida abrangente, cujo principal objetivo é a abordagem das questões de baixos volumes de tráfego ferroviário; (iii) transporte aéreo: as três CER's estão a colaborar no estabelecimento de um espaço aéreo superior e ininterrupto em toda região Tripartida por meio do investimento em sistemas integrados de comunicações, navegação e vigilância/gestão de tráfego aéreo e implementação da Decisão de Yamoussoukro; (iv) energia: melhoramento da competitividade regional mediante projetos de produção de energia e interconexão. Exemplos deste último ponto são o Projeto de Interconexão de energia Zâmbia-Tanzânia-Quênia (ZTK), o interconector Zimbabué-Zâmbia-Botswana-Namíbia (ZIZABONA), o Projeto para energia Etiópia-Quênia, o interconector Malawi-Zâmbia-Uganda (OLWIYO), o Projeto para interconector de energia Etiópia-Sudão do Sul e o desenvolvimento de diretrizes sobre o desenvolvimento de energia renovável (União Africana 2018).

ras institucionais das três CERs que integram a Zona de Comércio Livre Tripartida, em certa medida, enfraquece a sua ação governativa no contexto tripartido. Isso ocorre principalmente quando, conforme anota Mutubwa (2017) a construção dessa estrutura de governança tripartida se assenta nas experiências dos órgãos das CERs, que está longe de ser positiva.

A fragilidade institucional da Zona de Comércio Livre Tripartida assenta exatamente na falta de independência dos órgãos instituídos, consequência do *status quo* prevalente em cada uma das CERs que a formam e que tendem a permear os órgãos instituídos pelo Acordo Tripartido (Mutubwa 2017). As abordagens de Knott (2011) e Lawson (2016) sobre o funcionamento dos órgãos jurisdicionais nas CERs africanas, em particular das que integram a zona de comércio livre africana, são demonstrativas dessa falta de independência institucional, onde as decisões dos órgãos de administração da justiça comunitárias encontram nos órgãos executivos, ou influência política, o grande obstáculo para a sua efetividade. Isso coloca em causa todo o processo de integração regional, o que, de início, se resolveria com a intensificação da harmonização jurídica através do fortalecimento das instituições a nível regional, criando-se uma estrutura governativa independente e favorável à integração a nível supranacional (Knott 2011).

A interferência política no funcionamento dos órgãos nas CERs tem na suspensão do Tribunal da SADC o seu principal reflexo, sustentando assim a tese de que “[...] enquanto quase todas as comunidades econômicas da África possuem um corpo judicial de algum tipo ou de outro, são incapazes de executar as suas decisões. Além disso, os poderes enumerados dos tribunais têm corroído meramente por causa de decisões politicamente influenciadas” (Disparte e Bugnacki 2015, s/p).

Importa destacar que, diferentemente das CERs que o formam (COMESA-EAC-SADC), o Acordo Tripartido não dispõe acerca de um Tribunal como tal. Contudo, na sua estrutura funcional deve ser incluído o Órgão de Resolução de Controvérsias, estabelecido no artigo 30 do Acordo Tripartido, revestido pelas seguintes funções: (a) estabelecer um jurado e um órgão de apelação; (b) fazer relatórios do Jurado e do Órgão de Apelação; (c) velar pela implementação das regras e recomendações do Jurado e do Órgão de Apelação; e (d) autorizar a suspensão das concessões sob o Acordo (número 2 do artigo 30 do Acordo Tripartido).

O Sistema Tripartido prevê, nos artigos 6 a 8 do Anexo X (Regulamento do Mecanismo Tripartido de Resolução de Controvérsias), quatro estágios processuais de Resolução de Controvérsias: (1) Consultas, (2) Bons Ofícios, (3) Conciliação e (4) Mediação. Quando uma disputa surgir entre

Estados-membros do Acordo Tripartido deverá, em primeira instância, recorrer-se nas Consultas, com vista a se alcançar uma solução amigável. Durante as consultas pode-se recorrer igualmente aos Bons Ofícios, Conciliação e Mediação (nº 1 do artigo 6 do Anexo X). Se a resolução amigável do litígio falhar, uma das partes litigantes pode recorrer ao Presidente do *Órgão de Resolução de Controvérsias* para o estabelecimento de um *Painel de Resolução de Controvérsias* para a resolução do problema. Petições e Contestações devem ser reduzidas a escrito, contudo, as partes podem ser chamadas a fazer argumentos orais (artigo 7 do Anexo X). Depois da sessão de audição das partes, o Painel emite um relatório provisório suscetível de comentário pelas partes litigantes. Após o relatório provisório será emitido um relatório final com as recomendações (Artigos 9 e 10 do Anexo X). Só tem legitimidade ativa para recorrer ao sistema Tripartido de Resolução de Controvérsias os Estados-membros, nos termos das disposições conjugadas do nº 1 do artigo 7 do Anexo X e nº 7 do artigo 30 do Acordo Tripartido.

Este sistema tripartido de resolução de controvérsias é cópia fiel dos regimes estabelecidos em cada uma das CERs que formam a zona tripartida que, curiosamente, são caracterizados por serem “instituições em grande parte moribundas cuja competência e autoridade jurisdicionais são de mérito duvidoso” (Mutubwa 2017, 34, tradução nossa)<sup>34</sup>. Daí que os receios acima destacados relativos à eficácia das decisões do Órgão de Resolução de Controvérsias permanecem intactos. Com efeito, a interferência política no funcionamento do Órgão de Resolução de Controvérsias — largamente determinada pelo fato de seus membros resultarem de nomeação política — afeta negativa e significativamente a independência desses membros do Órgão e do próprio Órgão, além de violar o princípio da separação de poderes válido nas estruturas funcionais das organizações de integração regional (Mutubwa 2017).

### ***Benefícios da Zona Tripartida de Livre Comércio***

Pelos seus objetivos, fica assente que o Acordo Tripartido tem fins eminentemente econômicos na medida em que mesmo o desenvolvimento social apresentado como objetivo geral na alínea a) do artigo 4, tem no desenvolvimento econômico a sua principal base de sustentação. Ou seja, o pressuposto é de que o desenvolvimento econômico é que irá promover o desenvolvimento social. Com efeito, a abrangência material do Acordo Tripartido, que inclui a liberalização do comércio de mercadorias, de serviços e de outras matérias relacionadas ao comércio, sustenta essa assertiva, até

<sup>34</sup> No original: “largely moribund institutions whose jurisdictional competence and authority are of dubious merit” (Mutubwa 2017, 34).

porque em quase todo o seu texto não se encontram disposições diretamente destinadas à dimensão social.

Por outro lado, no Acordo Tripartido não passa despercebida a busca por um alinhamento do seu âmbito material com as regras multilaterais, em especial da Organização Mundial do Comércio (OMC), visto que o mesmo terá igualmente subjacente a necessidade de fortalecer a posição das negociações em acordos comerciais bilaterais e multilaterais. Partindo disso, um aspecto importante da liberalização do comércio ao nível da ZTLC, é o que se encontra previsto no n° 2 do artigo 7 ao permitir que um Estado-Membro Tripartido mantenha ou celebre novos Acordos Preferenciais de Comércio com terceiros Estados, desde que respeite a Cláusula da Nação Mais Favorecida.

Para a aplicação do princípio do Tratamento Nacional estabeleceram-se regras de origem com base no Anexo IV do Acordo. Para que um produto seja considerado de um Estado-Membro Tripartido deve atender aos critérios previstos na alínea a) do artigo 5 do Anexo, para tal os produtos devem ter sido obtidos em sua totalidade nos Estados Membros/Parceiros; e devem ter sido submetidos ao trabalho ou processamento suficiente no Estado Membro, no contexto do artigo 7 do Anexo (Produtos suficientemente trabalhados ou processados). Nos termos do n° 1 do Artigo 9, para efeitos de implementação dos critérios referentes às regras de origem, os Estados-membros da ZTLC consideram-se como um único território, aplicando, desta forma, o tratamento cumulativo.

Em termos dos fluxos comerciais intra-regionais, a África é a região economicamente menos integrada no mundo, com o comércio intra-continental representando cerca de 10% do seu comércio total. Enquanto a Europa e a Ásia representam um total de 60% do comércio intra-continental (União Africana 2012). Tendo isso em mente, o Acordo Tripartido visa facilitar a circulação de bens nas três CERs. A entrada em vigor do acordo poderá trazer consigo vários benefícios: (1) crescimento do comércio intra-industrial e desenvolvimento da especialização de base geográfica na África; (2) uma melhor distribuição de recursos, melhoria da concorrência e diferenciais de preços reduzidos entre os países africanos; (3) aumento da taxa de diversificação e transformação de economia da África e da capacidade do continente para suprir as suas necessidades de importação a partir dos seus próprios recursos; (4) aumento de segurança alimentar através da redução da taxa de proteção sobre o comércio de produtos agrícolas entre os países africanos; (5) aumento de Investimento Estrangeiro Direto (IED); (6) aumento da competitividade de produtos industriais da África através do aproveitamento das economias de escala de um grande mercado continental; (7) maior participação da África

no comércio mundial e da redução da dependência do continente em ajuda e empréstimos externos (União Africana 2011).

O Tratado de Abuja, que serve de base jurídica continental para a criação ou existência das CERs objetivamente não prevê a criação de uma ZLC entre as CERs. A sua incidência na liberalização do comércio intra-africano em termos de criação de zonas de livre comércio e uniões aduaneiras tem sido sobre as CERs que devem, na terceira etapa do processo da criação da CEA (de um total de seis), estabelecer zonas de livre comércio através da eliminação de Barreiras Tarifárias e Não-Tarifárias ao comércio e a criação de uma União Aduaneira através de adoção de uma tarifa externa comum (artigo 6 do Tratado de Abuja). Entretanto, na quarta fase do estabelecimento da Comunidade Econômica Africana espera-se que as CERs coordenem e harmonizem os sistemas tarifários e não tarifários entre si, haja vista o estabelecimento de união aduaneira a nível continental através da adoção de uma tarifa externa comum (alínea d), número 2 do artigo 6).

Os progressos lentos realizados pelas CERs para o estabelecimento de ZLC e Uniões Aduaneiras no contexto do Tratado de Abuja a fim de materializar a terceira fase do estabelecimento da Comunidade Econômica Africana, atrasam a agenda continental de criação de uma União Aduaneira Continental<sup>35</sup>. Contudo, não se deve esquecer que, por exemplo a própria SADC havia se proposto atingir a união aduaneira em 2010 (Southern Africa Development Community 2011) e até hoje está estagnada na zona de comércio livre, mesmo assim imperfeita, na medida em que nem todos os seus membros aderiram aos instrumentos legais impulsores dessa zona de comércio livre, visto que, dos seus 17 membros, 13 é que adeririam ao Protocolo Comercial da SADC, por exemplo.

É nesta perspectiva que se entende como a criação da ZTLC reflete uma inovação positiva ao Tratado de Abuja, visando a aceleração da implementação efetiva da Comunidade Econômica Africana. As regiões da África Central e Ocidental estão atualmente excluídas do acordo, entretanto, o n° 2 do artigo 41 do Acordo Tripartido permite a adesão de qualquer Estado Membro da União Africana à ZTLC. A implementação bem-sucedida da ZTLC solidificará o papel da África no cenário econômico global e permitirá uma significativa aceleração para a efetiva implementação da Comunidade Econômica Africana.

---

<sup>35</sup>Note-se que nos termos do número 1 do artigo 6 do Tratado de Abuja, o processo de estabelecimento da Comunidade Econômica Africana deve ser concluído no prazo de 34 anos, ou seja, até 2028.

## Conclusão

Durante a pesquisa tornou-se evidente que o fim último do processo de integração regional africano é a implementação efetiva da CEA e que, nos termos do Tratado de Abuja, tal fim teria que ser alcançado até 2028. No entanto, uma diversidade de obstáculos não permitiu e ainda não permite o cumprimento do calendário previsto por aquele Tratado.

Foi exposto que a múltipla filiação dos Estados nas CER's reconhecidas pela UA como promotoras do processo de integração regional; a existência de outras CER's que, embora não reconhecidas pela UA, continuam a exercer as suas atividades, provocando sobreposição das CER's ao nível regional; e a aplicação excessiva das Barreiras Tarifárias e Não-Tarifárias configuram-se como os principais obstáculos à criação de uma entidade continental economicamente integrada. Desta feita, o Acordo Tripartido aparece como o que Melo (2014) apelidou de "*The 'one-size-fits-all' constraint*", ou seja, a Zona de Comércio Livre Tripartida é uma oportunidade para ultrapassar a múltipla filiação que tem impedido a integração mais profunda, processo bastante característico, por exemplo, da SADC. Pensava-se que a adoção da Agenda 2063 em 2013 pudesse acelerar a implementação efetiva da CEA, mas a mesma não está produzindo os resultados esperados (operação da ZLC Continental, uma União Aduaneira, um Mercado Comum e uma União Monetária Africana até 2023).

Cientes de que aqueles obstáculos não contribuem para uma melhor inserção da África no comércio internacional, três das CER's (COMESA-EAC-SADC) reconhecidas pela UA e os seus Estados, na sua maior parte membros da OMC, acordaram entre si estabelecer uma ZLC Tripartida, com base em um acordo alicerçado nas exceções previstas no artigo XXIV do GATT-94. A partir deste fato, pode-se concluir então que o fundamento jurídico do Acordo Tripartido é um ARC.

O Acordo Tripartido configura-se como uma inovação ao Tratado de Abuja, visto que o quadro institucional do Tratado não prevê nas suas seis etapas a criação de uma ZLC continental. O n.º 2 do artigo 40 do Acordo Tripartido abre espaço para a adesão dos Estados Membros da UA àquela zona (subentende-se que a sua tendência é de alastrar-se ao nível continental com a finalidade de integrar as restantes CER's atualmente excluídas pelo Acordo), o que irá solucionar os obstáculos da múltipla filiação dos Estados nas CER's e das CER's em algumas regiões da África, bem como promoverá a harmonização dos Acordos Comerciais e de estruturas tarifárias que se mostram tendencialmente diferentes.

Isso permitirá a transição da terceira etapa do Tratado de Abuja (criação de ZLC e Uniões Aduaneiras ao nível das CER's, dificultadas por obstáculos supramencionados) para a quarta etapa, que consiste na criação de uma União Aduaneira Continental, e então para um Mercado Comum. Por fim, a transição se dará no sentido da União Econômica e Monetária (quarta e sexta etapas respectivamente), e da implementação efetiva da CEA.

## REFERÊNCIAS

- “Acto Constitutivo da União Africana”. Data de adoção: 11 de julho, 2000. OAU/ AU Treaties, Conventions, Protocols & Charters. <https://au.int/en/treaties/constitutive-act-african-union>.
- African Union. 2007. *Protocol on Relation between African Union and Regional Economic Communities*. Addis Abeba.
- “Agreement Establishing a Tripartite Free Trade Area among The Common Market for Eastern and Southern Africa, The East African Community and the Southern African Development Community (Tripartite Agreement)”. Aberto para assinaturas: 10 de junho, 2015. <https://www.ceja.ch/images/CEJA/DOCS/Bibliotheque/Legislation/Africaine/Textes%20Regionaux/DB/DB1.pdf>
- Associação Industrial Portuguesa (AIP). 2014. *Moçambique: Integração Regional na SADC e Relacionamento com Países da CPLP*. Lusofonia Econômica. Plataformas CPLP.
- Balassa, Bela. 1973. *Teoria da Integração Econômica*. Clássica Editora.
- Banze, Vasco Alberto, e André Luiz Reis da Silva. 2022. “Integração Tripartida entre SADC-EAC-COMESA: perspectivas e implicações para SADC”. *Africana Studia* 37: 137-154. <https://doi.org/10.21747/0874-2375/af37a9>.
- Caputo, Ana Cláudio e Denise Andrade Rodrigues. 2014. “O Projeto da Integração da África: aspectos físicos, comerciais e de investimento”. *Revista do BNDES* 41: 99-145. [https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2598/1/RB%2041%20O%20projeto%20de%20integracao%20da%20Africa\\_P.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2598/1/RB%2041%20O%20projeto%20de%20integracao%20da%20Africa_P.pdf).
- Chichava, José António da Conceição. 2011. “Vantagens e desvantagens competitivas de Moçambique a Integração Económica Regional”. *Revista Científica Inter-Universitária Centro de Análise de Políticas da FLCS/UEM: Economia, Política e Desenvolvimento* 1 (4): 11-30. [https://macua.blogs.com/files/vantagens\\_potencias\\_de\\_mocambique\\_na\\_sadc\\_chichava.pdf](https://macua.blogs.com/files/vantagens_potencias_de_mocambique_na_sadc_chichava.pdf).
- Comissão da União Africana. 2011. *Terceira Publicação da Comissão da União Africana Julho 2011*. [https://au.int/sites/default/files/newsevents/workingdocuments/12553-wd-sia\\_portuguese.pdf4](https://au.int/sites/default/files/newsevents/workingdocuments/12553-wd-sia_portuguese.pdf4).

- Comissão da União Africana. *s.d. Agenda 2063: A África que queremos - Plano de implementação para a primeira década, 2014 – 2023*. <https://docplayer.com.br/12350276-Agenda-2063-a-africa-que-queremos-quadro-es-trategico-comum-para-o-crescimento-inclusivo-e-o-desenvolvimento-sustentavel.html>.
- Disparte, Dante A. e John Bugnacki. 2015. “A Zona Tripartida de Livre Comércio (ZTLC): O Ponto de Inflexão Crucial da África”. *International Policy Digest*, 24 de outubro. <https://intpolicydigest.org/2015/10/24/a-zona-tripartida-de-livre-comercio-ztlc-o-ponto-de-inflexao-crucial-da-africa/>.
- Ferreira, Manuel E. 2005. “Integração Económica em África: Poder e Identidade”. In *O Racismo, Ontem e Hoje: Estados Poderes e Identidades na África Subsariana*, editado por António Gonçalves. Porto: CEAUP/FL. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6891.pdf>.
- Fonseca, Danilo. 2015. “A África entre a Desesperança neoliberal e o Renascimento Africano: Dívida Externa, Pobreza e Desenvolvimento”. *Revista África e Africanidades* 8 (15). <https://africaeafricanidades.com.br/documentos/010020072015.pdf>.
- Haffner, Jaqueline, e Isabel Mampava. 2010. “Integração Económica de Moçambique com a Zona de Livre Comércio da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC – Southern African Development Community).” *Revista Conjuntura Austral* 1 (2). <https://doi.org/10.22456/2178-8839.17053>.
- Hartzenberg, Trudi. 2012. “The Tripartite Free Trade Area – shaping a new paradigm for African integration?” In: *The Tripartite Free Trade Area – towards a new African integration paradigm?*. Tralac. <https://www.tralac.org/publications/article/4658-the-tripartite-free-trade-area-towards-a-new-african-integration-paradigm.html>.
- Hoekman, Bernard M., e Michel M. Khostecky. 2001. *The political economy of the World Trade System: The WTO and beyond*. Oxford University. <https://doi.org/10.1093/019829431X.001.0001>.
- Inama, Stefano. 2022. *Rules of origin in international trade*. Cambridge University Press.
- Knott, Lukas. 2011. “African regional courts and the paradox of regional economic integration”. 4th European Conference on African Studies. Uppsala, 15-18 junho. <https://www.aegis-eu.org/archive/ecas4/ecas-4/panels/81-100/panel-81/Lukas-Knott-Full-paper.pdf>.
- Lawson, Michael Nunes. 2016. “O Tribunal da SADC e Mike Campbell”. *Anuário Brasileiro de Direito Internacional* 2 (21): 195-237. [https://www.academia.edu/30440981/O\\_Tribunal\\_da\\_SADC\\_e\\_Mike\\_Campbell](https://www.academia.edu/30440981/O_Tribunal_da_SADC_e_Mike_Campbell).
- Machava, Almeida Zacarias. 2008. “Free Trade and Regional Integration in a Globalized World: the Case of Southern Africa Development Community and its Implications in Mozambique”. Diss. de Mestrado, Universidade de Macau.

- Melo, Jaime de. 2014. "The Tripartite FTA: Is the way to Deepen Integration in Africa?" *Brookings Institution*, 4 de novembro. <https://www.brookings.edu/articles/the-tripartite-free-trade-africa-is-it-the-way-to-deepen-integration-in-africa/>.
- Mutubwa, Wilfred. A. 2017. "The Comesa-SADC-EAC Tripartite Free Trade Area Agreement and Regional Integration in Africa: Achieving The African Economic Community Dream?". *Journal of Conflict Management and Sustainable Development* 1 (2): 1-57.. [https://journalofcmsd.net/wp-content/uploads/2017/12/Wilfred-Mutubwa-\\_-THE-COMESA-SADC-EAC-TRIPARTITE-FREE-TRADE-AREA-AGREEMENT-AND-REGIONAL-INTEGRATION-IN-AFRICA-20-DECEMBER-2017.pdf](https://journalofcmsd.net/wp-content/uploads/2017/12/Wilfred-Mutubwa-_-THE-COMESA-SADC-EAC-TRIPARTITE-FREE-TRADE-AREA-AGREEMENT-AND-REGIONAL-INTEGRATION-IN-AFRICA-20-DECEMBER-2017.pdf).
- Namburete, Salvador. 2002. *Economia Internacional*. Maputo: Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais do Instituto Superior de Relações Internacionais.
- NEPAD. 2001. *Nova Parceria Para o Desenvolvimento da África*.
- "Organization of African Union Charter". Data de assinatura: 25 de maio, 1963. *OAU/AU Treaties, Conventions, Protocols & Charters*. [https://au.int/sites/default/files/treaties/7759-file-oau\\_charter\\_1963.pdf](https://au.int/sites/default/files/treaties/7759-file-oau_charter_1963.pdf)
- Organization of African Unity. *s.d.* "Lagos Plan of action of the economic development of Africa 1980-2000". Trade Law Centre (TRALAC). <https://www.tralac.org/documents/resources/african-union/1630-lagos-plan-of-action-for-the-economic-development-of-africa-1980-2000/file.html>.
- Porto, Manuel Carlos Lopes. 2001. *Teoria da Integração e Políticas Comunitárias*. Livraria Almedina.
- Schutz, Nathaly Silva Xavier, 2014. "Integração na África Austral: Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e os condicionalismos Históricos e Políticos da Integração". Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/106413>.
- Shayanowako, Petros. 2011. "Towards a COMESA, EAC and SADC Tripartite Free Trade Area". *Trade and Development Studies* (40): 1-18.
- Southern Africa Development Community. 2011. *Desk Assessment of the Regional Indicative Strategic Development Plan 2005 – 2010*. Final Report Approved by SADC Council, November 2011. [https://www.sadc.int/sites/default/files/2021-08/Regional\\_Indicative\\_Strategic\\_Development\\_Plan\\_Desk\\_Assessment.pdf](https://www.sadc.int/sites/default/files/2021-08/Regional_Indicative_Strategic_Development_Plan_Desk_Assessment.pdf).
- Torres, Adelino. 1993. "Integração regional em África: Integração Regional versus GATT?". Instituto Superior de Economia e Gestão. CEsa - Documentos de Trabalho nffl 26/ 1993. <http://hdl.handle.net/10400.5/1183>.
- Trade Law Centre (TRALAC). 2011. *COMESA-EAC-SADC Tripartite FTA*. <https://www.tralac.org/resources/by-region/comesa-eac-sadc-tripartite-fta.html>.

- “Tratado de Constituição da Comunidade Econômica Africana (Tratado de Abuja)”. Data de assinatura: 3 de junho, 1991. *OAU/AU Treaties, Conventions, Protocols & Charters*. [https://au.int/sites/default/files/treaties/37636-treaty-0016\\_-\\_treaty\\_establishing\\_the\\_african\\_economic\\_community\\_p.pdf](https://au.int/sites/default/files/treaties/37636-treaty-0016_-_treaty_establishing_the_african_economic_community_p.pdf).
- Trebilcock, Michael J., e Robert Howse. 1999. *The Regulation of International Trade*. ROUTLEDGE.
- União Africana. 2011. *Quadro, Roteiro e Arquitetura para a aceleração da Zona de Comércio Livre Continental (CFTA)*. Conferência da UA dos Ministros de Comércio., 7<sup>th</sup> Sessão Ordinária. Acra, 29 de novembro – 3 de dezembro. [https://au.int/sites/default/files/newsevents/workingdocuments/27214-wd-cfta\\_framework\\_ti6187\\_p.pdf](https://au.int/sites/default/files/newsevents/workingdocuments/27214-wd-cfta_framework_ti6187_p.pdf).
- União Africana. 2012. *Promoção do Comércio Intra-Africano*. Conferência Da União, Décima Oitava Sessão. Adis Abeba, 29-30 janeiro.
- União Africana. 2018. *Estado de integração em África (SIA IV)*. Adis Abeba.
- União Africana. 2023. *Relatório de Integração Africana de 2023: O Estado da Integração Regional e Continental em África*. 5<sup>o</sup> Reunião de Coordenação Semestral entre a União Africana, as Comunidades Económicas Regionais e os Mecanismos Regionais. Nairobi, 16 de Julho. [https://portal.africa-union.org/DVD/Documents/DOC-AU-WD/MYCM%20AU%203%20\(V\)%20\\_P.pdf](https://portal.africa-union.org/DVD/Documents/DOC-AU-WD/MYCM%20AU%203%20(V)%20_P.pdf).

## RESUMO

O fim último do processo de integração regional na África é a criação de um mercado africano economicamente integrado — Comunidade Econômica Africana (CEA) — dentro de um prazo de 34 anos, de 1994 – 2028, seguindo-se as etapas previstas no Tratado de Abuja. A União Africana, enquanto promotora desse processo, reconhece oito Comunidades Econômicas Regionais (CER's) para a concretização do seu objetivo. Entretanto, tal processo enfrenta vários obstáculos, desde a múltipla filiação dos Estados nas CER's, às excessivas Barreiras Tarifárias e Não-Tarifárias. É nesta perspectiva que o presente estudo objetiva demonstrar como o Acordo Tripartido constitutivo da Zona Tripartida de Livre Comércio COMESA-EAC-SADC pretende ultrapassar os referidos obstáculos e, dessa forma, proporcionar à África a integração econômica dos seus mercados. Fruto de uma abordagem qualitativa, o resultado da pesquisa é pragmático ao reconhecer que o Acordo Tripartido é um grande passo e um caminho para a implementação efetiva da CEA. Todavia, reconhece igualmente que o mesmo enfrentará vários desafios para a sua implementação, desde a assimetria das economias africanas formadoras do Acordo, à falta de infraestruturas e à debilidade institucional.

**PALAVRAS-CHAVE**

Comunidades Econômicas Regionais. Acordo Tripartido COMESA-EAC-SADC. Comunidade Econômica Africana.

*Recebido em 14 de outubro de 2024*

*Aceito em 11 de fevereiro de 2025<sup>36</sup>*

---

36 Como citar: Machava, Almeida Zacarias, e Tomás Bernardo Chirindza. 2024. “O acordo tripartido COMESA-EAC-SADC no contexto da implementação da Comunidade Econômica Africana (CEA)”. *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 9 (18), 63-94, <https://doi.org/10.22456/2448-3923.143235>

# MOÇAMBIQUE: O EXTREMISMO VIOLENTO E O TERRORISMO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

Ercilio Neves Brandão Langa<sup>1</sup>



## Introdução

O artigo analisa o terrorismo na Província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique e tem como objetivo compreender o conflito, examinar o processo de radicalização dos jovens moçambicanos e verificar as causas usando de categorias e tipologias. Por que razão a Província de Cabo Delgado se tornou o mais novo epicentro do extremismo religioso violento e terrorismo na África Subsaariana? Esta é a pergunta que norteia o artigo. O extremismo violento e o terrorismo constituem desafios para a segurança humana e o desenvolvimento socioeconômico do continente africano.

Relatórios e estudos apontam que o continente africano, particularmente a região Subsaariana, vem se tornando o epicentro do terrorismo no mundo, com destaque para emergência de grupos extremistas islâmicos nos Estados do Sahel como Burquina-Faso, Mali, Mauritânia e Níger. Na África Ocidental, a Nigéria é alvo dos terroristas do Boko Haram sediados em Borno, no noroeste do país, que se expandiu para os vizinhos Níger e Camarões. Na região Oriental, a Somália vivencia uma guerra-civil há mais de trinta e três anos e enfrenta o Al-Shabaab somali desde o início do século XXI, que vem alastrando seus tentáculos para Estados vizinhos como Etiópia, Eritreia e Quênia (González 2020).

---

<sup>1</sup> Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. São Francisco do Conde, Brasil. E-mail: [ercilio.langa@unilab.edu.br](mailto:ercilio.langa@unilab.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8537-0996>.

Na África Austral, Moçambique vem enfrentando o extremismo violento desde 2017, na Província setentrional de Cabo Delgado, embora a radicalização e o extremismo religioso tenham sido reportados desde 2010. Os ataques terroristas são protagonizados pelo grupo islamita Al-Shabaab, constituído majoritariamente por jovens moçambicanos e uma minoria de estrangeiros oriundos da região central e oriental da África. O extremismo violento e o terrorismo na Província de Cabo Delgado constituem um conflito intraestatal internacionalizado violento, que envolve jovens jihadistas e o Estado moçambicano. Desde o início do conflito há relatos da presença de um número reduzido de jihadistas internacionais combatendo nas matas de Cabo Delgado, oriundos da região Central e Oriental da África como República Democrática do Congo (RDC), Uganda, Burundi, Somália e Tanzânia, bem como oriundos de Estados do Médio Oriente como Arábia Saudita, Qatar e Irã. Desses Estados viriam os ideólogos, clérigos e financiadores do movimento jihadista.

A Província de Cabo Delgado e seus distritos constituem a região mais rica do país em recursos naturais, minerais e energéticos de Moçambique. Possuindo densas florestas, fauna, grandes jazidas de minerais e pedras preciosas, rubis, turmalinas, ouro, grafite, lítio, areias pesadas, minerais críticos etc., e umas das maiores reservas de petróleo e gás da África. Nesta província estão localizados os médios e megaprojetos de extração e exploração desses recursos por empresas nacionais e multinacionais ocidentais e chinesas. Paradoxalmente é a província mais empobrecida de Moçambique, com baixos índices de desenvolvimento econômico, social e humano.

Diante da ineficácia das forças de defesa e segurança (FDS) – constituídas por diferentes unidades da Polícia da República de Moçambique (PRM) e das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) – em combater o terrorismo, entre 2019 e 2020, o Governo do Presidente Felipe Nyusi enviou corporações militares privadas (CMPs) para o conflito. Primeiro os russos do Grupo Wagner, em seguida os britânicos do grupo Paramount, e por último os zimbabueanos e sul-africanos do *Dyck Advisory Group (DAG)* (Coloma 2020; International Crisis Group 2021). Com o fracasso das CMPs no terreno, a partir de março de 2021, o Estado moçambicano passou a contar com o apoio de tropas de Ruanda e da *Southern African Development Community Mission in Mozambique (SAMIM)*, estacionadas em Cabo Delgado para ajudar as FDS no combate ao terrorismo<sup>2</sup>.

---

2 Em língua portuguesa, Missão da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral em Moçambique.

Distintos autores e grupos têm analisado as origens, causas e consequências do extremismo violento e do terrorismo em Moçambique. Os ataques terroristas constituem o maior fenômeno militar em Moçambique, desde o fim da guerra-civil em 1992. Até 2023, o terrorismo havia causado a destruição de infraestruturas socioeconômicas, casas, milhares de mortos, feridos, mutilados e deslocamento forçados de populações para longe das suas casas e zonas de origem, para além dos da violência e traumas em homens, mulheres e crianças. Assim, busca-se entender o terrorismo em Moçambique a partir de tipologias e categorias da análise de conflitos, bem como de noções como extremismo violento, privação relativa, novas guerras, etc.

## Teoria

Para compreender o extremismo violento e o terrorismo em Cabo Delgado mobilizou-se teorias do conflito, a partir de perspectivas de Samuel Huntington, Mary Kaldor e Ted Gurr. Na teoria do choque de civilizações, Huntington (1997) afirmou que com o fim da Guerra-Fria e a desintegração da URSS e seu bloco, não teríamos mais os grandes embates ideológicos que caracterizaram o conflito bipolar entre o lado capitalista e o lado socialista. Mas sim disputas culturais e religiosas, pequenas guerras de forma irregular entre diferentes grupos, geralmente de caráter étnico, identitário e religioso. Para Huntington (1997), o paradigma dominante explicado por Fukuyama (1992) pressupunha que o término da Guerra Fria representava o fim dos conflitos significativos na política global e o surgimento de um mundo relativamente harmônico caracterizado pelo “fim da História”.

Na ótica de Fukuyama (1992), o mundo pós Guerra-Fria representava o ponto final da evolução ideológica da humanidade e a universalização da democracia liberal ocidental como auge do governo humano. Sem dúvida, poderiam ocorrer conflitos em lugares do Terceiro Mundo, mas o conflito global estava terminado e não apenas na Europa. A guerra de ideias no mundo não-europeu, na União Soviética e na China havia terminado. Embora existam Estados que acreditam no marxismo-leninismo, de modo geral, a democracia liberal triunfou. Huntington (1997) defendia que o mundo pós-Guerra Fria seria um mundo constituído por sete ou oito civilizações principais: ocidental, islâmica, confucionista, hindu, budista, ortodoxa, latino-americana, subsahariana e, nipônica. Essas civilizações corresponderiam às regiões geográficas, culturais e religiosas onde se localizam. Tais civilizações representariam identidades e os choques entre elas estariam na origem dos principais conflitos internacionais no século XXI.

O conflito em Cabo Delgado aproxima-se do fenômeno que Mary Kaldor (2012) designa de “novas guerras”, conceito influenciado pela perspectiva do choque de civilizações de Huntington (1997). De acordo com Kaldor (2012), os conflitos contemporâneos se dão de forma diferente, com novas táticas e estratégias de guerra sendo empregadas. As velhas guerras ou guerras convencionais aconteciam entre dois ou mais Estados, com uso de aparato militar mais tradicional com forças armadas, combates regulares e exércitos convencionais se enfrentando, geralmente com objetivo de conquista de territórios ou de forçar a mudança ideológica. Contudo, a guerra convencional não é mais suficiente para explicar os conflitos contemporâneos, caracterizados por novas formas de enfrentamentos, táticas irregulares e estratégias diferentes (Kaldor 2012; 2013). Assim, a autora propõe o termo novas guerras como uma perspectiva hermenêutica que explica os conflitos atuais.

Kaldor (2013) argumenta que no século XXI, a violência organizada é diferente das guerras do século XX. As guerras são travadas por combinações de redes estatais e não-estatais como forças armadas regulares, empresas de segurança privada, mercenários, jihadistas, senhores da guerra, paramilitares etc. São travadas em nome da identidade étnica, religiosa ou tribal. Nas novas guerras, a violência é amplamente dirigida contra civis, como forma de controlar o território e não contra as forças inimigas. Banditismo, estupro, sequestro de mulheres, deslocamentos forçados das populações, massacres e atrocidades contra civis são armas comuns nas novas guerras.

O financiamento das novas guerras muitas vezes é proveniente de grupos privados, pilhagem, cobrança de taxas aos moradores, comerciantes, sequestro, contrabando e tráfico de drogas, de recursos minerais e energéticos. As novas guerras estão associadas a Estados frágeis ou fracos, que não conseguem atender às demandas dos diferentes grupos populacionais nacionais em cenários dominados por problemas socioeconômicos, desigualdade social, mudanças climáticas, etc (Kaldor 2013). Conforme esta especialista em conflitos, as novas guerras não ocorrem mais somente entre dois ou mais Estados soberanos, mas dentro de um mesmo Estado, entre o governo estabelecido e grupos opositores, sejam eles clandestinos, insurgentes, guerrilheiros ou mesmo grupos legítimos como partidos políticos ou religiosos que se radicalizaram. Essas guerras têm base identitária, étnica ou religiosa ou uma busca por legitimidade, questionando a legitimidade do Estado e seus valores.

Essas guerras diferenciam-se das velhas guerras pelos seus objetivos, geralmente relacionados com identidades particulares, pelos métodos

de combate baseados em guerrilha, pela insurgência ou contra insurgência entre grupos armados e o Estado, pelas formas de financiamento muitas vezes ligadas a atividades criminosas e apoio de agentes externos simpáticos às causas envolvidas. Tais guerras colocam em causa a autoridade e legitimidade dos Estados, privatizando o monopólio da violência sobre os cidadãos. Esse tipo de conflito foge às guerras tradicionais, com táticas imprevisíveis e a população civil passa a ser o principal alvo do conflito (Kaldor 2012). As novas guerras tornam-se mais profundas e complexas, estando enraizadas no interior dos Estados, sendo difíceis de combater.

Ted Gurr é outro teórico que ajuda a compreender os conflitos em Moçambique, por meio da teoria da privação relativa. Gurr (1985; 1993) define conflitos como interações abertas e coercitivas de coletividades litigantes. Tais interações abrangem toda a forma de relações entre grupos e nações que envolvam ameaça, força e violência. Porém, nem todos os conflitos se manifestam por meio de confrontos físicos entre os grupos contendores. O conflito entre grupos que disputam posições e recursos escassos é uma característica regular da vida social.

Gurr (1985) se interessa por conflitos que possuam quatro características principais: tenham duas ou mais partes envolvidas; as partes empenham-se em atos de oposição recíproca; usam comportamentos coercitivos destinados a destruir, ferir, frustrar ou qualquer forma de controlar seus oponentes e; as interações contenciosas são públicas e sua ocorrência pode ser facilmente detectada e reconhecida por observadores independentes. Na sua ótica, o sentimento de privação e desvantagem política, social e material leva os indivíduos à frustração. Por sua vez, a frustração conduz à violência e, a violência constitui uma forma de participação política dos indivíduos que se sentem excluídos nas sociedades (Gurr 1970; 1993). A teoria da privação relativa possibilita compreender o ponto de vista dos jihadistas moçambicanos. O sentimento de privação de recursos políticos e materiais, a ausência de formação técnica e educacional e a falta de emprego e de oportunidades geraram revolta nas populações locais, particularmente entre os jovens. Esses encontraram na religião uma fonte de segurança e de identidade.

Com o fim da Guerra-Fria e da guerra civil em 1992, Moçambique foi considerado um caso de sucesso de liberalização política e econômica e de pacificação e transição para a democracia. Contudo, passados cerca de vinte anos, em 2012 houve um recrudescimento do conflito armado entre a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), o partido que controla o Estado, e a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo). E, em 2017 emergiu o terrorismo no país. Os conflitos verificados em Moçambique no pós-guerra

civil estão ligados à maldição da abundância, à descoberta, exploração e disputa por recursos naturais e energéticos em regiões onde tradicionalmente a Frelimo não tinha influência política, ou eram de influência da oposição. Há dois projetos opostos em Moçambique. De um lado há privação de recursos à maioria da população e tentativa de sobrevivência de vários grupos sociais, e do outro o projeto de enriquecimento pessoal das elites políticas e militares da Frelimo, o partido-Estado. Assim, a tendência é de aumento das clivagens e dos conflitos intraestatais entre o Governo de um lado e, do outro lado partidos da oposição, juntas militares, grupos rebeldes ou insurgentes.

Em Moçambique o extremismo violento e terrorismo são praticados por jovens desempregados, sem formação técnico-educacional e sem perspectivas de inclusão social. Emergiu com o início da exploração de recursos naturais e minerais, madeiras, fauna, pedras preciosas, metais preciosos, grafite, lítio, óleo, gás etc. Parte dos jovens trabalhava em garimpos de mineração artesanais e viram seu negócio usurpado de forma violenta pela elite político-militar da Frelimo partido-Estado, que agora detém as licenças de exploração desses recursos. O extremismo religioso violento e o terrorismo seriam uma forma dos jovens se fazerem ouvir e (re)entrarem na economia política da região onde nasceram e vivem. Os grupos populacionais locais, particularmente os jovens, foram excluídos dos pequenos, médios e megaprojetos de exploração de recursos naturais, minerais e energéticos.

O sentimento de desvantagem, de privação social e material causado pelo desemprego, ausência de renda, a percepção de ameaça às identidades dos grupos étnicolinguísticos locais, a presença de trabalhadores nacionais oriundos de outras regiões do país e de estrangeiros, seriam alguns dos agentes causadores do conflito. A violência unilateral e guerra perpetradas pelo Al-Shabaab são a manifestação do conflito e não um objetivo ou um fim. A violência e o terror são utilizados como meios pelos jovens para manifestar o seu descontentamento com o Estado, que passou a ser visto como ameaça. No conflito de Cabo Delgado está em causa a forma não equitativa como o poder, a riqueza e os recursos são distribuídos em Moçambique. O extremismo religioso e o terrorismo refletem a forma como essa privação relativa por recursos foi tratada pelo Estado. A violência e a guerra seriam consequências da má administração do conflito.

## Metodologia

Utilizou-se a abordagem qualitativa, que consistiu na revisão bibliográfica e na pesquisa documental. Procedeu-se à revisão bibliográfica em duas perspectivas, de um lado a análise teórica de conflitos e de outro a análise de literatura sobre o extremismo violento e terrorismo em Moçambique. A pesquisa documental consistiu na apreciação de informes, relatórios e boletins informativos produzidos por grupos de pressão e organizações não governamentais (ONGs) moçambicanas como o Centro de Integridade Pública (CIP), o Centro para a Defesa da Democracia (CDD) e do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE), mas também de organizações internacionais como o International Crisis Group (ICG) e o Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Também se utilizou a técnica de construção de um acervo bibliográfico sobre o terrorismo em Moçambique, constituído por notícias e reportagens de jornais, relatórios técnicos e de pesquisa e artigos científicos.

Na revisão da literatura, Jeong (2008) faz análise de conflitos na perspectiva das Relações Internacionais, expõe as ferramentas existentes para estudar os conflitos de forma abrangente, combinando análise comportamental e estrutural. Aponta distintas categorias para compreender os conflitos, a natureza, o contexto, a dinâmica sociopsicológica, as situações de conflito, o tipo de conflito, se intratável, construtivo ou destrutivo, as causas, os níveis de análise, etc. Ao analisar os conflitos, aponta como exemplos distintos conflitos, massacres, genocídios e guerras pelo mundo.

Este especialista examina as forças dinâmicas que modelam e remodelam os conflitos, as fontes de descontentamento e animosidade, identifica fases e evolução das relações entre os beligerantes, a escalada da violência e a recessão dos ciclos violentos para a resolução pacífica das diferenças (Jeong 2008). Seu pensamento destaca as fases do conflito como escalada, armadilha, término e resolução tanto em conflitos violentos como não violentos, apontando a utilidade e as limitações da intervenção externa. O autor procura uma interpretação mais abrangente dos conflitos, comparando-os, mobilizando conceitos e teorias para a sua compreensão e as perspectivas de resolução.

Ohana (2012) argumenta que a análise de conflitos é o estudo sistemático do perfil, causa, atores e dinâmica do conflito. É entendida como uma estrutura sistemática para obtenção de uma compreensão profunda da origem do conflito, das partes envolvidas, atores e poder que eles possuem ou não para influenciar o rumo do conflito. A autora classifica os conflitos

a partir de uma tipologia, cujos critérios incluem entre outros: as partes em conflito, o contexto, as motivações, as consequências, a duração, a intensidade, a presença ou ausência de violência, a forma como se manifesta, a escala, etc.

A estudiosa distingue diversos métodos para análise dos conflitos. Na sua ótica, não existe um método correto para analisar os conflitos, podendo ser utilizado uma variedade de métodos. Assim, pode-se elencar métodos como o mapeamento de conflitos; o triângulo ABC; a cebola de cargos, interesses e necessidades; a árvore de conflito; e, a pirâmide de conflitos (Ohana 2012). Dentre os métodos elencados pela autora, destacam-se dois, que considero mais adequados ao caso moçambicano: a árvore de conflito e a pirâmide de conflito.

## Origens, causas e natureza do terrorismo

Distintos autores nacionais e internacionais têm estudado e analisado o terrorismo em Moçambique. Este texto destaca algumas obras, artigos e relatórios de pesquisa que apresentam perspectivas inovadoras, conceitos e teorias que explicitam as origens, as causas e a natureza do terrorismo em Moçambique. Privilegia-se autores que realizaram pesquisa de campo, destacando-se Habibe, Forquilha e Pereira (2019), Morier-Genoud (2019), Weimer (2020), Rogeiro (2020) Feijó (2020), Chichava (2020a; 2020b; 2020c; 2020d), Macalane e Jafar (2021), International Crisis Group (2021), Sönmez e Arslan (2021), Siteo (2020; 2022) e Bonate (2022).

De forma densa, Siteo (2020) analisa o terrorismo na África, seus principais grupos, Boko Haram, Al-Shabaab, as regiões de atuação, em particular a presença da ameaça terrorista em Moçambique. Procura compreender quem são os atacantes, o que reivindicam e saber se o país estava diante da violência terrorista em sua forma de extremismo islâmico. Este internacionalista faz um debate conceitual das categorias de terrorismo, extremismo, radicalismo e radicalização, isolando cada conceito, apresentando as principais diferenças e semelhanças, com o objetivo de produzir distinções que enriqueçam o debate teórico acerca do terrorismo (Siteo 2022).

Na sua ótica, há necessidade de adaptação conceitual do terrorismo e do extremismo à realidade moçambicana. Define terrorismo como um ato de violência praticado por indivíduos, grupos ou mesmo por Estados contra alvos civis, visando atingir uma audiência maior do que as vítimas imediatas e com um objetivo político determinado. Já extremismo seria uma ideologia, comportamento ou atitude individual ou de um grupo que possui

determinada visão de mundo intolerante às demais, disposto a impor essa visão com recurso à violência. O extremismo pode ser de dois tipos: violento ou não-violento. O não-violento, quando as convicções se limitam à esfera das ideias e pensamentos, enquanto o violento impõe suas crenças e gera transformações por meio da violência (Siteo 2020; 2022).

Morier-Genoud (2019) destacou o sectarismo e o jihadismo em Moçambique no contexto da dinâmica crescente do extremismo violento nos países da região como Tanzânia, Quênia e região dos Grandes Lagos. Conforme o autor, após os primeiros ataques a insurgência transformou-se em uma típica guerra de guerrilha. Os ataques, que inicialmente eram realizados à noite contra pequenas aldeias passaram a ser feitos durante o dia e contra vilas, postos avançados do exército, autocarros nas estradas e, por último, as sedes dos distritos, divulgando vídeos com uma clara agenda jihadi. Em 2019, os guerrilheiros juraram fidelidade ao Estado Islâmico do Iraque e ao Levante (EIIL/ISIS). A partir daí, o ISIS passou a reivindicar a autoria de um número cada vez maior de ataques em Moçambique e a divulgar vídeos pela Amaq nas redes sociais.

Já Habibe, Forquilha e Pereira (2019) realizaram pesquisa de campo em Cabo Delgado um mês após o primeiro ataque armado do Al-Shabaab, entre os meses de novembro de 2017 e fevereiro de 2018. Os autores questionavam a natureza do grupo terrorista, suas motivações, ideologia, financiamento e as implicações políticas, sociais e econômicas do fenômeno em Moçambique. Apontaram a pobreza e a exclusão social como causas do conflito. Na sua ótica, o Al-Shabaab moçambicano é um grupo fundamentalista religioso que incorporou células militares. Dizia seguir a tradição do profeta Muhammad, combater a influência ocidental, pregar a implantação da sharia e tinha ligações com o Al-Shabaab somali e células de grupos fundamentalistas islâmicos da Tanzânia, Quênia e da região dos Grandes Lagos. Contudo, na ótica das lideranças religiosas e comunidades islâmicas, o grupo pregava e praticava um islã degradado e fora da linha do profeta Muhammad, considerando o grupo uma seita.

Feijó (2020) viu nas assimetrias e desigualdades socioespaciais e etnolinguísticas no acesso ao poder, disparidades nas condições habitacionais, posse de bens duráveis, acesso a pensões de antigos combatentes e apoios do Estado, acesso a negócios, formação e emprego como pistas que ajudam a explicar o conflito em Cabo Delgado. Rogeiro (2020), chamou atenção para a presença de pregadores moçambicanos nas mesquitas de Cabo Delgado, que tiveram contato com grupos militantes jihadistas do Quênia, da região dos Grandes Lagos africanos, Arábia Saudita, Líbia, Sudão, Argélia e Somália, que

se tornaram notórios nos distritos de Cabo Delgado, bem como contenciosos em torno de empregos, subdesenvolvimento, falta de oportunidade para os jovens, controle das estruturas estatais, regionais e municipais por burocratas da Frelimo. Esses dois fatores tornaram usuais os confrontos entre grupos radicais e tradicionais dentro da comunidade muçulmana, das mesquitas, escolas corânicas e associações.

A presença de uma nova vaga de pregadores vindos da Tanzânia, RDC e do Uganda induziu a juventude a outras formas de interpretação do Alcorão e novas práticas em relação a temas fundamentais como os direitos das mulheres, vestuário e visão de mundo, consumo de álcool, rituais de preparação e alimentos, programas escolares, condições da prática e do culto, aplicação da Sharia, normas bancárias e de empréstimos de dinheiro, incorporação nas forças armadas, atitude face aos recursos naturais e sua exploração num contexto de desigualdade social e desequilíbrio de rendimentos. Em 2019, a insurgência moçambicana integrou-se ao ISIS, que se aproveitou e investiu nos movimentos jihadistas locais desta província de maioria muçulmana (Rogero 2020).

Chichava (2020a) argumentou que o partido-Estado que governa Moçambique desde a independência foi quem criou condições para a emergência do terrorismo no país. Conforme este analista, foi a incapacidade do Estado em lidar com a pobreza, desemprego e a ausência de expectativas para os jovens, aliada à brutalidade da Polícia na ajuda à instalação de empresas exploradoras de recursos naturais e minerais, que contribuíram para a penetração dos islamitas. Nesse cenário, parte dos garimpeiros artesanais expulsos de forma violenta pelas forças policiais se juntou ao grupo terrorista Al-Shabaab (CDD 2022). Dessa forma, as ações e omissões do partido-Estado, das elites político-econômicas a ele ligadas é que propiciaram a emergência do Al-Shabaab enquanto movimento extremista violento. O autor apontou a dimensão internacional do conflito, com presença de jihadistas estrangeiros com destaque para tanzanianos e ugandeses em Cabo Delgado, bem como a declaração de fidelidade ao Estado Islâmico (Chichava 2020d).

Weimer (2020) procura explicar os ataques violentos perpetrados contra instituições locais e representantes do Estado moçambicano. Partindo de uma perspectiva histórica faz um estudo de caso em três províncias moçambicanas com base em documentos, entrevistas e em análise de literatura da Antropologia e Economia Política. O estudioso identificou três causas dos conflitos locais: primeiro, a economia política com raízes históricas dominadas pela Frelimo, que lida com o descontentamento e divergência de forma autoritária e violenta, utilizando a guerra como governação. Segundo,

a ordem de acesso limitado a recursos firmemente estabelecida em Moçambique, que produz exclusão socioeconômica de intervenientes e interesses sociais, econômicos e políticos locais, particularmente no tocante à extração de recursos naturais. Terceiro, a perspectiva de que não há futuro para a juventude moçambicana, que está alienada das comunidades e culturas locais, mas não foi absorvida pela sociedade e pela economia. Isso torna os jovens do sexo masculino vulneráveis às influências globais e às promessas às vezes ligadas ao pensamento religioso radical e à criminalidade. Dessa forma, a província de Cabo Delgado tornou-se vulnerável à influência do islamismo militante (Weimer 2020).

Com uma equipe multidisciplinar constituída por docentes e pesquisadores, Macalane e Jafar (2021) foram ao terreno compreender as causas do terrorismo, a sua evolução e os mecanismos de resiliência, a partir das narrativas das populações atingidas. Utilizaram metodologia quali e quantitativa mesclada com coleta de dados, entrevistas semiestruturadas, análise documental e observação não-participante em quatro distritos da província de Cabo Delgado. O trabalho de campo durou três meses, entre outubro de 2020 e janeiro de 2021, teve a participação de 206 pessoas dentre as quais 94 mulheres, tendo sido realizadas 83 entrevistas subdivididas em 58 individuais e 25 grupais, utilizando a técnica de amostragem de *snowball*. Os autores procuraram compreender a forma de atuação e meios utilizados pelos terroristas, a empatia das populações com os terroristas, as relações civis-militares, etc. Estas últimas relações são caracterizadas por extorsões, agressões, violação da integridade física e de privacidade, etc.

Os ataques terroristas perpetrados pelo Al-Shabaab iniciaram em Mocímboa da Praia e expandiram-se para outros distritos com consequências multidimensionais: destruição de residências particulares, edifícios públicos e privados, paralisação de serviços sociais, de educação e saúde, saque de estabelecimentos comerciais, estagnação da atividade econômica, morte de milhares de pessoas e deslocamento de outros milhares. Mocímboa da Praia tornou-se epicentro dos ataques terroristas devido à sua localização geoestratégica, a ocorrência de conflitos étnicos entre *makondes* e *mwanis*, a difusão do extremismo islâmico e a aderência de um número significativo de jovens locais ao grupo terrorista. Constatou-se também excessos das FDS sobre as populações (Macalane e Jafar 2021).

Para os autores, o Al-Shabaab é um grupo islâmico de inspiração jihadista constituído por pessoas de várias etnias e nacionalidades, que recruta e radicaliza jovens. O processo de radicalização iniciou-se em 2012 em Mocímboa da Praia. O Governo não prestou atenção aos primeiros sinais

de recrutamento, radicalização e treinamento de jovens, assim como as FDS demonstraram incapacidade para conter a onda de ataques, que necessitam de melhorias no treinamento e apoio externo. O Governo precisa melhorar o controle das fronteiras terrestres e marítimas para evitar a entrada de pessoas estranhas ao país, como também os jovens necessitam de formação técnico-profissional e de emprego, bem como de inserção nos megaprojetos existentes na região (Macalane e Jafar 2021).

Outro relatório importante para compreender o terrorismo em Cabo Delgado é o do *International Crisis Group* (2021), que destaca a necessidade de conter a insurreição em Cabo Delgado. O Relatório apontava que Cabo Delgado poderia se tornar a próxima fronteira da rebelião jihadista na África. Até ao ano 2021, os ataques terroristas e as operações das FDS haviam custado cerca de três mil vidas, bem como a insegurança havia levado à suspensão de um megaprojeto de gás. O Estado Islâmico (ISIS) reivindicava laços com a insurreição e os Estados da região exerciam pressão para o envio de tropas para auxiliar Moçambique.

Os jihadistas moçambicanos eram motivados pelo descontentamento em relação ao Estado que pouco fez por eles, diante da exploração de enormes reservas de minerais e hidrocarbonetos. Assim, tanzanianos e estrangeiros de outras nacionalidades juntaram-se, alimentando a insurreição. Consideradas historicamente fracas, as FDS foram apontadas como incapazes de conter a ofensiva. E, caso não seja contida, a insurreição poderia se alastrar, ameaçando a estabilidade nacional, num contexto em que o Estado moçambicano tentava alcançar um acordo de paz com o principal grupo de oposição no país e antes das eleições autárquicas de 2023 e presidenciais de 2024. A instabilidade na costa oriental africana poderia piorar e dar ao ISIS uma nova frente a explorar. O Relatório recomendava ao Governo de Maputo aceitar apoio militar de seus parceiros externos e fazer uso da força para conter a insurreição, como também se deveria construir uma relação de confiança com os habitantes locais e um diálogo aberto com os insurgentes. Também aconselhava os governos regionais a redobram esforços na aplicação das leis e impedir uma ação jihadista transnacional (International Crisis Group 2021).

Uma das inovações deste Relatório é trazer a evolução e configuração do Al-Shabaab, cujos combatentes são majoritariamente moçambicanos, pescadores pobres, pequenos comerciantes frustrados, velhos agricultores e jovens desempregados. Os combatentes oriundos da Tanzânia pertencem a redes islâmicas que proliferam na costa oriental africana e constituem o grupo dirigente e ideológico. Os jovens moçambicanos aderiram ao jihadismo

por motivos variados, mais econômicos e para obter benefícios materiais do que ideológicos.

Por sua vez, Bonate (2022) analisou o conflito sob o prisma do jihadismo transnacional como uma ideologia e um movimento político que se apoderava de demandas e agravos locais, sobretudo contra o Estado, desencadeando a insurgência ou canalizando a resistência já existente, bem como vê o conflito como uma resistência contra a ordem mundial dominada pelo Ocidente. Já o Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2023a; 2023b) apontava as pressões econômicas, a pobreza e o desemprego como fatores centrais para a violência em Cabo Delgado. Nesse Relatório, Moçambique era apontado como o epicentro global da violência e do extremismo. Conforme Morier-Genoud (2021), a privação material seria uma das causas do conflito, particularmente pobreza, marginalização e falta de perspectivas no seio dos jovens, num cenário em que funcionaria somente como ponto de encontro. Nesse cenário, o fato de Cabo Delgado ser uma das províncias mais pobres de Moçambique e ao mesmo tempo detentora de enormes reservas de gás natural, criou expectativas não satisfeitas.

Analistas como Santos (2012), Sönmez e Arslan (2021) e grupos como o CDD (2022) afirmam que Cabo Delgado vivencia a maldição dos recursos naturais, na qual todos os Estados onde são descobertos enormes reservas de recursos naturais minerais, acabam por vivenciar conflitos e guerras. Num artigo de opinião emblemático acerca de Moçambique, Santos (2012) utilizou a expressão “maldição da abundância” para caracterizar os riscos que correm os países pobres onde se descobrem recursos naturais de cobiça internacional. Conforme o autor, a promessa de abundância decorrente do imenso valor comercial dos recursos e dos investimentos necessários para concretizar é tão convincente, que passa a condicionar o padrão de desenvolvimento econômico, social, político e cultural.

Outra hipótese afirma que o surgimento do terrorismo em Moçambique tem razões geopolíticas e econômicas e aponta a Arábia Saudita, Qatar e outros Estados do Golfo Pérsico como principais financiadores do terrorismo em Cabo Delgado. Com as descobertas das reservas de petróleo e gás moçambicanos, esses Estados islâmicos temeriam perder sua hegemonia no mercado internacional diante de um concorrente que venderia os hidrocarbonetos a preços mais baixos para o mundo ocidental. Dessa forma, sauditas, cataris, etc. estariam financiando o terrorismo em Cabo Delgado para inviabilizar a exploração do petróleo e gás moçambicanos.

Assim, as análises acerca da violência extremista e do terrorismo em Moçambique apontam para três perspectivas. Na primeira, os estudiosos

indicam fatores internos como a fragilidade estatal, violência estrutural por parte do Estado e de grupos rebeldes, as assimetrias e desigualdades sociais, tensões étnicas, ausência de emprego e perspectiva para os jovens, que propiciaram a emergência do Al-Shabaab enquanto grupo extremista religioso violento. A segunda aponta para fatores externos ou internacionais como a expansão do ISIS pela África Subsaariana e o jihadismo transnacional provocado pela expansão do Al-Shabaab do Quênia e da Tanzânia, que encontrou terreno fértil em Moçambique, um Estado frágil que não tinha controle total das operações ilegais que aconteciam em Cabo Delgado. Um grupo reduzido de autores aponta a conjugação dos dois tipos de fatores, internos e externos, como estando na origem do conflito. A terceira argumenta a maldição da abundância como hipótese explicativa, a cobiça e o financiamento de países do Médio Oriente que temeriam a concorrência do petróleo e gás moçambicanos no mercado internacional.

## Classificação do conflito

Para compreender a situação em Cabo Delgado utiliza-se o método da análise de conflitos, tentando entender de forma sistemática o perfil, as causas, os atores e a dinâmica do conflito. Utilizando a tipologia, classificações e categorias avançadas por autores como Jeong (2012) e Ohana (2015) podemos afirmar que a insurgência armada jihadista em Cabo Delgado enquadra-se no fenômeno designado de conflito intraestatal violento, entre os jihadistas de um lado e o Estado Moçambicano do outro. Entretanto, o conflito se tornou internacional a partir do momento em que o Estado moçambicano solicitou apoio externo das tropas de Ruanda e da SAMIM, que passaram a combater o terrorismo em Cabo Delgado.

O extremismo religioso violento e terrorismo em Cabo Delgado apontam para o jihadismo, uma subcorrente violenta do salafismo, um movimento revivalista sunita que rejeita a democracia e aponta que a legislação humana está em desacordo com as leis divinas. Assim, pretendem estabelecer um Estado Islâmico regido pela sharia. Os ataques em Cabo Delgado têm como propósito espalhar o terror, visto ser quase impossível instalar um Estado Islâmico em Moçambique, um país secular onde distintas religiões sempre coexistiram.

O conflito em Cabo Delgado tem como causas recursos materiais como a exploração de petróleo, pedras preciosas e madeiras. Mas também envolve bem-estar, como oportunidades de emprego, distribuição de riquezas,

partilha do poder com as populações e autoridades locais, bem como disputas culturais e de valores morais distintos entre os três grupos etnolinguísticos e religiosos, nomeadamente *mwanis*, *makwas* e *makondes* e entre cristãos e muçulmanos. O terrorismo e a guerra em Cabo Delgado são resultado do modo como o Estado moçambicano vem fazendo política, gerindo e lidando com os conflitos na região. Refletem o autoritarismo, a violência, a exclusão e outras formas como o Estado e as elites locais vêm lidando com as populações locais, particularmente com os jovens e diferentes grupos étnico-religiosos.

O extremismo violento, o terrorismo e a guerra em Cabo Delgado não constituem o conflito, mas o modo como o Estado lidou com os conflitos. Eles são parte das armas e trunfos que determinados grupos, particularmente os jovens, utilizam para participarem e fazerem política. O conflito em Cabo Delgado tem natureza econômica, política e social, ligadas à participação, distribuição de riqueza e religião. Tem como motivações as necessidades materiais e de recursos. Estão relacionados à distribuição de poder entre o Estado e os três grupos etnolinguísticos *makondes*, *makwas* e *mwanis*, para além das necessidades culturais ou espirituais, a princípios e valores morais e religiosos.

O conflito em Cabo Delgado é intraestatal internacionalizado. Iniciou com os ataques do Al-Shabaab às populações costeiras de Cabo Delgado, o que motivou uma resposta armada do Estado moçambicano. Contudo, devido à fraqueza e fragilidades das FDS, o Estado solicitou ajuda externa das forças armadas de Ruanda e da SADC, internacionalizando o conflito.

O conflito foi latente entre 2011 e 2015, o período de organização e formação religiosa, quando as manifestações se limitavam a discursos extremistas e radicais nas mesquitas e madraças e ao envio de jovens para estudar em países islâmicos. A partir de 2015, o conflito foi se tornando manifesto com ataques esporádicos às instituições governamentais e populações locais, depois o confronto direto e emboscadas às FDS e ataques aos quartéis, por último confronto com as tropas do *Rwanda Defence Force (RDF)* e da SAMIM.

O conflito em Cabo Delgado desenvolveu-se de forma rápida e impetuosa. Com a presença das FDS, das tropas ruandesas e da SAMIM, houve certa estabilidade na região, com áreas controladas pelos jihadistas e áreas controladas pelas FDS, RDF e SAMIM, sem muitos avanços no teatro operacional. Assim, de impetuoso o conflito estabilizou e tende a ter características de longo prazo ou duração.

Nenhuma das partes beligerantes mostra capacidade de vencer a guerra pela via militar e o conflito prolonga-se sem grandes avanços no terreno. Assim, figuras da elite política com interesses econômicos nas zonas

afetadas pelo conflito – como o ex-presidente Joaquim Chissano – já falam em negociar com os jihadistas. Em menos de cinco anos, o Al-Shabaab perpetró ataques cruéis e sangrentos, algo que a Renamo levou décadas para fazer. Por outro lado, o conflito pode ser classificado como uma guerra de baixa intensidade, em escala microssocial, por estar circunscrita à Província de Cabo Delgado, mas com consequências destrutivas.

## O processo de radicalização

De acordo com as lideranças religiosas e comunidades locais de Cabo Delgado, os jovens moçambicanos foram desviados por professores que estudaram fora e interpretam o Alcorão nas correntes salafista e wahabita, formas distintas daquelas ensinadas nas madraças moçambicanas. Alguns integrantes do grupo tinham ligações indiretas com líderes espirituais da Arábia Saudita, Tanzânia, Líbia, Sudão, Argélia, por meio de vídeos ou de pessoas que haviam estudado nesses países, com bolsas de estudos financiadas por homens de negócios locais e estrangeiros, madeireiros e garimpeiros ilegais oriundos da Tanzânia, Somália e dos Grandes Lagos. Por outro lado, Cabo Delgado e Mocímboa da Praia fazem parte de uma rota de imigração que tem origem na Somália, passa por Moçambique em direção à África do Sul, na qual a Província possui duas mesquitas conhecidas por acolher imigrantes internacionais, geralmente somalis (Habibe, Forquilha e Pereira 2019).

Depois de alguns anos no estrangeiro, ao retornarem a Cabo Delgado juntaram-se às mesquitas wahabitas locais ou construíram seus próprios locais de oração, apresentando abordagens religiosas distintas daquelas normalmente praticadas em Moçambique. Durante os cultos pregavam a desobediência civil e promoviam conflitos com as mesquitas existentes. Além disso, exigiam a retirada de símbolos cristãos e de estátuas de heróis nacionais como Samora Machel e Eduardo Mondlane, aceitando somente símbolos muçulmanos. Os conflitos domésticos e comunitários deveriam ser resolvidos conforme as leis islâmicas e não nas esquadras de polícia.

Para se diferenciar dos outros muçulmanos, os integrantes do Al-Shabaab construíram uma identidade própria: usavam roupas distintas com destaque para turbantes brancos, batas e calças curtas de cor preta que se estendiam um pouco abaixo dos joelhos, cabelos curtos ou raspados e barbas grandes, não permitiam que seus filhos frequentassem escolas estatais, somente escolas corânicas construídas por eles. Andavam munidos de armas brancas como facas e catanas para simbolizar a jihad, incitavam a violência

e o desrespeito pelas lideranças comunitárias, chamando-os de *kafir*, não aceitando dialogar com estruturas estatais nem com grupos diferentes do seu<sup>3</sup>. Seus familiares eram obrigados a assistir a vídeos de discursos de um clérigo queniano que pregava um Islã radical e as mulheres eram obrigadas a vestir burcas (Habibe, Forquilha e Pereira 2019).

O Al-Shabaab raptou centenas de mulheres jovens. O grupo é composto por indivíduos com percursos sociodemográficos heterogêneos, a maioria oriunda do litoral norte de Cabo Delgado, indivíduos provenientes do planalto de Mueda, do litoral de Nampula, bem como de estrangeiros oriundos da costa oriental da África, como tanzanianos, somalis e de países do Golfo Pérsico (International Crisis Group 2021).

Conforme Feijó (2021), o Al-Shabaab insurgiu-se contra o Estado e suas estruturas tradicionais. Construíram diferentes bases nas aldeias abandonadas pelas populações ou nas matas. Esses sujeitos mantêm ligações com suas famílias de origem, que fornecem logística, camuflagem e informações. Outros romperam com suas famílias de origem e constituíram novos arranjos familiares nas matas, muitas vezes poligâmicos. Homens e mulheres são sujeitos a doutrina político-religiosa, nas quais são exploradas temáticas como exclusão, injustiça social, corrupção e enriquecimento das autoridades na tentativa de fazer emergir ressentimentos individuais.

Contrariados pelo Estado que atacou mesquitas e prendeu dezenas de integrantes do Al-Shabaab, seus líderes propunham uma ordem social baseada na Sharia, evoluindo do sectarismo islamita para o jihadismo armado. Assim, passaram a atacar instituições estatais e populações civis. As lideranças locais do Al-Shabaab exploraram as diferenças entre cristãos e muçulmanos, distinções essas existentes não somente por conta da religião, mas também porque se interseccionam às distinções sociais, políticas e de poder entre as comunidades e grupos etnolinguísticos. Os *makwas* e *mwanis* são grupos étnicos de maioria muçulmana e constituem comunidades costeiras, com passado pré-colonial islâmico e swahíli, ligado ao tráfico escravista. Os *mwanis* se aliaram à Renamo e à oposição moçambicana após as primeiras eleições multipartidárias de 1994. Já os *makondes*, grupo minoritário, são cristãos oriundos do interior e do planalto de Mueda, que detêm o *status quo*, poder político e econômico e constituem a espinha dorsal da Frelimo. São aliados históricos deste partido e do Estado, retratados como guerreiros e heróis da luta anticolonial contra a dominação portuguesa nos livros didáticos e de História do país.

---

3 Em árabe, *kafir* significa aquele que esconde a verdade, incrédulo, descrente.

O Al-Shabaab tem como formas de recrutamento a persuasão por meio de redes familiares e informais, promessas de dinheiro e bens materiais e, em outros casos a coação e rapto, fomentando terror para quem não coopera. A moral é elevada entre os insurgentes, fomentada pela partilha dos espólios da guerra. Existe a promessa messiânica de mudança da ordem social, conjugada com a distribuição de benefícios concretos como alimentação, vestuário e proteção, que têm seduzido jovens vulneráveis, num cenário de precariedade social e insegurança alimentar. Os insurgentes mantêm relações estreitas com as populações locais, têm ótima capacidade de inserção e de camuflagem, conhecimento das localidades, armamento leve, fácil deslocamento e esconderijo, o que confere vantagens ao grupo. O roubo, o saque às lojas e armazéns alimentares eram a principal fonte de abastecimento do grupo. O Al-Shabaab nunca demonstrou interesse pela segurança alimentar ou produção de alimentos, o que demonstra a existência de abastecimento externo, possivelmente da Tanzânia (Feijó 2021). Durante muito tempo, o Al-Shabaab foi designado como insurgência armada pelo Estado moçambicano, pelos ataques armados nos quais atacam aldeias, civis, hospitais e escolas, raptam mulheres e crianças, decapitam e queimam vivos jovens e idosos do sexo masculino (Rogero 2020).

A convicção religiosa e a violência excessiva são características do grupo, tanto contra homens como contra mulheres. À medida que o grupo cresceu, aumentou a diversidade, convicção religiosa, moral, motivação e a violência. Decapitações com facas e catanas, e estupros macabros contra mulheres são armas comuns do terror, assim como a promessa de dinheiro aos jovens. Em 2020, o Al-Shabaab demonstrou grande capacidade de recrutamento, uma performance militar sobre as FDS, caracterizada por ataques violentos a sedes distritais, acesso à logística e equipamento militar. Houve uma internacionalização do grupo por meio da presença de estrangeiros oriundos de Estados da África Oriental, Médio Oriente e do Golfo Pérsico, identificados como muçulmanos ou brancos, que possuíam enormes quantidades de material bélico, bem como a constante preocupação desses sujeitos internacionais com a realização de filmagens documentando todas as ações do grupo, mostrando a existência de apoio externo (Feijó 2021).

No tocante à evolução, força e comportamento, assume-se que o grupo jihadista seja um movimento heterogêneo, cuja base ou escalão inferior é constituído por insurgentes moçambicanos, particularmente jovens das etnias *mwani* e *makwa*, antigos pescadores e agricultores, contrabandistas, traficantes do litoral e jovens desempregados, mas também um pequeno número de combatentes *makondes* constituído particularmente por jovens expulsos das minas de rubi em 2017 (International Crisis Group 2021). Alguns líderes

operacionais eram moçambicanos, mas a maioria eram islamitas tanzanianos expulsos pelas autoridades policiais e militares desse Estado, nos últimos quinze anos por causa das atividades ilegais e do radicalismo. Os tanzanianos eram os líderes ideológicos. Parte dos jovens moçambicanos insurgentes foi raptada e forçada a alistar-se no Al-Shabaab ou aderiu ao grupo por frustração com a situação socioeconômica, atraídos por recrutadores que oferecem dinheiro ou prometem riqueza futura e permanecem leais ao grupo desde que sejam pagos. Em 2021, estimava-se que o Al-Shabaab possuía entre 1.500 e 4.000 integrantes, incluindo não-combatentes, mecânicos, enfermeiros e especialistas em comunicações locais (International Crisis Group 2021).

A oferta de dinheiro ou promessa de dinheiro, bem como o rapto e o sequestro são as principais formas de recrutamento para as fileiras do Al-Shabaab. À medida que o conflito se desenrolou, o Al-Shabaab foi melhorando suas táticas de guerrilha, tornando-se mais eficiente, adquirindo armamento, aumentando seus arsenais essencialmente com armas tomadas das FDS e seus quartéis. Inicialmente possuíam somente rifles AK-47 e ocasionalmente metralhadoras PKM. Aos poucos adquiriram lança-foguetes RPG-7, morteiros de 60mm e 80mm e veículos governamentais e militares tomados das FDS (International Crisis Group 2021).

O conflito em Cabo Delgado mudou a gramática militar moçambicana, com o surgimento de terminologias como terrorismo, insurgência armada, insurgentes, jihadistas, terroristas, Teatro Operacional Norte (TON), estado de guerra, extremismo violento, terrorismo, radicalismo islâmico, células terroristas, FDS, Agência do Estado Islâmico (Amaq), *Ansar Al-Sunnah*, *Al-Shabaab*, *Daesh*, ISIS, Estado Islâmico de Moçambique, SAMIM, tropas de Ruanda, *Rwanda Defense Force*, drones militares, veículos blindados, petróleo e gás, *on-shore*, *off-shore*, disputas étnicas, *mwanis*, etc. Termos que foram ditos por oficiais militares, autoridades políticas, pesquisadores, reproduzidos por jornalistas, analistas e pelo povo.

## Tipologia do conflito

A situação em Cabo Delgado configura um conflito intraestatal internacionalizado, por conta da presença de atores externos dentro do território moçambicano. Tem-se como beligerantes o Al-Shabaab e as FDS que representam o Estado Moçambicano, como atores principais. Aos atores principais juntaram-se às tropas de Ruanda e as forças da SAMIM, como atores secundários, a convite do Estado Moçambicano. As forças de Ruanda

e da SAMIM constituem *spoilers* intencionais<sup>4</sup>. O conflito se internacionalizou com a entrada em cena das tropas de Ruanda e da força multinacional da SAMIM, composta por militares da África do Sul, Botswana, Tanzânia, Zimbábwe e Angola, aliadas do Estado Moçambicano. Assim, se tornou um conflito intraestatal internacionalizado.

Antes da presença de forças estrangeiras ao lado do Estado Moçambicano, os relatos apontavam a presença de tanzanianos, de cidadãos da região dos Grandes Lagos como burundeses, ugandeses, congolezes e do Oriente Médio ao lado dos jihadistas moçambicanos, ainda que em número insignificante. Os cidadãos estrangeiros que militam ao lado dos insurgentes podem ser os financiadores das ações militares ou com interesses econômicos. Em 2021, o Al-Shabaab prestou juramento ao Daesh. Prova disso, foram as ameaças feitas pelo Daesh ao Estado de Ruanda logo após o início das operações das tropas ruandesas em Cabo Delgado – num período em que a propaganda ruandesa estava em alta – que rapidamente infligiram pesadas baixas aos jihadistas, destruindo as principais bases e colocando-os em fuga e em constante mobilidade. O Daesh ameaçou realizar ataques à bomba em território ruandês.

Os Estados de Ruanda, Tanzânia e África do Sul são *spoilers* internacionais e têm interesses diretos ou indiretos no conflito em Cabo Delgado, possuindo tropas em Moçambique. A África do Sul depende de fontes de energia moçambicanas que estão geograficamente próximas e a baixos preços, com interesses na estabilidade para investir num futuro gasoduto que ligue Cabo Delgado ao seu território. Enquanto a Tanzânia tem interesses na instabilidade da província, porque possui em seu território enormes reservas de petróleo e gás e um projeto de exploração semelhante ao moçambicano (Savana 2022b). Assim, vê Moçambique como um concorrente e pretende atrair investidores internacionais para o seu projeto. Ruanda também tem interesses na estabilidade em Moçambique, fornecendo tropas e segurança ao Estado moçambicano, oriundas de seu próprio exército e diversas empresas de segurança privada. Fornece ajuda militar e segurança, ao mesmo tempo em que tem acesso aos recursos minerais de Cabo Delgado, existindo uma ponte aérea entre Cabo Delgado e Kigali, por onde escoam as pedras e minerais preciosos.

À primeira vista, trata-se de um conflito político-religioso, mas existem fatores socioeconômicos envolvidos. Existem motivações de natureza étnico-religiosa, moral e socioeconômica envolvendo os grupos majoritá-

---

4 *Spoiler* refere-se a um ator que não fazia parte do conflito original, mas que, com o desenrolar e dinâmica do conflito, se torna um ator importante.

rios *makwas* e *mwanis* islâmicos e a minoria *makonde*. Os integrantes do Al-Shabaab apontaram valores, princípios e ideais religiosos ligados à religião islâmica, como a implantação de um Estado religioso sob as normas da *Sharia*, questões morais como o uso de barba, de roupas islâmicas, a proibição da venda e consumo de tabaco e álcool, opunham-se à escolarização das crianças nas escolas seculares, ao trabalho das mulheres etc. Contestavam as autoridades religiosas locais, particularmente aquelas próximas ao Conselho Islâmico, tido próximo ao Estado moçambicano, sentiam-se socioeconomicamente excluídos diante da exploração de recursos minerais e energéticos como madeira, pedras preciosas, petróleo e gás, bem como se ressentiam da influência de generais da luta de libertação nacional com interesses e negócios na Província, oriundos do grupo étnico *makonde*, o mesmo do Presidente da República. Assim, jovens desempregados que praticavam garimpo e mineração artesanal foram expulsos de forma brutal de seus trabalhos, algo que aumentou ainda mais o descontentamento dos locais. Foi nesse contexto em ebulição que iniciaram os ataques armados (International Crisis Group 2021).

No tocante à intensidade, o conflito foi de rápido a impetuoso, visto que em poucos anos, o Al-Shabaab cometeu dezenas de massacres com extrema violência e crueldade, que incluíram a decapitação com facas e catanas, assassinatos a sangue frio com balas na nuca, queima de residências com os ocupantes no seu interior, rapto de mulheres jovens e adolescentes para servirem de escravas sexuais. Napoleoni (2015) apontou que os métodos medievais, os códigos da *sharia*, a violência, a sua exibição sua e espetacularização, bem como o rapto de adolescentes e mulheres jovens são uma característica do Estado Islâmico e de grupos fiéis a este.

Os massacres e a crueldade das ações do Al-Shabaab em cinco anos superaram aquelas perpetradas ao longo dos dezessete anos de guerra-civil entre a Frelimo e a Renamo. A violência unilateral do conflito perpetrado primeiro pelo Al-Shabaab sobre as populações indefesas e depois pelo Governo moçambicano passou de um conflito armado para uma guerra, na qual mulheres, crianças e homens civis são as principais vítimas. Trata-se de um conflito manifesto com consequências destrutivas, ainda que durante muito tempo, o Al-Shabaab nunca tenha informado as razões e motivações por detrás das suas ações. O conflito iniciou com uma escala micro, que afetava alguns distritos da região sul da província de Cabo Delgado. Mas aos poucos vai se transformando numa dimensão macro, tendo se alastrado temporariamente com alguns ataques nas províncias vizinhas de Niassa e Nampula e mesmo para a Tanzânia, junto à fronteira com Moçambique.

## O terrorismo e a resposta estatal

Em 2017 iniciaram ataques militares em Cabo Delgado. Primeiramente, foram atacadas instalações do Partido Frelimo e da Administração do Estado, tendo sido raptados e mortos dirigentes do Estado e membros da Frelimo. Além de atacar infraestruturas administrativas do Estado, os insurgentes passaram a atacar a população de forma feroz, destruir infraestruturas sociais, escolas, postos de saúde e hospitais. A violência era enorme, com a decapitação de civis, homens, mulheres, crianças e idosos. Em resposta a PRM destruiu as mesquitas radicalizadas e as casas de supostos cabecilhas dos ataques armados. Mas eram ações mal coordenadas e de pouca inteligência. O Governo de Moçambique respondeu tardiamente ao conflito, tendo demorado cerca de cinco anos. Entre 2017 e 2021, o Estado moçambicano ignorou e minimizou os ataques armados, demonstrando falta de compaixão diante do sofrimento das populações de Cabo Delgado. Dizia tratar-se de bandidos armados, ladrões e criminosos e, por último de insurgentes, resistindo a reconhecer a componente ideológica religiosa do grupo. A primeira vítima do Estado moçambicano foi a verdade.

As informações e notícias dos ataques terroristas foram tratadas com secretismo. Os jornalistas independentes locais que noticiavam os ataques armados foram acusados de colaborar com o jihadismo, enquanto os jornalistas da imprensa estatal foram proibidos de veicular notícias sobre o assunto. Radialistas e jornalistas independentes locais que noticiavam os ataques foram ameaçados, detidos, perseguidos, agredidos. Alguns foram sequestrados pelas FDS, tendo desaparecido e dados como mortos<sup>5</sup>.

Habibe, Forquilha e Pereira (2019) apontavam que, apesar de órgãos de comunicação social nacionais e estrangeiros terem dedicado atenção ao terrorismo, a informação sobre o assunto era escassa, jornalistas e pesquisadores encontravam dificuldades em acessar os locais atacados, impostas pelo Estado moçambicano. Entre 2017 e 2019 seis jornalistas, três estrangeiros e três nacionais, foram detidos (Habibe, Forquilha e Pereira 2019). Dessa forma, o Governo adotou a fórmula de matar os mensageiros, em vez de resolver o problema, encetando uma campanha contra a mídia independente. Além do desaparecimento de jornalistas, havia relatos de sequestros, tortura e

---

5 O repórter da Rádio Comunitária de Palma, Ibraimo Mbaruco desapareceu após enviar mensagens aos colegas, informando que estava cercado por militares fardados das FDS no dia 7 de abril de 2020. Desde então, nunca foi encontrado e sua família afirma que foi executado pelas FDS (NHANTUMBO 2023a). O repórter era tido como desafeto das FDS porque noticiava os ataques terroristas. O locutor de rádio desapareceu após ser abordado pelas FDS, sendo dado como morto pela mídia independente em Moçambique.

assassinatos de civis parentes de jovens radicalizados e/ou suspeitos de colaborar com o jihadismo, por parte das FDS. As FDS foram acusadas de violação de direitos humanos, que vão de açoites, agressões físicas, cerceamento do direito de ir e vir, sequestros, desaparecimentos forçados e assassinatos. Essa situação levou à desconfiança, medo e autocensura das populações em relação às FDS, ao mesmo tempo em que aumentava o prestígio das tropas ruandesas (Nhantumbo 2023b).

A primeira resposta enérgica do Governo moçambicano contra o terrorismo aconteceu somente em 2021, após os jihadistas realizarem um ataque espetacular – gravado e difundido pelas redes sociais – há cerca de 30 km da plataforma de exploração de petróleo e gás, ameaçando os megaprojetos e interesses das corporações multinacionais. De um conflito intraestatal envolvendo os jihadistas e o Estado, o conflito tornou-se internacional com o envolvimento de tropas estrangeiras de Ruanda e da SADC em auxílio ao exército moçambicano. Para Ruanda, o envio de tropas para Moçambique faz parte de sua agenda de diplomacia militar pelo mundo, particularmente no continente africano (Donelli 2022; Le Monde 2022). Tudo indica que essas tropas foram destacadas não para proteger as populações moçambicanas, mas somente para garantir a proteção das infraestruturas das multinacionais e viabilizar a exploração de óleo e gás e outros recursos extrativos.

Durante dois anos o Estado Moçambicano ignorou ou não levou a sério a insurgência armada em Cabo Delgado que semeava o terror. Em vão, enviou as FDS, mas estas sofreram pesadas derrotas e foram humilhadas, como aconteceu em 2017, quando os insurgentes atacaram o posto policial de Macomia, incendiaram-no, tomaram as viaturas policiais da PRM e blindados das FADM, tendo posado em frente à esquadra de polícia ostentando a bandeira do Estado Islâmico, com viaturas, blindados e armamento diverso conquistado das FDS (Savana 2022a). Essa fotografia emblemática correu Moçambique e o mundo, desmoralizando o Governo Moçambicano e seu exército. Nessa foto, como em várias outras, viam-se jihadistas armados com os rostos cobertos por camisetas e gorros militares, mas a maioria trajava camisetas, tênis, calças esportivas, shorts, sandálias, chinelos. Alguns trajavam botas, mas eram todos maltrapilhos, sem fardamento e equipamento militar completo. O armamento, fardas, viaturas e outros equipamentos que possuíam fora conquista ao exército moçambicano.

O Estado Moçambicano ignorou esses ataques até março de 2021, quando os insurgentes realizaram o maior ataque, tendo assaltado a localidade de Palma e Afungi, que fica a 25 km em direção às infraestruturas de exploração de petróleo e gás. Nessa incursão atacaram, destruíram e incendiaram

casas com pessoas dentro, hospitais, escolas, empresas, bancos e outras infraestruturas sociais e turísticas, com destaque para o Hotel Amarula, onde se encontravam trabalhadores estrangeiros, sul-africanos e europeus. Dezenas de cidadãos nacionais e internacionais foram mortos, com destaque para trabalhadores do setor de petróleo e gás que foram emboscados com armas de fogo quando fugiam do Hotel Amarula, para além de 12 cidadãos estrangeiros decapitados (Savana 2022a).

Desde 2017 que os ataques terroristas às populações civis e infraestruturas estatais e privadas resultam em assassinatos de milhares de pessoas, decapitadas, queimadas vivas, mulheres e crianças estupradas, destruição de infraestruturas econômicas e sociais. O ataque às localidades de Palma e Afungi em março de 2021 em direção às infraestruturas de exploração de petróleo e gás, constituiu o “acontecimento”, um marco na periodização do conflito entre antes e depois desse ataque. Ao ameaçarem os “interesses” econômicos do Governo moçambicano e das multinacionais ocidentais, o mundo passou a prestar atenção ao terrorismo em Cabo Delgado. Esse ataque mudou a percepção do Governo e da Comunidade Internacional que passaram a classificar a situação de “terrorismo”. A África do Sul enviou helicópteros para resgatar seus cidadãos, assim como a França. A multinacional francesa *Total Energies*, maior investidor estrangeiro, suspendeu o projeto de exploração de petróleo e gás em Cabo Delgado “por motivo de força-maior”. O ataque a Afungi se revelou um balde de água-fria para o partido Frelimo e à elite político-econômica, que há muito faziam planos com os petro e gaso-dólares oriundos de Cabo Delgado.

## Conclusão

O artigo analisou o extremismo religioso violento e o terrorismo em Cabo Delgado. Nas suas explicações, estudiosos apontaram três perspectivas distintas explicativas para o terrorismo. A primeira afirma razões e causas domésticas – a política hegemônica do partido no poder, má governação, violência estrutural estatal, assimetrias regionais, desigualdade, exclusão socioeconômica de grupos etnolinguísticos e religiosos, dos jovens – por detrás do conflito. Essa perspectiva parte de fatores internos, avançando hipóteses socioeconômicas e culturais domésticas para explicar o conflito. A segunda corrente indica causas externas como o jihadismo transnacional do ISIS que se espalhou pela África, processo no qual Moçambique se tornou alvo de grupos extremistas religiosos expulsos dos Estados vizinhos e da região. Essa corrente aponta para questões de segurança regional e nacional, debilidade

de controle de fronteiras, migração ilegal, contrabando e tráfico de drogas, etc. Estados vizinhos da costa Oriental africana como Etiópia, Tanzânia e Quênia teriam feito o seu “trabalho de casa” ao expulsarem grupos religiosos extremistas, que encontraram refúgio e um *eldorado* em Moçambique, um Estado frágil. A última perspectiva argumenta que Moçambique e a província de Cabo Delgado, são vítimas da maldição da abundância de recursos naturais, minerais e energéticos, algo que despertou a cobiça de grandes empresas multinacionais ocidentais e de grupos criminosos internacionais.

Além disso, fez-se uma categorização e tipologia do terrorismo em Moçambique à luz da análise de conflitos. O conflito esteve latente entre 2010 e 2016, até então caracterizado por discursos religiosos radicais, extremistas e sectarismo opondo jovens muçulmanos pobres, desempregados, com pouca escolaridade e oportunidades de formação profissional, que se radicalizaram fora do país e tentavam impor novas regras religiosas ao resto da população no tocante à vestimenta, comércio, uso de álcool, tabaco etc. Do outro lado estava o Estado moçambicano autoritário, negligente e ausente. O conflito tinha motivações e causas religiosas, ideológicas e diferenças acerca da exploração de recursos naturais e minerais. A partir de 2017 o conflito tornou-se manifesto, caracterizado por ataques armados com violência extrema contra populações civis, execuções e decapitações, rapto de mulheres, jovens e crianças, estupros, escravidão sexual, casamentos forçados com menores, queima de casas com ocupantes dentro, utilização de crianças e adolescentes no jihadismo, etc.

Este conflito intraestatal micro desenvolveu-se de forma rápida, impetuosa, violenta e destrutiva, transformando-se em uma guerra armada fratricida, até o momento circunscrita à província de Cabo Delgado. O terrorismo mudou os rumos da política doméstica e externa moçambicanas, levando o Estado a recorrer a CMPs do Grupo Wagner, *Paramount*, DAG, e às tropas de Ruanda e da SAMIM, tornando o conflito intraestatal internacionalizado. A guerrilha do Al-Shabaab revelou-se distinta de fenômenos militares e dos grupos armados anteriores, constituindo a pior crise militar vivenciada por Moçambique desde o final da guerra-civil. A resposta do Governo moçambicano ao conflito foi a militarização de Cabo Delgado, com uma salada de intervenções que inicialmente estabilizou a guerra, mas que vai se revelando ineficaz ao longo dos anos. O conflito ganhou outro engajamento internacional, com a parceria do bloco ocidental – EUA e UE – que tem oferecido treinamento militar e material não-letal às tropas moçambicanas.

Não está claro quem financia os jihadistas, embora parte da renda advenha de atividades criminosas como contrabando de madeira, fauna,

garimpo ilegal, tráfico de drogas, roubos, etc. Nenhuma das partes beligerantes têm condições de vencer o conflito pela via militar. Por conta do conflito, o Governo de Moçambique aproximou-se a regimes como de Ruanda, Uganda, da República Centro Africana e da Rússia, assinando acordos secretos, africanizando o conflito e regionalizando a política externa de Moçambique, antes virada para Estados e parceiros tradicionais ocidentais como os EUA, UE e Japão. O conflito mudou a gramática militar moçambicana, introduzindo novas classificações e terminologias, ao mesmo tempo em que ocorreu uma deterioração das relações civis-militares, caracterizada por extorsões, abusos, cerceamento do direito de ir, violações dos direitos humanos e até mortes de cidadãos nas mãos das FDS.

## REFERÊNCIAS

- Bonate, Liazzat. 2022. “Jihadismo transnacional e a insurgência em Cabo-Delgado, Moçambique.” *Afro-Ásia*, n. 65: 519-553.
- (CDD) Centro para Democracia e Desenvolvimento. 2022. Exploração ilegal de recursos minerais e violação de direitos humanos em Cabo-Delgado: estudos de caso de Montepuez e Ancuabe. Maputo.
- (CDD) Centro para Democracia e Desenvolvimento. 2021. Militarização de Cabo-Delgado: 880 militares e 120 polícias do Ruanda + 3000 militares da SADC: e agora, Senhor Presidente, isto não é uma “salada de intervenções”? n. 141, ano 03, 10 jul.: 1-4.
- Chichava, Sérgio. 2020a. “A Frelimo criou o “Al Shabaab”? uma análise às eleições de 15 de outubro de 2019 a partir de Cabo-Delgado.” *Cadernos IESE*, n. 18: 1-56.
- Chichava, Sérgio. 2020b. “Os primeiros sinais do Al Shabaab em Cabo Delgado: algumas histórias de Macomia e Ancuabe.” *Ideias*, n. 129. [https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/04/ideias-129\\_SC.pdf](https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/04/ideias-129_SC.pdf).
- Chichava, Sérgio. 2020c. “As Primeiras Caras do ‘Al Shabaab’ em Cabo-Delgado: o caso de André Idrissa em Cogolo.” *Ideias*, n. 134: 1-2.
- Chichava, Sérgio. 2020d. “Ugandeses e Tanzanianos do Al-Shabaab.” In *Desafios para Moçambique*, 2020, organizado por Salvador Forquilha. IESE: 429-439.
- Coloma, Tristan. 2020. “La stratégie économique-sécuritaire russe au Mozambique.” *Notes de l’Ifri*, Ifri, mai: 4-19.
- Donelli, Federico. 2022. “Rwanda’s Military Diplomacy: Kigali’s political use of the military means to increase prestige and influence in Africa and beyond.” *Notes de l’Ifri*, Ifri, April: 1-28.

- Feijó, João. 2021. “Caracterização e organização social dos machababos a partir dos discursos de mulheres raptadas.” *Observatório Rural*, n. 109, Abril: 1-33.
- Feijó, João. 2020. *Assimetrias Sociais: pistas para entender o alastramento do jihadismo islâmico em Cabo-Delgado*. Friedrich-Ebert-Stiftung/Gabinete Paz e Segurança Centro de Competência África Subsaariana.
- Forquilha, Salvador e João Pereira. 2020. “Face ao conflito no Norte, o que pode Moçambique, aprender com a sua própria guerra-civil (1976-1992)? Uma análise das dinâmicas da insurgência em Cabo-Delgado.” In *Desafios para Moçambique*, 2020, organizado por Salvador Forquilha, IESE: 47-55.
- Fukuyama, Francis. 1992. *O fim da História e o último homem*. Tradução Maria Goes. Lisboa: Gradiva.
- González, Yoslán. 2020. “Principais tendências do terrorismo na África rumo a 2025.” *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, Porto Alegre, v. 5, n. 9, (jan./jun.): 55-86.
- Gurr, Ted. 1993. “Why Minorities Rebel: a global analysis of communal mobilization and Conflict since 1945.” *International Political Science Review*, v. 14, n. 2: 161-201.
- Gurr, Ted. 1985. “Das consequências do conflito violento.” In *Manual do Conflito Político*, 273-334, Tradução de Inéa Fonseca. Parte I, Cap. 2. Brasília: Ed-mund.
- Gurr, Ted. 1970. *Why Men Rebel*. Princeton University Press.
- Habibe, Saíde; Forquilha, Salvador e João Pereira. 2019. “Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique: o caso de Mocímboa de Praia.” *Cadernos IESE*, n. 17: 1-62.
- Huntington, Samuel. 1997. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Tradução de M.H. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva.
- International Crisis Group. 2022. “Winning Peace in Mozambique’s Embattled North.” *Crisis Group Africa Briefing*, n. 178: 1-16.
- International Crisis Group. 2021. “Conter a Insurreição em Cabo-Delgado, Moçambique.” *Relatório África*, n. 33, International Crisis Group Press.
- Jeong, Ho-Won. 2008. *Understanding Conflict and Conflict Analysis*. SAGE Publications Ltd.
- Kaldor, Mary. 2013. “In Defence of New Wars.” *Stability*, v. 1, n. 2:1-16. DOI: <http://dx.doi.org/10.5334/sta.at>.
- Kaldor, Mary. 2012. *New & Old Wars: Organised violence in a global era*. 3<sup>ff</sup> ed. Cambridge.
- Le Monde. 2022. Rwanda: “Le choix de la diplomacie militaire.” *Le Monde*, Géopolitique, Dimanche 3-Lundi 4 avr: 22-24.

- Macalane, Geraldo e Jafar(Coords.). 2021. *Ataques Terroristas em Cabo-Delgado (2017-2020): as causas do fenômeno pela boca da população de Mocímboa da Praia*. Universidade Rovuma: Pemba.
- Mourier-Genoud, Eric. 2021. “A Insurgência Jihadi em Moçambique: origens, natureza e início.” *Cadernos IESE*, n. 21: 1-157.
- Ohana, Yael (Ed.). 2012. *T-KIT: Youth transforming conflict*. Strasbourg: Council of Europe and European Commission.
- Napoleoni, Loretta. 2015. *A Fênix Islamita: o Estado Islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio*. Tradução de Milton de Almeida. 1.ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Nhantumbo, Armando. 2023a. “‘Perdemos esperança’: três anos depois do desaparecimento de Ibraimo Mbaruco, família suspeita que o repórter tenha sido executado.” *Savana*, Maputo, Ano XXX, n. 1528, 21 abr. 2023, Tema da Semana, p. 2-3.
- Nhantumbo, Armando. 2023b. “O preço das atrocidades com mão do Estado em Cabo-Delgado: violência das FDS afastou população para os ruandeses.” “Se os ruandeses saírem de Palma e Mocímboa da Praia, nós também não vamos ficar.” *Savana*, Maputo, Ano XXX, n.1529, 28 abril de 2023. No Centro do Furacão, p: 12-13.
- Rogeiro, Nuno. 2020. *O Cabo do Medo: o Daesh em Moçambique (Junho 2019-2020)*. 1.ª ed. Alfragide: Dom Quixote.
- Santos, Boaventura. 2012. “Moçambique: a maldição da abundância?” *Visão*, 26 julho de 2012, Radar Ensaio, p.24.
- Savana. 2022a. “Jihadistas atacam mais distritos de Cabo-Delgado: inferno mais a sul.” *Savana*, Ano XXIX, n. 1484, 17 de junho de 2022. Manchete, Tema da Semana, p: 2-3.
- Savana. 2022b. “Exploração de gás natural: Presidente tanzaniana quer superar Moçambique.” *Savana*, Maputo, Ano XXIX, n. 1484, 17 jun. 2022. Última, p. 28.
- Sitoe, Rufino. 2022. “Extremismo, Radicalismo e Radicalização: uma distinção necessária no debate sobre o Terrorismo.” *Agora*, v.24, n.2: 3-19, julho dezembro, <http://online.unisc.br/seer/index.php/agora/index>, DOI: 10.17058/agora.v24i2.17679.
- Sitoe, Rufino. 2020. *Terrorismo em África: a presença da ameaça em Moçambique*. Maputo: TPC Editora.
- Sönmez, Göktü , and Enes Arslan. 2021. “Terrorism in Mozambique: Ansar al-Sunna and international actors.” *Analysis*, n. 286: 3-28, June.
- (PNUD) United Nations Development Programme. 2023a. *Journey to Extremism in Africa: pathways to recruitment and disengagement*. New York: UNDP. <https://journey-to-extremism.undp.org/enter>.
- (PNUD) United Nations Development Programme. 2023b. *Journey to Extremism in Africa: drivers, incentives and the tipping point for recruitment*. New York: UNDP. <https://journey-to-extremism.undp.org/enter>.
- Weimer, Bernhard. 2020. “Vampiros, Jihadistas e Violência Estrutural em Moçambique: reflexões sobre manifestações violentas de descontentamento local e suas implicações para a construção da paz.” *Cadernos IESE*, n. 19: 1-96.

## RESUMO

O artigo analisou o terrorismo na Província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique. Objetivou compreender o conflito, examinar os processos de radicalização de jovens e, verificar as causas a partir de tipologias e categorias de análise. Usou a metodologia qualitativa, combinada com a revisão bibliográfica e pesquisa documental. Mobilizou teorias do conflito: choque de civilizações de Huntington, privação relativa de Ted Gurr e novas guerras de Mary Kaldor. Por que razão Moçambique se tornou o mais novo epicentro do extremismo religioso violento e do terrorismo na África Subsaariana? Três tipos de perspectivas – doméstica, internacional e a maldição de recursos – explicam as causas do conflito. Ao lado de questões religiosas, a disputa por recursos naturais e minerais constituem razões do conflito, que mudou a política doméstica e externa do país, aproximando o Governo de regimes autoritários e ditatoriais de África e da Europa. Diante da ineficácia das forças de defesa e segurança nacionais, o Estado internacionalizou o conflito autorizando a entrada de corporações militares privadas e exércitos estrangeiros, militarizando e criando uma salada de intervenções no país.

## PALAVRAS-CHAVE

Moçambique. Violência extremista. Terrorismo.

*Recebido em 16 de agosto de 2024  
Aceito em 07 de outubro de 2024<sup>6</sup>*

---

6 Como citar: Langa, Ercilio Neves Brandão. 2024. “Moçambique: o extremismo violento e o terrorismo na Província de Cabo Delgado”. *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 9 (18), 95-123, <https://doi.org/10.22456/2448-3923.141971>.

# INFLUXOS TECNOLÓGICOS ORIUNDOS DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO QUÊNIA<sup>1</sup>

Naftaly Mose<sup>2</sup>

Omonike Ige-Gbadeyan<sup>3</sup>

John Thomi<sup>4</sup>



## Introdução

O Investimento Estrangeiro Direto (IED) possui um papel vital no desenvolvimento econômico de países provendo acesso a capital, tecnologia e experiência gerencial (Asongu *et al.* 2018). Nos últimos anos, o Quênia tem sido um destino proeminente para IEDs na África Sub-Saariana, atraindo investimentos mediante vários setores como manufatura, telecomunicações, finanças e infraestrutura (Ideue 2018). O governo do Quênia tem buscado ativamente políticas para encorajar a entrada de IEDs como meio para estimular o crescimento econômico e promover o desenvolvimento tecnológico (Mungai 2021). A inovação tecnológica é o meio econômico por meio do qual novas tecnologias são introduzidas na produção e consumo. O Investimento Estrangeiro Direto opera como um canal para a transferência de tecnologia de corporações multinacionais (MNCs) para firmas domésticas no Quênia (Kotey 2019). As MNCs frequentemente trazem tecnologias avançadas, experiência

1 No original: “*Technological spillovers from Foreign Direct Investment in Kenya*”.

2 Departamento de Economia, Universidade de Eldoret. Eldoret, Quênia. E-mail: ngmoce@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0467-235X>.

3 Departamento de Contabilidade da Gestão, Universidade de Tecnologia de Durban. Durban, África do Sul. E-mail: omonikeigebadeyan@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-8836-3669>.

4 Departamento de Economia, Universidade de Nairóbi. Nairóbi, Quênia. E-mail: thomi-johni8@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5208-6393>.

gerencial, e melhores práticas, o que pode melhorar significativamente as capacidades e a competitividade de indústrias locais (Zhang *et al.* 2019). A partir de empreendimentos conjuntos, acordos de licenciamento, e colaborações com parceiros locais, IEDs facilitam a difusão de conhecimento e habilidades, assim, contribuindo para a absorção tecnológica e inovação no Quênia (Wanjere 2022).

Além disso, vários setores no Quênia têm experienciado avanços tecnológicos substanciais motivados por IEDs (Odhiambo 2022). Por exemplo, o setor de telecomunicações tem testemunhado investimentos consideráveis oriundos de companhias internacionais de telecomunicações, resultando na expansão de redes móveis, conectividade à internet, e infraestrutura digital (Chesula e Kilika 2020). Isso não só aprimorou o acesso a serviços de comunicação, como também tem estimulado inovações em *mobile payments*, e-commerce, e empreendedorismo digital (Ndung'u 2018). Similarmente, o setor de manufaturas têm se beneficiado do IEDs a partir da introdução de novas tecnologias e métodos de produção, levando à ampliação de eficiência, diversificação de produtos e competitividade na área de exportações (Wei *et al.* 2020).

Adicionalmente, o governo do Quênia tem implementado uma gama de políticas e incentivos para a atração de IEDs e de desenvolvimento tecnológico. Inclui-se nisso incentivos fiscais, agências de promoção de investimentos, zonas econômicas especiais, e incentivos voltados para indústria com foco no encorajamento de investimentos em setores prioritários, como agronegócio, energia renovável, e tecnologia da informação (Thuita 2017).

Apesar dos impactos positivos do IED no desenvolvimento tecnológico, o Quênia enfrenta desafios diversos, incluindo inadequação infraestrutural, restrições regulatórias, burocracias excessivas como também acesso limitado a financiamentos e mão de obra qualificada (Onyango 2017). Para além disso, há oportunidades para melhorar o desenvolvimento tecnológico por meio de parcerias estratégicas, programas de troca de conhecimentos e investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

## Revisão literária: revisão teórica

O estudo analisou tanto a literatura teórica quanto a empírica. Inicialmente, neste capítulo, exploraremos diversas teorias importantes que fornecem uma base para a compreensão da dinâmica do IED e do desenvolvimento tecnológico no Quênia.

### ***Teoria de Transferência de Tecnologia***

De acordo com esta teoria, o IED opera como um canal para a transferência de tecnologias avançadas, *know-how* gerencial, e práticas organizacionais de empresas multinacionais (MNCs) para firmas domésticas em países anfitriões (Alfaro 2017). Por meio de mecanismos como acordos de licenciamento, empreendimentos conjuntos e colaborações, as MNCs facilitam a difusão de conhecimento e habilidades, assim aprimorando as capacidades tecnológicas de indústrias locais (Hansen e Lema 2019). Na perspectiva do Quênia, a Teoria de Transferência de Tecnologia sugere que a entrada do IED contribui para a adoção e adaptação de novas tecnologias, levando ao aperfeiçoamento em produtividade, eficiência e competitividade em múltiplos setores de uma economia.

### ***Teoria do Efeito de Transbordamento***

O qual postula que o IED pode gerar um *spillover* de externalidades positivas para indústrias e firmas domésticas. Esses transbordamentos podem se apresentar na forma de dispersão de conhecimento, no qual inovações tecnológicas e melhores práticas se disseminam na economia local, beneficiando não apenas as formas receptoras mas também seus concorrentes e fornecedores. No Quênia, o efeito de transbordamento oriundo de IEDs pode resultar no aumento de inovações, aprimoramento de habilidades e crescimento de produtividade em firmas domésticas, contribuindo, assim, para o desenvolvimento tecnológico e a desempenho econômica de modo geral (Te Velde 2019). Entretanto, a extensividade e natureza do transbordamento depende de vários fatores como a capacidade de absorção das empresas nacionais, o nível de concorrência, e a natureza das conexões entre empresas estrangeiras e domésticas.

### ***Teoria do Investimento Climático***

A teoria do investimento climático enfatiza a importância de um ambiente favorável para a atração e retenção do IED, o que por sua vez promove desenvolvimento e inovação tecnológica (Qamruzzaman 2023). Fatores como estabilidade política, transparência regulatória, regime de lei, qualidade de infraestrutura, e acesso a finanças desempenham um papel crucial na definição do ambiente de investimento de um país (Nizam e Hassan 2018). Melhorias no ambiente de investimentos a partir de reformas políticas, fortalecimento institucional, e desenvolvimento infraestrutural são essenciais

para a maximização de benefícios do IED para desenvolvimento tecnológico e crescimento a longo prazo (Wanjere 2022; Kipchirchir e Mose 2024).

### ***Teoria do Capital Humano***

A Teoria do Capital Humano destaca o papel da educação, habilidades e desenvolvimento da força de trabalho no direcionamento do avanço e inovação tecnológica. Investimentos em capital humano, como educação e programas de treinamento, são essenciais para a formação de uma força de trabalho capaz de absorver e utilizar tecnologias avançadas oriundas do IED (Guimón *et al.* 2018). No Quênia, esforços para aumentar a qualidade educacional, aprimorar o treinamento vocacional e promover aprendizados vitalícios são críticos para maximizar o impacto do IED no desenvolvimento tecnológico (Cheruiyot 2022). Além disso, políticas que facilitam a mobilidade de trabalhadores qualificados e encorajam a troca de conhecimentos entre firmas domésticas e estrangeiras podem fortalecer ainda mais as conexões entre o IED e o desenvolvimento de capital humano. (Yang *et al.* 2022). Com base nestas teorias, formuladores de políticas, investidores e profissionais podem desenvolver estratégias e intervenções que alavancam o IED para promoção de inovação, aprimoramento produtivo e fomentar o crescimento inclusivo na economia queniana.

### **Revisão literária: revisão empírica**

No estudo de Ali *et al.* (2023); Chan *et al.* (2023); Adikari *et al.* (2021); e Liang (2017) foram encontradas evidências de uma relação positiva entre o IED e a inovação tecnológica ou a produtividade. Estes estudos sugerem que a entrada do IED oferece tecnologias avançadas, *know-how* gerencial, e melhores práticas, o que pode aprimorar as capacidades inovativas e de produtividade de firmas nacionais. Para além disso, o IED promove concorrência e estimula investimentos em pesquisa e desenvolvimento, levando a avanços tecnológicos e ganhos de eficiência na economia anfitriã (Alfaro e Chauvin 2020). Ainda, em Borensztein *et al.* (1998); Li *et al.* (2020); e Read *et al.* (2021), os achados sugerem que os IEDs possuíam um impacto positivo no crescimento de produtividade, particularmente em indústrias com altos níveis de intensidade em P&D e atividades intensivas em tecnologias. De forma similar, os estudos de Singh (2019); e Zhang e Sun (2023) sobre economias emergentes como China e Índia têm mostrado como a entrada

do IED contribui para a atualização tecnológica e inovação em setores como automotivo, telecomunicações e eletrônicos.

As evidências empíricas reiteram a importância de políticas de intervenção direcionais para a atração do IED e promoção de desenvolvimento tecnológico. Políticas que aprimoram o ambiente de investimento, fortificam instituições e apoiam o desenvolvimento de capital humano são essenciais para a maximização de benefícios da entrada do IED. Adicionalmente, políticas para promover conexões entre firmas domésticas e estrangeiras, incentivar o investimento em P&D, e facilitar transferências tecnológicas podem catalisar ainda mais o desenvolvimento e a inovação tecnológica em países anfitriões (Guimón *et al.* 2018; Zhang e Sun 2023).

Em conclusão, a pesquisa empírica fornece evidências robustas do impacto positivo do IED no desenvolvimento tecnológico em diferentes países e indústrias. Ao compreender os mecanismos pelos quais os IEDs influenciam inovação, produtividade e transferência de conhecimento, formuladores de políticas podem desenvolver estratégias eficientes para alavancar os IEDs para um crescimento econômico e um avanço tecnológico sustentáveis. A Tabela 1 mostra a correlação entre o IED e as inovações tecnológicas.

**Tabela 1 - Estudos empíricos selecionados**

Autor	Amostra (período)	Métodos	Principais descobertas
Borensztein <i>et al.</i> (1998)	Países emergentes (1970-1989)	ARDL	IED tem efeito positivo em inovações tecnológicas
Adikari <i>et al.</i> (2021)	Sri Lanka (1990-2019)	ARDL	IED tem efeito negativo em inovações tecnológicas
Yue (2022)	China (2000-2007)	OLS	IED tem efeito positivo em inovações tecnológicas
Ali <i>et al.</i> (2023)	Países do BRICS (2000-2020)	PMG	IED tem efeito positivo em inovações tecnológicas
Li (2023)	China (2010-2019)	OLS	IED tem efeito positivo em inovações tecnológicas
Kipchirchir e Mose (2024)	Quênia (1990-2021)	ARDL	IED tem efeito positivo em inovações tecnológicas
Notas: ARDL: Atraso Distributivo Autorregressivo; PMG: <i>Panel Mean Group</i> ; GMM: Método de Momentos generalizado; OLS: <i>Ordinary Least Squares Regression</i> .			

Fonte: Organização dos autores (2024).

## Metodologia de pesquisa

Este capítulo explica a metodologia da pesquisa e destaca os seguintes elementos: fontes de dados relevantes, métodos de coleta de dados, descrição de variáveis, técnicas de análise de dados e modelos econométricos usados na análise da relação entre investimento estrangeiro direto e difusão de tecnologia no Quênia.

### Método de Coleta de Dados

O estudo empregou o modelo de pesquisa quantitativa para investigar a correlação entre os IEDs e a inovação tecnológica no Quênia de 1980 até 2022. Quênia foi escolhido como a área de amostra uma vez que está ranqueado como o quinto maior receptor de IED na África (Okelli e Badj 2023; Kipchirchir e Mose 2024). O estudo adotou uma abordagem de dados em série temporal baseada no modelo de crescimento endógeno. Os dados secundários da série temporal foram obtidos da base de dados do Banco Mundial e do Bureau Nacional de Estatísticas do Quênia. Inovações tecnológicas foram representadas por aplicações de patentes alinhadas às pesquisas empíricas prévias (Adikari *et al.* 2021), enquanto o investimento estrangeiro direto foi medido pelo fluxo líquido de IED. Adicionalmente, capital humano, crescimento econômico e abertura comercial foram usados como variáveis de controle. A tabela 2 fornece uma descrição detalhada das variáveis de estudo.

**Tabela 2 - Medidas e definições de variáveis**

Variáveis	Unidade de Medida	Definição	Fonte de Dados	Sinal Esperado
<i>Variáveis dependentes</i>				
Inovação Tecnológica (TEC)	Números	Aplicações de Patentes (de residentes e não-residentes)	Banco Mundial	Variável dependente (Adikari <i>et al.</i> 2021)
<i>Variáveis independentes</i>				
Investimento Estrangeiro Direto (IED)	Porcentagem	Investimento Estrangeiro Direto, entrada líquida (% PIB)	Banco Mundial	Positivo (Ali <i>et al.</i> 2023)
Capital humano (HUM)	Porcentagem	Matrícula escolar, primário (% bruto)	Banco Mundial	Positivo (Li 2023)

Abertura Comercial (TOP)	Porcentagem	Comércio (% PIB)	Banco Mundial	Positivo (Ali <i>et al.</i> 2023)
Crescimento Econômico (PIB)	Dólares (EUA) Constantes de 2015	PIB <i>per capita</i> (Produto Interno Bruto dividido pela população)	Banco Mundial	Positivo (Adikari <i>et al.</i> 2021)

Fonte: Organização dos autores (2024).

### Especificação do Modelo

No estudo foi adotado o seguinte modelo básico para analisar a relação entre a entrada de IED e inovação tecnológica no Quênia.

$$(1) \quad TEC_t = f(IED_t, HUM_t, TOP_t, PIB_t)$$

Em que TEC mostra as aplicações de patentes que foram usadas como representação para as inovações tecnológicas no Quênia. IED indica o nível de entrada de investimentos estrangeiros diretos. PIB representa as variáveis de crescimento econômico. TOP indica abertura comercial. HUM mostra o nível de capital humano e educação. E  $t$  representa as dimensões de tempo. Para eliminar a assimetria, as variáveis de dados foram transformadas em logaritmos. Isto posto, nós podemos reescrever a equação acima como:

$$(2) \quad \ln TEC_t = \beta_0 + \beta_1 \ln IED_t + \beta_2 \ln HUM_t + \beta_3 \ln TOP_t + \beta_4 \ln PIB_t + \varepsilon_t$$

Em que  $\varepsilon_t$  representa o termo de erro,  $\beta_0$  o termo constante e  $\beta_1$  para  $\beta_4$  são variáveis coeficientes.

### Técnica de Análise de Dados

O teste de raiz unitária de Phillips-Perron (PP) foi empregado para examinar estacionariedade na série amostral. O teste de cointegração *F-Bounds* foi aplicado para confirmar a presença de relações de longo prazo entre as variáveis de estudo. Antes da estimativa, o comprimento da defasagem e o melhor estimador do modelo foram identificados.

O método de estimação por *Autoregressive Distributed Lag (ARDL)* foi usado para analisar os determinantes de inovação tecnológica. O ARDL

é altamente robusto independente de estacionariedade e endogeneidade das variáveis do estudo (Pesaran *et al.* 2001). O teste de causalidade de Granger foi conduzido para checar a presença de associação entre as variáveis de estudo. Todos os modelos foram submetidos a testes de diagnóstico como de autocorrelação (teste de Breusch-Godfrey) e heterocedasticidade (teste de Breusch-Pagan), para evitar conclusões errôneas.

### Estimações a partir de ADRL

O estudo empregou a técnica de estimação por *Autoregressive Distributed Lag (ARDL)* desenvolvida por Pesaran *et al.* (2001) para analisar as determinantes de inovação tecnológica no Quênia. O modelo ARDL usado na pesquisa está especificado na equação 3.

$$(3) \quad \Delta \ln TEC_t = \alpha_{01} + \sum_{i=1}^p \alpha_{1i} \Delta \ln TEC_{t-i} + \sum_{i=0}^w \alpha_{2i} \ln IED_{t-i} + \sum_{i=0}^w \alpha_{3i} \Delta \ln COV_{t-i} + \beta_{11} \ln TEC_{t-1} + \beta_{21} \ln IED_{t-1} + \beta_{31} \ln COV_{t-1} + \varepsilon_{1t}$$

Um modelo de regressão multivariável foi utilizado para ilustrar a relação de longo prazo entre as variáveis independentes e a dependente. O estudo usou o modelo de regressão conforme segue:

$$(4) \quad \ln TEC_t = \alpha_0 + \sum_{i=1}^p \alpha_{1i} \ln TEC_{t-i} + \sum_{i=0}^w \alpha_{2i} \ln IED_{t-i} + \sum_{i=0}^w \alpha_{3i} \ln COV_{t-i} + \varepsilon_{it}$$

A partir do resultado de cointegração, a relação de longo prazo fora confirmada e, portanto, para obter a relação de causalidade usando termo de correção de erro, aplicando-se a equação 5.

$$(5) \quad \Delta \ln TEC_t = \alpha_0 + \sum_{i=1}^p \alpha_{1i} \Delta \ln TEC_{t-i} + \sum_{i=0}^w \alpha_{2i} \ln IED_{t-i} + \sum_{i=0}^w \alpha_{3i} \Delta \ln COV_{t-i} + \phi_1 ECT_{t-1} + \varepsilon_{1t}$$

O coeficiente do termo de correção de erro defasado  $ECT_{t-1}$ , na equação 5 mensura a velocidade de ajuste ao equilíbrio de longo prazo e também a relação de causalidade no longo prazo. Onde  $COV_t$  representa a matriz das variáveis de controle e  $ECT_{t-1}$  é o termo de correção de erro.

## Resultados e Discussões

Este capítulo apresenta os achados empíricos e discute suas implicações em alinhamento com os objetivos do estudo, seguindo as metodologias discutidas no capítulo três. Ele começa com a apresentação do resultado do teste de raiz unitária, seguido pelo resultado da cointegração e, finalmente, os resultados da estimativa ARDL.

### Teste de Razão Unitária

O estudo aplicou o teste de razão unitária de Phillips-Perron (PP) para checar se as variáveis alvo são estacionárias ou contém razão unitária. A Tabela 3 mostra o resultado da razão unitária PP.

**Tabela 3 - Resultados do teste de razão unitária**

Variável	Nível		Variável	Primeira Diferença		Ordem
	Estatísticas t	Valor P		Estatísticas t	Valor P	
TEC	-0.6957	0.4095	$\Delta$ TEC	-18.4839	0.0000	I(1)
IED	-4.5505	0.0000	$\Delta$ IED	-	-	I(0)
HUM	-1.1778	0.2144	$\Delta$ HUM	-21.8118	0.0000	I(1)
TOP	-1.1487	0.2244	$\Delta$ TOP	-6.4140	0.0000	I(1)
PIB	1.6998	0.9766	$\Delta$ BIP	-3.8295	0.0003	I(1)

*Notas: Hipóteses Nulas: a série de dados possui uma razão unitária*

Fonte: Cálculos realizados pelos autores (2024).

O teste de razão unitária PP confirma que inovações tecnológicas, capital humano, abertura comercial e crescimento econômico são não-estacionárias, enquanto o IED é estacionário. Considerando que a maioria das variáveis está integrada na ordem I(1), incluindo variáveis dependentes, o estudo procede para a investigação de relações de longo prazo.

### Escolha do Comprimento da Defasagem

O critério de seleção de defasagem de autorregressão vetorial (VAR) foi aplicado para confirmar o comprimento da defasagem e o melhor modelo de estimativa. O critério de seleção é importante na redução dos problemas de correlação residual. Os resultados do critério de seleção VAR é apresentado na Tabela 4.

**Tabela 4 - Resultados do critérios de seleção de ordem por atraso VAR**

Atraso	Log L	LR	FPE	AIC	SIC	HQIC
0	13,5006	NA	4.40e-07	-0.4474	-0.2319	-0.3707
1	96.6550	140.0494*	2.09e-08*	-3.5081	-2.2153*	-3.0481*
2	121.5220	35.3373	2.26e-08	-3.5011	-1.1309	-2.6578
3	141.9897	23.6994	3.48e-08	-3.2627	0.1849	-2.0360
4	180.4015	34.3684	2.61e-08	-3.9685	0.5564	-2.3585
5	215.3523	22.0741	3.55e-08	-4.4922*	1.1100	-2.4989

Notas: \* Indica a ordem por atraso selecionada pelo critério  
 LR: Estatísticas do teste sequencial LR modificado (cada teste a um nível de 5%)  
 HQIC: Critério de informação Hannan-Quinn  
 FPE: Erro de Preditor Final  
 AIC: Critério de informação Akaike  
 SIC: Critério de informação Schwarz

Fonte: Cálculos realizados pelos autores (2024).

Com base nos resultados do VAR, uma defasagem de 5 é a mais apropriada, uma vez que reportou o valor mínimo. O modelo de estimativa a partir de Critério de Informação Akaike (AIC) foi o preferido, pois tinha o valor mais baixo quando comparado com outros critérios de estimativa.

### Teste de Cointegração

O teste de cointegração *F-Bounds*, introduzido por Pesaran et al. (2001), foi utilizado para explorar a cointegração ou relação de longo prazo entre as variáveis do estudo. A tabela 5 apresenta os resultados do teste de cointegração *F-Bounds*.

**Tabela 5 - Resultados dos testes de F-Bounds**

Narayan	Valor	Nível de Significância	Valores críticos dos limites (Bounds Critical values) <sup>5</sup>	
Estatísticas-F  K	6.4905  4		I(0)	I(1)
		1%	3.74	5.06
		5%	2.86	4.01
		10%	2.45	3.52

*Nota: hipótese nula: sem nível de relação.*

Fonte: Narayan (2004).

Considerando que a Estatística-F (6,49) é maior que o maior limite de valores críticos (4,01), a cointegração pode ser confirmada. Com base no que foi encontrado, o estudo procedeu para a estimação da relação de longo prazo.

## Resultados empíricos

Após a confirmação da relação de cointegração do painel de longo prazo entre a amostra de dados, o estudo estimou os coeficientes de longo prazo e curto prazo do modelo ADRL escolhido (1, 2, 4, 5, 2) com base nos Critérios de Informação Akaike (AIC).

### *Resultado da Forma de Longo Prazo do ARDL*

Os resultados da regressão de longo prazo dos efeitos da inovação tecnológica em IED são mostrados na Tabela 6.

<sup>5</sup> Em português: Limites de Valores Críticos.

**Tabela 6 - Resultados no Longo Prazo**

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	Estatísticas-T	Probabilidade
IED	1.6842	0.4092	4.1154***	0.0006
HUM	0.7725	0.2768	2.7906**	0.0117
TOP	-11.9049	3.0447	-3.9099***	0.0009
PIB	-16.1535	5.5086	-2.9324***	0.0085
Cons	69.3713	29.4836	2.3528**	0.0296
Problemas Econométricos		Teste	Estatísticas-F	Probabilidade
Correlação em Série		Breusch-Godfrey LM	1.3947	0.2852
Erro de Especificação do Modelo		Teste de Reset de Ramsey	48.1296	0.0000
Heterocedasticidade		Breusch-Pagan-Godfrey	1.1477	0.3834
Qualidade do Ajuste		R-Quadrado	0.7814	

Nota: \*  $p < 0,1$ , \*\*  $p < 0,05$ , \*\*\*  $p < 0,01$  são níveis de significância, nos quais a hipótese nula é rejeitada. Variável dependente: TEC.

Fonte: Cálculos realizados pelos autores (2024).

O investimento estrangeiro direto parece exercer um efeito positivo e significativo na adoção de tecnologia e no crescimento da inovação. O estudo identificou uma relação positiva entre investimento estrangeiro direto e inovação tecnológica no Quênia. Especificamente, o resultado mostra que, à medida que o IED aumenta em 1% no longo prazo, a inovação tecnológica aumentará em média 1,68%. À medida que o Investimento Estrangeiro Direto (IED) aumenta, o estoque de tecnologia e inovação tende a aumentar no Quênia por meio de efeitos colaterais. Maior entrada de IED trará mais inovação e estimulará o avanço tecnológico. Isso implica que, por meio de experiências de aprendizado fornecidas por vínculos de fornecimento e licenciamento de tecnologia, as empresas nacionais adotam técnicas avançadas e práticas de gestão empregadas por empresas de propriedade estrangeira e operadas por estrangeiros. Por meio de *joint ventures*, acordos de licenciamento e colaborações com parceiros locais, o IED facilita a difusão de conhecimento e habilidades, contribuindo assim para a absorção de tecnologia e inovação no Quênia (Wanjere 2022). Conforme capturado na literatura teórica, a competição e o efeito de transbordamento originados da entrada de IED influenciarão a transferência tecnológica e o desempenho das inovações no Quênia. Nossos resultados de pesquisa são semelhantes aos de Ali *et al.* (2023) sobre os Estados dos BRICS, e Li (2023) sobre China. No entanto, nossas

descobertas contrastam com o estudo Adikari *et al.* (2021), no Sri Lanka, que relatou uma relação negativa.

A partir dos resultados, à medida que o capital humano aumenta, a adoção e o estoque de inovação tecnológica tendem a crescer. O aumento na formação de capital humano em 1% levará a um aumento na inovação tecnológica em 0,77%. Este resultado implica que a educação e o desenvolvimento do capital humano têm um papel substancial na melhoria da adoção de novas tecnologias e no desenvolvimento subsequente de novas inovações. As descobertas concordam com um estudo semelhante de Li (2023) na China. A dotação de capital humano dos países anfitriões influenciará a absorção tecnológica e as inovações subsequentes.

A abertura comercial dificultou a inovação tecnológica no Quênia. Um aumento na abertura comercial em 1% reduziu a inovação tecnológica em 11%. Li *et al.* (2021) argumentaram que o modo de comércio dominado por produtos primários levaria muitas empresas a reduzir os custos de produção empregando mão de obra barata, resultando em um declínio na atenção das empresas à inovação tecnológica. Considerando que o Quênia é um grande exportador de produtos primários, ele pode ser afetado por flutuações de preços e atividades de alta intensidade de mão de obra. Este resultado contrasta com um estudo semelhante de Ali *et al.* (2023), que relatou uma relação positiva. O comércio pode impulsionar as inovações por meio da transferência de tecnologia, transferência de mão de obra, competição, crescimento econômico e melhoria da produtividade total. O aumento do volume de comércio tende a estimular o avanço da inovação tecnológica.

À medida que o país experimenta crescimento econômico (PIB), o estoque de tecnologia e inovações tende a diminuir. Isso implica que o aumento no crescimento do PIB em 1% reduz a inovação tecnológica em 16%. Em sua forma atual, o crescimento econômico pode dificultar o progresso tecnológico (por meio do aumento dos retornos de escala, reduzindo a taxa de inovação) (Ayres 1996). As restrições da meta de crescimento econômico do governo inibem significativamente a inovação tecnológica nas empresas. Os resultados estão alinhados com o estudo de Ayres (1996), no entanto, contrastam com os achados de Ali *et al.* (2023) nos países BRICS.

### **Resultado da Forma de Curto Prazo do ARDL**

A Tabela 7 abaixo apresenta os resultados das estimativas de curto prazo.

**Tabela 7 - Resultados de curto-prazo**

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	Estatísticas-t	Probabilidade
$\Delta$ IED	0.6980	0.1648	4.2335***	0.0004
$\Delta$ HUM	0.0224	0.1093	0.2056	0.8392
$\Delta$ TOP	-3.5398	2.0397	-1.7354*	0.0988
$\Delta$ PIB	20.3672	9.3062	2.1885**	0.0413
$\Delta$ ECT <sup>6</sup>	-0.9683	0.1544	-6.2677***	0.0000
Cons	69.3713	11.0613	6.2715***	0.0000
Problemas Econométricos		Teste	Estatísticas-F	Probabilidade
Correlação em Série		Breusch-Godfrey LM	1.3947	0.2852
Erro de Especificação do Modelo		Teste Ramsey RESET	48.1296	0.0000
Heterocedasticidade		Breusch-Pagan-Godfrey	1.1477	0.3834
Qualidade do Ajuste		R-Quadrado	0.7647	
Nota: * $p < 0,1$ , ** $p < 0,05$ , *** $p < 0,01$ são níveis de significância, nos quais a hipótese nula é rejeitada. Variável dependente: TEC.				

Fonte: Cálculos realizados pelos autores (2024).

Com base no resultado da Tabela 7, o resultado de curto prazo para a relação entre o IED e inovação tecnológica é o mesmo. À medida que o fluxo de IED aumenta em média, a inovação tecnológica crescerá. O fluxo de IED avança a difusão de conhecimento, práticas de gestão e tecnologias avançadas (Wanjere 2022). As descobertas concordam com estudos empíricos anteriores de Wanjere (2022) no Quênia, Ali *et al.* (2023) estudo nos estados do BRICS e Li (2023) na China. No entanto, o mesmo contrato de estudo Adikari *et al.* (2021) estudo no Sri Lanka que concluiu que o IED é prejudicial ao avanço tecnológico.

Os resultados da Tabela 7 mostraram que o desenvolvimento de capital humano de curto prazo pode não ter muita influência nas inovações tecnológicas. Isso pode ser atribuído à qualidade da educação oferecida no Quênia e à falta de investimentos adequados no setor educacional. Além disso, os efeitos do setor educacional tendem a apresentar longos períodos de defasagem (Mose 2023). No entanto, de acordo com a literatura, o capital humano impulsiona a difusão e a adoção eficiente de novas tecnologias (Li 2023). As descobertas de curto prazo contrastam com os resultados de longo prazo.

<sup>6</sup> ECT: Coeficiente do termo de correção de erro.

O resultado da regressão confirma que, assim como no longo prazo, o efeito da abertura comercial sobre a inovação tecnológica é negativo e significativo. De acordo com Li *et al.* (2021), isso pode ser atribuído ao setor de produção do Quênia ser dominado por produtos primários que levam muitas empresas a reduzir os custos de produção empregando mão de obra barata, resultando em menor atenção à inovação tecnológica. No entanto, esses achados contrastam com os resultados de Ali *et al.* (2023).

O aumento do crescimento econômico levará ao avanço nas inovações tecnológicas. Este resultado contradiz os resultados de longo prazo. O crescimento econômico envolve a utilização de novas tecnologias para descobrir novas ideias e melhorar a produtividade. O aumento da produção significa um maior investimento em tecnologia de ponta, impulsionando a demanda por inovação. Esses resultados estão alinhados com estudos empíricos de Ali *et al.* (2023), mas, ao mesmo tempo, contradizem aqueles de Ayres (1996) nos Estados-membros do BRICS.

A variável constante foi positiva e significativa tanto no curto quanto no longo prazo, indicando que determinantes não observáveis, fora do modelo, incentivam a inovação tecnológica no Quênia. Essas descobertas mostram que o valor do coeficiente geral de determinação (0,76) é suficientemente alto, o que significa que os regressores explicam cerca de 76% das variações no desenvolvimento da inovação tecnológica enquanto o percentual restante é explicada por outros fatores aleatórios não observáveis capturados pelo termo de erro, que também estimulam inovação. Além disso, o resultado do teste de diagnóstico nos diz que o modelo está livre de problemas de autocorrelação e heterocedasticidade, garantindo que as estimativas dos coeficientes de regressão sejam consistentes e eficientes, e que os erros padrão sejam não tendenciosos.

O coeficiente do termo de correção de erro (ECT) foi significativo e teve um sinal negativo apropriado (-0,9683). Isso implica que a velocidade de ajuste de volta ao equilíbrio é de cerca de 0,9683, o que significa que qualquer desequilíbrio ou choque que a economia será capaz de corrigir cerca de 96% no ano atual e, portanto, levará cerca de um ano para voltar ao equilíbrio após qualquer choque. Isso significa que no Quênia qualquer desequilíbrio existirá por um curto período. O ECT significativo confirmou a relação de longo prazo entre variáveis independentes e dependentes. Além disso, a causalidade de longo prazo do modelo e o coeficiente do termo de correção de erro (ECT) são significativamente negativos.

## Teste de Causalidade de Granger

O teste de causalidade bivariado<sup>7</sup> foi adotado para testar a relação de curto prazo entre o IED e inovações tecnológicas. A Tabela 8 mostra o resultado do teste de causalidade de Granger.

**Tabela 8 - Resultados dos testes de causalidade bivariada**

Direção	Estatísticas-F	Valor-P	Status
IED → TEC	2.71073**	0.0374	Causalidade unidirecional
TEC → IED	0.10110	0.9956	

Fonte: Cálculos realizados pelos autores (2024).

Foi detectada uma relação unidirecional do IED para a inovação tecnológica. Isso implica que, à medida que o influxo de IED aumenta, as inovações tecnológicas também tendem a crescer. À medida que o influxo do IED aumenta, em média, a inovação tecnológica crescerá no curto prazo. O influxo de IED facilita a difusão de conhecimento, das práticas de gestão e das tecnologias avançadas (Wanjere 2022).

## Conclusão

Embora o efeito do Investimento Estrangeiro Direto (IED) no crescimento econômico tenha recebido muita atenção, sabe-se menos sobre o efeito do IED nas inovações tecnológicas nos países anfitriões. Em consonância com esse argumento, o estudo analisou como o IED promove inovações tecnológicas no Quênia no período de 1980 a 2022. O estudo empregou métodos econométricos avançados, como teste de raiz unitária, cointegração, critério de comprimento de defasagem e abordagem de estimativa de *Autoregressive Distributed Lag (ARDL)*. O resultado do estimador ARDL indica que o aumento do IED e da formação de capital humano leva ao aumento da inovação tecnológica no Quênia. Em contraste, a abertura comercial e o crescimento econômico têm efeitos negativos significativos na inovação tecnológica no longo prazo. Além disso, existe uma relação causal unidirecional entre o IED e a inovação tecnológica. Concluindo, o IED tem o potencial de desempenhar um papel transformador na jornada do Quênia em direção a se tornar uma economia impulsionada pela tecnologia.

<sup>7</sup> No original: *pairwise*.

Como resultado, o IED desempenha um papel substancial na expansão das inovações tecnológicas no Quênia. Ao adotar políticas e estratégias proativas que aproveitem os benefícios do IED, o Quênia pode se posicionar como um centro de inovação, empreendedorismo e excelência tecnológica na região. Para maximizar os benefícios do IED para o crescimento tecnológico, é essencial que o Quênia crie um ambiente propício que atraia investimentos, promova a inovação e construa capital humano. Ao implementar políticas que melhorem o clima de investimento, fortaleçam a capacidade institucional, promovam pesquisa e desenvolvimento, apoiem o desenvolvimento de capital humano e facilitem os transbordamentos de tecnologia, o Quênia pode alavancar o IED como um impulsionador do crescimento econômico sustentável e do avanço tecnológico. Melhorias no clima de investimento por meio de reformas políticas, fortalecimento institucional e desenvolvimento de infraestrutura são essenciais para maximizar os benefícios do IED para o desenvolvimento tecnológico e o crescimento de longo prazo.

O governo e as corporações multinacionais (MNCs) devem adotar os mecanismos de acordos de licenciamento, *joint ventures* e colaborações para aumentar a difusão do conhecimento. No Quênia, os esforços para melhorar a qualidade da educação, aprimorar o treinamento vocacional e promover o aprendizado ao longo da vida são essenciais para maximizar o impacto do IED no desenvolvimento tecnológico. Além disso, políticas que facilitam a mobilidade de trabalhadores qualificados e incentivam a troca de conhecimento entre empresas estrangeiras e nacionais podem fortalecer ainda mais as ligações entre o IED e o desenvolvimento do capital humano. Então, o nível de educação e o desenvolvimento do capital humano são muito importantes para estimular a absorção de tecnologia. O Quênia precisa melhorar a qualidade da educação e aumentar a acessibilidade a todos os cidadãos para melhorar a absorção da tecnologia. Este estudo é limitado ao Quênia, mas, o mesmo estudo poderia ser feito em outros grupos de países.

## REFERÊNCIAS

- Alfaro, L. 2017. "Multinational activity in emerging markets: How and when does foreign direct investment promote growth?" *Geography, location, and strategy* 36: 429-462. <https://doi.org/https://doi.org/10.1108/S0742-332220170000036012>.
- Alfaro, L., e Jasmina Chauvin. 2020. "Foreign direct investment, finance, and economic development". *Faculty & Research* 1: 231-258.

- Adikari, P., Haiyun Liu, e Samali Ayoma Marasinghe. 2021. "Inward Foreign Direct Investment-Induced Technological Innovation in Sri Lanka? Empirical Evidence Using ARDL Approach." *Sustainability* 13 (13): 7334. <https://doi.org/10.3390/su13137334>.
- Ali, N., Khamphe Phoungthong, Anwar Khan, *et al.* 2023. "Does FDI foster technological innovations? Empirical evidence from BRICS economies." *PLOS ONE* 18 (3): e0282498. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0282498>.
- Asongu, S., Uduak S. Akpan, e Salisu R. Isihak. 2018. "Determinants of foreign direct investment in fast-growing economies: evidence from the BRICS and MINT countries". *Financial Innovation*, 4 (1): 1-17. <https://doi.org/https://link.springer.com/article/10.1186/s40854-018-0114-0>
- Ayres, R. 1996. "Technology, progress and economic growth". *European Management Journal* 14 (6): 562-575. [https://doi.org/10.1016/S0263-2373\(96\)00053-9](https://doi.org/10.1016/S0263-2373(96)00053-9).
- Borensztein, E., José R. De Gregorio, e Jongwha Lee. 1998. "How does foreign direct investment affect economic growth?". *Journal of International Economics* 45 (1): 115-135.
- Chan, S.G., Wai-Mun Har, Kanagi Kanapathy, Saban Celik, e Bora Aktan. 2023. "Country-of-origin effects on technology transfer in foreign direct investment". *The Journal of International Trade & Economic Development* 33 (7): 1345-1370. <https://doi.org/https://doi.org/10.1080/09638199.2023.2262615>.
- Cheruiyot, D. G. 2022. "The role of technical and vocational education training on entrepreneurial development in South Rift region, Kenya". Tese, University of Kabianga. <http://ir-library.kabianga.ac.ke/handle/123456789/369>.
- Chesula, M. W., e James M. Kilika. 2020. "Strategic information technology and performance of telecommunication firms in Kenya". *International Journal of Scientific & Research Publications* 10 (12): 183-212. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.29322/IJSRP.10.12.2020.p10817>.
- Guimón, J., Cristina Chaminade, Claudio Maggi, e Juan Carlos Salazar-Elena. 2018. "Policies to attract R&D-related FDI in small emerging countries: Aligning incentives with local linkages and absorptive capacities in Chile". *Journal of International Management* 24 (2): 165-178. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.intman.2017.09.005>.
- Hansen, U. E., e Rasmus Lema. 2019. "The co-evolution of learning mechanisms and technological capabilities: Lessons from energy technologies in emerging economies." *Technological Forecasting and Social Change* 140: 241-257. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.techfore.2018.12.007>
- Ideue, K. 2018. Recent Trends in Foreign Direct Investment in Sub-Saharan Africa. Retrieved March 15: 43-64. [https://www.ide.go.jp/library/Japanese/Publish/Reports/Seisaku/pdf/2018\\_1\\_10\\_001\\_ch03.pdf](https://www.ide.go.jp/library/Japanese/Publish/Reports/Seisaku/pdf/2018_1_10_001_ch03.pdf)

- Kipchirchir, E., e Mose, Naftaly. 2024. "Foreign Direct Investment and Economic Growth in Kenya: A Comprehensive Analysis." *Asian Journal of Economics, Business and Accounting* 24 (2): 1–13. <https://doi.org/10.9734/ajebe/2024/v24i21215>
- Kotey, R. 2019. "Foreign direct investment and spillover effects in Africa: an empirical review." *International Journal of Science and Management Studies (IJSMS)*. <https://ssrn.com/abstract=3384231>
- Li, K.Y., Wen-Chao Gong e Beak-Ryul Choi. 2021. "The Influence of Trade and Foreign Direct Investment on Green Total Factor Productivity: Evidence from China and Korea". *J. Korea Trade*, 25 (2): 95–110. DOI: 10.35611/jkt.2021.25.2.95.
- Li, L. 2023. "The Impact of FDI on Technological Innovation: Empirical Analysis Based on Panel Data of 31 Provinces in China from 2010 to 2019", paper apresentado no Atlantis Highlights in Computer Sciences: Proceedings of the 2022 2nd International Conference on Public Management and Intelligent Society (PMIS 2022), Xishuangbanna, março 18-20. [https://doi.org/10.2991/978-94-6463-016-9\\_21](https://doi.org/10.2991/978-94-6463-016-9_21).
- Li, Q., Sunhae Lee, e Sae Woon Park. 2020. "The effect of inward and outward foreign direct investment on regional innovation performance: Evidence from China". *Global Business & Finance Review (GBFR)* 25 (1): 65-88. <https://doi.org/https://doi.org/10.17549/gbfr.2020.25.1.65>.
- Liang, F. H. 2017. "Does foreign direct investment improve the productivity of domestic firms? Technology spillovers, industry linkages, and firm capabilities." *Research Policy* 46 (1): 138-159. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.respol.2016.08.007>
- Mose, N. 2023. "The link between human capital formation and economic growth in East Africa". *Asian Journal of Economics, Business and Accounting* 23 (7): 49-55.
- Mungai, L. N. 2021. "The Role of Foreign Policy in Advancing Economic Interest in Africa: a Case Study of Kenya's Cultural Foreign Policy Pillar". Tese, University of Nairobi. <http://erepository.uonbi.ac.ke/handle/11295/160329>
- Narayan, P. K. 2017. "Reformulating Critical Values for the Bounds F- Statistics Approach to Cointegration: An Application to the Tourism Demand Model for Fiji". Monash University. <https://doi.org/10.4225/03/5938abda7b4ab>.
- Ndung'u, N. S. 2018. "Next steps for the digital revolution in Africa: Inclusive growth and job creation lessons from Kenya". *Africa Portal*. <https://africaportal.org/publication/next-steps-digital-revolution-africa-inclusive-growth-and-job-creation-lessons-kenya/>.
- Nizam, I., e Zubair Hassan. 2018. "The impact of good governance of foreign direct investment inflows: a study on the South Asia region". *International Journal of Accounting & Business Management* 6 (1): 66-79. <https://doi.org/10.24924/ijabm/2018.04/v6.iss1.66.79>.

- Odhiambo, N. M. 2022. "Foreign direct investment and economic growth in Kenya: An empirical investigation". *International Journal of Public Administration* 45 (8): 620-631. <https://doi.org/https://doi.org/10.1080/01900692.2021.1872622>.
- Okello, A. e Khadidiatou Gibba Badji. 2023. Foreign Direct Investment and Economic Growth in Kenya. Research project. Jonkoping University, Suécia. <http://hj.diva-portal.org/smash/get/diva2:1765942/FULLTEXT01.pdf>.
- Pesaran, M., Yongcheol Shin e Richard J. Smith. 2001. "Bounds Testing Approaches to the Analysis of Level Relationships". *Journal of Applied Econometrics* 16 (3): 289 – 326.
- Onyango, C. H. *Implications of Trade Facilitation on Foreign Direct Investments in Kenya*. Nairobi: Kenya Institute for Public Policy Research and Analysis. 2017. <https://repository.kippira.or.ke/handle/123456789/2218>.
- Qamruzzaman, M. 2023. "Nexus between environmental qualities, institutional quality and FDI inflows in Lower-income Countries". *World Journal of Advanced Research and Reviews* 18 (3): 321-345. <https://doi.org/https://doi.org/10.30574/wjarr.2023.18.3.1045>.
- Read, R., Hillary Ingham, e Shima Elkomly. 2021. "The Impact of Foreign Technology & Embodied R&D On Productivity in Internationally-Oriented & High Technology Industries in Egypt, 2006-2009." *Journal of Industry, Competition and Trade* 21 (2): 171-192. <https://doi.org/https://doi.org/10.1007/s10842-020-00349-x>.
- Singh, S. 2019. Foreign Direct Investment (FDI) Inflows in India. *Journal of General Management Research* 6 (1): 41-53.
- Te Velde, D. W. *Enhancing spillovers from foreign direct investment*. London: Supporting Economic Transformation (SET), 2019. <https://set.odi.org/fdi-spillovers/>.
- Thuita, G. W. 2017. "An investigation of the effect of tax incentives on the FDIs: a case of EPZs in Athi River Kenya". *Journal of Accounting, Finance and Auditing Studies* 3 (1): 17-36. <https://www.um.edu.mt/library/oar/handle/123456789/26996>.
- Wanjere, D. M. 2022. "Foreign Direct Investment, Absorptive Capacity, Business Environment and Performance of Manufacturing Firms in Kenya". Tese. University of Nairobi. <http://erepository.uonbi.ac.ke/handle/11295/162101>.
- Wei, Z., Botang Han, Xiuzhen Pan, Muhammad Shahbaz, e Muhammad Wasif Zafar. 2020. "Effects of diversified openness channels on the total-factor energy efficiency in China's manufacturing sub-sectors: Evidence from trade and FDI spillovers". *Energy Economics* 90: 104836. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.eneco.2020.104836>.

- Yang, Z., Yinghao Pan, Dongqi Sun, e Li Ma. 2022. "Human capital and international capital flows: evidence from China." *International Regional Science Review* 45 (1): 74-107. <https://doi.org/https://doi.org/10.1177/0160017621989421>.
- Yue, W. 2022. "Foreign direct investment and the innovation performance of local enterprises." *Humanities Social Sciences Communications* 9 (1): 252. <https://doi.org/10.1057/s41599-022-01274-6>
- Zhang, F., Guohua Jiang, e John A. Cantwell. 2019. "Geographically dispersed technological capability building and MNC innovative performance: the role of intra-firm flows of newly absorbed knowledge". *Journal of International Management* 25 (3): 100669. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.intman.2019.04.002>
- Zhang, W., e Chuanwang Sun. 2023. "How does outward foreign direct investment affect enterprise green transition? Evidence from China". *Journal of Cleaner Production* 428: 139331. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2023.139331>. dan.

## RESUMO

Este estudo examina o papel do influxo de investimento estrangeiro direto (IED) na inovação tecnológica no Quênia. O resultado pode ajudar o governo a formular políticas que atraiam o influxo de IED para promover novas tecnologias, inovação, conhecimento e influxo de capital financeiro. Para isso, utiliza a abordagem de estimativa *Autoregressive Distributed Lag (ARDL)* com dados de séries temporais de 1980 a 2022 para o Quênia. Os resultados indicam que o investimento estrangeiro direto e o capital humano levam a um aumento na inovação tecnológica a longo prazo. Por outro lado, a abertura comercial e o crescimento econômico impactam negativamente a inovação tecnológica a longo prazo. Além disso, o resultado indica que há uma relação causal, no sentido de Granger, entre o influxo de IED e a inovação tecnológica. O governo deve desenvolver políticas designadas para criar um ambiente propício para atrair investimento estrangeiro direto. As políticas devem se concentrar em encorajar *joint ventures* e colaborações com parceiros locais, incentivos específicos da indústria, promoções de investimentos e incentivos fiscais. Os influxos de IED trazem tecnologias avançadas, *know-how* gerencial e melhores práticas, que podem aumentar as capacidades inovadoras e a produtividade das empresas nacionais.

**PALAVRAS-CHAVE**

Investimento estrangeiro direto. Inovação tecnológica. Patentes.

*Recebido em 15 de agosto de 2024*

*Aceito em 25 de janeiro de 2025<sup>8</sup>*

*Traduzido por Isadora Vedana*

---

<sup>8</sup> Como citar: Mose, Naftaly, John Thomi, e Omonike Ige-Gbadeyan. 2024. "Influxos tecnológicos oriundos do Investimento Estrangeiro Direto no Quênia". *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 9 (18), 124-145, <https://doi.org/10.22456/2448-3923.141947>.

# IMPACTO SOCIOECONÔMICO DO SISTEMA FERROVIÁRIO NIGERIANO MODERNIZADO PELOS CHINESES

Olaoluwanike Comfort Ogunrinu<sup>1</sup>

Lemuel Ekedegwa Odeh<sup>2</sup>



## Introdução

As ferrovias na Nigéria remontam à época colonial, quando os europeus as construíram para promover seu envolvimento econômico. Após a independência, o sistema ferroviário da Nigéria quase colapsou até 1995, quando houve a tentativa mais eficiente de modernização com o apoio da China.

De fato, diversas intervenções foram feitas durante o regime militar para renovar a ferrovia nigeriana, mas nenhuma até agora foi tão impactante quanto a intervenção chinesa. O acordo China-Nigéria Railway de 1995, sob o comando do General Sani Abacha, concluiu cerca de 87% da reabilitação, o que se tornou um indicador nos anos seguintes de que a China poderia ser o investidor estrangeiro de que a Nigéria precisava para a modernização da ferrovia. Por meio de várias administrações desde 1999, a China se envolveu ativamente na modernização da ferrovia, o que aumentou enormemente o patrocínio da ferrovia na Nigéria. O aumento da conscientização sobre a ferrovia e o alto nível de patrocínio não só impulsionaram as atividades eco-

1 Departamento de História e Estudos Internacionais, Universidade de Ilorin. Ilorin, Nigéria. E-mail: nikcom247@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-7348-8738>.

2 Departamento de História e Estudos Internacionais, Universidade de Ilorin. Ilorin, Nigéria. E-mail: lemuelodeh@unilorin.edu.ng. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2618-1199>.

nômicas ao longo das regiões costeiras, mas também tiveram implicações positivas para o desenvolvimento.

Na Nigéria, a ferrovia é agora um meio de transporte comum em rotas onde há trânsito intenso. Nas regiões onde há linhas ferroviárias, muitas pessoas evitam a estrada para viajar de trem, sabendo que não terão atrasos em sua viagem. Gradualmente, o trem está se tornando um importante meio de transporte para trabalhadores e empresários que desejam cumprir seus horários. Por exemplo, os empresários que viajam pela via expressa Lagos-Ibadan têm evitado a estrada devido ao trânsito, optando, em vez disso, por vagões confortáveis com ambientes bem condicionados. O impacto das melhorias feitas pela China, embora tenha seus desafios, é louvável. A extensão atual da ferrovia Lagos-Ibadan é de 157 km, com bitola dupla e velocidade projetada de cerca de 200 km/h, com 10 estações. A *Nigerian Railway Corporation* (NRC) ganhou aproximadamente N1,08 bilhão (Naira nigeriano) com o patrocínio de passageiros no segundo trimestre de 2021, juntamente com um aumento na receita do serviço de frete, que subiu de N26 milhões para N71 milhões. Desde a modernização, o patrocínio do serviço ferroviário aumentou, com um total de 565.238 passageiros viajando de trem no primeiro trimestre de 2021 (Emewu 2021).

Depois de 1999, o envolvimento da China na ferrovia da Nigéria sofreu uma nova mudança. Houve uma enorme melhoria nos serviços de frete, o que ajudou muitas empresas a transportar seus contêineres e cargas pesadas pelo país sem medo de acidentes ou atrasos. Em meio a esses avanços, ainda há oportunidades de melhorias. No entanto, a questão que exige uma resposta séria é se a Nigéria tem a capacidade de sustentar a modernização e se a dependência contínua da China para esses serviços é segura. A China conseguiu fornecer à ferrovia nigeriana uma revisão completa por meio de financiamento proveniente do China EximBank, sob os auspícios da Iniciativa Nova Rota da Seda.

O desenvolvimento da ferrovia contribuiu economicamente para a Nigéria. Além da geração de receita, ele proporciona renda diária para alguns proprietários de pequenas empresas; ajuda, ainda, a contribuir para a estabilidade financeira das empresas que se beneficiaram dos serviços de frete; contribui para o crescimento econômico ao reduzir os custos de transporte, melhorar a logística e aumentar a movimentação de bens e pessoas; facilita o fluxo de matérias-primas, mercadorias e produtos para os mercados, impulsionando assim o comércio e estimulando a industrialização (Kemi 2022); e cria oportunidades de emprego diretamente no setor ferroviário, bem como indiretamente em setores relacionados, como manufatura, cons-

trução e serviços. Além do impacto econômico, a ferrovia também contribuiu para o desenvolvimento da infraestrutura, o que levou ao desenvolvimento ambiental. O desenvolvimento da infraestrutura muda a perspectiva geral da Nigéria, especialmente nos locais onde essas instalações estão presentes. A modernização da ferrovia contribuiu para a sustentabilidade ambiental e atenuou os impactos negativos do transporte sobre a qualidade do ar e o congestionamento. A modernização do sistema ferroviário da Nigéria tem o potencial de catalisar o crescimento econômico, fomentar o desenvolvimento regional, criar empregos, promover a sustentabilidade ambiental, aumentar a inclusão social e facilitar o intercâmbio cultural (Kemi 2022). No entanto, para obter esses benefícios, é essencial garantir o planejamento, o investimento, a governança e o envolvimento dos *stakeholders* no desenvolvimento e na operação da infraestrutura ferroviária.

O impacto da modernização desde a parceria da China com a Nigéria no acordo ferroviário tem sido louvável, pois registrou impactos socioeconômicos, entre outros, embora esses desenvolvimentos positivos não estejam isentos de desafios, especialmente com os stakeholders envolvidos no plano de modernização. Esses stakeholders incluem a *China Civil Engineering Construction Company* (CCECC) e a *Nigerian Railway Corporation* (NRC). Os subtítulos subsequentes examinarão criticamente os impactos e desafios identificados.

## História do compromisso ferroviário sino-nigeriano

A CCECC ganhou destaque em 1976 devido à execução do projeto da Ferrovia Tanzânia-Zâmbia, o maior projeto de ajuda econômica realizado pela China na África na década de 1970. Com a política de saída da China (como resultado de reformas econômicas) e o desejo de envolver suas empresas em contratos e construções internacionais, a presença de empresas chinesas, tanto estatais quanto privadas, começou a ser bastante sentida na África. Especificamente, a China entrou no setor ferroviário nigeriano em 1994, quando a Câmara de Comércio Chinesa foi fundada durante o governo do General Abacha (Brown 2006). O esforço do general Abacha foi bastante louvável ao melhorar gradual e constantemente esses laços bilaterais, assinando um contrato de cerca de US\$ 600 milhões em 1995 para reabilitar as ferrovias e aplicar material rodante e motores, embora o contrato tenha tido vida curta devido à falta de fundos do governo nigeriano (Oni e Okanlawon 2011). Assim, a CCECC ganhou destaque na Nigéria em 1995, quando o contrato foi concedido. O contrato foi uma espécie de “recompensa” pelo papel

desempenhado pela China quando o General Abacha estava enfrentando sanções dos países ocidentais.

Quando os Estados Unidos e os países europeus isolaram a Nigéria devido a seus abusos de direitos humanos, principalmente o enforcamento de Ken Saro Wiwa em 1995, juntamente com outros oito do Delta do Níger, a China, em sua maneira “habitual”, manteve a não interferência nos assuntos internos de outros Estados e não se manifestou para criticar o governo nigeriano. Essa postura atraiu o governo nigeriano para a China. Assim, o governo do General Sani Abacha fez uma reversão para o Oriente (Oni e Okanlawon 2011). A China tornou-se o parceiro “favorável” do governo nigeriano e, posteriormente, o contrato de reabilitação da ferrovia foi concedido à empresa estatal chinesa CCECC (Bukarambe 2001). A execução desse contrato não foi concluída. A reabilitação da ferrovia, que estava programada para ser concluída em quatro anos, foi posteriormente abandonada. Motivos como financiamento inadequado e o não desembolso de fundos pelo governo nigeriano foram citados tanto pelo governo nigeriano quanto pela empresa chinesa. Entretanto, o número de passageiros aumentou de 784.491 em 1994 para 2.889.977 em 1995 como resultado do projeto de reabilitação realizado pela CCECC, que começou em 1995 (Brown 2006).

Em 2002, após décadas de negligência, o governo do presidente Olu-segun Obasanjo encomendou uma visão estratégica de vinte e cinco anos para modernizar a rede ferroviária; essa visão foi alterada e ratificada novamente em 2012. O plano visava reabilitar e fazer a transição das rotas ferroviárias existentes para vias de bitola padrão de maior capacidade e conectar todos os trinta e seis principais estados e centros econômicos com novas redes ferroviárias (Onuoha 2013). Os esforços destinados a reabilitar o sistema ferroviário nigeriano para melhorar seu desempenho incluíram a cooperação técnica entre a *Nigerian Railway Corporation* e a *Rail India Technical and Economic Services* entre 1979 e 1982 e com a CCEC entre 1995 e 1999. Esses acordos concentraram-se na melhoria dos trilhos, na reabilitação de locomotivas, vagões e carroças existentes, bem como no fornecimento de peças novas e na reabertura de rotas anteriormente fechadas (Akinjide e Bello 2005). O projeto de reabilitação da China melhorou o setor ferroviário nigeriano.

## Teoria da dependência

Theotonio dos Santos (1971) acentuou a fase histórica das relações de dependência. Em sua definição, a dependência é uma condição histórica que

molda a estrutura da economia global de forma a favorecer certos países em detrimento de outros, limitando as oportunidades de desenvolvimento das economias subordinadas. Isso apresenta uma situação em que a economia de um determinado grupo de países é condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão de outra economia, à qual sua própria economia está sujeita. As forças externas que favorecem os países desenvolvidos incluem corporações multinacionais, mercados internacionais de *commodities*, assistência estrangeira e qualquer outro meio pelo qual os países industrializados avançados possam representar seus interesses econômicos no exterior. Portanto, essas forças externas que beneficiam os países desenvolvidos são os mesmos fatores que retardam o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, como a Nigéria. Logo, a teoria sugere que a presença do IED chinês retardou o progresso porque a Nigéria é vista como um mero depósito de matéria-prima usado para satisfazer os desejos da China às custas do desenvolvimento nacional.

Em essência, a teoria da dependência explica o subdesenvolvimento de algumas nações e como as interações entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos têm sido os fatores responsáveis pelo colapso econômico dos países do Terceiro Mundo. Assim, os teóricos da dependência explicam a desigualdade como consequência do imperialismo. Isso explica por que a Nigéria é vista como produtora de matérias-primas e depositária de mão de obra barata, sendo-lhe negada a oportunidade de comercializar seus recursos de forma a competir com a China. A China só vê a Nigéria como um lugar para atingir seus objetivos. Portanto, essa teoria explica em parte por que a Nigéria não é altamente desenvolvida, apesar de as condições necessárias estarem presentes. Além disso, a China não fez nenhum esforço determinado para desenvolver o país depois de satisfazer seus interesses.

Outro aspecto da teoria da dependência apresentada por Ferraro (1996) é o desvio de recursos, que não é mantido apenas pelo poder dos Estados desenvolvidos, mas também pelo poder das elites dos Estados dependentes. Os teóricos da dependência argumentam que essas elites mantêm uma relação de dependência porque seus próprios interesses privados coincidem com os interesses dos Estados dominantes. As elites de um Estado dependente estão conscientemente traindo os interesses dos pobres; as elites acreditam sinceramente que a chave para o desenvolvimento econômico está em seguir as prescrições da doutrina econômica liberal. Normalmente, os políticos e as elites nigerianas têm seus interesses envolvidos nos acordos que impediram o desenvolvimento da nação. Na verdade, essa teoria enfatiza a dependência dos países em desenvolvimento, como a Nigéria, em relação à China, devido ao melhor avanço tecnológico, à melhor prestação de servi-

ços e aos acordos “sem estresse”. Muitos argumentaram que a China usa a estratégia de infraestrutura para aumentar a dependência contínua da Nigéria em relação à China, deixando de lado o desenvolvimento no processo. É com esse argumento que essa teoria é considerada apropriada para esta pesquisa.

## Impacto econômico

Globalmente, é um fenômeno reconhecido que a modernização ferroviária contribui imensamente para o desenvolvimento de uma nação por meio de várias iniciativas e da exposição que ela traz. A modernização ferroviária contribui para o desenvolvimento econômico ao melhorar a infraestrutura de transporte, aumentar a conectividade e o comércio, gerar economia de custos, criar empregos, aumentar a produtividade, promover o desenvolvimento sustentável, estimular o desenvolvimento urbano e fomentar o crescimento do turismo. A modernização das ferrovias melhorou o desenvolvimento econômico da Nigéria. A Nigéria ainda tem um longo caminho a percorrer para renovar o setor ferroviário, mas, nesse meio tempo, a modernização afetou positivamente os cidadãos e muitas empresas em todo o país. De acordo com os registros do NRC, milhões de pessoas estão sendo transportadas semanalmente usando as instalações do trem e milhares de serviços de frete têm impulsionado a economia e a receita nacional. Muitos nigerianos veem a modernização como um sinal otimista de desenvolvimento e abraçam seu avanço. A seção a seguir examina diversas contribuições econômicas das ferrovias para a economia e os cidadãos nigerianos.

## Emprego nas áreas rurais e urbanas

Um dos aspectos mais importantes do impacto econômico da modernização da ferrovia é a criação de empregos. A modernização permite a diversificação das operações, o que abre espaço para oportunidades de emprego. A criação de empregos abrangeu as populações rurais e urbanas devido ao desenvolvimento que a ferrovia traz para o interior do país. Isso basicamente impulsionou a economia e gerou um padrão de desenvolvimento estável. Os principais *stakeholders* na modernização da ferrovia são a CCECC e a NRC. Essas duas organizações oferecem uma plataforma onde as pessoas podem ganhar seu sustento.

## ***CCECC e a criação de empregos***

Há uma grande, apreciável e notável contribuição de oportunidades de emprego criadas pela modernização das ferrovias da Nigéria. Zette (2005) afirma que a expansão e a melhoria da rede ferroviária criam mais empregos ao conectar centros de negócios e atividades de forma eficiente. A construção e a modernização das ferrovias levam a um aumento do capital humano, o que abre espaço para a criação de muitos departamentos que oferecem oportunidades de emprego às pessoas. Essas oportunidades abrangem diversos quadros: os que embarcam os passageiros, os que estão nas estações de trem, os faxineiros, o pessoal operacional, etc. A CCECC é um dos principais *stakeholders* na modernização do sistema ferroviário da Nigéria e, ao longo dos anos, criou várias oportunidades de emprego com base em seus compromissos.

A oportunidade de emprego no setor ferroviário abrange diversos stakeholders, inclusive a chinesa (CCECC) e a *Nigeria Railway Corporation*, que recrutam funcionários em diferentes níveis, desde mão de obra qualificada até não qualificada (Bello 2022). Há muitos artesãos empregados pela empreiteira chinesa, que não são nem mesmo contratados pela própria NRC. Os chineses têm a equipe técnica; esses são os consultores de todo o projeto. Essa equipe é composta pelo consultor nigeriano responsável pelos projetos de modernização ferroviária no país e por especialistas chineses que trabalham diretamente com o EximBank para fornecer os termos e condições de financiamento e a remessa anual de porcentagem ao EximBank. Há uma grande liga corporativa que supervisiona a atualização da modernização ferroviária na Nigéria, o que, por si só, aumentou a demanda de mão de obra, ampliando seu impacto econômico (Cheng 2022).

Os chineses empregam trabalhadores locais, especialmente nos locais onde estão localizadas as rotas dos trilhos. Os sistemas ferroviários modernos exigem manutenção e reparos regulares para garantir operações seguras e eficientes. Isso cria empregos para técnicos, mecânicos e trabalhadores de manutenção, tanto em depósitos ferroviários quanto em oficinas localizadas em várias regiões, aumentando as oportunidades de emprego. Além disso, em áreas de terras virgens, onde não há linhas ferroviárias, as empresas chinesas geralmente adquirem e limpam a terra, o que, na maioria dos casos, é feito pelos povos indígenas para lhes proporcionar um meio de renda diária (Cheng 2022). A empresa também contribui com a comunidade por meio de escolas, fornecimento de móveis e água. Há casos em que foram construídas clínicas para as comunidades, o que proporciona oportunidades de emprego para a equipe desses pequenos estabelecimentos. Isso dá

à comunidade mais poder de emprego. A modernização da ferrovia não beneficia apenas os moradores urbanos, até mesmo a população rural tem acesso às comodidades que vêm com a tração da modernização da ferrovia (Akor 2022). Normalmente, a empresa examina as necessidades peculiares da comunidade vizinha e procura meios pelos quais os povos indígenas da comunidade possam se beneficiar do projeto. Embora essas coisas devam ser de responsabilidade do governo, a empreiteira chinesa vê a necessidade de uma responsabilidade social corporativa para apoiar a comunidade e não agir como o governo (Bello 2022).

Além disso, os indígenas que possuem as terras onde os trilhos da ferrovia são colocados lutam para se adaptar à realidade da perda de suas terras, que poderiam ter sido usadas para a agricultura. A empresa também tenta garantir que eles sejam contratados para trabalhos braçais como compensação. Isso se torna difícil para muitos devido à conexão ancestral que têm com suas terras. Já existem tensões óbvias que esses projetos trazem, e é por isso que a empresa busca maneiras de garantir algum alívio dentro de suas possibilidades e acessibilidade (Cheng 2022). A empresa também tenta equilibrar o emprego oferecido entre as tribos para evitar conflitos. Por exemplo, durante o projeto Abuja-Kaduna, em que a rota passava principalmente por vilarejos, havia a necessidade de trabalhadores qualificados e não qualificados. O recrutamento foi aberto às comunidades e áreas vizinhas sem qualquer forma de discriminação, todos foram submetidos a um teste e os mais qualificados foram contratados para o projeto (Bello 2022).

Após o projeto Abuja-Kaduna, alguns trabalhadores qualificados foram transferidos para trabalhar na linha Lagos-Ibadan com base em suas habilidades, e alguns deles já são considerados parte da empresa. Alguns trabalhadores também foram enviados de Lagos para trabalhar na área de Kano-Kaduna. Desde que haja eficiência e eficácia, a empresa mantém os trabalhadores que estão dispostos a se deslocar. Entretanto, os trabalhadores frequentemente recusam transferências do sudoeste para o norte, afirmando que não querem trabalhar no norte devido a vários desafios de segurança (Bello 2022).

A empresa também tem um esquema chamado “*catch them young*”. Os alunos do último ano de algumas universidades nigerianas são levados para conhecer o que a empresa faz e são questionados sobre sua disposição de trabalhar na empresa após a formatura. Isso foi feito em 2015. Alguns aceitaram, enquanto outros exigiram saber quanto a empresa está disposta a pagar, deixando claro que não estavam dispostos a trabalhar de graça; caso contrário, disseram que prefeririam trabalhar para uma empresa de petró-

leo que provavelmente pagaria melhor. A CCECC, ao longo dos anos, tem feito um esforço conjunto para garantir a criação de empregos por meio da modernização da ferrovia na Nigéria, especialmente por meio do envolvimento de estudantes universitários. O foco da empresa foi além daqueles que têm inclinação para a engenharia, incluindo o direito e todos os outros departamentos relevantes para a empresa. Esse é outro método que a empresa usa para incluir os nigerianos (King 2022).

Além disso, a empresa (CCECC) é regulamentada pelo Ministério de Relações Exteriores da Nigéria em relação ao número de expatriados, intérpretes e cozinheiros (os chineses são bastante rígidos com a alimentação, comem apenas o que estão acostumados, daí a necessidade de seus próprios cozinheiros). Todas essas são normas que servem de controle, porque deve haver nigerianos trabalhando com os chineses (isso faz parte das normas e especificações do ministério). Todo projeto tem especificações de força de trabalho; o número de especialistas chineses e nigerianos depende do projeto. Em virtude da exposição e dos anos de experiência, alguns nigerianos, embora muito poucos, conseguiram se tornar especialistas por meio de observações e treinamento (King 2022). Trabalhar em estreita colaboração com os expatriados chineses tem suas implicações, pois até mesmo os nigerianos se tornam especialistas, embora na maioria dos casos essas não sejam iniciativas deliberadas da empresa chinesa (Bello 2022). De acordo com a documentação acessada na embaixada chinesa em Abuja, somente a ferrovia Lagos-Ibadan empregou 20.000 pessoas. A CCECC também organiza sessões de treinamento para contribuir com o cultivo de talentos para a modernização ferroviária da Nigéria (Embassy of the People's Republic of China in the Federal Republic of Nigeria 2023).

### ***Nigerian Railway Corporation e a criação de empregos***

A *Nigerian Railway Corporation* é outro *stakeholder* do setor ferroviário. A corporação atua como usuária final depois que os chineses cuidam de vários projetos após a conclusão. A modernização, ao longo dos anos, aumentou a ampla gama de operações da corporação, de trabalhadores qualificados a trabalhadores não qualificados. A corporação tem experimentado um crescimento em recursos humanos desde 1995. A NRC frequentemente emprega indígenas para garantir que os trilhos não sejam adulterados ou roubados, um trabalho semelhante ao policiamento comunitário para impedir o vandalismo. A atualização dos sistemas ferroviários exige a fabricação e o fornecimento de novos trens, locomotivas, equipamentos de sinalização e outros componentes. Isso estimulou os setores de manufatura, proporcionando empregos em

fábricas e empresas da cadeia de suprimentos localizadas em áreas rurais e urbanas. A NRC tem uma extensa cadeia operacional, que inclui funcionários nas áreas urbanas e rurais, bem como funcionários contratados e em tempo integral (Kolawole 2022).

Para garantir a segurança dos trilhos, a corporação tem “delatores” em várias comunidades para alertar a corporação sempre que houver vandalização ou tentativa de invasão dos trilhos. Eles também informam à corporação quando há obstáculos nos trilhos para evitar acidentes. A atualização e a modernização da ferrovia levaram a um aumento na força de trabalho da Corporação. Por exemplo, toda infraestrutura criada pelo setor ferroviário precisa de gerentes de instalações e de vários funcionários para fazer a manutenção das instalações. O avanço no ICT da corporação ferroviária também aumentou o número de funcionários necessários para evitar falhas. Mais do que nunca, as corporações agora precisam de faxineiros e outros trabalhadores não qualificados para manter as instalações operacionais (Idiat 2022).

### ***Receita gerada por frete e transporte***

A modernização da ferrovia levou a um aumento nos serviços de frete, estabelecendo uma ligação vital entre o porto e a ferrovia, acelerando assim o fluxo de mercadorias de importação e exportação, aliviando o congestionamento do porto e contribuindo significativamente para o crescimento do maior porto da Nigéria, o Porto de Lagos Apapa (Ogochukwu *et al.* 2022). Mais empresas foram atraídas para o transporte ferroviário desde a atualização e a modernização. A ferrovia de alta velocidade teve um impacto significativo na movimentação e concentração de negócios industriais, bem como na força de trabalho secundária (Mohammed 2021). O impacto econômico da rede ferroviária incentivou a movimentação e a concentração de empresas e funcionários. A introdução da ferrovia de alta velocidade ampliou o caminho para a circulação da produção e a demanda de interação dos fluxos de fatores entre as unidades urbanas e rurais, afetando a tendência de distribuição das empresas.

Uma das formas mais eficientes de transportar grandes suprimentos de commodities, produtos manufaturados e obter economias de escala para o transporte de passageiros é a ferrovia (Rodrigue e Comtois 2013). A *Associated Port & Marine Development Company* tem parceria com a NRC para operar um sistema de transporte ferroviário de carga eficiente e de classe mundial na Nigéria. O objetivo da parceria é descongestionar o sistema portuário nigeriano, reduzindo o tempo de entrega aos usuários finais e economizando custos de entrega de carga. Com o aprimoramento do intercâmbio eletrônico

de dados, o relatório em tempo real do contêiner, o relatório direto para a linha e muitos outros serviços aumentaram, gerando receita.

De acordo com Rodrigue e Comtois, o transporte ferroviário tem desempenhado um papel crucial no desenvolvimento econômico em termos de aprimoramento da tecnologia de transporte terrestre e de mudanças positivas na movimentação de cargas e passageiros. A ferrovia pode transportar recursos minerais pesados, melhorando o desempenho econômico por meio do aumento da produtividade e da melhoria da distribuição (Rodrigue e Comtois 2013). Além disso, ao transportar cargas pesadas a granel por longas distâncias, o transporte ferroviário reduz os custos comerciais e de produção. Consequentemente, são obtidas economias de escala (em tonelada transportada), enquanto o uso do transporte rodoviário é limitado.

A segurança da ferrovia e seus meios de operação quase previsíveis aumentaram o patrocínio. Muitas empresas com tarefas pesadas veem a necessidade de reduzir custos usando o serviço de frete ferroviário. Muitas vezes, as empresas estão dispostas a pagar um prêmio pela entrega rápida de suas mercadorias, gerando assim uma receita adicional para o NRC. Além das deduções no segundo trimestre de 2021, o NRC gerou 1,18 bilhão, o que representa um aumento significativo na receita (Lawrence 2022).

As ferrovias modernizadas aumentaram a confiabilidade e a pontualidade, reduzindo o risco de atrasos e os custos associados para as empresas de frete. Essa confiabilidade atraiu mais negócios de remetentes que buscam opções de transporte confiáveis. As operadoras ferroviárias (NRC) negociam contratos de longo prazo com empresas de transporte de cargas, proporcionando-lhes um fluxo de receita previsível por um longo período. Esses contratos geralmente oferecem descontos por volume ou outros incentivos para estimular as empresas a se comprometerem a usar os serviços ferroviários (Lawrence 2022). Muitos afirmaram que o tempo previsível fez com que as empresas aderissem ao serviço nos últimos tempos. De fato, tanto como meio de transporte quanto de frete, muitas empresas usam trens devido à sua segurança e à capacidade de transportar cargas pesadas.

### ***Proprietários de pequenas empresas***

O transporte ferroviário causou vários graus de impacto no desenvolvimento dos países onde existe. As linhas férreas se tornaram zonas de atividade econômica, servindo como pontos focais para a expansão de assentamentos e para a entrada e saída de produtos econômicos (Kolars e Malin 1970). Em várias paradas de trem, há comerciantes e vendedores ambulantes

expondo seus produtos na esperança de que os passageiros que desembarcam do trem ou que esperam o trem frequentem seus negócios. Alguns dos comerciantes afirmaram que esse é seu principal meio de subsistência e que, com o aumento do número de passageiros, seus negócios também cresceram significativamente. Nessas várias paradas, há pessoas vendendo lanches, bebidas, alimentos e todo tipo de coisas que eles acreditam que os passageiros possam precisar.

Em termos de economia, as ferrovias desempenham um papel importante na integração de mercados e no aumento do comércio. As ferrovias facilitam todas as formas de desenvolvimento local, fornecendo acesso a pessoas, informações e oportunidades de emprego. Para alguns dos vendedores ambulantes, a rotina diária da estação oferece uma base de clientes garantida enquanto o serviço de trem estiver ativo (Arike 2021). O dinheiro que ganham diariamente é usado para alimentar a família e pagar as mensalidades escolares e o bem-estar geral dos filhos (Hikmat 2021). Eles usam a programação previsível do serviço de trem a seu favor, preparando-se todos os dias para atender às necessidades dos clientes. Alguns passageiros de trem também conseguem fechar contratos comerciais com outros passageiros que encontram a bordo após conversas casuais.

A infraestrutura de transporte aproxima as empresas de uma base maior de clientes e de um grupo maior de trabalhadores, o que pode estimular a contratação e o investimento por parte das empresas locais. A atualização e a modernização da ferrovia também criaram um meio de subsistência diário para os motoristas que vêm buscar passageiros na estação de trem. Por exemplo, a estação de Ibadan fica longe da cidade, então a estação de trem fica cheia de muitos motoristas comerciais esperando passageiros para transportar até a cidade. Isso proporciona uma fonte de renda significativa para esses motoristas; eles são gratos por terem um lugar para onde ir diariamente e se sentem seguros de que terão patrocínio (Lalekan 2021).

## *Turismo*

Para algumas pessoas e famílias, a experiência do trem é única. Para alguns, é uma oportunidade de conhecer melhor a Nigéria e apreciar a beleza da natureza em um ambiente muito confortável no trem (Kim 2021). Isso gerou receita devido ao aumento do patrocínio da ferrovia (Lawrence 2022). A ferrovia como forma de turismo busca aprimorar as experiências de viagem, incluindo a nostalgia, o senso de história e a autenticidade. Além disso, no cenário de viagens experienciais, ela oferece serviços que atendem às expectativas dos viajantes. O patrimônio ferroviário atrai tanto as gerações

mais jovens quanto as mais velhas em busca de novas experiências ou em busca de nostalgia. A capacidade do marketing de aproveitar o entusiasmo das pessoas por novas experiências aumentou a atratividade do patrocínio ferroviário (Kim 2021). As pessoas adoram viajar porque a viagem tem uma utilidade inerente notável. As experiências de viajar em um trem a vapor se tornaram uma atração, e a viagem gera entusiasmo. Muitos optam pelos novos vagões para experimentá-los em primeira mão. Os vagões são modernos e projetados com instalações que oferecem aos passageiros conforto e prazer de viajar. Todos os vagões têm ar-condicionado e janelas escurecidas. Isso de fato levou a um aumento na preferência das pessoas pelo uso do trem como meio de transporte. A ferrovia turística estimula o mercado ferroviário ao enfatizar tanto os valores do patrimônio ferroviário quanto a qualidade da experiência de viagem.

### ***Investimento em ferrovias e sua melhoria no PIB***

Uma rede de infraestrutura, que vai de estradas e pontes a ferrovias e portos de carga, bem como redes elétricas e provisão de internet, desempenha um papel fundamental no crescimento e na prosperidade de todas as nações. Ela também melhora o bem-estar social e econômico das famílias. Estudos demonstraram que uma infraestrutura acessível e de qualidade aumenta o crescimento econômico tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento. A melhoria da conectividade ferroviária promove o turismo, facilitando a viagem das pessoas para vários destinos. Além disso, estimula o desenvolvimento nas regiões ao longo das linhas ferroviárias, impulsionando as economias locais e contribuindo para o crescimento do PIB. O transporte ferroviário é, em geral, mais eficiente em termos de energia e ecologicamente correto em comparação com o transporte rodoviário. O aumento do investimento em ferrovias levou a uma mudança modal do transporte rodoviário para o ferroviário, resultando na redução das emissões de carbono e dos danos ambientais, o que tem efeitos positivos de longo prazo sobre o PIB ao mitigar os custos associados à degradação ambiental (Pedroni e Canning 2004).

### ***Harmonização social***

A modernização da ferrovia aumentou o número de pessoas que a utilizam como meio de transporte. Também aumentou a interação socio-cultural, o que, por si só, tem impacto no desenvolvimento nacional. O uso das ferrovias aproxima pessoas de diferentes culturas e tribos, promovendo

o engajamento e a interação. As pessoas encontram tópicos em comum para discutir enquanto estão no trem, tornando a viagem mais tranquila. O espanto causado pelas modernas instalações dos vagões ferroviários incentiva a interação das pessoas. Isso também desenvolve uma visão nacionalista e ajuda a promover o interesse nacional, de modo que as pessoas se vejam como uma só enquanto estão no trem (Kim 2021).

O objetivo comum é chegar aos destinos com uma viagem tranquila. As ferrovias modernizadas na Nigéria melhoram a conectividade, tornando o transporte mais acessível a um segmento mais amplo da população. Essa acessibilidade levou a uma maior inclusão social, permitindo que pessoas de diferentes origens tivessem acesso mais fácil à educação, à saúde, a oportunidades de emprego e a atividades culturais. As redes ferroviárias facilitam o intercâmbio cultural ao permitir viagens mais fáceis entre regiões e países. Isso promove a compreensão, a tolerância e a apreciação de diversas culturas, fomentando, em última análise, a coesão e a harmonia social. A modernização das ferrovias tem um impacto multifacetado na harmonia social ao melhorar a acessibilidade, fomentar o desenvolvimento econômico, promover a sustentabilidade ambiental, reduzir o congestionamento, facilitar o intercâmbio cultural, aumentar a segurança e a proteção e promover o envolvimento e a participação da comunidade. Esses benefícios contribuem para a criação de sociedades inclusivas, resilientes e coesas, onde as pessoas podem prosperar e viver harmoniosamente juntas. As subseções subsequentes examinam as várias contribuições da modernização das ferrovias para a harmonização social em todo o país.

### ***Trabalho em rede***

O trem é um dos melhores meios de interação social. Sentar-se com as pessoas por um período de horas lhe dá a chance de conversar, o que proporciona a oportunidade de fazer contatos. Os passageiros geralmente conversam com outros viajantes durante a viagem, seja uma conversa fiada, o compartilhamento de experiências ou a discussão de interesses comuns, as viagens de trem oferecem oportunidades para a formação de redes sociais entre os passageiros. Apenas por sentar-se ao lado de alguém no trem e perder tempo com conversas, podem ser feitas conexões que levam a oportunidades de negócios. Com o passar do tempo, alguns passageiros confirmaram como uma conversa no trem levou a um contrato significativo, como trabalhos de maquiagem, que mais tarde trouxeram indicações adicionais (Obisesan 2021).

Os passageiros podem compartilhar suas atualizações de viagem, fotos e experiências em plataformas como Twitter, Facebook e Instagram,

usando hashtags específicas relacionadas à ferrovia ou à viagem de trem. Isso também aumentou a conscientização e promoveu a modernização e os serviços ferroviários na Nigéria. As viagens de trem geralmente envolvem a travessia de várias regiões e cidades, cada uma com sua própria cultura, idioma, comida e costumes exclusivos. Os passageiros dos trens têm a oportunidade de interagir com pessoas de diferentes regiões, observar seu modo de vida e participar de intercâmbios culturais, ampliando, assim, sua compreensão e apreciação de diferentes culturas. Os trens oferecem espaços compartilhados onde pessoas de diversas origens se reúnem; os passageiros compartilham as cabines, promovendo interações e oportunidades de intercâmbio cultural. Essas experiências compartilhadas levam à formação de conexões e amizades que ultrapassam as fronteiras culturais. Os nigerianos acham empolgante relacionar-se em trens para conhecer novos modos de vida, desenvolvem uma apreciação mais profunda pela diversidade cultural e se tornam indivíduos com a mente mais aberta (Obisesan 2021).

### *Lindas histórias de amor*

Algumas vezes, as pessoas simplesmente começam a conversar com outros passageiros durante uma viagem de trem. Esses encontros casuais podem levar a uma conexão que evolui para um relacionamento romântico com o tempo. Talvez eles se sentem um ao lado do outro. Algumas pessoas escolhem intencionalmente viajar de trem com a esperança de conhecer alguém especial, o que alguns viajantes afirmaram ter funcionado para eles. Elas podem estar abertas à ideia de encontrar o amor durante a viagem e procurar ativamente oportunidades de se conectar com outros passageiros (Kim 2021).

O impacto das viagens de trem não pode ser apagado da vida de algumas pessoas, pois elas têm a oportunidade de se encontrar com seu parceiro, o que lhes proporcionou uma bela vida juntos. Os viajantes de trem se conectam por interesses em comum, como o amor pela aventura, literatura ou música. Encontrar alguém que compartilhe suas paixões pode criar uma base sólida para um relacionamento duradouro. As pessoas também podem conhecer seus parceiros de vida durante o trajeto dos trens. Ver frequentemente os mesmos rostos em suas viagens diárias pode levar a amizades que se transformam em algo mais significativo (Obisesan 2021).

## *Tempo de união familiar*

As modernizações da ferrovia nigeriana deram a algumas famílias uma ampla oportunidade de explorar esse meio de transporte para fortalecer os laços familiares e criar memórias em conjunto. Muitas vezes, na estação ferroviária, vê-se famílias com seus filhos embarcando e usando a cabine da primeira classe para proporcionar a eles uma experiência de viagem digna. Isso promoveu a conexão familiar e, para algumas famílias, as viagens de trem se tornaram um momento de fuga. As viagens de trem oferecem uma experiência única e compartilhada para toda a família, desde a emoção de embarcar no trem até a observação das paisagens juntos, passando pelos filmes exibidos na tela do trem, cada momento se torna uma lembrança compartilhada. As viagens de trem geralmente proporcionam um tempo ininterrupto juntos, sem as distrações do trânsito ou de dispositivos eletrônicos. Isso cria um ambiente ideal para conversar ou simplesmente desfrutar da companhia uns dos outros. Os novos vagões simplesmente oferecem uma atmosfera mais relaxada em comparação com outros meios de transporte. As viagens de trem proporcionam momentos inesquecíveis que as famílias apreciam por muitos anos. Seja apreciando a beleza da natureza pela janela do trem ou conhecendo outros passageiros interessantes, essas experiências podem fortalecer os laços familiares e criar memórias duradouras (Kim 2021).

## *Educação*

A modernização das ferrovias na Nigéria levou à criação da Universidade de Transportes em Kastina. A Universidade de Transportes faz parte da tentativa de transferência tecnológica e da contribuição social dos chineses para a sociedade nigeriana. Essa iniciativa foi concebida durante a negociação do contrato do Projeto de Modernização da Ferrovia de Lagos a Kano, em 15 de maio de 2018, entre o Ministério Federal dos Transportes e a *China Civil Engineering Construction Company (CCECC Nigeria Ltd)*, com o único objetivo de transferência de tecnologia na área de transportes. A criação da Universidade tem o objetivo de proteger e sustentar adequadamente o enorme investimento do Governo Federal da Nigéria no setor de transportes e, ao mesmo tempo, atender à necessidade de uma instituição de ensino e pesquisa com foco em transportes para complementar a escassez de capacidade humana no setor de transportes, com um foco mais profundo nas ferrovias rejuvenescidas do país (FUTD 2018). Para o projeto da Universidade, a *CCECC Nigeria Limited* prometeu comprometer-se com um valor não superior a cinquenta milhões de dólares americanos (US\$ 50.000.000,00) como obrigação, e o

desenvolvimento da Universidade se estenderá pelo período de construção do Projeto Ferroviário de Lagos a Kano.

A *Federal University of Transportation*, Daura (FUTD) tem três faculdades: a Faculdade de Engenharia Básica, a Faculdade de Engenharia de Tráfego e Transporte e a Faculdade de Logística, Gestão e Planejamento. Dentro dessas faculdades, há onze departamentos dinâmicos, incluindo Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Eletrônica, Engenharia Mecânica, Engenharia Rodoviária, Engenharia Ferroviária, Gestão de Aviação, Gestão de Rodovias, Logística e Gestão da Cadeia de Suprimentos, Gestão Marítima, Gestão Ferroviária e Gestão e Planejamento de Transportes (FUTD 2018).

A modernização do setor ferroviário da Nigéria pelos chineses também levou à criação de iniciativas de capacitação e educação para as engenheiras. Em Abuja, há uma unidade específica responsável pela manutenção dos trilhos, conhecida como *Lady Engineers*. Essa seção é composta inteiramente por mulheres, que trabalham exclusivamente nesse departamento. Essa é uma tentativa de incentivar as crianças do sexo feminino e capacitá-las a aprender sobre tecnologia. As mulheres são recrutadas nas comunidades locais e são treinadas por um período específico, sob a orientação de um supervisor, em todas as complexidades da engenharia (Bello 2022).

## **Desafios da modernização no setor ferroviário**

A modernização do sistema ferroviário na Nigéria tem seus desafios específicos. Toda medida de desenvolvimento traz consigo seus próprios desafios, e as várias partes interessadas envolvidas no processo de modernização enfrentam diversos obstáculos. Os parágrafos seguintes identificam os desafios enfrentados pela NRC e pela empresa chinesa responsável pela construção da ferrovia (CCECC).

### ***Os desafios enfrentados pelo investidor chinês/CCECC***

Há três partes envolvidas em cada projeto: as empreiteiras, o consultor e os clientes (Bello 2022). Todo governo quer que um determinado projeto seja concluído dentro de um prazo, portanto, as influências políticas muitas vezes entram em jogo. A empreiteira sempre expressará seu próprio prazo, o que é conveniente. Às vezes, há um conflito de prazos entre o governo (cliente) e as empreiteiras e consultores. Por exemplo, no projeto Lagos-Ibadan, o contrato era de três anos, mas à medida que o projeto avançava, surgiram restrições que tornaram o contrato de três anos impossível. O

obstáculo no projeto levou mais de nove meses para ser resolvido. A implicação é que, durante nove meses, o trabalho não foi realizado, o que teve um efeito adverso no acordo inicial sobre o cronograma. É importante deixar o cliente (governo) ciente dos desafios. A construção começou em 2017, com a fundação lançada pelo então vice-presidente, e deveria ser concluída em três anos, ou seja, em 2020, mas a COVID-19 afetou o projeto. Além disso, o então ministro não estava dando às empreiteiras o espaço necessário para que o trabalho pudesse ser concluído (King 2022). A pressão do ministro foi muito louvável, pois ajudou a facilitar o projeto. Os parágrafos seguintes identificaram os principais desafios dos investidores chineses na Nigéria.

### ***Atrasos no fornecimento das instalações necessárias prejudicam o cronograma geral do projeto***

O fornecimento das instalações necessárias, como estações, pátios de manutenção, sistemas de sinalização e infraestrutura de segurança, impede significativamente o progresso e também diminui o zelo do trabalhador (Bello 2022). A falta de coordenação entre as diversas partes interessadas, como equipes de construção, órgãos governamentais e fornecedores de serviços públicos, dificulta a entrega das instalações dentro do prazo. Os projetos ferroviários devem estar em conformidade com vários padrões e requisitos regulatórios relacionados às instalações, especialmente aqueles relacionados à acessibilidade, ao impacto ambiental e à segurança. O não cumprimento desses padrões resulta em obstáculos regulatórios, multas ou contestações legais, o que atrasa ainda mais o projeto e aumenta os custos.

### ***Disponibilidade para trabalhar***

É importante observar o que é razoável e não prolongar desnecessariamente o projeto. Normalmente, as empreiteiras têm a tendência de prolongá-lo, o que é um dos desafios enfrentados em um projeto. Há pressões constantes do governo, especialmente sob a administração Buhari, para garantir que o projeto seja entregue no prazo. Na maioria das vezes, depende de como o empreiteiro vê a agência de supervisão; se ele conseguir intimidá-la, o projeto durará enquanto não houver pressão. Mas se a conclusão projetada pelo governo estiver dentro de seu mandato, a pressão aumenta e, nesses casos, os trabalhadores precisam trabalhar até mesmo à noite para garantir que a obra seja concluída dentro do prazo estipulado. O governo Buhari estava empenhado em concluir o projeto dentro de seu mandato. Por exemplo, o projeto Abuja-Kaduna foi iniciado durante o governo do presidente Jonathan,

mas não pôde ser concluído, e foi concluído durante o governo de Buhari. Se o governo Buhari não estivesse interessado no desenvolvimento de ferrovias, o projeto possivelmente teria perdido sua força motriz. O projeto Lagos-Ibadan foi iniciado e concluído durante o governo de Buhari. Quando se trata de projetos, muitas empreiteiras geralmente querem executar o projeto em seu próprio ritmo. A rapidez com que o projeto avança é determinada pelo grau de envolvimento do governo no relatório diário do projeto (Bello 2022).

Os motivos pelos quais as empreiteiras demoram a cumprir o prazo acordado são atribuídos a vários fatores, como a disponibilidade de materiais e o tempo necessário para o envio desses materiais, bem como a contratação de expatriados, entre outros fatores. Sempre há uma pequena mudança no prazo acordado, embora as empreiteiras garantam que não haja mudança drástica na duração acordada. Os projetos que deveriam levar 3 anos, mas acabam levando 8 anos, geralmente sofrem atrasos porque não houve concepção e planejamento adequados desde o início (Bello 2022).

### *Condição climática*

Muitas atividades de construção não ocorrem na Nigéria no início do ano devido às condições climáticas. É mais fácil para as empreiteiras trabalharem entre novembro e fevereiro, antes do início da estação chuvosa. Quando começa a chover, as empreiteiras precisam reduzir a força de trabalho e o ritmo de trabalho. O clima desempenha um papel significativo na determinação da duração do projeto. Embora existam aspectos dos projetos que são viáveis durante a estação chuvosa, algumas partes, como certas obras de pontes, não são possíveis durante esse período, especialmente as tarefas que envolvem a estrutura superior.

A maneira de lidar com esse desafio é planejando e reorganizando as atividades, identificando o trabalho que pode ser executado durante um período específico e garantindo que ele seja concluído de modo que, no geral, o projeto cumpra o prazo programado (King 2022). Embora o clima seja um desafio válido, ele não é considerado uma desculpa válida para as empreiteiras. Espera-se que as empreiteiras tenham considerado as condições climáticas em seu planejamento antes de concordar com um cronograma com o governo. Entretanto, é importante observar que as condições climáticas costumam variar e nem sempre são previsíveis.

## ***Burocracia de fundos e políticas***

O financiamento e as políticas governamentais são questões fundamentais que afetam um projeto. Devido a um desafio político, o projeto sofreu um atraso de 9 meses. O principal problema desse projeto ocorreu quando os trabalhadores estavam trabalhando na linha férrea e encontraram um cano de água que fornecia água para uma comunidade ou até mesmo para um estado inteiro, o que não foi previsto por nenhum dos *stakeholders*. O dilema era realocá-lo, substituí-lo ou cavar um novo canal de água para a comunidade. A discussão de várias alternativas tornou-se uma questão fundamental. Se for necessário realocá-lo, a implicação é que a comunidade ficará sem água por um período de tempo. Portanto, a questão de qual alternativa escolher e quem fornecerá a alternativa continua sendo uma questão política importante, que exige discussões contínuas. Qualquer que seja a decisão tomada, ela geralmente afeta o projeto e seu prazo de entrega (King 2022).

## ***Desafios imprevistos***

Muitas vezes, as empreiteiras e os consultores enfrentam desafios imprevistos durante o andamento do projeto. Um exemplo de tais desafios é a presença de postes e instalações elétricas no corredor das linhas férreas. Não é dever das empreiteiras realocar os postes e as instalações elétricas, portanto, é necessário alertar a autoridade competente para resolver o obstáculo iminente ao projeto. O tempo que a autoridade competente leva para responder e resolver o problema tem impacto significativo no projeto. Se for um desafio que possa ser resolvido imediatamente, isso ajuda, mas se não for, a autoridade pode atrasar o processo. Toda organização e instituição nigeriana tem sua própria burocracia, que arrasta problemas que precisam de resposta imediata. A questão de garantir a aprovação de vários setores é desgastante e altamente cansativa. Não importa o quão dispostos ou rápidos sejam os empreiteiros, sem resolver esses problemas, é provável que o projeto não avance conforme o planejado.

## ***Desafio de segurança***

Os desafios de segurança também são uma preocupação para a entrega e o avanço do projeto. Sequestros e outros problemas de segurança são questões que estão fora do controle das empreiteiras, e só podem ser resolvidas de forma eficaz pelo governo. Os trabalhadores também evitam os locais de trabalho quando há problemas de segurança. A necessidade de manter os equipamentos de trabalho protegidos contra roubo e vandalização

também é outro grande desafio. Os locais de construção de ferrovias também são vulneráveis ao acesso não autorizado de invasores, vândalos ou ladrões (Cheng 2022). O desafio da segurança é abordado de forma proativa por meio da realização de avaliações de risco completas (King 2022). A implementação de medidas de segurança, como iluminação, alarmes e pessoal de segurança, pode deter possíveis criminosos e proteger os ativos. O mais importante é que isso requer uma abordagem abrangente que envolva a colaboração entre os stakeholders do projeto, órgãos governamentais, autoridades policiais e profissionais de segurança.

### ***Problemas de saúde e familiares***

Funcionários lidando com problemas de saúde ou familiares apresentam produtividade reduzida ou absenteísmo. Isso leva a atrasos nos cronogramas dos projetos e ao aumento dos custos devido a horas extras ou à contratação de trabalhadores temporários. Os trabalhadores ficam mais lentos quando enfrentam problemas de saúde, e alguns até precisam ser dispensados da obra se o problema de saúde persistir ou se intensificar. Esses problemas comprometem a segurança dos trabalhadores no local do projeto, levando a acidentes ou lesões. Quando os membros da equipe estão lidando com crises pessoais de saúde ou familiares, isso afeta a moral e a motivação geral, o que leva à diminuição da cooperação, falhas de comunicação e falta de coesão entre os membros da equipe do projeto. Muitas vezes, eles precisam se ausentar para atender a essas emergências de saúde. Por exemplo, houve um momento em que uma equipe importante se ausentou devido a problemas de saúde. Isso causou uma interrupção nos esforços de planejamento e coordenação do projeto. Isso resultou em falhas de comunicação, erros na tomada de decisões e ineficiências na execução (Mohammed 2021).

Da mesma forma, quando os trabalhadores são distraídos por questões familiares, eles não se concentram totalmente em suas tarefas, aumentando o risco de acidentes. Alguns também deixam o local para cuidar de questões familiares. Esses desafios, ao longo dos anos, têm sido problemas recorrentes que precisam ser gerenciados de forma eficaz para garantir que não causem atrasos. Atrasos ou contratempos causados por problemas de saúde ou familiares prejudicam o relacionamento com *stakeholders*, como investidores (empreiteiros), órgãos governamentais e o público. Eles percebem o projeto como não confiável ou mal gerenciado, o que causa danos à reputação e possíveis conflitos. Os problemas de saúde são resolvidos com o fornecimento de atendimento médico imediato para os trabalhado-

res, embora isso dependa do projeto e do responsável. Não é uma operação comum (Mohammed 2021).

## **Pandemia: a Covid-19**

Os bloqueios e as restrições impostas para conter a disseminação do vírus levaram a interrupções na força de trabalho. Os trabalhadores da construção civil não puderam trabalhar em sua capacidade total devido a medidas de distanciamento social, exigências de quarentena e doenças entre os funcionários. Muitos projetos ferroviários dependem de materiais e componentes provenientes de várias regiões do mundo. As cadeias de suprimentos foram gravemente prejudicadas durante a pandemia devido ao fechamento de fábricas, restrições de transporte e atrasos nas compras, causando escassez de materiais e equipamentos essenciais necessários para a construção. As normas e os protocolos de segurança relacionados à pandemia muitas vezes exigiram ajustes nas práticas de construção e nos planos do projeto. A obtenção das licenças e aprovações necessárias tornou-se mais complicada e demorada devido a mudanças nas estruturas regulatórias e atrasos administrativos (Oyewole 2022).

## **Desafios enfrentados pela Corporação Ferroviária da Nigéria (NRC)**

Como dito anteriormente, a NRC é um importante *stakeholder* do setor ferroviário da Nigéria. Como usuários finais, a corporação também enfrenta desafios. A adoção de tecnologias ferroviárias modernas, como trens de alta velocidade, sistemas de sinalização automatizados e sistemas de emissão de bilhetes digitais, exige conhecimento especializado e investimento em pesquisa e desenvolvimento. A integração dessas tecnologias à estrutura existente continua sendo um grande desafio para a *Nigerian Railway Corporation*. A NRC acusa o governo de não envolver suficientemente a corporação, razão pela qual ela não se envolve totalmente na operação das empreiteiras chinesas até que o projeto seja concluído e entregue. A Corporação tem seus próprios engenheiros que supervisionam o projeto quando ele é concluído, mas os engenheiros não se envolvem na fase de produção (Oyewole 2022).

Atualmente, a *Nigerian Railway Corporation* não tem capacidade para manter as modernizações ferroviárias em andamento no país devido à falta de integração entre a corporação e as empreiteiras chinesas. O governo, por meio do Ministério dos Transportes, parece ser o único que tem relações diretas

com os chineses, sem uma conexão obrigatória entre a NRC e a CCECC. Essa falta de sinergia tem sido um grande desafio para a corporação. Espera-se que, quando as negociações bilaterais e os memorandos de entendimento sobre ferrovias forem assinados, a NRC seja devidamente representada e tenha a oportunidade de também fazer contribuições que possam promover a eficiência. Um dos principais desafios enfrentados pela NRC na modernização do serviço ferroviário é a falta de incorporação dos funcionários da NRC no sistema de atualização. A corporação, como usuária final, geralmente espera até que o projeto seja concluído para se envolver (Bello 2022).

A modernização do sistema ferroviário exige uma força de trabalho qualificada e treinada para operar e manter equipamentos e sistemas modernos. Garantir um suprimento adequado de pessoal treinado e superar qualquer resistência à mudança por parte da equipe existente é um desafio significativo. Uma atualização significa mais trabalho, patrocínio e eficácia. A corporação vem pedindo ao governo que realize uma reestruturação da força de trabalho da NRC para acomodar a modernização prevista (King 2022). A NRC também precisa desenvolver e implementar políticas e regulamentações que conduzam à modernização das ferrovias e, ao mesmo tempo, garantam a segurança, a eficiência e a sustentabilidade ambiental. Esse processo é muito complexo e exige coordenação entre vários órgãos governamentais e demais *stakeholders*.

Os desafios de segurança também são uma área à qual a corporação precisa dar a devida atenção. Garantir a segurança da infraestrutura e das operações ferroviárias contra vandalismo, roubo, sabotagem e ataques terroristas é um desafio significativo, especialmente em regiões propensas a distúrbios ou insurgências (King 2022). Para enfrentar esses desafios, seria necessário um esforço coordenado envolvendo órgãos governamentais, parceiros do setor privado, organizações internacionais e comunidades locais para garantir o sucesso da modernização do sistema ferroviário nigeriano.

## Conclusão

É seguro dizer que a Nigéria tem muito a recuperar em termos de modernização do seu setor ferroviário. No entanto, não é descabido afirmar que o esforço feito até agora não é como era na década de 1980, quando a ferrovia estava quase em estado de coma. As novas atualizações deram à Nigéria uma nova perspectiva e foram impactantes. A modernização das ferrovias contribuiu para o desenvolvimento econômico, a harmonização social e o

desenvolvimento da infraestrutura. A parceria China-Nigéria em negócios ferroviários transformou o setor nos últimos 25 anos ou mais. A China provou ser altamente eficiente em sua entrega tecnológica, fornecendo o serviço de trem modernizado na Nigéria. Ainda há mais terreno a ser percorrido, e a necessidade de um compromisso consistente por meio de políticas feitas por várias administrações para priorizar o setor ferroviário produzirá resultados positivos de longo prazo. É necessário reestruturar a *Nigerian Railway Corporation* para acomodar as mudanças graduais, mas eficazes, que decorrem da modernização ferroviária. Por fim, para a utilização máxima dos serviços ferroviários na Nigéria, a necessidade de desagregar o setor ferroviário exige atenção urgente. A introdução de parcerias público-privadas para reduzir o monopólio de gestão do governo sobre o setor garantirá que a ausência do envolvimento chinês não leve a uma recaída do sistema ferroviário da Nigéria.

## REFERÊNCIAS

- Akinjide, B., e T. S. Bello. 2005. "A Comparative Analysis of Chinese-Nigerian Economic Reforms and Development Experience." *China & World Economy* 13, no. 4: 114-121.
- Brown, Peter. 2006. "China's Influence in Africa: Implications for the United States." *The Guardian*, 23 de fevereiro.
- Bukarambe, Bukar. 2001. "Nigeria-China Relations: The Unacknowledged Sino-dynamics." Artigo apresentado na Conference on Nigeria and the World after Forty Years: Policy Perspectives for a New Century, NIIA, Lagos.
- Embassy of the People's Republic of China in the Federal Republic of Nigeria. 2023. "The Belt and Road Initiative: A Key Pillar of the Global Community of Shared Future." [https://ng.china-embassy.gov.cn/eng/zngx/202309/t20230927\\_11150973.htm](https://ng.china-embassy.gov.cn/eng/zngx/202309/t20230927_11150973.htm)
- Emewu, Ikenna . 2021. "712km Railway from CCECC to Nigeria in 5 Years | AFRICA CHINA ECONOMY." *Africa China Economy*. 20 de novembro de 2021. <https://africachinapresscentre.org/2021/11/20/712km-railway-from-ccecc-to-nigeria-in-5-years/>.
- Ferraro, V. 2008. "Dependency Theory: An Introduction." In *The Development Economics Reader*, edited by Giorgio Secondi, 58-64. London: Routledge.
- Kolars, John, e Henry Malin. 1970. "Population and Accessibility: An Analysis of Turkish Railroads." *Taylor & Francis Ltd* 60, no. 2.
- Ogochukwu, Gladys, Francis Ogochukwu, Matthew Ogorchukwu, e Ajuluchukwu Ebuka. 2022. "Assessment of the Performance of Railway Transportation in Nigeria from 1970 to 2010." *Scientific African* 15: e01120.

- Oni, S., e K. Okanlawon. 2011. "An Evaluation of Railway Infrastructural Development in Nigeria." Trabalho apresentado na 53rd Annual Conference, Lasu-Eko ANG, Department of Geography and Planning, Faculty of Social Sciences, Lagos State University.
- Onuoha, S. 2013. "Nigeria-China Economic Relations under the South-South Cooperation in Africa." *Journal of International Affairs* 13, no. 1&2: 68. Council for the Development of Social Science Research in Africa.
- Pedroni, Peter, e David Canning. 2004. "The Effect of Infrastructure on Long-Run Economic Growth." Department of Economics, Williams College, Manchester.
- Rodrigue, J., C. Comtois, e B Slack. 2013. *The Geography of Transport Systems*. Abingdon-on-Thames: Routledge.
- Theotónio, S. 1971. "The Structure of Dependence." In *Readings in U.S. Imperialism*, editado por K.T. Fann e Donald C. Hodges, 91-108. Boston: Porter Sargent.
- University of Transportation Daura, Kastina (FUTD). 2018. [www.futo.edu.ng](http://www.futo.edu.ng).
- Zettel, A. 2005. "Rail Transit as a Source of Economic Development." *Urban Planning* 538: *Economic Development Plan*. [www.umich.edu/~econdev/rail/](http://www.umich.edu/~econdev/rail/).

## ENTREVISTAS ORAIS

- Akor, fevereiro de 2022. Entrevista oral realizada por Olaoluwanike. Consultor chinês, CCECC, Lagos, Yaba, Estado de Lagos, 17 de junho.
- Arike, Folashade. 2021. Entrevista oral realizada por Olaoluwanike. Comerciante, Omi Ado, Ibadan, Nigéria, 2 de maio.
- Bello, Yakubu. 2022. Entrevista oral feita por Olaoluwanike. Empreiteira, China Civil Engineering Construction Corporation (CCECC), Lagos Site, Yaba, 15 de junho.
- Cheng, Lin. 2022. Entrevista oral feita por Olaoluwanike. Consultor chinês, CCECC, site de Lagos, Yaba, 15 de junho.
- Hikmat, Ibrahim. 2021. Entrevista oral com Olaoluwanike. Comerciante, Omi-Ado Ibadan, Nigéria, 2 de maio.
- Idiat. 2021. Entrevista oral realizada por Olaoluwanike. Departamento de Arquivo, dados e segurança, Nigerian Railway Corporation (NRC), Ebutte Metta, Lagos, 2 de dezembro.
- Kemi, Fola. 2022. Entrevista oral realizada por Olaoluwanike. Departamento de Relações Públicas, Nigerian Railway Corporation (NRC), Ebutte Metta, Lagos, 4 de junho.

- Kim, Lady. 2021. Entrevista oral realizada por Olaoluwanike. Artista de maquiagem, passageira de trem, Ebutte-Metta, Lagos, 15 de novembro.
- King, Sylvester. 2022. Entrevista oral feita por Olaoluwanike. Empreiteira da CCECC, Corporação de Construção de Engenharia Civil da China (CCECC), Local de Lagos, Yaba, 17 de junho.
- Kolawole, So. 2022. Entrevista oral realizada por Olaoluwanike. Departamento de Relações Públicas, Nigerian Railway Corporation (NRC), Ebutte Metta, Estado de Lagos, 17 de junho.
- Lalekan. 2021. Entrevista oral realizada por Olaoluwanike. Motorista comercial, Estação de Trem Wole Soyinka, Ibadan, 25 de novembro.
- Lawrence, Rufus. 2022. Entrevista oral realizada por Olaoluwanike. Departamento de Logística, Nigerian Railway Corporation (NRC), Ebutte Metta, Estado de Lagos, 17 de junho.
- Mohammed. 2022. Entrevista oral realizada por Olaoluwanike. Diretor Adjunto de Relações Públicas do NRC, Ebutte Metta, Estado de Lagos, 12 de agosto.
- Obisesan, Ayokunmi. 2021. Entrevista oral realizada por Olaoluwanike. Comerciante de importação e exportação, passageiro de trem, 15 de novembro.
- Oyewole. 2022. Entrevista oral realizada por Olaoluwanike. Diretor de Assuntos Corporativos, Nigerian Railway Corporation (NRC), Ebutte Metta, Estado de Lagos, 15 de agosto.

## RESUMO

A modernização das ferrovias tem um efeito de longo prazo no aprimoramento do desenvolvimento nacional quando há comprometimento com a melhoria do setor. A China tem estado fortemente envolvida na renovação e reabilitação do setor ferroviário nigeriano, e seu papel no processo deu à ferrovia uma nova perspectiva nos últimos tempos. A contribuição da modernização ferroviária como meio de transporte promove o desenvolvimento da infraestrutura e o avanço econômico. Portanto, este artigo examinou o impacto socioeconômico da modernização ferroviária na Nigéria, a promoção da harmonização social por meio de viagens ferroviárias e o notável desenvolvimento econômico registrado como resultado da modernização ferroviária. O objetivo deste artigo é investigar a extensão do impacto da ferrovia nos últimos tempos sobre os nigerianos e como ela melhorou a socialização. O artigo adotou o método histórico e analítico para analisar os dados. Identificou, ainda, diversas complexidades e desafios da modernização ferroviária enfrentados pelos stakeholders envolvidos. Conclui-se que o envolvimento da China na atualização da modernização da ferrovia nigeriana tem um impacto positivo sobre os nigerianos, embora haja mais melhorias que precisam ser feitas para manter as instalações modernizadas.

**PALAVRAS-CHAVE**

Socioeconômico. Modernização. Infraestrutura.

*Recebido em 07 de outubro de 2024*

*Aceito em 28 de outubro de 2024<sup>3</sup>*

*Traduzido por Mariana Reali Vitola*

---

<sup>3</sup> Como citar: Ogunrinu, Olaoluwanike Comfort e Lemuel Ekedegwa Odeh. 2024. “Impacto socioeconômico do sistema ferroviário nigeriano modernizado pelos chineses”. *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 9 (18), 146-172. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.141387>.

# POBRE DEMAIS PARA A PAZ: MULHERES NO PROGRAMA DE ANISTIA DO DELTA DO NÍGER NA NIGÉRIA

Jacinta Chiamaka Nwaka<sup>1</sup>  
Lilian Chidiebere Onyeiwu<sup>2</sup>  
Marcel Alkali<sup>3</sup>



## Introdução

A região do Delta do Níger é um dos pontos de conflito da África. O conflito por recursos, que começou nos anos 1950 como uma contenda ideológica, desafiando os direitos do Estado nigeriano sobre os recursos da região e os fundamentos para a distribuição da riqueza proveniente do petróleo, mais tarde tornou-se existencialista devido à negligência por parte das companhias petrolíferas, ao declínio na receita derivada e à desvalorização ambiental resultado da poluição por petróleo (Okonofua 2016). Ao contrário da resistência anterior, que foi intelectualmente direcionada ao Estado e às empresas petrolíferas multinacionais, a agitação posterior teve como prioridade a milícia e grupos de culto cujos alvos não se limitavam às companhias estrangeiras e ao Estado nigeriano, como incluíam também outros grupos ou pessoas vistas como ameaças aos seus interesses.

Em resposta aos seus modos de operação, os quais incluem: vandalismo de oleodutos, atividades de abastecimento ilegal, sequestro de trabalhadores do setor petrolífero expatriados e tantos outros, o governo nigeriano

<sup>1</sup> Departamento de História e Estudos Internacionais, Universidade de Benin. Benin, Nigéria. E-mail: jacinta.nwaka@uniben.edu. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7020-9358>.

<sup>2</sup> Departamento de Inglês e Literatura, Universidade de Benin. Benin, Nigéria. E-mail: lilian.onyeiwu@uniben.edu. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0621-300X>.

<sup>3</sup> Departamento de História e Estudos Internacionais, Universidade de Benin. Benin, Nigéria. E-mail: marcel.alkali@uniben.edu. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-8985-7268>.

recorreu a medidas militares. Ao invés de reprimir a crise, a militarização transformou a região no que Ikelegbe e Umukoro (2016) chamam de “uma grande mistura de violência e insurgências” — um processo que afetou drasticamente a economia nigeriana, particularmente na segunda metade da primeira década do século XXI. Percebendo que a força excessiva era ineficiente em engendrar o ambiente calmo necessário para a exploração de petróleo na região, o governo, sob a presidência de Umaru Musa Yar Adua, traçou um novo caminho rumo à paz ao adotar o modelo de Desarmamento, Desmobilização e Desintegração (DDR), portanto, o Programa de Anistia do Delta do Níger (NDAP), também conhecido como o Programa de Anistia Presidencial (PAP). O NDAP foi intensamente aclamado por ter reduzido significativamente a violência na região (Ajibola 2015).

No entanto, nos últimos seis anos, atos rebeldes novamente tornaram-se uma ocorrência comum na área, ressuscitando atividades como abastecimento ilegal de petróleo, sequestros e ataques em instalações petrolíferas (Ebeide, Langer e Tosun 2020). É em parte por essa razão que o NDAP tem sido criticado. Um importante apontamento para a falha do programa é a sua exclusividade, especialmente pela invisibilidade do gênero feminino (Umejesi 2014). Este artigo visa examinar as bases para a exclusão das mulheres no programa DDR no Delta do Níger. A exclusão feminina no contexto do Delta do Níger segue os mesmos motivos comuns observados na exclusão de mulheres no programa de DDR? Essa questão é pertinente tendo em vista a singularidade do NDAP como um programa localmente planejado, patrocinado e implementado. Este artigo é dividido em quatro sessões para além da introdução e da conclusão. A primeira sessão examinou os fundamentos gerais para a exclusão de mulheres no DDR; o imperativo para a inclusão de mulheres no NDAP foi delineado na segunda sessão. A sessão três fez uma crítica ao NDAP utilizando uma lente de gênero, e a última sessão providenciou algumas explicações para a exclusão de mulheres no NDAP.

## Exclusão das mulheres no DDR

O DDR, como um mecanismo pós-conflito voltado para uma paz duradoura, visa o confisco de armas, a neutralização e a *reintegração* de ex-combatentes e de civis afetados pelo conflito na sociedade. Ele se insere dentro de uma visão mais ampla de transformação de conflito que, de acordo com Lederach (2003), visa a construção da paz desejada por todas as partes interessadas. O seu objetivo é produzir oportunidades de vida que trarão a mudança necessária para minimizar a violência, aumentar a justiça e pro-

mover os direitos humanos. O DDR é concomitantemente um processo de curto e longo prazo.

No curto prazo, é direcionado para a redução ou o fim da violência. Os principais alvos nessa fase são os combatentes que estão desarmados ou desmobilizados. Como um processo de longo prazo, ele vai além da desmobilização e reabilitação de ex-combatentes para a reintegração de ambos os ex-combatentes e as vítimas e a promoção dos direitos humanos, da justiça, e do desenvolvimento econômico. Muggah (2009) afirma essa dualidade ressaltando que o objetivo geral de qualquer programa DDR, como um modelo de construção da paz, é um continuum que se estende de sua fase minimalista e limitada (segurança) para um nível amplo e maximalista (desenvolvimento) no qual direitos humanos, justiça, desenvolvimento e democracia são garantidos.

Reconhecendo essa dualidade, o *United Nations DDR Resource Center* (2006) recomenda que questões como direitos humanos, justiça e desenvolvimento devem constituir parte integral do DDR. Contudo, ao entender que os objetivos não são os mesmos, a maioria dos atores não são a favor de atrelar ambos na reconstrução pós-conflito. Porém, uma separação clara dos dois na fase de conceitualização do programa DDR continua sendo um problema difícil de resolver. O entusiasmo que acompanha a ideia do DDR é geralmente morto no estágio de implementação, no qual o quadro teórico começa a vacilar. Na maioria dos casos, os fracos e vulneráveis são os mais prejudicados pela má implementação, que, geralmente, resulta em exclusão.

Um dos pilares no qual o NDAP é falho como um instrumento de paz duradoura é a sua falta de inclusão, especialmente com o gênero feminino (Folami 2016). A questão da inclusão feminina em processos de paz se constitui como uma questão atual desde 1325 (Paffenholz, Prentice e Buchanan 2015). Outros quadros globais e regionais enfatizaram a importância do engajamento de mulheres na integração pós-conflito (African Union 2025). O processo de paz, argumenta Ariño (2020), requer não apenas a presença de mulheres, mas também uma ‘agenda de negociação que integre a perspectiva de gênero, para que um debate substantivo e uma transformação possam ocorrer’.

O imperativo para a participação de mulheres em integração pós-conflito é ancorado em três fundamentos. (1) A guerra afeta as mulheres de formas distintas dos homens, e, na maioria dos casos, as mulheres carregam o peso da guerra. Portanto, a não ser que gênero seja integrado aos programas de paz pós-guerra, os impactos de conflitos nas mulheres não serão adequadamente discutidos e endereçados. (2) Ao contrário da visão

patriarcal de que mulheres são afáveis e atores inadequados em situações de conflito, elas têm papel vital como motivadoras de conflitos. (3) As mulheres são naturalmente imbuídas com enorme potencial para o processo de paz<sup>4</sup>.

Infelizmente, o DDR parece ser uma das medidas para a construção de paz pós-conflito que substancialmente registrou uma sub-representação de mulheres. Dos 14000 desmobilizados em Burundi em 2005, apenas 438 (3%) mulheres envolvidas (Mazurana e Cole 2012). Embora não exista nenhum registro de componentes de gênero da reintegração de ex-combatentes no Congo no programa de julho a novembro de 2002, o programa subsequente de outubro a fevereiro de 2005, que inscreveu 8884 ex-combatentes, teve apenas 297 (3%) mulheres. Um programa similar que veio logo depois em março abrangeu 444 ex-combatentes dos quais 7 (1,6%) eram mulheres; o programa ruandês de 2005 envolveu 54.159 ex-combatentes dos quais apenas 334 (0,6%) mulheres<sup>5</sup>. O programa de Serra Leoa frequentemente aplaudido por sua inclusividade teve apenas 8% de mulheres e meninas (Mackenzie 2009).

A exclusão de mulheres em programas DDR, como ressaltado na literatura, talvez seja por concepção política, pela escolha de evitar riscos, e por segurança pessoal e reputação. A invisibilidade resultante das políticas na maioria dos programas internacionais baseia-se na forma como os ex-combatentes são conceituados. Uma definição e entendimento limitados do que significa ser um ex-combatente moldaram a maioria dos programas de DDR. Homens são priorizados como ex-combatentes na maioria dos casos, levando à exclusão de mulheres que são relegadas ao status de vítimas (Shekhawat e Pathak 2015). Mulheres, como Knight (2008) aponta, têm sua elegibilidade frequentemente recusada para o desarmamento e a desmobilização porque elas não são reconhecidas como parte do combate, tendo sido projetadas como “esposas troféu, cozinheiras ou coletoras de informações”.

A literatura feminista enfatiza ainda mais isso, argumentando que mulheres são excluídas de programas DDR porque são na maioria dos casos reconstruídas por oficiais de tais programas como “apoiadoras”, “dependentes”, “seguidoras de acampamento”, “esposas de soldados”, ou “escravas sexuais” (Specht 2006; Mackenzie 2012). Mesmo quando mulheres ex-combatentes são incluídas, oficiais da ONU tendem a reproduzir desigualdades de

---

4 De acordo com teorias feministas, mulheres são incapazes de ações violentas, ao contrário de homens, vistos como seres violentos. Feministas também vinculam as inclinações das mulheres para a paz pelo seu papel de mães-cuidadoras. Em outras palavras, a socialização das mulheres nesse papel é antagonica à violência (Hooks 1999).

5 O programa DDR de Ruanda veio em fases. O programa de 2005 foi uma das fases.

gênero contra as mulheres. Um estudo de 11 conflitos realizado por Coulter *et al* (2008) estimou que cerca de 6,5% de todos os inscritos em programas DDR eram mulheres, e a principal razão para isso era que mulheres não foram identificadas como ex-combatentes.

Além disso, a conceitualização falsa e vaga do DDR é responsável pela exclusão feminina. Sem uma exclusão explícita na fase de conceitualização, o DDR pode parecer ter acomodado as mulheres. Porém, esse não é frequentemente o caso na fase de implementação, na qual os programas são limitados em detrimento do gênero feminino. Uma comunicação ruim e fraca é outra explicação para a invisibilidade das mulheres. Com isso, elas muitas vezes acreditam não serem elegíveis para o DDR (Steenbergen 2020).

Por fim, o financiamento e o pagamento em dinheiro são igualmente enfatizados. Para atender à capacidade do doador, o número daqueles inscritos em programas DDR é geralmente reduzido *ab initio*. Quando parece haver subestimação, o número total de inscritos é reduzido para atender ao orçamento; e mulheres, como visto em Ruanda e alguns outros lugares, são frequentemente as mais afetadas (Small Arms Survey 2007). Pagamentos em espécie tiveram presença em programas passados como incentivos a ex-combatentes homens com mulheres sendo tratadas como beneficiárias secundárias. De acordo com Farr (2003), há evidências em algumas áreas nas quais os beneficiários homens não compartilharam o seu incentivo monetário com os seus descendentes. É por essa razão que abordagens alternativas, que priorizam educação e assistência alimentar, estão sendo defendidas.

A literatura ressalta ainda o fato de que as mulheres, muitas vezes, não se sentem confortáveis em se apresentar como combatentes. Isso, Boutet (2019) argumenta, pode dar-se pela estigmatização associada com tal inclusão, especialmente em um contexto no qual mulheres são tradicionalmente relegadas à esfera privada. O fato de que a maioria dos campos de DDR geralmente carece de instalações adequadas para o gênero feminino, explica a relutância das mulheres em participar de tais programas. Grande parte das mulheres que estiveram em campos de DDR saíram antes do final do programa devido à falta de assistência médica e proteção contra assédios (Mazurana e Cole 2012). Não podendo acessar a fase de desmobilização, são negados, às mulheres, os recursos mais necessários para a reintegração, fundamentais para cura e sobrevivência.

## O imperativo para a inclusão de mulheres no NDAP

A região do Delta do Níger, na Nigéria, é a maior zona úmida da África, ricamente dotada de recursos naturais que representam 70% das receitas e reservas cambiais da Nigéria. Infelizmente, a região é conhecida por ter sofrido marginalização na participação na economia petrolífera e seus benefícios (Thompson 2010). A partir da década de 1950, ressentimentos em torno dessa questão tornaram-se forças impulsionadoras de agitações regionais por atenção ao desenvolvimento e controle de recursos. O aumento nas atividades de exploração de empresas petrolíferas, poluição ambiental, degradação do solo e redução na geração de receitas para os estados do Delta do Níger, juntos, geraram uma nova onda de protestos nas décadas de 1970 e 1980. Ancorados em mobilizações nos níveis comunitários e étnicos, as novas manifestações internacionalizaram a luta, especialmente com o envolvimento ativo do Movimento para a Sobrevivência do Povo Ogoni (MOSOP) nos anos 1990, e a eventual execução de seus líderes<sup>6</sup>. Ao final da última década do século XX, o que começou como uma demanda por atenção ao desenvolvimento e à inclusão tornou-se uma agitação liderada pela juventude por controle das receitas.

Desde então, o Delta do Níger permaneceu sendo palco de conflitos violentos envolvendo as juventudes militantes e as suas comunidades, o governo, e companhias petrolíferas. Entre 2000 e 2009, insurgências em suas variadas formas incluindo vandalismo de oleodutos, abastecimento ilegal, duelo de armas com agentes de segurança, abdução e sequestro de trabalhadores do setor petrolífero, principalmente os expatriados, e tantas outras, deixaram a região mais devastada do que nunca com efeitos adversos na economia nacional.

A resposta governamental para a crise na região tomou várias formas, entre elas estavam: o estabelecimento de comissões de inquérito<sup>7</sup>, o estabelecimento da Comissão de Desenvolvimento da Área de Produção de Minerais de Petróleo (OMPADEC), a Comissão de Desenvolvimento do Delta

---

6 Ken Saro Wiwa e os outros ativistas Ogoni foram executados pelo governo nigeriano em 1995.

7 A Comissão Sir Willink foi estabelecida em 1958 para investigar a agitação minoritária. Entre as suas recomendações estava a necessidade de estabelecimento de um Conselho de Desenvolvimento do Delta do Níger para endereçar o problema de subdesenvolvimento da região.

do Níger (NDDC), o Ministério do Delta do Níger e uma série de outros<sup>8</sup>. Infelizmente, nenhum desses abordou adequadamente as questões da poluição, dos direitos, e da distribuição equitativa da riqueza petrolífera, os quais estão no centro dessas agitações. Ademais, intervenções governamentais frequentemente acabavam nas mãos de líderes da comunidade ou políticos próximos do Estado, com pouco ou nenhum impacto na população mais afetada.

A decisão governamental de adotar medidas militares contra a insurgência adicionou outra reviravolta à crise. Em vez do resultado desejado, pode-se argumentar que isso encorajou os insurgentes a desenvolver múltiplas estratégias para privar o Estado nigeriano de uma parte significativa da receita de sua economia petrolífera. Em 2007, por exemplo, a produção de petróleo caiu de 2,3 milhões de barris por dia (bpd) para 700 mil bpd (Obi e Rustad 2011). Percebendo que a militarização havia intensificado ainda mais o conflito, o governo traçou um novo rumo em 2009 ao longo das linhas do DDR para conceder anistia e buscar um programa de reintegração na região.

Contrariamente à visão patriarcal das mulheres *vis-à-vis* ao conflito, em todos os seus estágios, as mulheres do Delta do Níger são nitidamente visíveis como vítimas, agentes e condutoras do conflito, e precursoras da paz. Como vítimas, as mulheres são as mais afetadas pela poluição ambiental e degradação da terra. Dado que a maioria delas não tem educação, sua principal fonte de sobrevivência é encontrada no setor agrícola. Portanto, não é surpreendente que as mulheres constituam cerca de 70% da força de trabalho da região. Derramamentos de óleo, queima de gás, e outras atividades relacionadas ao petróleo que afetam gravemente a região, destroem a base da economia local da qual o gênero feminino depende para sobreviver. A apropriação de terras para oleodutos resulta em uma escassez ainda mais aguda de terras para a agricultura (Ihayere *et al.* 2014).

As mulheres do Delta do Níger são vítimas de violência sexual orquestrada pela crise. Casos de estupro por agentes de segurança do governo e milicianos são abundantes. Por exemplo, em 1999, homens da segurança supostamente estupraram mulheres Ikwerre de Choba que estavam protestando contra o que acreditavam ser uma injustiça à sua comunidade por

---

8 Uma série de conferências e diálogos foram igualmente convocados para abordar as questões do Delta do Níger. Por exemplo, o ex-presidente Obasanjo pediu diálogo com o povo do Delta do Níger em 2007. Após seu reconhecimento do estado deplorável da região, ele criou o Conselho para o Desenvolvimento Social e Econômico dos Estados Costeiros para supervisionar os desafios da região.

uma empresa de petróleo sediada nos EUA — Wilbros<sup>9</sup>. Além disso, um relatório de 2008 publicado pelo Centro para Democracia e Desenvolvimento revelou alguns casos de estupro na região. Além dos estupros, a presença de trabalhadores petrolíferos ricos em comunidades empobrecidas do Delta do Níger favorece o crescimento de um próspero mercado comercial de sexo na região. Como corretamente capturado por Jeroma (2003), os trabalhadores petrolíferos multinacionais exibiram suas tendências sexuais descontroladas ao máximo ao tirarem vantagem de jovens pobres, famintas e analfabetas, tornando-as vítimas de luxúria à força.

A pobreza lancinante na área, observa Akoda (2008), igualmente compeliu mulheres casadas a responderem às demandas lascivas dos trabalhadores petrolíferos com a esperança fútil de encontrarem um fim para os seus desafios. Essas visões confirmam a observação de Turner e Brownhill (2007) de que há algumas áreas no Delta do Níger onde nove em cada dez mulheres foram violadas por esse meio. Foi por essa razão que a Associação para a Justiça das Mulheres do Delta do Níger<sup>10</sup> foi formada em 1999, para dar proteção às mulheres (Manby 1999).

O conflito no Delta do Níger também ceifou a vida de um considerável número de mulheres, deixando outras fisicamente e psicologicamente agredidas. Cerca de 801 mulheres sofreram ferimentos nas tentativas da polícia de dispersar as mulheres de Itsekiri e Ilaje que protestavam contra a *Shell Petroleum Development Company* em Warri, em 2002. A crise em Isoko Sul sobre a venda dos direitos comunitários para a Agip Oil por seus líderes ceifou a vida de algumas mulheres. Ainda, doze passageiros, incluindo uma mulher grávida, foram mortos no ataque da invasão da Força-Tarefa Conjunta (JTF) a uma lancha de transporte em Bayelsa, em 2008. Além disso, mulheres foram vítimas de sequestro na região, sendo feitas de refém. Entre os afetados estavam Folake Coker, que foi raptada em 3 de julho de 2006 com uma demanda de 50 milhões de Nairas como resgate, e Augustina Ekeowei, sequestrada em junho de 2008 por 2 milhões de Nairas como resgate. Embora não se possa afirmar que esses ataques foram direcionados especificamente contra mulheres, como argumenta Akubor (2011), elas se tornaram alvos, voluntária ou involuntariamente, porque são usadas como “escudos em tempos de crise ou como instrumentos de busca de resgate”.

---

9 Relatório das mulheres Choba para a Comissão de Investigação de Violações de Direitos Humanos, o Painel Oputa, revelou casos de estupro e outros assédios sexuais por parte dos agentes de segurança.

10 *Association for the Niger Delta Women for Justice*.

As evidências da participação de mulheres em agitações militantes contra a injustiça e o empobrecimento são abundantes. Nesse contexto, as mulheres atuaram como espiritualistas, espiãs, emissárias e lutadoras, chegando, inclusive, a ponto de entrarem em confrontos armados com agentes de segurança (Babatunde 2018). Onde não estavam ativamente engajadas como combatentes, elas forneciam vários tipos de auxílio a eles. As mulheres também faziam parte das atividades ilegais de abastecimento que afetaram a economia do país. De acordo com Ekwe Ndanike, várias mulheres vistas ao redor do Lago Oguta carregando e descarregando combustível em tambores e galões eram agentes de combatentes das cidades vizinhas do outro lado do lago, especialmente o estado de Rivers<sup>11</sup>. Isso confirma a observação de Umejiesi (2014) sobre mulheres de rostos desconhecidos vistas ao redor de Oguta e Ohaji Egbema organizando e negociando a venda de petróleo. As interações com os moradores locais, segundo ele, os ligavam a líderes militantes do Delta do Níger.

As mulheres têm destaque no uso de protestos contra a poluição ambiental e a baixa responsabilidade social corporativa das empresas petrolíferas. Ukiwo (2007) convincentemente argumentou que os protestos em massa da comunidade contra as empresas petrolíferas no Delta do Níger começaram em 1984 com o protesto das mulheres Oghale contra a US Pan Ocean. Desde então, uma série de outros protestos e manifestações foram encenados pelas mulheres do Delta do Níger, com os quais elas persistentemente exigiram melhores condições ambientais e sociais das comunidades rurais e o fornecimento de amenidades sociais. Entre 1990 e 2007, cerca de 67 protestos foram organizados por mulheres para combater abusos ambientais e de direitos humanos (Ekine 2007). De fato, seu apoio a esse respeito contribuiu significativamente para a disposição dos grupos militantes de embarcar na canalização de instalações petrolíferas. Os militantes, observa Ukiwo (2007), frequentemente apropriavam-se das manifestações pacíficas organizadas por mulheres para atacar empresas petrolíferas.

Várias tentativas foram feitas por órgãos governamentais e não governamentais visando a paz na região. Não faltaram esforços das mulheres nesse sentido. Essas iniciativas foram principalmente na base, na qual empoderaram mulheres e meninas rurais a defender seus direitos. O *Niger Delta Women for Justice* (NDWJ) e o *Kebekache Women* estavam entre os grupos de defesa das mulheres que trabalharam em várias comunidades ajudando a desenvolver capacidade para a paz. Por exemplo, o último estava envolvido na mobilização de mulheres para partidas pela paz nas comunidades Emobua,

---

<sup>11</sup> Entrevista com Ekwe Ndanike, um pescador no lago Oguta, 12 de janeiro, 2019.

Ogoni, Ogbakiri e Terema (Osah e Odedina 2017). O NDWJ estava em um certo momento publicando abusos cometidos contra mulheres.

Outros canais de paz utilizados pelas mulheres visando o fim do conflito incluem apelos a líderes comunitários, empresas multinacionais (MNCs), maridos e filhos para o diálogo. As mulheres de Ugborodo, por exemplo, usaram apelos e diálogo para chamar a atenção de Chevron para o efeito devastador da exploração de petróleo em seu meio ambiente (WANEP 2020). A partir de tudo isso, não se pode deixar de declarar que as mulheres constituíam um importante canal de construção da paz no Delta do Níger antes do Programa de Anistia de 2009.

Tendo estabelecido a partir de um tripé, o imperativo para a inclusão das mulheres na reconstrução pós-conflito no Delta do Níger, a seção restante deste trabalho examinará o Programa de Anistia de 2009 usando uma lente de gênero. Demonstrará a extensão do envolvimento das mulheres no NDAP e a base para sua exclusão. O estudo se baseia em fontes primárias de campo — entrevistas orais aprofundadas presenciais e entrevistas semiestruturadas, mídia eletrônica e impressa, documentos governamentais e literatura existente para coleta de dados em pesquisa qualitativa. Adota-se tanto métodos descritivos como analíticos na apresentação e interpretação de dados. Os dados foram analisados usando métodos de codificação apropriados para projetar temas emergentes dentro do quadro de análise de conteúdo.

## NDAP a partir de uma lente de gênero

O Programa de Anistia do Delta do Níger foi anunciado pelo Presidente Umaru Musa Yar Adua após constatar que medidas militares eram inadequadas para lidar com a insurgência no Delta do Níger. O programa foi iniciado como parte das recomendações do Comitê Técnico do Delta do Níger inaugurado em 8 de setembro de 2008 para revisar as respostas do governo ao conflito desde 1958 (Technical Committee on the Niger Delta 2008).

Adotando parte do relatório do comitê, o Governo Federal estabeleceu o Painel Presidencial sobre Anistia e Desarmamento de Combatentes<sup>12</sup> no Delta do Níger para executar a tarefa de supervisionar o perdão presidencial. De acordo com a seção 175 da Constituição da República Federal da Nigéria, o perdão presidencial concedeu anistia a militantes que estivessem dispostos a entregar suas armas com uma renúncia à luta armada dentro de 60 dias (4 de agosto a 4 de outubro de 2009). O governo reconheceu no documento

<sup>12</sup> *Presidential Panel on Amnesty and Disarmament of Militants*.

de anistia, as inadequações de etapas anteriores no tratamento das questões subjacentes ao conflito, e enfatizou a necessidade de construção de paz integrada na região (Amnesty Proclamation under Section 175 of the Constitution of the Federal Republic of Nigeria 2009).

Como em todos os programas DDR, o NDAP foi tridimensional, abrangendo: desarmamento, desmobilização e reintegração. Ao final de sua primeira fase, 20192 militantes entregaram suas armas, que incluíam: 2760 tipos variados de armas, 287445 munições, 3155 carregadores, 1090 cápsulas de dinamite, 763 bastões de dinamite, 18 canhoneiras e vários outros acessórios militares para o Comitê de Anistia Presidencial (NTA News Broadcast 2009; Amnesty News 2013). Mais tarde, outros 6166 se juntaram ao programa, aumentando o número de pessoas alistadas para 26358.

Sob a desmobilização, os militantes desarmados foram primeiro alojados em campos em áreas designadas antes de serem finalmente transferidos para dois campos principais em Obubra e Aluu, no estado de Rivers. Os ex-militantes foram colocados em um pagamento mensal de 65000 Nairas por mês<sup>13</sup>. Embora um atraso inicial tenha ocorrido na fase de implementação, no final de 2010, a reabilitação havia começado totalmente. A reintegração foi promovida por meio de empreendedorismo, formação vocacional e treinamento formal dentro e fora da Nigéria.

O programa de treinamento, que variou de seis meses a cinco anos, visava integrar ex-militantes em suas comunidades. Foram tomadas provisões para especialistas e consultores para ajudar a garantir que os desmobilizados adquirissem as habilidades necessárias escolhidas no programa. Entre os países para onde alguns dos militantes desmobilizados foram enviados para a aquisição de habilidades estavam: Gana, Emirados Árabes Unidos, Polônia, Chipre, Índia, Israel, Trinidad e Tobago e Filipinas<sup>14</sup>. O governo nigeriano dedicou uma quantidade substancial de seus recursos ao programa. Em 2009, a estimativa do governo para o programa era de US\$ 360 milhões. Entre 2011 e 2017, o orçamento anual foi de US\$ 2.714 bilhões<sup>15</sup>.

O programa DDR é geralmente precedido por um processo de negociação envolvendo as principais partes interessadas ou seus representantes,

---

<sup>13</sup> Além disso, o acordo foi feito ainda para um pagamento diário de 3 mil durante o processo de reintegração. A desmobilização de líderes militantes tomou uma dimensão diferente. Incluído no programa estava um acordo separado para pagar a esses líderes enormes somas de dinheiro para entregarem suas armas.

<sup>14</sup> Cerca de 7.556 desses militantes foram alocados em 33 localidades na Nigéria para a aquisição de habilidades.

<sup>15</sup> O programa foi considerado mais abrangente do que a maioria dos DDR gerenciados internacionalmente (Giustozzi 2016).

durante o qual, as questões do conflito são analisadas para identificar os interesses e as necessidades das partes do conflito. No caso do NDAP, uma série de tais reuniões com representantes da região foram organizadas. As mulheres eram quase invisíveis nessas reuniões. A mais crucial dessas reuniões foi entre os representantes do governo e dezesseis principais líderes militantes, liderados pelo Chefe do Governo Ekpemepolo (Tompolo). O engajamento de militantes pela paz na região com a exclusão ou sub-representação de outras partes interessadas, especialmente mulheres, diz muito sobre a natureza da paz que foi negociada e o potencial dessa para abordar ou alterar, positivamente, a base do conflito. Embora a presença das mulheres não seja uma garantia de que as questões de gênero serão abordadas, ou que as decisões serão tomadas em favor do gênero feminino (Ariño 2020), ela, no entanto, ajuda a aumentar a consciência sobre a necessidade de uma agenda de negociação e resultados que integrem gênero.

O resultado da reunião de negociação foi a conceituação do programa de anistia como o retorno das armas e a dissolução de grupos armados<sup>16</sup>. Por implicação, apenas militantes que foram capazes de apresentar armas ao painel foram reconhecidos e integrados. Com base no conceito, 20.192 militantes que participaram do programa em 2009 entregaram suas armas. Destes, apenas 133 (0,66%) eram mulheres. A repartição de acordo com Timi Alaibe, o então Conselheiro Especial do Presidente sobre o Programa de Anistia, é a seguinte:

Estado	Nº de Homens	Nº de Mulheres	Registro
Akwa Ibom	155	8	163
Bayelsa	6900	61	6961
Cross River	159	1	160
Delta	3361	-	3361
Edo	450	-	450
Imo	297	3	300
Ondo	1198	2	1200
Rivers	6958	39	6997
NDDC	571	19	600
Total	20049	133	20192

Fonte: Okonofua 2016, 10.

De acordo com Eboigbe, o número de ex-combatentes era de 20.049, sendo todos homens. A necessidade de criar um pequeno espaço para acomodo-

<sup>16</sup> Entrevista com Oviogbere, uma líder mulher no Reino Ogborodu, 21 jul. 2018.

dar mulheres no programa explica a inclusão de 133 mulheres tardiamente<sup>17</sup>. Quaisquer critérios usados para envolver mulheres no programa constituem, nas palavras de Chinwike<sup>18</sup>:

Uma sub-representação de mulheres militantes na luta, o número de mulheres militantes somente em Rivers era muito maior do que 0,66 por cento, a menos que queiram nos dizer que a militância, quando se trata de mulheres em um programa de reabilitação, inclui apenas aquelas que estão ligadas a políticos e a amigos de líderes militantes masculinos<sup>19, 20</sup>.

Concebido como uma solução de longo prazo capaz de sobreviver a qualquer administração na Nigéria, permanece a dúvida sobre a potência do NDAP como um instrumento de transformação de conflitos e construção da paz sem um número substancial de mulheres envolvidas. Com o desarmamento enviesado a favor do gênero masculino, a desmobilização e a reintegração refletiam uma cegueira de gênero semelhante. Oghenetega observa que, de 645 ex-militantes que estavam recebendo treinamento em países estrangeiros em um momento, apenas duas eram mulheres<sup>21</sup>. As provisões das instalações nos campos eram indicações de que os planejadores não nutriam a ideia de reabilitar mulheres *ab initio*<sup>22</sup>.

Em relação à reintegração, a conceituação do governo era bastante ambígua. O limite da reintegração não era claro. Dado o contexto socioeconômico do Delta do Níger, um modelo de reintegração macro que teria abordado, consideravelmente, os desafios da região, era necessário. Infelizmente, a abordagem micro que ignorou o amplo contexto do conflito foi adotada. Nesse contexto, o plano de reconstrução pós-conflito do governo

<sup>17</sup>Entrevista com Eboigbe, uma ex-funcionária em um dos centros de desmobilização, 7 de julho de 2018.

<sup>18</sup> Entrevista com Chinwike, uma mulher ativista de Ikwere, 14 de julho de 2018.

<sup>19</sup> No original: “An under-representation of women militants in the struggle, the number of women militants in Rivers alone was much more than 0.66 percent, unless they want to tell us that militancy when it concerns women in a rehabilitation program, are those who are connected to politicians and friends of male militant leaders”.

<sup>20</sup> As traduções de todas as entrevistas presentes neste artigo foram feitas por Maria Eduarda Lameira Nascimento.

<sup>21</sup>Entrevista com Oghenetega, uma militante do Delta do Níger, 24 de julho de 2018.

<sup>22</sup> De acordo com dois informantes que desejaram permanecer anônimos, não havia nenhuma indicação nos dois campos do estado de Rivers de que esperava-se que as mulheres fossem reabilitadas. Todas as instalações incluem banheiros e os apartamentos para dormir não tinham demarcação no início.

excluiu ainda mais as mulheres que foram designadas mais para a posição geral de vítimas e não combatentes. A questão é que, mesmo que as mulheres não fossem qualificadas no nível de desarmamento e desmobilização, a reintegração como conceito fornece um espaço mais amplo para elas. Isso, no entanto, nunca foi o caso com o NDAP. As mulheres foram excluídas da compensação financeira associada ao desarmamento e à desmobilização, e impedidas de ter o alívio que um processo de reintegração adequado teria proporcionado. O pagamento de 65.000 pode ser visto como uma ação do governo para compensar ex-militantes por perderem suas armas para o programa de anistia, 99% dessa compensação monetária foi para os homens, deixando as mulheres de fora.

O conflito do Delta do Níger, conforme discutido acima, é conhecido por ter desencadeado violência de gênero contra as mulheres. Curiosamente, militantes que talvez estivessem envolvidos em estupro, assassinatos e sequestros de mulheres receberam perdões e compensações, enquanto suas vítimas ficaram sem justiça. Assim, mesmo sem o ressurgimento da militância e da violência no Delta do Níger pós-anistia, será difícil pensar em uma sociedade pacífica e verdadeiramente curada naquela região. Supondo que a reintegração de ex-militantes tenha sido totalmente bem-sucedida, o retorno de alguns deles, especialmente os notórios, sem abordar questões que beiram a vitimização, teria desencadeado tensão e insegurança nessas comunidades. Nilsson (2005) mostrou o quão difícil é para ex-combatentes que desencadearam o terror em suas comunidades se reconciliarem com essas comunidades depois.

Restringir a anistia somente àqueles que poderiam submeter suas armas ao governo é limitante. Além de munição, coletas de informações da inteligência, aquisição de armas e outras logísticas necessárias para a militância são todas categorias de armas de guerra. Além disso, outras armas físicas, como pedras, paus, porretes e assim por diante, abundam. Afinal, o guerreiro bíblico filisteu, Golias, não foi abatido nem pelo exército de Saul nem por suas armas, mas por uma simples pedra em uma corda. As mulheres Aba, em 1929, lutaram para escapar da imposição do sistema administrativo de governo indireto de Chefes Warrant não com canhões e pólvora europeus, mas com paus e pilões. As mulheres do Delta do Níger demonstraram coragem e força suficientes na luta do Delta do Níger, portanto, sua exclusão do Programa DDR faz uma cópia pobre da paz desejada.

## Explicando a exclusão das mulheres

Como em outras sociedades africanas, as mulheres do Delta do Níger estão vinculadas a certas funções tradicionais, localizadas principalmente no corredor dos assuntos domésticos. Repressões culturais, como a invisibilidade das contribuições financeiras das mulheres na família, a esfera privada imposta às mulheres, o dote de casamento, o silenciamento da voz das mulheres e assim por diante, são modos de vida dominantes para as mulheres na região (Folami 2016). Tudo isso retrata as mulheres como membros parciais da sociedade, não qualificadas para desempenhar certos papéis. Esse contexto informou a conceituação do NDAP. Em primeiro lugar, a definição de combatentes como aqueles em posse de armas foi distorcida contra mulheres, que culturalmente não eram associadas a armas. Os combatentes no programa implicavam em homens que tradicionalmente eram designados ao papel de guerreiros. Afirmando isso, Onyoma argumenta que o programa não foi introduzido para as mulheres:

O programa de anistia foi destinado a militantes que paralisaram atividades nesta parte da Nigéria antes de 2009... Homens como Tom Ateke, Asari Dokubo, Tompolo. O governo sabia que, quando tais homens fossem enjaulados por meio de ofertas saborosas, haveria paz na região. Certamente, o programa não foi pensado para mulheres<sup>23</sup>.

Acredita-se que até mesmo as 133 mulheres incluídas sejam principalmente amigas de militantes e políticos, em vez daquelas que desempenharam um papel fundamental na luta antes do programa de anistia. Comentando sobre sua inclusão, Odogu observa:

---

23 No original: “*The amnesty program was meant for militants who paralyzed activities in this part of Nigeria before 2009...Men such as Tom Ateke, Asari Dokubo, Tompolo. The Government was aware that when such men were caged through juicy offers, there would be peace in the region. It is surely not for women*”. Entrevista (via Skype) com Onyoma, membra do Comitê da Anistia, 18 de fevereiro de 2019.

Qualquer um pode obter armas. O governo não se importa como você adquiriu o que está apresentando. Aqueles que têm conexões obtiveram tais armas por meio de seus contatos, outros procuraram algo para apresentar e serem categorizados como militantes combatentes... Um subsídio de um mês do programa vai ser suficiente para compensar o custo de tal arma<sup>24</sup>.

Reagindo à sua exclusão do programa, uma ex-militante afirma:

... Não posso dizer os critérios que o chamado Comitê de Anistia usou. Eles devem ter escolhido suas namoradas e parentes para se beneficiarem do programa, enquanto aqueles de nós que sofreram com este conflito são deixados para trás. Deus os julgará<sup>25</sup>.

Além disso, algumas mulheres que estavam ativamente envolvidas na militância estavam relutantes em participar do programa devido ao estigma social associado à militância no cenário tradicional. Várias delas que se envolveram na luta como militantes o fizeram sem o conhecimento e consentimento de suas famílias. Em uma expressão que revelou a natureza de seu envolvimento, Gladys afirma:

... meu marido está morto. Para meus filhos, pais e vizinhos, eu estava fornecendo combustível e bebidas alcoólicas para nossas vilas e cidades vizinhas. Mas eu fiz mais do que isso... Eu não podia me assumir abertamente como militante quando o programa de anistia foi anunciado. Como eu teria explicado isso para meus filhos, minha mãe e os parentes do meu marido?<sup>26</sup>

24 No original: “Anybody can get arms. The government does not care how you have acquired what you are presenting. Those who are connected obtained such weapons through their connections, others searched for what to present to be categorized as combatant militant.... A month’s stipend from the program will be enough to offset the cost of such a weapon”. Entrevista com Odogu, uma ativista Urhobo, 7 de julho de 2018.

25 No original: “... I cannot tell the criteria that the so-called Amnesty Committee used. They must have picked their girlfriends and relatives to benefit from the program while those of us who have suffered from this conflict are left behind. God will judge them”. Entrevista com uma ex-militante que desejou permanecer anônima, 26 de julho de 2018.

26 No original: “...my husband is late. To my children, parents, and neighbors, I was supplying fuel and spirits to our neighboring villages and towns. But I did more than that.... I could not come out openly as a militant when the amnesty program was announced. How would I have explained that to my children, my mother, and my husband’s relatives?”. Entrevista com Lady G, uma ex-militante, 6 de julho de 2018.

Outra reviravolta cultural na qual a exclusão das mulheres no programa está ancorada é a visão de que os danos das mulheres são subsumidos nas reivindicações de seus maridos. Por implicação, a compensação a um militante do sexo masculino é uma compensação para toda a sua família. A questão é: quantas mulheres ativas na luta tinham seus maridos na lista de combatentes desarmados? Algumas mulheres que se qualificaram como combatentes eram viúvas que perderam seus maridos antes de seu envolvimento na luta<sup>27</sup>. Três em cada cinco mulheres Odi entrevistadas no curso desta pesquisa vincularam seu interesse e eventual engajamento na luta à perda de seus parceiros conjugais<sup>28</sup>. Além disso, as demandas dos homens são, na maioria dos casos, diferentes das mulheres. As demandas do gênero masculino no Delta do Níger pós-conflito, de acordo com Harsch (2005), giram em torno da fórmula de compartilhamento de recursos, autodeterminação, localização de instalações de petróleo, delineamento de governos locais e assim por diante, que de fato não são necessidades primárias das mulheres da região. A exclusão de mulheres implica a exclusão de suas famílias — um processo conhecido por ter prejudicado programas de reintegração bem-sucedidos em outros lugares (Rubio-Marin 2012). Em um ambiente pós-conflito de acordos monetizados, no qual a avaliação de perdas foi materialmente baseada na perda de armas e munições, que as mulheres são culturalmente proibidas de carregar, o gênero feminino, sem dúvida, não faz parte da agenda para a paz.

A segunda explicação para a exclusão de mulheres no programa de anistia decorre do fato de que o NDAP foi concebido para se concentrar na paz e segurança imediatas. Embora o aspecto da integração tenha sido previsto como processos de curto e longo prazo, o foco no estágio de implementação estava em sua realização de curto prazo. O NDAP foi voltado para alcançar um acordo de paz necessário para evitar que uma sociedade devastada pela insurgência recaísse. Ao prestar atenção a um objetivo de curto prazo em vez do contexto mais amplo do conflito — exploração indiscriminada de petróleo, poluição, degradação da terra e responsabilidade corporativa precária que, em primeiro lugar, geraram militância na região, excluiu a população maior da região, especialmente as mulheres mais afetadas por essas anomalias. Uma implicação desse desenvolvimento é que a anistia na região fez pouco ou nada para impedir o ressurgimento da militância. A partir de 2016, ataques a instalações petrolíferas e insegurança geral ressurgiram, paralisando o fluxo normal de atividades no setor petrolífero e além. Por exemplo, o *Niger Delta Avengers*, um grupo de militantes que surgiu após a Proclamação da Anistia,

27 Algumas mulheres afirmavam ter se juntado à luta em sua busca por justiça por seus maridos, filhos e parentes mortos e pela destruição de suas casas.

28 Entrevista variada, 16 de agosto de 2018.

atacou oleodutos *offshore* de águas profundas na costa nigeriana em 2016. Da mesma forma, o Niger Delta, *Greenland Movement*, igualmente formado em meio ao Programa de Anistia, continuou a vandalizar oleodutos e outras instalações desde 2016<sup>29</sup>.

A exclusão das mulheres também pode ser explicada pela necessidade de reduzir ou gerenciar o número de participantes no programa. As mulheres combatentes podem não representar o mesmo nível de ameaça que seus colegas homens. Sem as atividades de homens como Dokubo, Ateke e Tompolo, talvez a insurgência no Delta do Níger não tivesse representado o tipo de ameaça que abalou a economia nacional na véspera do programa. Portanto, resolver a situação desses homens era primordial nos planos do governo<sup>30</sup>. Além disso, uma ampla abertura para militantes combatentes teria expandido o número além da capacidade orçamentária do governo. Uma visão popular entre alguns entrevistados é que alguns nomes femininos incluídos no programa foram removidos posteriormente<sup>31</sup>. Isso não é exclusivo ao NDAP. A exclusão de mulheres do desarmamento devido a um aumento inesperado no número de participantes tem sido a norma. Em Ruanda, por exemplo, o número foi reduzido de 58.000 para cerca de 26.000 para atender à capacidade do doador, e os que foram descartados eram principalmente mulheres. Um desenvolvimento semelhante foi registrado em Serra Leoa, onde um programa DDR, como encontrado no Delta do Níger, foi realizado sem apoio de doadores externos.

Além disso, as mulheres não eram visíveis quando os critérios para os processos políticos que levavam ao NDAP foram criados. Como observado anteriormente, as reuniões eram entre representantes do governo e líderes dos principais grupos militantes, todos homens. Foi nessas reuniões que a definição restrita de combatentes e as modalidades para participar do NDAP foram adotadas. Nas palavras de Rukewe:

---

29 Esses grupos militantes recentemente criados exigiram inclusão no Programa de Anistia, especialmente no pagamento de estímulos. Os ataques desses grupos se intensificaram após as ações do governo para encerrar o programa. Até o momento, o programa de Anistia ainda não foi encerrado por medo de que desestabilize completamente a região.

30 Uma grande quantidade de dinheiro foi paga para ex-líderes da militância para proteger os oleodutos que eles previamente vandalizaram.

31 Entrevistas variadas.

... ninguém nos consultou quando planejavam negociar a paz com o Delta do Níger. Ouvimos apenas que o governo estava prestes a conceder anistia à região e estávamos cheios de esperança do que isso nos reservava... Mais tarde, ouvimos que a anistia do governo era para homens que estivessem prontos para entregar suas armas. Se as mulheres estavam envolvidas na negociação, elas deveriam ser aquelas de “conexão Abuja” e por razões políticas<sup>32</sup>.

Sua opinião foi igualmente ecoada por um grupo de mulheres de Ahoda que se referiu ao programa como um “acordo governamental com as principais gangues militantes”<sup>33</sup>. Ao restringir as negociações pré-anistia ao gênero masculino, o pacote de anistia que foi ancorado no resultado desta negociação foi, sem dúvida, cego ao gênero. Isso confirma a observação anterior de Ekine (2007) de que os homens têm sido os principais beneficiários da memorialização, anistia e reintegração no Delta do Níger<sup>34</sup>.

Além disso, o programa DDR, como todos os modelos de paz liberais, tem uma abordagem de cima para baixo e, como resultado, muitas vezes é realizado sem contribuições da população local. Isso explica por que seu sucesso, na maioria dos casos, é limitado ao curto prazo. Embora o NDAP tenha sido realizado sem a participação de atores internacionais, sua conceituação e implementação não são diferentes das diretrizes e princípios gerais do DDR. Como o pacote de paz pós-guerra civil que foi imposto aos nigerianos em 1970, o NDAP foi mais ou menos um pacote de paz calculado e seletivo que foi imposto pelo governo nigeriano de cima com a construção de uma narrativa de sucesso em poucos meses. Como um modelo de cima para baixo, ele falhou em se conectar com as mulheres que operam principalmente nas bases. A promessa de expandi-lo ao nível em que seu impacto seria sentido por meio da reintegração não se concretizou devido à sua seletividade e ambiguidade em torno de sua conceituação.

Finalmente, a corrupção desempenhou um papel único na exclusão das mulheres do programa. A Nigéria é um país onde uma cultura de corrupção prospera. O projeto de anistia não foi imune desse mal nacional. Parte da enorme soma de dinheiro orçada para o programa foi parar em con-

---

32 No original: “... nobody consulted us when they were planning to negotiate peace with Niger Delta. We only heard that the government was about granting amnesty to the region and we were filled with the hope of what it held in store for us... Then later, we heard that government amnesty was for men who were ready to submit their weapons. If women were involved in the negotiation, they must be those of “Abuja connection” and for political reasons”. Entrevista com Rukevwe, uma líder e ativista mulher, 12 de julho de 2018.

33 Entrevista com um grupo de mulheres Ahoda, 17 de agosto de 2018.

34 Entrevistas variadas.

tas privadas. Nomes e programas fictícios, projetos incompletos e contratos falsos foram todos meios de desviar os recursos. Por exemplo, empresas privadas e consultores frequentemente recebiam contratos do departamento de reintegração para organizar treinamentos ou encontrar instituições adequadas para ex-militantes. Esses contratados eram pagos de acordo com o número de participantes treinados ou colocados em centros de treinamento. Por meio desse meio, os contratados, tanto reais quanto falsos, pareciam ter inflado o número de *trainees* em suas listas. Em alguns casos, os pagamentos eram feitos para treinamento sem nenhuma prova de que estes realmente ocorreram<sup>35</sup>. Por exemplo, uma empresa de consultoria de desenvolvimento juvenil — A Fundação para o Desenvolvimento da Juventude (*The Foundation for Youth Development*), estabelecida por um dos políticos nigerianos, recebeu, de acordo com Daniel (2016), a quantia de 5,6 bilhões de Nairas por um programa de treinamento na Malásia que nunca entrou em vigor. Sobre a natureza do treinamento e o comprometimento necessário, a declaração de um dos *trainees* é reveladora.

Nossos instrutores não estavam comprometidos de forma alguma. Às vezes, ficávamos sem os ver por uma semana. Eles diziam que fariam uma sessão de treinamento no dia seguinte, mas ninguém aparecia. Mesmo quando eles vinham, não passavam nem 30 minutos. A maioria deles não se importava se você entendia o que eles estavam falando. Posso dizer que eles estavam simplesmente atrás da quantia de dinheiro que o governo alocou a eles por meio do programa, nem mais, nem menos<sup>36</sup>.

O ponto enfatizado é que os recursos que poderiam ter sido utilizados para expandir o programa a ponto de seu impacto ser sentido pela população em geral, foram desviados para contas pessoais. Paul Boro, o coordenador do programa em 2016, observou que o principal desafio que o NDAP enfrentou desde seu início foi o financiamento inadequado, o que colocou uma séria

---

35 Isso nos foi revelado ao longo do trabalho de campo por um daqueles que trabalhou no centro de reabilitação Obubra em 2011; ver também Punch, 2019.

36 No original: “Our trainers were not committed at all. Sometimes we do not see them for one week. They will tell you they will be holding a training session tomorrow, but you won’t see anybody. Even when they come, they do not spend up to 30 minutes. Most of them did not care whether you understood what they were saying. I can say they were simply after the amount of money the government allocated to them through the program, no more, no less”. Entrevista (via telefone) com um dos beneficiários do programa de anistia que desejou permanecer anônimo, 25 de setembro de 2020.

limitação em sua capacidade de expandir e capacitar seus beneficiários<sup>37</sup>. Tais restrições financeiras, segundo ele, explicaram o desligamento de 1.770 participantes do treinamento profissional antes da conclusão do curso.

## Conclusão

Pacotes de construção da paz pós-conflito na África nas últimas três décadas são geralmente associados a duas características distintas — domínio internacional e sub-representação do gênero feminino. Curiosamente, a variante do Delta do Níger foi conceituada, adotada, patrocinada e implementada como um programa de propriedade local, desprovido de influência internacional. Sequela disso, o NDAP gerou esperanças e expectativas sobre seu potencial de transcender alguns dos obstáculos associados ao DDR gerenciado e patrocinado internacionalmente, especialmente no que diz respeito às mulheres. Embora de forma complicada, o NDAP foi conceituado como um programa que abrangerá atividades de curto e longo prazo para um Delta do Níger pacífico. Sua implementação, no entanto, descarrilou da conceituação inicial com foco restrito em combatentes com armas para entregar ao estado nigeriano (curto prazo).

No meio sociocultural onde as mulheres são tradicionalmente proibidas de portar tais armas, isso se tornou uma barreira para o gênero feminino se beneficiar deste pacote de reconstrução pós-conflito. Junto com o problema acima estavam as questões de corrupção, ambiguidade, financiamento precário, busca por uma história de sucesso rápido e a abordagem de cima para baixo do DDR que impediu a implementação completa do programa e a inclusão. Dado que a maioria desses desafios associados à exclusão de mulheres no programa do Delta do Níger eram comuns em lugares como Ruanda, Serra Leoa, Libéria e outros, com alta dose de influência internacional, o Programa de Anistia do Delta do Níger apoia a posição de que as correntes subjacentes na exclusão de mulheres no DDR gerenciados localmente na África podem não diferir consideravelmente daquelas de programas patrocinados internacionalmente.

---

<sup>37</sup>Channels TV News, (2016) 26 de abril.

## REFERÊNCIAS

- African Union. 2025. "AU Strategy for Gender Equality and Women's Empowerment". <https://au.int/en/articles/au-strategy-gender-equality-and-womens-empowerment#:~:text=The%20GEWE%20Strategy%20is%20a,financing%20of%20gender%20equality%20work>.
- Ajibola, Iyabobola O. 2015. "Nigeria's Amnesty Program: The Role of Empowerment in Achieving Peace and Development in Post Conflict Niger Delta." *Sage Open* 5(3): 1-11. <https://doi.org/10.1077/2158244015589996>.
- Akoda, Winifred E. 2010. "Youth and National Security in the Niger Delta Region since 1966". In *Challenges for Nigeria at 50: Essays in Honour of Professor Abdullahi Mahadi*, editado por A. M. Ashafa. Kaduna State University. [https://www.researchgate.net/publication/359507561\\_Youth\\_and\\_National\\_Security\\_in\\_the\\_Niger\\_Delta\\_Region\\_since\\_1966](https://www.researchgate.net/publication/359507561_Youth_and_National_Security_in_the_Niger_Delta_Region_since_1966).
- Akubor, Emmanuel O. 2011. "The Travail of Women in the Crisis in the Niger Delta Area." *The Antropologist* 13(1): 27-31. [https://www.researchgate.net/publication/268342391\\_The\\_Travail\\_of\\_Women\\_in\\_the\\_Crises\\_in\\_the\\_Niger\\_Delta\\_Area](https://www.researchgate.net/publication/268342391_The_Travail_of_Women_in_the_Crises_in_the_Niger_Delta_Area).
- Amnesty News. 2013. Amnesty Programme 3: The facts, the figures. Escritório Presidencial da Anistia.
- Amnesty Proclamation under Section 175 of the Constitution of the Federal Republic of Nigeria. 2009. Texto da Proclamação da Anistia do presidente Yar Adua, 25 de junho. <http://osapnd.gov.ng/the-proclamation/>.
- Ariño, Maria V. 2020. "The Participation of Women in Peace Process: The Other Tables." International Catalan Institute for Peace, Working Paper No. 2010/5. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1884189>.
- Babatunde, Abosede O. 2018. "Women Petro-Insurgency and Peace-building in Nigeria's Niger Delta Region." *Kujenga Amani*. 18 de setembro. <https://kujenga-amani.ssrc.org/2018/09/18/women-petro-insurgency-and-peace-building-in-nigerias-niger-delta-region/>.
- Boutet, Charles. 2019. "Post-Conflict Program: Why do Barriers Continue to Exclude Women from Disarmament, Demobilization, and Reintegration?" Graduate School of Public and International Affairs, University of Ottawa. <https://ruor.uottawa.ca/server/api/core/bitstreams/6dccea37-1c41-43b1-8f0d-d11aa4d25f35/content>.
- Coulter, Chris., Mariam Persson, e Mats Utas. 2008. *Young Female Fighters in African Wars: Conflict and Its Consequences*. Nordic Africa Institute. <https://gsdrc.org/document-library/young-female-fighters-in-african-wars-conflict-and-its-consequences/>.

- Daniel, Soni. "N5.6BAmnesty Contract: EFCC Grills Ex-Deputy Speaker Nwuche". Vanguard, 26 de julho. <https://www.vanguardngr.com/2016/07/n5-6bn-amnesty-contract-efcc-grills-ex-deputy-speaker-nwuche/>.
- Ebeide, Tarila M., Arnim Langer, e Jale Tosun. 2020. "Disarmament, Demobilization, and Reintegration: Analysing the Outcomes of Nigeria's Post-Amnesty Programme." *Stability: International Journal of Security and Development* 9(1): 1-17. <https://doi.org/10.5334/sta.752>.
- Ekine, Sokari. 2007. "Women's Responses to State Violence in the Niger Delta." *Feminist Africa*, 10: 67-83. [https://www.peacewomen.org/assets/file/Resources/Academic/WOrg-VAW\\_WomResponsesNigerDelta\\_Ekine\\_2008.pdf](https://www.peacewomen.org/assets/file/Resources/Academic/WOrg-VAW_WomResponsesNigerDelta_Ekine_2008.pdf).
- Farr, Vanessa. 2003. "The Importance of a Gender Perspective to Successful Disarmament, Demobilization and Reintegration Processes." *Disarmament Forum: Women Peace and Security* 4: 25-35. <https://digitallibrary.un.org/record/515036>.
- Folami, Olakunle M. 2016. "The Gendered Construction of Reparation: An Exploration of Women's Exclusion from the Niger Delta Reintegration Process." *Palgrave Communications* 2. [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2881915](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2881915).
- Giustozzi, A. 2016. *Post-Conflict Disarmament, Demobilization, and Reintegration: Bringing State-Building Back*. Routledge.
- Harsch, Ernest. 2005. "Women: Africa's Ignored Combatants: Gradual Progress Towards a Greater Role in DDR." *Africa Renewal* 19(3): 17-20. [https://www.un.org/africarenewal/sites/www.un.org.africarenewal/files/19n03\\_eng.pdf](https://www.un.org/africarenewal/sites/www.un.org.africarenewal/files/19n03_eng.pdf).
- Hooks, B. 1999. *Feminists Theory: From Margin to Center*. 2 Ed. South End Press.
- Ihayere, Celestina, Doris F. Ogeleka e Theresa I. Ataine. 2014. "The Effects of the Niger Delta Oil Crisis on Women Folk." *Journal of African Studies and Development* 6 (1): 14-21. <http://dx.doi.org/10.5897/JASD11.078>.
- Ikelegbe, Augustine, e Nathaniel Umukoro. 2016. "The Amnesty Program and the Resolution of the Niger Delta Crisis: Progress, Challenges and the Prognosis." *Monograph, CPED Monograph Series* 4: 17-56. <http://hdl.handle.net/10625/55566>.
- Jeroma, T. 2003. "Women and the Challenges of the Niger Delta". Nigerian Center for Advanced Social Sciences.
- Knight, W. A. 2008. "Disarmament, Demobilization, Reintegration, and Post-Conflict Peace-building in Africa: An Overview." *African Security* 1(1): 24-52. <https://doi.org/10.1080/19362200802285757>.
- Lederach, John P. 2003. *The Little Book of Conflict Transformation Intercourse*. PA: Good Books.

- Mackenzie, Megan. 2009. "Securitization and Desecuritization: Female Soldiers and Soldiers and the Reconstruction of Women in Post-Conflict Sierra Leone." *Security Studies* 18(2): 241-261. <https://doi.org/10.1080/09636410902900061>.
- Mackenzie, Megan H. 2012. *Female Soldiers in Sierra Leone: Sex, Security and Post Conflict Development*. New York University Press.
- Manby, Bronwen. *The Price of Oil: Corporate Responsibilities and Human Rights Violation in Nigeria's Oil-Producing Communities*. New York: Human Rights Watch, 1999. [https://www.researchgate.net/publication/248736766\\_The\\_Price\\_of\\_Oil\\_Corporate\\_responsibility\\_and\\_human\\_rights\\_violations\\_in\\_Nigeria's\\_oil\\_producing\\_communities](https://www.researchgate.net/publication/248736766_The_Price_of_Oil_Corporate_responsibility_and_human_rights_violations_in_Nigeria's_oil_producing_communities).
- Mazurana, Dyan, e Linda Eckerborn Cole. 2012. "Women, Girls and Disarmament, Demobilization and Reintegration." In *Women and Wars: Contested Histories, Uncertain Futures*, editado por Carol Cohn. Polity. [https://www.researchgate.net/profile/Dyan-Mazurana-2/publication/295912375\\_Women\\_and\\_Girls\\_and\\_Disarmament\\_Demobilization\\_and\\_Reintegration/links/56d068ca08aeb52500cd79a5/Women-and-Girls-and-Disarmament-Demobilization-and-Reintegration.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Dyan-Mazurana-2/publication/295912375_Women_and_Girls_and_Disarmament_Demobilization_and_Reintegration/links/56d068ca08aeb52500cd79a5/Women-and-Girls-and-Disarmament-Demobilization-and-Reintegration.pdf).
- Muggah, Robert. 2009. "The Emperor's Clothes?" In *Security and Post Conflict Reconstruction: Dealing with Fighters in the Aftermath of War*, editado por Robert Muggah. Routledge. <https://api.taylorfrancis.com/content/books/mono/download?identifierName=doi&identifierValue=10.4324/9780203886915&type=googlepdf>.
- Nilsson, Anders. 2005. *Reintegrating Ex-Combatants in Post-Conflict Societies*. Sida. <https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:106715/FULLTEXT01.pdf>.
- NTA News Broadcast, Nigerian Television Authority, Abuja, 5 de outubro, 2009.
- Paffenholz, Thania, Antonia Potter Prentice, e Cate Buchanan. 2015. "Fresh Insight on the Quantity and Quality of Women's Inclusion in Peace Processes: Expert Views on Findings from the 'Broadening Participation' and 'Civil Society and Peacebuilding' Projects." *Policy Brief*. Geneva: Center on Conflict, Development and Peacebuilding. <https://www.peacewomen.org/sites/default/files/GenderPolicyBrief.pdf>.
- Obi, C., and Siri A. Rustad. 2011. *Oil and Insurgency in the Niger Delta: Managing the Complex Politics of Petro-Violence*. Zed.
- Okonofua, Benjamin A. 2016. "The Niger Delta Amnesty Program: The Challenges of Transitioning from Peace Settlement to Long-term Peace." *Sage Open* 7(2): 1-16. <https://doi.org/10.1177/2158244016654522>.
- Osah, Goodnews, e Adebusola Odedina. 2017. "Women as Factor in Peacemaking and Peacebuilding in the Niger Delta Region." *International Journal of Development Research* 7(3): [https://www.academia.edu/32366418/WOMEN\\_](https://www.academia.edu/32366418/WOMEN_)

AS\_FACTOR\_IN\_PEACEMAKING\_AND\_PEACEBUILDING\_IN\_THE\_NIGER\_DELTA\_REGION.

- Rubio-Marin, Ruth. 2012. "Reparations for Conflict-Related Sexual and Reproductive Violence: A Decalogue." *William and Mary Journal of Women and the Law* 69(19): 69-104. <https://scholarship.law.wm.edu/wmjowl/vol19/iss1/5/>.
- Shekhawat, Seema, e Bishnu Pathak. 2015. "Female Combatants, Peace Process and the Exclusion." In *Female Combatant in Conflict and Peace*, editado por Seema Shekhawat, Palgrave Macmillan. [http://dx.doi.org/10.1057/9781137516565\\_4](http://dx.doi.org/10.1057/9781137516565_4).
- Specht, Irma. *Red Shoes: Experiences of Girl-Combatants in Liberia*. Genebra: International Labour Organization. 2006.
- Small Arms Survey. 2007. *Small Arms Survey 2007: Guns and the City*. Cambridge University Press. <https://www.smallarmssurvey.org/resource/small-arms-survey-2007-guns-and-city>.
- Steenbergen, Michanne. 2020. "Female Ex-Combatants, peace and Reintegration: Reflections on Disarmament, Demobilization and Reintegration Program in Liberia and Nepal." *Center for Women Peace and Security*. <https://www.lse.ac.uk/women-peace-security/assets/documents/2020/WPS25Steenbergen.pdf>.
- Technical Committee on the Niger Delta. 2008. "Report of the Technical Committee on the Niger Delta". [https://www.mosop.org/Nigeria\\_Niger\\_Delta\\_Technical\\_Committee\\_Report\\_2008.pdf](https://www.mosop.org/Nigeria_Niger_Delta_Technical_Committee_Report_2008.pdf).
- Thompson, Akaninyene S. 2010. "The Rights of the Niger Delta People of Nigeria to Resource Control." M.A. PhD diss., Malmo University.
- Turner, Terisa E., e Leigh C. Brownhill. 2007. "Justice and Nigerian Women's Rights to Humanity." *Women and Environments International Magazine*.
- Ukiwo, Ukoha. 2007. "From 'Pirates' to 'Militants': A Historical Perspective on Anti-State and Anti-Oil Company Mobilization Among the Ijaw of Warri, Western Niger Delta." *African Affairs* 106 (425): 587-610. <https://www.jstor.org/stable/4496484>.
- Umejesi, Ikechukwu. 2014. "Amnesty, Patriarchy and Women: The Missing Gender Voice in Post Conflict Niger Delta Region of Nigeria." *Gender and Behaviour* 12(1): 11-24.
- United Nations DDR Resource Center. 2006. "The UN Approach to DDR." <https://www.unddr.org/wp-content/uploads/2021/02/IDDRS-2.10-The-UN-Approach-To-DDR.pdf>.
- West African Network of Peacebuilders (WANEP). 2020. "Ending the Niger Delta Crisis: Exploring Women's Participation in Peace Process [August 15, 2009]". <https://wanep.org/wanep/ending-the-niger-delta-crises-exploring-womens-participation-in-peace-processes-august-15-2009/>.

## RESUMO

Diferentemente da maioria dos programas de Desarmamento, Desmobilização e Desintegração (DDR), o Programa de Anistia do Delta do Níger (NDAP) foi planejado, patrocinado e implementado localmente. Isso levantou esperanças sobre seu potencial para abordar, consideravelmente, o problema na região, especialmente nas bases. Independentemente da enorme literatura que apareceu alguns anos após sua adoção aplaudindo o sucesso do programa em restaurar a paz na região, a crise está muito longe de acabar. Entre as explicações para as limitações do programa está a sua falta de inclusão, especialmente sobre o gênero feminino. Este artigo, usando métodos históricos e analíticos, examina a base da exclusão das mulheres no programa. Ele apoia a posição de que as correntes subjacentes na exclusão das mulheres em programas DDR planejados localmente na África podem não diferir consideravelmente do que é obtido em programas de propriedade internacional.

## PALAVRAS-CHAVE

DDR. Mulheres. Delta do Níger. Nigéria.

*Recebido em 26 de outubro de 2024  
Aceito em 11 de fevereiro de 2025<sup>38</sup>*

*Traduzido por Maria Eduarda Lameira Nascimento*

---

<sup>38</sup> Como citar: Nwaka, Jacinta Chiamaka, Lilian Chidiebere Onyeiwu, e Marcel Alkali. 2024. "Pobre demais para a paz: mulheres no Programa de Anistia do Delta do Níger na Nigéria". *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 9 (18), 173-198, <https://doi.org/10.22456/2448-3923.143469>.

# RESENHA DE “25 ANOS DE COOPERAÇÃO EM DEFESA NA CPLP”, DE KAMILLA RAQUEL RIZZI E LUÍS MANUEL BRÁS BERNARDINO<sup>1</sup>

Nathaly Xavier Schutz<sup>2</sup>

Irina Lima Martínez<sup>3</sup>



A relação entre os Países de Língua Portuguesa é um objeto de análise frequente nas pesquisas e obras da área de Ciência Política e Relações Internacionais na academia brasileira. Rizzi e Bernardino inovam, contudo, ao trazerem um olhar mais específico ao âmbito da defesa. Refletindo uma longa trajetória de ambos nos estudos sobre defesa e cooperação na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), a obra aqui apresentada é fruto desses trabalhos conjuntos entre os autores e contou com o apoio do Centro de Análise Estratégica da CPLP, em um reconhecimento da referência e importância dessa pesquisa.

A Comunidade de Países de Língua Portuguesa é um espaço de cooperação onde nove Estados estão unidos por um atributo comum: o uso da mesma língua por parte de seus nacionais. Pode-se avaliar enquanto uma organização atípica pelo fator que une e lhe dá gênese ser pouco comum na consolidação de organizações deste cunho: a língua e a identidade lusófona.

<sup>1</sup> Rizzi, Kamilla Raquel, e Luís Manuel Brás Bernardino. 2023. 25 Anos de Cooperação em Defesa na CPLP. Lisboa: Mercado de Letras Editores, Lda.

<sup>2</sup> Campus Santana do Livramento, Universidade Federal do Pampa. Santana do Livramento, Brasil. E-mail: nathalyschutz@unipampa.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8041-7206>.

<sup>3</sup> Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, Brasil. E-mail: irina.martinez@acad.ufsm.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-3555-7401>.

Notoriamente, a emergência primeira da Comunidade de Países de Língua Portuguesa não foi o aspecto defesa e isso pode ser nitidamente perceptível ao nos dirigirmos aos documentos fundacionais da CPLP. Conforme consta já no prefácio desta vasta obra, a cooperação inicial teve por prioridade as searas econômica, social, cultural, jurídica e técnico-científica. Contudo, vinte e cinco anos datam do início da Cooperação em Defesa dentro do âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Neste sentido, Rizzi e Bernardino perpassam minuciosamente por este um quarto de século de cooperação em defesa. A presente obra estrutura-se em três capítulos teóricos onde são debatidos com excelência a cooperação em defesa dentro da CPLP — temática que é pouco explorada dentro das pesquisas acadêmicas que envolvem esta organização.

O cerne da emergência da cooperação em defesa dentro do âmbito da CPLP gira em torno do interesse dos seus países membros em darem início a uma agenda que emerge da necessidade do pensamento conjunto, estratégico, da cooperação e da assistência mútua. Desse modo, pautar uma presença consolidada no entorno estratégico da região e no espaço — sobretudo marítimo — visando posicionar-se frente às novas circunstâncias da região.

No primeiro capítulo, os autores percorrem aspectos basilares da sua fundação e as bases que se assentaram para alcançar a Cooperação em Defesa dentro da organização. Começam por identificar o nascimento da CPLP em 1996 percorrendo as suas origens. Transitam por aspectos históricos como o fim da bipolaridade, o processo de globalização e o interesse dos Estados de integrar-se em organizações internacionais e regionais enquanto acontecimentos que serviram as bases para a gênese desta organização. Neste capítulo também analisam os caminhos que foram trilhados para alcançar a cooperação em defesa dentro da Comunidade, a iniciar-se pela Cimeira “fundadora” de Lisboa de 1996 e avaliam ao longo de todo o capítulo como a variável defesa avança nestes vinte e cinco anos passando por quatro fases sendo estas i) a fase de criação; ii) a fase de construção; iii) a fase de consolidação e iv) a fase de expansão.

No segundo capítulo, sublimemente os autores centram-se em analisar de que forma cada um dos países-membros contribuíram no que tange a Cooperação em Defesa no âmbito da Comunidade. Este capítulo mostra-se muito valioso, pois, ao deter-se à análise país por país, os autores apresentam os contributos de uma forma veemente ponderada e precisa.

No terceiro capítulo, Rizzi e Bernardino analisam os caminhos futuros da Cooperação em Defesa dentro do âmbito da CPLP uma vez

que analisam e prevêem possibilidades e potencialidades, assim como os desafios intrínsecos a essa cooperação.

Para além do ímpar debate teórico tecido pelos autores nos três capítulos, deve-se salientar que a construção e organização do livro contém em seu escopo uma riqueza em termos de recursos visuais uma vez que é inteiramente ilustrado. Para além disto, este cuidado também fica nítido nas páginas 226-253 que contém uma seção de fotografias das personalidades que contribuíram na construção do componente de Defesa na CPLP.

Quiçá um dos aspectos mais louváveis desta obra (para além da profunda e pertinente análise teórica proposta pelos autores) sejam as colaborações externas que o livro contém em seu escopo. Estas são visíveis i) na nota de abertura escrita por Zacarias da Costa, secretário Executivo da CPLP; ii) na nota evocativa de José Maria Pereira Neves, Presidente da República de Cabo Verde; iii) no prefácio de autoria de Armino Alcides Garcia Sá Nogueira Miranda, Coronel Tirocinado das Forças Armadas de Cabo Verde e Diretor do Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CAE/CPLP) e Francisco Evandro Rodrigues Camelo, Capitão de Mar e Guerra da Escola de Guerra Naval do Brasil e Diretor do CAE/CPLP (2019-2022). Isto demonstra a preocupação dos autores em incorporar ao diálogo desta nobre temática atores de distintos espaços: chefes de Estado e chefes da própria organização, objeto deste estudo. É indispensável que exista esse diálogo entre setores que vão além do âmbito acadêmico para que possa ser tecida uma construção rica que conte com a contribuição de atores políticos e da própria sociedade civil.

Indubitavelmente a obra possui um valor imensurável para a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa e para a Academia de Estudos Africanos e das Relações Internacionais. Exígua é a bibliografia que compila em seu escopo de forma tão completa e íntegra a Cooperação em Defesa dentro da CPLP de sua gênese até 2023. Outrossim, ainda sobre este último aspecto, nota-se como os autores uniram esforços para reunir nos anexos do texto uma extensa e profunda lista de trinta e cinco documentos que podem ser lidos como peças-chave para a avaliação dos vinte e cinco anos da cooperação em defesa no âmbito da CPLP. Portanto, compila os principais documentos basilares para que o leitor possa se debruçar de forma mais aprofundada.

## REFERÊNCIAS

Rizzi, Kamilla Raquel, e Luís Manuel Brás Bernardino. 2023. 25 Anos de Cooperação em Defesa na CPLP. Lisboa: Mercado de Letras Editores, Lda.

*Recebido em 19 de julho de 2024*

*Aceito em 24 de outubro de 2024<sup>4</sup>*

---

4 Como citar: Schutz, Nathaly Xavier, e Irina Lima Martinez. 2024. “Resenha de “25 Anos de Cooperação em Defesa na CPLP” de Kamilla Raquel Rizzi e Luís Manuel Brás Bernardino”. *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 9 (18), 199-202. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.141359>.